

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA 2018

sul sul



Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Paseo Recoletos, 8
28001-Madrid

Copyright SEGIB
Novembro de 2018

SECRETARIA-GERAL IBERO-AMERICANA (SEGIB)

Rebeca Grynspan, Secretária-Geral Ibero-Americana
María Andrea Albán, Secretária para a Cooperação Ibero-Americana
Martín Rivero, Coordenador da Área de Coesão Social e Cooperação Sul-Sul

PROGRAMA IBERO-AMERICANO PARA O FORTALECIMENTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL (PIFCSS)

Ana Ciuti, Presidenta
Daniel Castillo, Secretário Técnico

AUTORAS DO RELATÓRIO:

Cristina Xalma, investigadora da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)
Sílvia López Cabana, investigadora da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

COLABORAÇÃO:

Clara Linde, investigadora da Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB)

Fotografias da capa, da esquerda para a direita: (1) Voluntariado juvenil da Aliança do Pacífico: *Centro Mexicano de la Tortuga*; (2) Programa “Operação Milagre” entre Cuba e El Salvador; (3) Descrição, Digitalização, Conservação e Restauro de Documentos entre o Peru e o Paraguai; (4) Fortalecimento das capacidades para a produção orgânica de café entre a Bolívia e a Colômbia; (5) Projeto Triangular de Apoio à Transformação da Educação na Área Rural da Guatemala, com a participação do Peru e da Alemanha.

Fotografias da contracapa, da esquerda para a direita: (1) Fortalecimento dos conhecimentos biotecnológicos no escalamento de bioprocessos entre a Colômbia e o México; (2) Programa Bandeira Azul Ecológica entre a Costa Rica, Espanha e Honduras; (3) Projeto Triangular de Apoio à Transformação da Educação na Área Rural da Guatemala, com a participação do Peru e da Alemanha; (4) Projeto sobre a procura, localização e identificação de pessoas desaparecidas entre a Argentina e a Colômbia; (5) Fortalecimento das capacidades para a produção orgânica de café entre a Bolívia e a Colômbia.

Citar por favor esta publicação como:

SEGIB (2018). *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2018*. SEGIB, Madrid, 198pp

Esta publicação foi financiada pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID).

SERVIÇOS DE EDIÇÃO:

wearebold.es

Depósito Legal: M-31849-2018

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL NA IBERO-AMÉRICA 2018

sulsul



Secretaría General
Iberoamericana

Secretaria-Geral
Ibero-Americana

→ ÍNDICE DE CONTEÚDOS

APRESENTAÇÃO	10
RESPONSÁVEIS DE COOPERAÇÃO IBERO-AMERICANA	12
RESUMO EXECUTIVO	14
ACRÓNIMOS	22
CAPÍTULO I. Um sistema de cooperação internacional que “não deixe ninguém para trás”: Visão da Ibero-América. *	24
<small>*da responsabilidade dos Responsáveis de Cooperação Ibero-Americana</small>	
I.1 Os desafios e o papel da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável da Ibero-América no ano 2030	28
I.2 A necessidade de ajustar a narrativa à prática para o desenvolvimento sustentável	31
I.3 Os países ibero-americanos face à graduação dos países qualificados de rendimento médio-alto no quadro da Agenda 2030.	33
CAPÍTULO II. A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul Bilateral	34
II.1 Projetos e ações de Cooperação Sul-Sul Bilateral em 2016	38
II.2 A Cooperação Sul-Sul Bilateral em 2016: uma perspetiva geográfica	43
II.3 Cooperação e relações de intercâmbio entre países: uma caracterização	51
II.4 Análise setorial da Cooperação Sul-Sul Bilateral em 2016	58
II.4.1 Perfil dos projetos e ações de cooperação	59
II.4.2 Perfil dos países	67
II.4.2.1 A partir do exercício do papel de ofertante	67
II.4.2.2 A partir do exercício do papel de recetor	73
II.5 A Cooperação Sul-Sul Bilateral em 2016: a sua possível contribuição para os ODS	78
ANEXO II	87

CAPÍTULO III. A Cooperação Triangular na Ibero-América	92
III.1 Projetos e ações de Cooperação Triangular em 2016	95
III.2 Participação dos países e dos seus parceiros na Cooperação Triangular da Ibero-América	98
III.2.1 Países, organismos e papéis da Cooperação Triangular	98
III.2.2 Principais agentes e alianças estabelecidas	102
III.3 Análise setorial da Cooperação Triangular em 2016	107
III.3.1 Análise setorial dos projetos de Cooperação Triangular	109
III.3.2 Perfil setorial dos principais agentes da Cooperação Triangular	110
III.4 Aspetos operacionais da Cooperação Triangular	115
III.4.1 Quadros operacionais da Cooperação Triangular	115
III.4.2 Origem das iniciativas de Cooperação Triangular	116
III.5 Fortalecimento de capacidades e contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	119
CAPÍTULO IV. A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul Regional	126
IV.1 Programas e projetos de Cooperação Sul-Sul em 2016	129
IV.2 Participação dos países na Cooperação Sul-Sul Regional em 2016	132
IV.3 Participação dos organismos multilaterais na CSS Regional em 2016	133
IV.4 Análise setorial da Cooperação Sul-Sul Regional em 2016	137
IV.5 A Cooperação Sul-Sul Regional em 2016: a sua possível contribuição para os ODS	141
ANEXO IV	146
CAPÍTULO V. A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul com outras regiões em desenvolvimento	150
V.1 Caribe não Ibero-Americano	154
V.2 África	159
V.3 Ásia	163
V.4 Oceânia e Médio Oriente	167

FICHAS PAÍS	A Cooperação Sul-Sul dos países ibero-americanos em 2016: Principais dados	170
	Argentina	172
	Bolívia	173
	Brasil	174
	Chile	175
	Colômbia	176
	Costa Rica	177
	Cuba	178
	Equador	179
	El Salvador	180
	Guatemala	181
	Honduras	182
	México	183
	Nicarágua	184
	Panamá	185
	Paraguai	186
	Peru	187
	República Dominicana	188
	Uruguai	189
	Venezuela	190
	Espanha	191
	Portugal	192
	Andorra	193
	BIBLIOGRAFIA	196

→ ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO II.1	O Relatório da CSS na Ibero-América (2007-2017): dez anos, uma história	37
QUADRO II.2	O SIDICSS e a disponibilidade de dados permanentemente atualizados	40
QUADRO II.3	Projeto e ações: diferente dimensão, distinto custo	42
QUADRO II.4	O papel dos países e a distribuição das responsabilidades	49
QUADRO II.5	Cálculo do grau de concentração e dispersão nos intercâmbios de CSS	57
QUADRO II.6	A abordagem integral da diabetes: contribuições de Cuba, México e Uruguai	61
QUADRO II.7	A Cooperação Sul-Sul e o fortalecimento das políticas públicas de deficiência	63
QUADRO II.8	O Paraguai como ofertante de Cooperação Sul-Sul Bilateral: o Projeto SIMORE	72
QUADRO II.9	Fortalecer a política florestal através da Cooperação Sul-Sul: o caso das Honduras	77
QUADRO II.10	A Cooperação Sul-Sul e os ODS: definindo uma metodologia a partir da Ibero-América	79
QUADRO III.1	Acerca do grau de concentração e dispersão na Cooperação Triangular	101
QUADRO III.2	O apoio através da Cooperação Triangular do Peru e Espanha na criação de um sistema de informação para a análise da violência feminicida em Salvador	106
QUADRO III.3	A transferência do Programa Bandeira Azul Ecológica da Costa Rica para as Honduras: uma triangulação apoiada por Espanha	110
QUADRO III.4	México, Alemanha e Bolívia: uma associação a longo prazo que contribui para a sustentabilidade agrícola e adaptação às alterações climáticas	114
QUADRO III.5	A Cooperação Triangular: diferentes fórmulas de gestão, distintos quadros de associação	118
QUADRO IV.1	Protocolo sobre o Programa para o Estudo Regional do Fenómeno de El Niño no Pacífico Sudeste (ERFEN)	136
QUADRO IV.2	O IBERMUSEUS e o fomento da atividade museológica na Ibero-América	139
QUADRO V.1	Chile, El Salvador e Belize: cooperação para fortalecer o sistema fitossanitário	158
QUADRO V.2	Educação e desenvolvimento na cooperação da Venezuela em África	162
QUADRO V.3	A Ásia e a estratégia Saber Fazer Colômbia: partilhando boas práticas	165

→ ÍNDICE DE DIAGRAMAS

DIAGRAMA II.1	Distribuição dos fluxos dos projetos de CSS Bilateral do México, conforme o recetor. 2016	55
DIAGRAMA II.2	Distribuição dos fluxos dos projetos de CSS Bilateral de El Salvador, conforme os recetores. 2016	55
DIAGRAMA II.3	Distribuição dos fluxos dos projetos de CSS Bilateral, por setor de atividade e âmbito de atuação. 2016	60
DIAGRAMA II.4	Distribuição dos fluxos das ações de CSS Bilateral, por setor de atividade e âmbito de atuação. 2016	66
DIAGRAMA II.5	Distribuição dos projetos de CSS Bilateral, conforme a sua possível contribuição para dois ODS e a relação que se estabelece entre eles. 2016	85
DIAGRAMA III.1	Projetos de Cooperação Triangular do Brasil no papel de primeiro ofertante, conforme o segundo ofertante e recetor. 2016	104
DIAGRAMA III.2	Projetos de Cooperação Triangular do Chile no papel de primeiro ofertante, conforme o segundo ofertante e recetor. 2016	104
DIAGRAMA III.3	Projetos de Cooperação Triangular da Alemanha no papel de segundo ofertante, conforme o primeiro ofertante e recetor. 2016	105
DIAGRAMA III.4	Projetos de Cooperação Triangular de El Salvador no papel de recetor, conforme o primeiro e segundo ofertantes. 2016	105
DIAGRAMA III.5	Distribuição setorial dos projetos de Cooperação Triangular 2016	108
DIAGRAMA III.6	Relação entre os ODS conforme o número de projetos que contribuirão simultaneamente para ambos	124
DIAGRAMA IV.1	Distribuição dos programas e projetos de CSS Regional, conforme a sua possível contribuição para dois ODS e a relação que se estabelece entre eles. 2016	152

→ ÍNDICE DE ESQUEMAS

ESQUEMA II.1	Setores de atividade e âmbitos de intervenção reconhecidos no espaço ibero-americano	59
---------------------	--	----

→ ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO II.1	Evolução dos projetos, ações e iniciativas de CSS Bilateral. 2007-2016	39
GRÁFICO II.2	Distribuição dos projetos e ações de CSS Bilateral, conforme o ano de início	41
GRÁFICO II.3	Distribuição de projetos e ações, conforme a duração. 2016	42
GRÁFICO II.4.	Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilateral oferecidos e recebidos, conforme o país. 2016	47
GRÁFICO II.5	Perfil de capacidades do México no papel de ofertante, conforme o setor de atividade e o âmbito de atuação. 2016	68
GRÁFICO II.6	Perfil de capacidades da Argentina no papel de ofertante, conforme o setor de atividade e o âmbito de atuação. 2016	69
GRÁFICO II.7	Distribuição dos projetos participados por El Salvador no papel de recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de atuação. 2016	74
GRÁFICO II.8	Distribuição dos projetos participados pelo México no papel de recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de atuação. 2016	75
GRÁFICO II.9	Distribuição dos projetos de CSS Bilateral, conforme a sua possível contribuição para um ODS principal. 2016	80
GRÁFICO II.10	Distribuição dos projetos de CSS Bilateral, conforme a sua possível contribuição para um ODS secundário. 2016	84
GRÁFICO A.II.1	Ações de Cooperação Sul-Sul Bilateral oferecidas e recebidas, conforme o país. 2016	89
GRÁFICO III.1	Projetos e ações de Cooperação Triangular em execução. 2006-2016	96
GRÁFICO III.2	Distribuição dos projetos e ações de Cooperação Triangular, conforme o ano de início. 2016	96
GRÁFICO III.3	Distribuição dos projetos e ações de Cooperação Triangular, conforme a duração. 2016	97
GRÁFICO III.4	Participação dos principais agentes em cada um dos papéis da Cooperação Triangular. 2016	99
GRÁFICO III.5	Distribuição setorial dos projetos de CSS Triangular dos principais agentes no exercício de cada um dos papéis. 2016	111

GRÁFICO III.6	Distribuição dos projetos e ações de Cooperação Triangular, conforme tenham sido executados com mecanismos que regulamentaram a triangulação. 2016	116
GRÁFICO III.7	Distribuição dos projetos e ações de Cooperação Triangular, conforme a origem. 2016	117
GRÁFICO III.8	Contribuição dos projetos de Cooperação Triangular para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2016. ODS principal	121
GRÁFICO III.9	Contribuição dos projetos de Cooperação Triangular para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2016. ODS secundário	122
GRÁFICO IV.1	Evolução dos projetos e programas de CSS Regional. 2007-2016	129
GRÁFICO IV.2	Distribuição dos programas e projetos de CSS Regional, conforme o ano de início. 2016	130
GRÁFICO IV.3	Distribuição dos programas e projetos de CSS Regional, conforme a duração. 2016	131
GRÁFICO IV.4	Participação dos países nos Programas e Projetos de CSS Regional. 2016	132
GRÁFICO IV.5	Participação dos organismos nos programas e projetos de CSS Regional. 2016	133
GRÁFICO IV.6	Capacidades fortalecidas na CSS Regional, conforme o setor de atividade e o âmbito de atuação. 2016	137
GRÁFICO IV.7	Distribuição dos programas e projetos de CSS Regional, conforme a sua possível contribuição para um ODS principal. 2016	142
GRÁFICO IV.8	Distribuição dos programas e projetos de CSS Regional, conforme a sua possível contribuição para um ODS secundário. 2016	143
GRÁFICO V.1	Iniciativas da CSS Bilateral entre a Ibero-América e outras regiões em desenvolvimento, conforme o papel. 2016	153
GRÁFICO V.2	Distribuição dos projetos intercambiados entre a Ibero-América (papel de ofertante) e o Caribe não Ibero-Americano (papel de recetor), conforme o setor de atividade e âmbito de atuação. 2016	156
GRÁFICO V.3	Distribuição dos projetos intercambiados entre a Ibero-América (papel de ofertante) e a África (papel de recetor), conforme o setor de atividade e âmbito de atuação. 2016	161
GRÁFICO V.4	Distribuição dos projetos intercambiados entre a Ibero-América (papel de ofertante) e a Ásia (papel de recetor), conforme o setor de atividade e âmbito de atuação. 2016	166

→ ÍNDICE DE MAPAS

MAPA II.1	Distribuição geográfica dos projetos de cooperação, conforme o papel. 2016	44
MAPA A.II.1	Distribuição geográfica das ações de cooperação, conforme o papel. 2016	87
MAPA V.1	Projetos da CSS Bilateral da Ibero-América (papel de ofertante) com o Caribe não Ibero-Americano (papel de recetor). 2016	155
MAPA V.2	Projetos de CSS Bilateral da Ibero-América (papel de ofertante) com África (papel de recetor). 2016	160
MAPA V.3	Projetos da CSS Bilateral da Ibero-América (papel de ofertante) com a Ásia (papel de recetor). 2016	164
MAPA V.4	Projetos da CSS Bilateral da Ibero-América (papel de ofertante) com a Oceânia (papel de recetor). 2016	167
MAPA V.5	Projetos da CSS Bilateral da Ibero-América (papel de ofertante) com o Médio Oriente (papel de recetor). 2016	169

→ ÍNDICE DE MATRIZES

MATRIZ II.1	Projetos de Cooperação Sul-Sul Bilateral. 2016	52
MATRIZ II.2	Ações de Cooperação Sul-Sul Bilateral. 2016	53
MATRIZ V.1	Iniciativas da CSS Bilateral, Triangular e Regional da Ibero-América em conjunto com outras regiões em desenvolvimento. 2016	152

→ ÍNDICE DE TABELAS

TABELA A.II.1	Sectores de atividade reconhecidos no espaço ibero-americano, conforme o âmbito de atuação	90
TABELA A.IV.1	Programas e Projetos de CSS Regional conforme o quadro institucional em que são executados. 2016	146

The image features a solid teal background. A large white circle is positioned on the left side, containing the word 'Apresentação' in a black, sans-serif font. The background is decorated with numerous thin, white, wavy lines that flow across the frame, creating a sense of movement and depth. Some lines are straight, while others curve and overlap, creating a complex, layered effect.

Apresentação

Quando faltam apenas alguns meses para a Conferência que comemorará o 40º aniversário do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), considerado um dos pilares da Cooperação Sul-Sul moderna, a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) congratula-se por apresentar à comunidade internacional o **Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2018**. Um Relatório que, coincidindo com a sua décima primeira edição, inaugura uma nova etapa da publicação que continua a constituir o único relatório regional de Cooperação Sul-Sul do mundo.

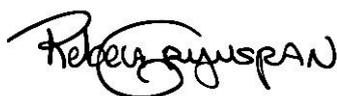
Em 2017 completaram-se 10 anos do lançamento da primeira edição do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*, bem como do mandato das Chefas e Chefes de Estado e de Governo dos nossos países, no contexto da XVII Cúpula Ibero-Americana de Santiago do Chile, de promover a sua publicação anual. Dez anos nos quais, acompanhados pelo Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) e por cada um dos nossos 22 países membros, e tendo sido capazes de conceber e implementar a única plataforma regional do mundo de dados *online* sobre Cooperação Sul-Sul (o SIDICSS, no seu acrónimo), acumulámos uma experiência e um acervo sem precedentes, cuja principal manifestação é a possibilidade de conhecer cada vez mais e melhor a CSS na qual a Ibero-América participa a partir dos cerca de 8.000 projetos que, na data de encerramento desta publicação, se encontram registados e armazenados na nossa plataforma de dados.

Fiel ao compromisso para com os países, bem como à vontade de continuar a inovar e progredir, a SEGIB inaugura esta nova etapa do Relatório com o mesmo entusiasmo que na primeira, mas incorporando algumas novidades que espera acabem por se tornar um sinal de identidade nos próximos anos. Neste sentido, o **Relatório**

da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2018

é publicado com um novo design que visa compatibilizar o rigor metodológico com um relato cada vez mais visual, intuitivo e próximo. O Relatório renova ainda o protagonismo dos nossos países, incorporando, para cada um deles e pela primeira vez, no final da publicação e com um tratamento separado e individualizado, um resumo dos dados mais relevantes da Cooperação Sul-Sul em que participaram cada um dos 22 países membros da Conferência Ibero-Americana. A sua inclusão permite apresentar com mais clareza a forma como se desenvolveu a participação de cada país e reforça a análise comparativa e regional, proporcionando sobretudo aos países uma nova ferramenta para maior visibilidade e melhor gestão da sua CSS. Finalmente, o Relatório 2018 reafirma o compromisso para com a Agenda 2030, fazendo sobressair tudo o que respeita à contribuição da Cooperação Sul-Sul para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Trata-se de um exercício que também se enquadra no esforço que estamos já a realizar, a par dos países e do PIFCSS, para construir, de forma coletiva, uma metodologia que permita à região progredir na identificação desse alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e que represente a conquista de um novo marco que situará a Ibero-América como uma referência para outras regiões.

Com esta singular combinação entre o passado e o futuro, entre o aprendido nesta última década e o sonho renovado para a que se inicia, damos as boas-vindas a este novo Relatório e à etapa que pretendemos inaugurar. Um tempo de inovação em que olhamos para o horizonte com o mesmo compromisso e empenho de sempre e com a certeza de que, entre todos e todas, apoiando-nos neste esforço coletivo, continuaremos a avançar para o fortalecimento de uma Cooperação Sul-Sul que “não deixe ninguém para trás”.



Rebeca Grynszan

SECRETÁRIA-GERAL IBERO-AMERICANA



María Andrea Albán

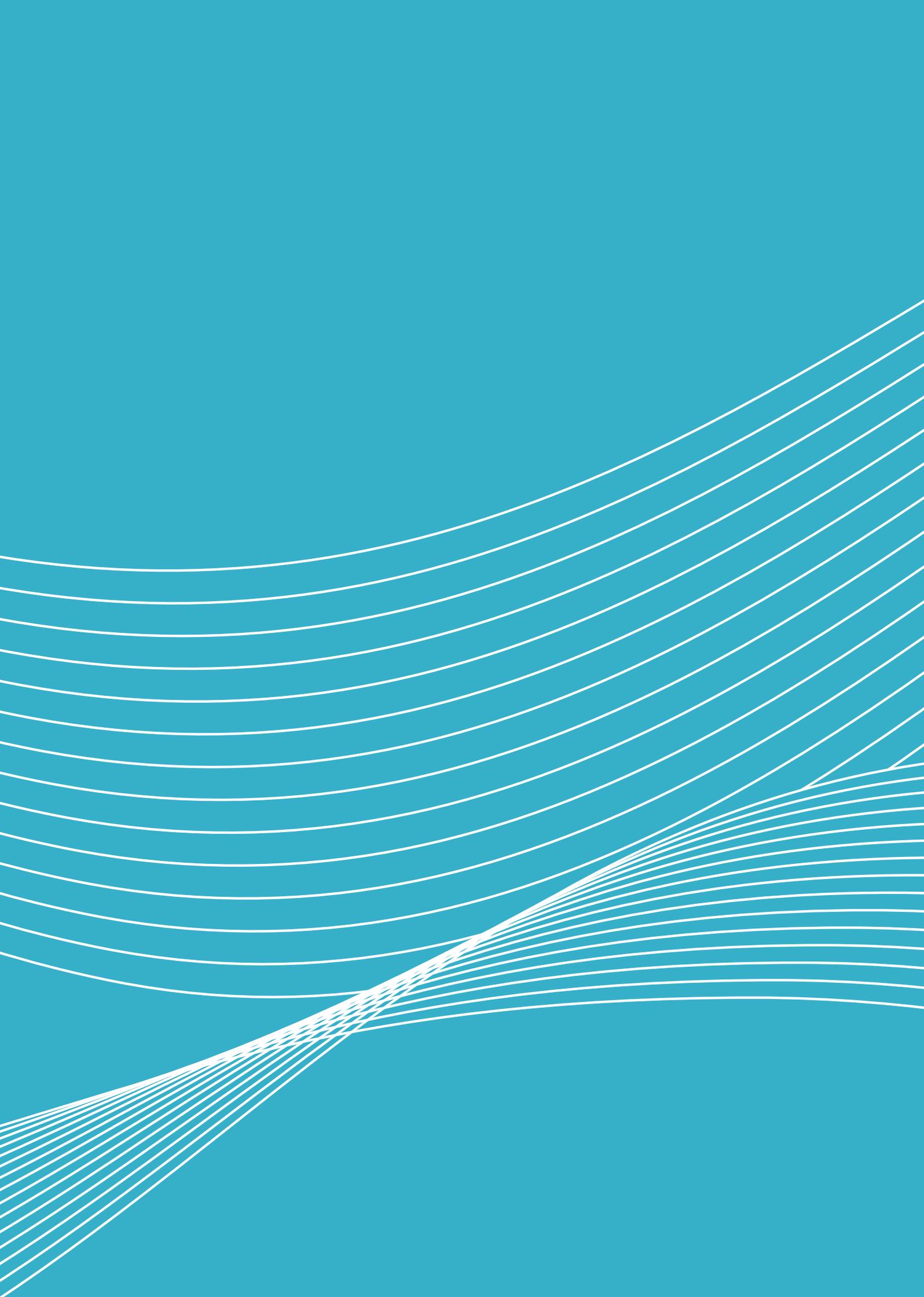
SECRETÁRIA PARA A COOPERAÇÃO
IBERO-AMERICANA



RESPONSÁVEIS DE COOPERAÇÃO IBERO-AMERICANA

À DATA DE 1 DE NOVEMBRO DE 2018

PAÍS	NOME	INSTITUIÇÃO
ANDORRA	Gemma Cano	Departamento de Assuntos Multilaterais e Cooperação do Ministério das Relações Exteriores e Relações Institucionais
ARGENTINA	Ana Ciuti	Direção-Geral da Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores e do Culto.
BOLÍVIA	Antonio Mullisaca Díaz	Vice-Ministério do Investimento Público e Financiamento Externo do Ministério da Planificação do Desenvolvimento
BRASIL	Ruy Pereira	Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
CHILE	Juan Pablo Lira Bianchi	Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID)
COLÔMBIA	Marcela Ordóñez Fernández	Direção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores
COSTA RICA	Irinia María Elizondo	Direção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores e do Culto
CUBA	Ileana Núñez Mordoche	Direção-Geral de Colaboração Económica do Ministério do Comércio Externo e Investimento Estrangeiro
EQUADOR	Maurício Montalvo	Subsecretaria de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores e da Mobilidade Humana
EL SALVADOR	Ryna Elizabeth Garay Araniva	Vice-Ministério de Cooperação para o Desenvolvimento do Ministério das Relações Exteriores
ESPANHA	Carmen Castiella Ruiz de Velasco	Direção de Cooperação com a América Latina e o Caribe do Ministério das Relações Exteriores e da Cooperação
GUATEMALA	Michelle Prieto	Secretaria de Planificação e Programação da Presidência da República da Guatemala (SEGEPLAN)
HONDURAS	María del Carmen Nasser de Ramos	Subsecretaria de Estado de Cooperação Internacional e Relações Económicas da Secretaria de Estado das Relações Económicas e Cooperação Internacional
MÉXICO	Noel González Segura	Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID)
NICARÁGUA	Arlette Marengo	Secretaria de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores
PANAMÁ	Selina Baños	Direção-Geral de Projetos Especiais e Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores
PARAGUAI	Cynthia Filártiga Lacroix	Direção de Cooperação Internacional do Ministério das Relações Exteriores
PERU	José Antonio Gonzáles Norris	Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI)
PORTUGAL	Luis Faro Ramos	Camões - Instituto da Cooperação e da Língua (CICL)
REP. DOMINICANA	Inocencio García Javier	Vice-Ministério de Cooperação Internacional do Ministério da Economia, Planificação e Desenvolvimento
URUGUAI	Andrea Vignolo	Agência Uruguaia de Cooperação Internacional (AUCI)
VENEZUELA	Félix Ramón Plasencia	Vice-Ministério de Assuntos Multilaterais do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores.





**RESUMO
EXECUTIVO**

Resumo Executivo

O Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2018 coincide com a décima primeira edição desta publicação e pretende inaugurar uma nova etapa. Neste sentido, o presente Relatório introduz novidades metodológicas e de tratamento da informação, ao mesmo tempo que renova o seu desenho gráfico, procurando uma combinação virtuosa que consiga manter o rigor de sempre e simultaneamente melhorar e facilitar a leitura e a interpretação dos principais resultados.

Os conteúdos da publicação, no entanto, mantêm-se. Assim, o Relatório dedica quatro capítulos a sistematizar e a analisar a Cooperação Sul-Sul que os países ibero-americanos intercambiaram entre eles nas três modalidades (bilateral, triangular e regional) reconhecidas neste espaço (Capítulos II, III e IV), bem como em conjunto com outras regiões em desenvolvimento (Capítulo V). Este exercício é precedido por um primeiro capítulo que, tal como tem vindo a ser habitual a partir de 2009, inclui uma reflexão coletiva e concertada por parte dos mais altos responsáveis políticos de cooperação dos países ibero-americanos, sobre a CSS e o seu papel na nova agenda internacional para o desenvolvimento, muito marcada pela próxima comemoração do 40º aniversário do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), considerado um dos marcos basilares da CSS moderna.

Neste contexto, o **CAPÍTULO I** do Relatório de 2018, elaborado pelos países ibero-americanos através da figura dos seus Responsáveis de Cooperação, inclui a reflexão e a posição mantida pela região sobre a imperativa necessidade de construir um sistema de cooperação internacional inclusivo que, cumprindo o compromisso de avançar na consecução da nova agenda para o desenvolvimento, não “deixe ninguém para trás”. Para isso, e no contexto do novo paradigma de desenvolvimento apresentado pela Agenda 2030, os países apelam à Agenda de Ação de Adis Abeba, na qual a comunidade internacional reconhece a necessidade de produzir novos indicadores para medir os progressos de desenvolvimento sustentável e que estes abordem aspetos que evitem a sua redução a uma mera questão de rendimentos per capita. Neste mesmo sentido, na região questiona-se sobre o uso que a OCDE e o CAD têm feito deste último indicador a fim de determinarem a elegibilidade dos países para receberem Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), bem como do consequente processo de “graduação” dos países que, sem terem consolidado o seu desenvolvimento, melhoram o seu nível de rendimentos e passam a ser excluídos da lista de países elegíveis para receber APD. A esse respeito, a região afirma que este processo afeta as suas possibilidades de consolidar e aprofundar os seus êxitos em matéria de desenvolvimento, enfraquecendo por sua vez o sistema de cooperação internacional, que se deve adequar aos princípios de solidariedade e equidade.

A seguir, o Relatório de 2018 oferece um relato do ocorrido na Cooperação Sul-Sul que a Ibero-América protagonizou em 2016, a partir da sistematização e da análise dos mais de 1.300

Projeto para o fortalecimento das capacidades da produção orgânica de café entre a Bolívia e a Colômbia



programas, projetos e ações de Cooperação Sul-Sul promovidos pelos países da região ao longo desse ano. Com efeito, e conforme sugere a tabela seguinte, tendo em conta as três modalidades reconhecidas no nosso espaço, a sua diferente instrumentalização (programas, projetos e ações)

e o que foi intercambiado tanto entre os países da Ibero-América, quanto entre estes e os seus parceiros de outras regiões em desenvolvimento, podemos afirmar que, em 2016, os países ibero-americanos participaram na execução de 1.355 iniciativas de Cooperação Sul-Sul.

INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL NAS QUAIS PARTICIPARAM PAÍSES DA IBERO-AMÉRICA. 2016

Em unidades

		Modalidades			Total
		CSS Bilateral	Cooperação Triangular	CSS Regional	
Instrumentos	Programas	n.a.	n.a.	46	46
	Projetos	912	112	55	1.079
	Ações	193	37	n.a.	230
Total		1.105	149	101	1.355

Nota: n.a. Não se aplica. Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Assim, o **CAPÍTULO II** dedica-se à análise dos 680 projetos e 165 ações de Cooperação Sul-Sul Bilateral que os dezanove países da América Latina intercambiaram entre si ao longo de 2016. Da caracterização destes cerca de 850 intercâmbios, devemos destacar o seguinte:

- No papel de ofertante, o México foi o país que registou um maior volume de projetos: 155, equivalentes a 22,8% dos 680 finalmente registados. Seguiram-no, por ordem de importância relativa, a Argentina, Chile e Brasil, os quais com 110, 97 e 76 projetos respetivamente, justificaram de forma agregada dois terços dos intercâmbios finais.

Por sua vez, a Colômbia e Cuba participaram com 66 e 68 projetos em cada caso. Quando aos anteriores acrescentamos as contribuições do Uruguai (34 projetos), Costa Rica (19) e Equador (18), depreende-se que 9 países foram responsáveis, a partir do papel de ofertante, por cerca de 95% da CSS Bilateral de 2016. Os restantes 5% (uns trinta projetos), justificaram-se pelas contribuições do Peru, Bolívia e Paraguai, com 5 a 16 projetos cada um, em conjunto com El Salvador, Honduras, Guatemala e República Dominicana, cuja intervenção foi mais pontual. Entretanto, a Nicarágua, Panamá e Venezuela não participaram como ofertantes na CSS Bilateral.

« Durante 2016, os países ibero-americanos participaram na execução de 1.355 ações, projetos e programas de Cooperação Sul-Sul »

- b) Por sua vez e no exercício do papel de recetor, El Salvador foi o país que executou um maior número de intercâmbios: 106, equivalentes a 15,6% dos 680 registos finais. Esse valor praticamente duplicou o que correspondeu, em cada caso, aos dois países que o seguiram em termos de importância relativa: México e Colômbia, os quais com 58 e 56 projetos, contribuíram para o conjunto da CSS Bilateral de 2016 com outros 16,9%. Quando agregamos as contribuições da Argentina, Bolívia, Chile, Honduras, Paraguai e Uruguai, justificamos já dois em cada três dos registos finais. O último terço justificava-se pelos 25% da Costa Rica, Guatemala, Cuba e República Dominicana, bem como do Equador e Peru; e 7% dos projetos executados a partir da receção por parte da Nicarágua, Panamá, Brasil e Venezuela.
- c) A maior parte (cerca de 40%) dos 680 projetos de CSS Bilateral promovidos em 2016 tiveram por objetivo fortalecer capacidades no âmbito Social. Outro terço, justificou-se pela contribuição das 202 iniciativas que visaram um objetivo económico, na sua maior parte (três em cada quatro) porque contribuíram para reforçar os diferentes Setores produtivos. Além disso, houve 91 projetos que promoveram o Fortalecimento das instituições e das políticas de governo. Os últimos 14%, distribuíram-se entre os que se dedicaram ao Ambiente (42) e os que se classificaram na denominação mais geral de Outros âmbitos de atuação (40). Esta distribuição por âmbitos de atuação foi condicionada pelo peso de três setores: o da Saúde, uma atividade para a qual se orientaram mais de uma centena de projetos, equivalentes a 17,2% do total; o Agropecuário, com o qual se relacionaram 75 projetos (mais 12,5%); e o dedicado a fortalecer os Outros serviços e políticas sociais (62 projetos, que justificaram outros 10%).
- d) Uma leitura alternativa do tipo de capacidades fortalecidas através desses 680 projetos de 2016, permite identificar a contribuição que, através desta CSS, a região pôde realizar para a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A partir dessa perspetiva, devemos destacar que, cerca de uma quinta parte do total dos projetos (mais de 100) podem ter contribuído para o ODS 3 “Saúde e bem-estar”. Outros 154 (um quarto) obtêm-se agregando os que se alinharam com os ODS 2 (“Fome zero”) e 16 (“Paz, Justiça e instituições sólidas”). Completaram esses 45%, 200 projetos (um terço dos finais) que se puderam alinhar com os ODS 8 e 9 (“Trabalho decente e crescimento económico” e “Indústria, inovação e infraestruturas”), bem como com os ODS 4 (“Educação de qualidade”), 11 (“Cidades e comunidades sustentáveis”) e 6 (“Água potável e saneamento”). Os últimos 23% justificaram-se com os quase 140 projetos de CSS que, com diferentes objetivos, se puderam alinhar com os outros 10 Objetivos de Desenvolvimento.

Por seu lado, o **CAPÍTULO III** sistematiza os 100 projetos e as 37 ações de Cooperação Triangular nos quais a Ibero-América participou ao longo de 2016; um valor que, de forma agregada, ultrapassou o dobro da registada uma década atrás (60). A sua análise revelou o seguinte:

- a) Em 2016, pouco mais de metade (11) dos países da América Latina exerceram o papel de primeiro ofertante, transferindo capacidades através da sua participação em, pelo menos, um dos 100 projetos registados. Destacaram-se o Brasil e Chile, que executaram 19 projetos cada um. O México, Costa Rica e El Salvador, apoiaram entre 10 e 15 projetos que, de forma agregada, representam outro terço do total. Os últimos 26% justificaram-se pela participação, de mais para menos, do Uruguai, Colômbia, Argentina, Peru, Equador e Cuba.
- b) Cerca de vinte agentes apoiaram a execução dos 100 projetos de Cooperação Triangular exercendo o papel de segundos ofertantes. Oito foram países, entre os quais se destacaram a Alemanha (25 projetos), Espanha (20), Luxemburgo e Estados Unidos (11 e 10 projetos, respetivamente). Os outros 12 foram organismos internacionais do Sistema das Nações Unidas (FAO, ONU Mulheres, PMA, UNICEF, UNFPA, PNUD, UNESCO e UNICEF) e organismos regionais, tais como a OEA, BID, BCIE e CAF. Quando aos quatro países mencionados agregamos a contribuição da FAO (8 projetos), obtemos os cinco agentes que justificaram três quartos dos 100 projetos finalmente registados.

« Em 2016, os projetos executados na modalidade de CSS Bilateral, ascenderam a 680. 22,8% (155) justificaram-se pela contribuição do México, no exercício do papel de ofertante. Entretanto, El Salvador foi o país que executou um maior número de projetos como recetor (106, 15,6%) »



Projeto Triangular: Apoio à Transformação da Educação na Área Rural da Guatemala, com a participação do Peru e da Alemanha

« Ao longo de 2016, a Ibero-América participou em 100 projetos e 37 ações de Cooperação Triangular; um valor que, de forma agregada, ultrapassou o dobro do registado dez anos antes (60) »

- c) Em 2016, os 19 países que compõem a América Latina exerceram o papel de recetores nalgum projeto de Cooperação Triangular, quer de forma individual quer em conjunto com outros parceiros. Nesse sentido, a casuística mais frequente (em 18% dos casos) foi, precisamente, a de se encontrarem vários países a partilhar simultaneamente o papel de recetores. A título individual, destacou-se El Salvador, que exerceu o papel de recetor em 16 projetos. Seguiram-no o Paraguai, recetor em 11 projetos de Cooperação Triangular, em conjunto com a Bolívia, República Dominicana, Honduras e Guatemala (entre 5 e 10, em cada um dos casos). A contribuição destes países, juntamente com a casuística inicial, justificou 70% dos 100 projetos finais.
- d) No que se refere ao fortalecimento de capacidades, os âmbitos Ambiental, Social e Económico, justificaram de forma agregada cerca de 75% dos projetos de Cooperação Triangular executados em 2016. Praticamente um em cada quatro dos restantes projetos visaram o Fortalecimento institucional (19%) e, de um modo mais residual, os Outros âmbitos (apenas 4%). Para isto contribuiu o peso que, de maior para menor importância relativa, registaram os projetos que visaram os seguintes setores de atividade: o dedicado à preservação e cuidado do Ambiente (um em cada quatro), o da Saúde (em torno a 12%), o que visou o desenvolvimento da Agricultura, e o orientado para fortalecer as Instituições de Governo (10,9%, em cada um dos casos).
- e) Em conformidade com este perfil de capacidades, a análise da possível contribuição dos 100 projetos de Cooperação Triangular realizados em 2016 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, revela que um terço destes se alinharam com os ODS 2 (Fome zero) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Sólidas). Foram também importantes as contribuições que cerca de 40% da Cooperação Triangular da região realizou para os ODS 8 (Crescimento económico e trabalho decente), 3 (Saúde e bem-estar), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e 13 (Ação pelo clima). Quando a este último se agregam os projetos relacionados com os ODS 14 e 15, sobre Vida submarina e Ecossistemas terrestres, verifica-se que até 16% das experiências promovidas em 2016 estiveram muito centradas na componente ambiental. Os últimos 20% dos projetos alinharam-se com um máximo de sete Objetivos diferentes (em concreto, com os ODS 1, 5, 6, 7, 9, 12 e 17).

« Mais de metade dos 46 programas e 53 projetos de CSS Regional em que os países ibero-americanos participaram em 2016, tentaram responder de forma coletiva a um problema de ordem Social e Económica. Outros 17,1% dessa CSS Regional tiveram em conta a Cultura e 10,1% problemas de carácter Ambiental »

O **CAPÍTULO IV** centra a sua análise nos 46 programas e 53 projetos de Cooperação Sul-Sul Regional nos quais os países estiveram ativos em 2016. Entre os seus principais resultados, destacaram-se os relativos aos agentes que participaram nesta modalidade, bem como os que se referem ao tipo de problemas comuns que os países tentaram enfrentar e às soluções que entre eles partilharam e instrumentalizaram para lhes dar resposta. Mais especificamente:

a) Em 2016, o México foi o país que participou num maior número de iniciativas de Cooperação Sul-Sul Regional: um total de 66. Seguiram-no, por ordem de importância relativa, a Colômbia e Costa Rica, ambos com registos superiores a 60 programas e projetos. Ainda com mais de cinquenta iniciativas, situaram-se a Argentina, Brasil, Peru, Chile e Panamá. Por outro lado, houve seis países cujo número total de programas e projetos se situou numa faixa entre 40 e 50: tratou-se das Honduras, Nicarágua, El Salvador e Guatemala, juntamente com o Paraguai e Uruguai. Entretanto, a Bolívia, Equador e República

Dominicana mantiveram em execução entre 30 e 39 iniciativas, e Espanha, em conjunto com a Venezuela e Cuba, estiveram presentes, em cada caso, em pouco mais de 20. Finalmente, Andorra e Portugal participaram na CSS Regional de 2016 através de 3 e 12 programas e projetos, respetivamente.

- b) Em 95% dos casos, também participou um organismo multilateral. Em quase um terço das ocasiões, tratou-se de agentes ibero-americanos, o caso da própria SEGIB e da COMJIB, OEI, OIJ e OISS, apenas para nomear alguns. Cerca de vinte programas e projetos contaram com a participação do SICA ou com alguma das suas instâncias especializadas, como o CENPROMYPE. Entretanto, o MERCOSUL e o BID acompanharam 10 e 6 iniciativas, respetivamente. Na restante CSS Regional de 2016, houve intervenções mais pontuais com uma dezena de outros organismos, entre os quais se destacaram a OIEA, OIT, esquema de concertação da Aliança do Pacífico, CEPAL, OPS e UNASUL.
- c) A maior parte (praticamente um terço) dos 46 programas e 53 projetos de CSS Regional nos quais os países ibero-americanos participaram ao longo de 2016, tentaram responder de forma coletiva a um problema de índole Social. Uma quarta parte (25,3%) tentaram fazê-lo numa perspetiva Económica, particularmente orientada para apoiar a criação de Infraestruturas e serviços (18,2%). Por sua vez, os programas e projetos classificados em Outros âmbitos de atuação tiveram um peso muito significativo e equivalente a uma em cada cinco iniciativas, algo que se justifica pelo elevado peso da Cultura (17,1% do total dos programas e projetos). Completou o perfil, a cooperação dedicada ao Fortalecimento institucional (13,1%) e a responder a um conjunto de problemáticas com uma forte componente Ambiental (10,1%).



Programa "Operação Milagre" entre Cuba e El Salvador

O **CAPÍTULO V** encerra o Relatório com uma análise dos 314 programas, projetos e ações de Cooperação Sul-Sul que a Ibero-América intercambiou em 2016 em conjunto com outras regiões em desenvolvimento. A tabela anexa resume os principais resultados, entre os quais são de destacar:

« **A par de outras regiões em desenvolvimento, em 2016 a Ibero-América intercambiou 314 programas, projetos e ações de Cooperação Sul-Sul** »

INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL DA IBERO-AMÉRICA EM CONJUNTO COM OUTRAS REGIÕES EM DESENVOLVIMENTO. 2016

Em unidades

Regiões em desenvolvimento	CSS Bilateral	Cooperação Triangular	CSS Regional	Total
África	88	1	2	91
Ásia	59	0	1	61
Caribe não Ibero-Americano	90	12	28	130
Oceânia	10	0	0	10
Médio Oriente	17	0	0	17
Várias regiões	1	3	2	6
Total	265	16	33	314

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

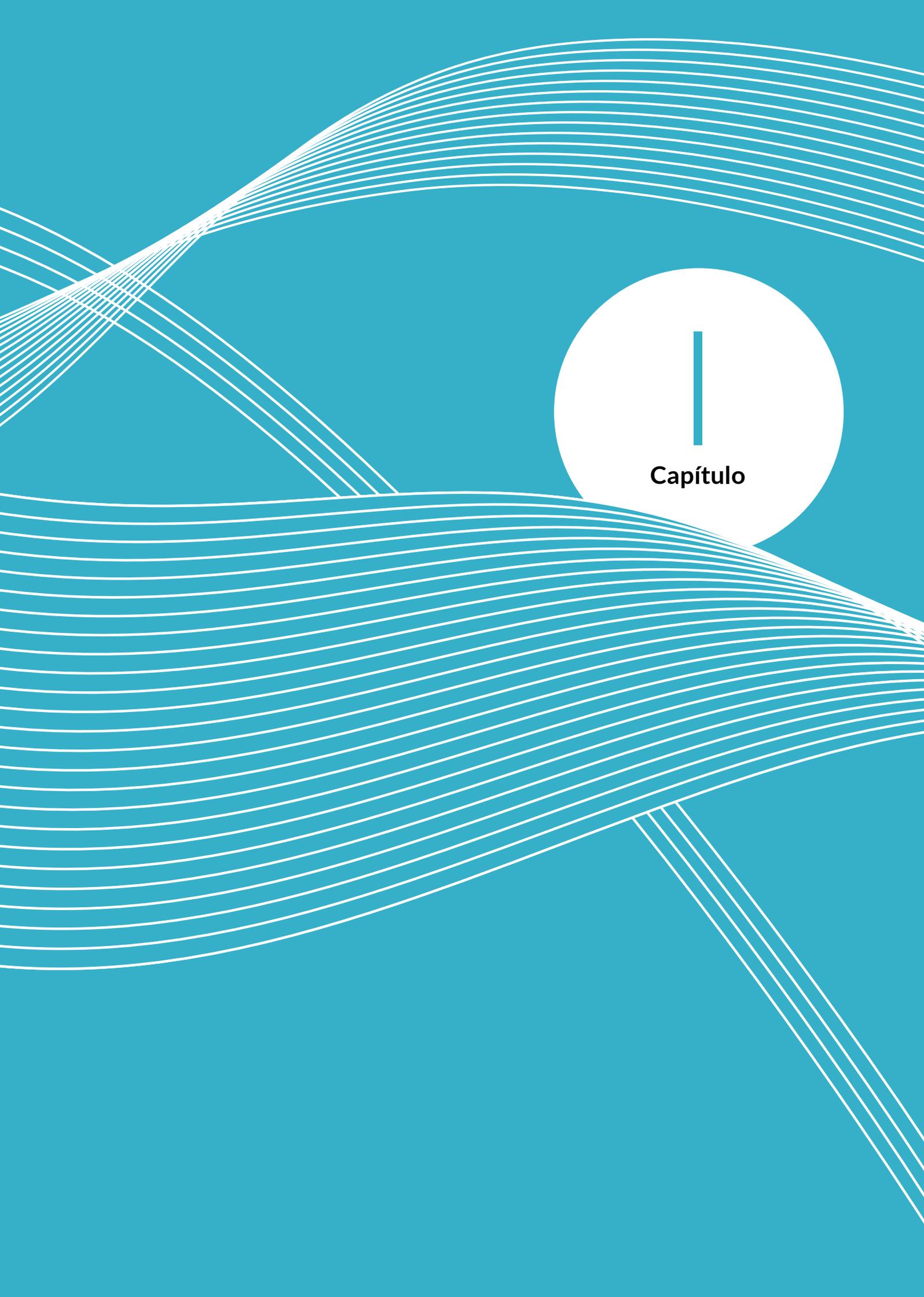
- a) A maior parte destas iniciativas (130, equivalentes a mais de 40% do total) tiveram lugar com países pertencentes ao Caribe não Ibero-Americano. Os intercâmbios com África e Ásia foram também muito significativos chegando a justificar, respetivamente, cerca de 30% e 20% do total das iniciativas registadas. Em consequência, três regiões concentraram cerca de 90% das 314 ações, projetos e programas de 2016. Os 10% restantes justificaram-se fundamentalmente pela soma da CSS realizada em conjunto com a Oceânia e o Médio Oriente.
- b) Praticamente 85% dos intercâmbios que a Ibero-América promoveu em conjunto com países de outras regiões em desenvolvimento (265), foram executados através da CSS Bilateral. Esta modalidade foi também claramente maioritária para cada uma das regiões contempladas, oscilando a sua representação entre um mínimo de 70% do Caribe e um máximo de 100% da Oceânia e Médio Oriente. Os restantes 15% ocorreram nas modalidades regional e triangular, numa proporção na qual a primeira (33) foi o dobro da segunda (16).

ACRÓNIMOS

ACNUDH	Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ACS-AEC	Associação dos Estados do Caribe
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
ALBA	Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
AMEXCID	Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
AP	Aliança do Pacífico
BCIE	Banco Centro-Americano de Integração Económica
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAD	Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CAF	Banco de Desenvolvimento da América Latina
CAN	Comunidade Andina
CENPROMYPE	Centro Regional de Promoção das Micro e PME
CEPAL	Comissão Económica para a América Latina e o Caribe
CMAR	Corredor Marinho do Pacífico Tropical Leste
COMJIB	Conferência de Ministros da Justiça dos Países Ibero-Americanos
CPPS	Comissão Permanente do Pacífico Sul
CSS	Cooperação Sul-Sul
CT	Cooperação Triangular
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
NU	Nações Unidas
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
OIEA	Organismo Internacional de Energia Atómica
OIJ	Organização Ibero-Americana de Juventude

OISS	Organização Ibero-Americana de Segurança Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMI	Organização Marítima Internacional
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPS	Organização Pan-Americana da Saúde
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazónica
PABA	Plano de Ação de Buenos Aires para promover e realizar Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PIFCSS	Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul
PIPA	Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos Ibero-Americanos
PM	Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica
PMA	Países Menos Desenvolvidos
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRA	País de Rendimento Alto
PRM	País de Rendimento Médio
RNB	Rendimento Nacional Bruto
SEGIB	Secretaria-Geral Ibero-Americana
SELA	Sistema Económico Latino-Americano e do Caribe
SICA	Sistema de Integração Centro-Americana
SIDICSS	Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular
UE	União Europeia
UIM	União Ibero-Americana de Municipalistas
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância





Capítulo

Um sistema de cooperação internacional que “não deixe ninguém para trás”: Visão da Ibero-América

O atual cenário internacional está a sofrer alterações significativas que se repercutem nas relações entre diferentes agentes e na definição de objetivos e modalidades de cooperação internacional que acompanhem a necessária transição para uma perspectiva de desenvolvimento sustentável.

Neste novo contexto global, alguns países do espaço ibero-americano adotaram um papel de liderança na cena internacional e as economias da maior parte dos países em desenvolvimento cresceram de forma sustentada, naquela que é conhecida por “ascensão do Sul” (PNUD, 2013), indicando um ajustamento no equilíbrio do poder económico entre o Norte e o Sul e um deslocamento para a Orla do Pacífico.

No entanto, é de referir que o crescimento registado no Sul sofreu um abrandamento nos últimos anos, devido à queda da procura global e ao aumento da volatilidade das moedas e dos mercados de obrigações e valores. O incremento das taxas de juros também dificultou o serviço da dívida, bem como o acesso a novos financiamentos internacionais por parte de alguns países em desenvolvimento. Esta situação agravou-se devido aos efeitos da transição demográfica, urbanização, desindustrialização prematura, digitalização e automatização (OCDE, 2017).

Enquanto que na década de noventa a maior parte das pessoas em condições de pobreza viviam nos Países Menos Desenvolvidos (PMD), atualmente a maioria reside nos chamados “Países de Rendimento Médio” (PRM). Estes países, bem como aqueles que recentemente avançaram para níveis mais elevados de rendimento nacional bruto (RNB) per capita, evidenciam progressos em áreas fundamentais, tais como em cobertura social, educativa e de saúde, embora com deficiências em matéria de igualdade territorial, distribuição da riqueza, direitos e reconhecimento das etnias e condições de género. Há também uma infraestrutura deficiente e de baixa produtividade associada a uma menor inovação tecnológica, organizacional e programática, que acabam por se tornar obstáculos ao modelo de desenvolvimento sustentável. Estes obstáculos não se corrigem apenas com crescimento económico, mas exigem capacidades institucionais e humanas específicas para gerir a mudança.

Por outro lado, a transformação do mapa da pobreza, o aprofundamento das desigualdades em cada país e entre os vários países, o agravamento da mudança do clima provocado pela intervenção do ser humano e da intensificação de outras externalidades negativas resultantes dos processos de globalização estão a provocar alterações radicais no contexto global e a exigir que o conceito de desenvolvimento não seja exclusivamente entendido como sinónimo de crescimento económico.

Em consequência, o desenvolvimento sustentável, quando se observa como um processo multidimensional, materializou-se em 2015 com a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030) e dos seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta Agenda baseia-se nos princípios de: universalidade; não deixar ninguém para trás; responsabilidades comuns, mas diferenciadas; e trabalho integral e sinérgico para o cumprimento dos ODS. Tudo isto respeitando as características próprias de cada país.

A Agenda 2030 é um plano de ação dirigido a todos os países, que representa uma mudança do paradigma de desenvolvimento, pois estabelece vínculos entre as dimensões sociais, económicas e ambientais do desenvolvimento e levanta a questão da participação de diversos agentes como elemento fundamental para a promoção de ambientes conducentes ao desenvolvimento sustentável, tais como governos locais, academia, sociedade civil e setor privado por forma a promover a coerência e a evitar estruturas parceladas e compartimentos estanques na implementação de estratégias para o cumprimento dos ODS. Para alcançar as metas contidas nos ODS, é fundamental identificar áreas críticas de desenvolvimento, bem como garantir a fiabilidade da recolha e disponibilidade de dados estatísticos e a implementação de esquemas de acompanhamento e avaliação dos progressos realizados, realçando as alianças multi-agente para a promoção do desenvolvimento a todos os níveis e em todos os territórios.

Neste sentido, é extremamente importante atualizar as práticas institucionais que estruturam o sistema de cooperação internacional, a fim de as ajustar ao novo quadro regulamentar global, representado pela Agenda 2030. Só ele contribuirá para a necessária instalação de um sistema integral e inclusivo que o destaque os países que têm maiores desafios e menor capacidade para mobilizar recursos domésticos, sem excluir nenhum deles na sua transição para o desenvolvimento sustentável.

O critério de elegibilidade em vigor para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), baseia-se unicamente no nível de rendimentos per capita dos países e responde a um paradigma desfasado de desenvolvimento, entendido como crescimento económico. Este critério também afeta a atribuição de ajuda de outros organismos e fundos multilaterais e até o pagamento das quotas de adesão a esses organismos.

Isto não se correlaciona com a heterogeneidade do mundo em desenvolvimento nem com os pressupostos envolvidos no novo paradigma, nem contempla os níveis de desigualdade dentro de cada país e entre os vários países. Nesse sentido, a comunidade internacional reconheceu a necessidade de produzir novos indicadores para medir os progressos do desenvolvimento sustentável dos países, que ultrapassem os rendimentos per capita, tal como estabelece o parágrafo 129 da Agenda de Ação de Adis Abeba sobre Financiamento para o Desenvolvimento.

Atualmente foram feitos progressos na elaboração de várias metodologias de medição multidimensional do desenvolvimento e, através de uma série de plataformas de diálogo, começaram a definir-se novos conceitos que permitem continuar a aprofundar a compreensão das consequências da graduação, bem como a análise de critérios alternativos ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita para a atribuição da APD e de outros instrumentos que apoiem o desenvolvimento sustentável, sem deixar ninguém para trás.

Impõe-se que a comunidade internacional dê um salto qualitativo por forma a estabelecer um sistema de cooperação internacional inclusivo para todos os países, independentemente dos seus níveis de desenvolvimento, tendo em conta as diferentes realidades e as lacunas estruturais que persistem em cada um dos Estados.

Este capítulo procura promover o debate a partir da especificidade do espaço ibero-americano - no qual coexistem países denominados de rendimento médio (baixo, médio alto) recentemente graduados e doadores que já foram recetores - que, no seu conjunto, construiu um rico acervo normativo, metodológico e de práticas em matéria de cooperação internacional para o desenvolvimento.¹

¹ É importante destacar que no espaço ibero-americano se realiza uma cooperação nas áreas da cultura, coesão social e conhecimento, que até à data se materializou em 27 Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos (PIPAS) e que também existe uma instância de diálogo e concertação no âmbito dos Responsáveis de Cooperação.

OS DESAFIOS E O PAPEL DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA IBERO-AMÉRICA NO ANO 2030

I.1

Embora o espaço ibero-americano seja constituído por países heterogêneos no que respeita a dotação de recursos e bagagem histórica e cultural, estes têm numerosos desafios em comum.

A América Latina e o Caribe alcançaram progressos significativos, embora frágeis, ao longo das últimas décadas. Na década de 2000, o prolongado aumento das matérias primas deu origem a taxas de crescimento económico mais elevadas que na média dos países membros da OCDE, provocando uma notável diminuição da taxa de pobreza e uma enorme expansão da classe média. No entanto, a redução dos preços das matérias primas dos últimos anos provocou o abrandamento desse crescimento e aumentou o número de pobres em termos absolutos em 2015 e 2016, o que evidenciou os problemas estruturais subjacentes e revelou a precariedade desses êxitos.

Atualmente a região encontra-se em profunda fase de transição e de grande incerteza. Na maior parte dos países do espaço ibero-americano os valores democráticos são mais sólidos que há algumas décadas e que noutras regiões do mundo. Contudo, subsistem riscos de retrocesso perante o desafio dos Estados para diminuir os níveis de desigualdade, violência e corrupção, e aumentarem os níveis de coesão social, garantindo assim a proteção e promoção dos direitos de todos, de acordo com os mais elevados padrões internacionais.

Por outro lado, apesar da desigualdade ter diminuído na quase totalidade dos países da região na primeira década do século XXI, os atuais níveis continuam a situar a América Latina e o Caribe como a região mais desigual do mundo.² As desigualdades são mais evidentes em determinados grupos, especialmente entre os jovens, mulheres, afrodescendentes, indígenas, LGBTI e pessoas com deficiência.

² Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL), A ineficiência da desigualdade, 2018 (LC/SES.37/3-P), Santiago, 2018.

É NECESSÁRIO SUBSTITUIR O ATUAL REGIME DE "GRADUAÇÃO" DA APD,
BASEADO EXCLUSIVAMENTE NO RENDIMENTO PER CAPITA, POR UM SISTEMA
QUE ADOTE CRITÉRIOS MULTIDIMENSIONAIS ALTERNATIVOS QUE MELHOR
POSSAM CAPTAR AS NECESSIDADES, PRIORIDADES E COMPLEXIDADES DE CADA
UM DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

A maior parte dos países ibero-americanos enfrentam o desafio de progredir para o desenvolvimento antes que a sua população alcance níveis de envelhecimento que reduzam o potencial de um crescimento sustentável. À medida que a proporção da população em idade de trabalhar diminua, e caso não se registre um incremento da produtividade, o rendimento per capita poderá diminuir consideravelmente.

No âmbito da saúde pública, a esperança de vida aumentou e, conseqüentemente, as taxas de prevalência das doenças contagiosas diminuíram, embora a carga total das doenças se tenha deslocado para as doenças não transmissíveis, tais como o cancro, a diabetes e a obesidade, associadas a padrões de consumo e hábitos não saudáveis da população. De igual modo, o impacto da mudança do clima na transmissão de epidemias e no aumento das temperaturas fez com que doenças como a malária e a zika se tivessem propagado para áreas anteriormente não afetadas.

Nas primeiras décadas do século XXI, alcançaram-se recordes de altas temperaturas em todo o planeta com uma regularidade alarmante, o que também afetou a produção agrícola, segurança alimentar, saúde e acesso à água.

Estima-se que em 2030 a região América Latina e Caribe continue a ser uma das mais urbanizadas do mundo. No entanto, esta urbanização desordenada e rápida coloca desafios de mobilidade, poluição e saneamento. O atrás mencionado traduz-se num desequilíbrio entre a intensidade de procura de serviços públicos - que proporcionem bem-estar aos habitantes e ao seu contexto, respeitando o ambiente - e a capacidade de resposta dos governos subnacionais e locais.

Numa região caracterizada por uma forte dependência da extração de recursos naturais, a possibilidade de alcançar o desenvolvimento sustentável está estreitamente relacionada com o desafio global de separar o crescimento da emissão de gases com efeito de estufa e de outros poluentes, que põem em risco a base da vida e o sustento económico das futuras gerações. Neste sentido, é importante que o atual abrandamento do crescimento não atraia um tipo de investimentos que enfraqueçam os já precários regimes ambientais nacionais.

Por outro lado, a Ibero-América é um espaço constituído predominantemente por países considerados de rendimento médio (PRM), com um papel dual no panorama da cooperação internacional. A nível global, nas últimas décadas observa-se uma redução relativa da APD destinada à América Latina em comparação com outras regiões do mundo, apesar dos desafios evidentes que a região enfrenta em matéria de luta contra a pobreza, gestão migratória e combate à mudança do clima.

Nesse sentido, convém reconhecer o papel estratégico da APD e de outras modalidades de cooperação internacional para a consecução da Agenda 2030, através da provisão de bens públicos globais e regionais; promoção dos direitos humanos e de género; impulso dos processos de mudança e inovação em matéria de políticas públicas; mobilização de recursos domésticos; e alavancamento de recursos do setor privado. Assim, uma resposta particularmente significativa reside no tipo e na eficácia da cooperação técnica e financeira oferecida pelos países mais avançados aos de menor desenvolvimento relativo, a fim de reduzir lacunas estruturais e de ultrapassar os seus obstáculos específicos e comuns.

É também importante considerar que a “graduação” daqueles que se classificam como PRM da região não só afeta as suas possibilidades de consolidar e aprofundar os resultados em matéria de desenvolvimento, mas também o fluxo de assistência técnica e a transferência de capacidades e conhecimentos entre os países em desenvolvimento. Nesse sentido, é de sublinhar que as modalidades de cooperação internacional, tais como a Cooperação Sul-Sul, a Cooperação Triangular e o desenvolvimento de fundos inovadores promovidos pelos países da região, se consideram um complemento à APD e não uma substituição das responsabilidades dos doadores tradicionais, que ainda estão longe de cumprir o compromisso de destinar 0,7% do PIB à ajuda ao desenvolvimento.

Por todas estas razões, o nível regional é cada vez mais importante como espaço de debate e articulação de soluções conjuntas para desafios semelhantes ou comuns. Os desafios da região para 2030 exigem uma mudança estrutural progressiva, na qual a aprendizagem e a inovação sejam intensivas e se criem políticas fiscais dinâmicas, de acordo com as diretrizes de produtividade e emprego, em conjunto com a proteção ambiental, como marca de transição para o desenvolvimento sustentável. Tudo isto, num quadro de fortalecimento da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Os países ibero-americanos demonstraram que, apesar da heterogeneidade e dos desafios que têm pela frente, possuem muitas experiências para partilhar a favor de um desenvolvimento sustentável e da implementação universal da Agenda 2030. Prova disso são os relatórios anuais de Cooperação Sul-Sul, que cada vez registam mais iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular na região e com países terceiros.

Esta Cooperação Sul-Sul e Triangular ibero-americana foi constituída a partir de afinidades e experiências partilhadas, com base em objetivos comuns inspirados nos princípios de horizontalidade, consenso, equidade, solidariedade, respeito pela soberania, bem como em contextos e prioridades nacionais, livres de qualquer contingência. Por sua vez, ambas as modalidades se destacam por serem um complemento necessário para aumentar o leque de experiências de sucesso, bem como para reforçar e criar capacidades, produção de conhecimentos, integração regional e conceção de políticas públicas de igualdade e sustentabilidade no quadro da implementação da Agenda 2030 e da consecução dos ODS.

Face ao exposto, os países ibero-americanos encarregaram-se da tarefa de integrar os ODS nas políticas públicas e nos planos e orçamentos nacionais, tentando envolver na sua implementação diversos grupos, tais como parlamentos, setor privado, academia e sociedade civil, tendo por base o princípio de não deixar ninguém para trás. Da aprovação dos ODS até à data, verificaram-se progressos significativos, apesar de subsistirem ainda dificuldades de medição e concretização de muitas das suas metas.

Implementar com sucesso a Agenda 2030 exige fortalecer a liderança política a partir da apropriação nacional e local, bem como proporcionar medições fiáveis e critérios equitativos que permitam identificar e abordar as lacunas nas capacidades e conhecimentos para alcançar todos os ODS.

Em consonância com esta visão, torna-se imprescindível colmatar as lacunas entre o discurso e a prática por forma a avançar para um sistema de cooperação internacional inclusivo, baseado na Agenda 2030, que acompanhe e incentive todos os países - de acordo com as suas diferentes trajetórias, capacidades e necessidades - a transitar com passos firmes para o desenvolvimento sustentável.

A NECESSIDADE DE AJUSTAR A NARRATIVA À PRÁTICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.2

Uma definição acertada para a construção de um sistema de cooperação internacional inclusivo que aborde a implementação da Agenda 2030, embora deva privilegiar aqueles que mais necessitam, não deve excluir nenhum país na sua transição para o desenvolvimento sustentável. Para que tal seja possível, é necessário substituir o atual regime de “**graduação**” da APD, exclusivamente baseado no rendimento per capita, por um sistema que adote critérios multidimensionais alternativos que possam captar melhor as necessidades, prioridades e complexidades do desenvolvimento de cada um dos países em desenvolvimento.

Todos os países têm pontos fortes e pontos fracos associados à dotação de recursos, situação geográfica, capital humano, bagagem cultural, bagagem histórica e trajetórias dependentes, que os tornam mais ou menos vulneráveis aos impactos externos e às consequências negativas da mudança do clima, entre outros fatores determinantes. As suas necessidades de desenvolvimento estão extremamente associadas a todos eles.

O processo da “graduação”, começa quando os países passam de uma categoria de rendimento para outra. No caso dos qualificados como PRMA, caso ultrapassem durante três anos consecutivos – em um dólar ou mais – o limiar do PIB per capita (USD\$12.745 em 2018) estabelecido pelo Banco Mundial, são excluídos da lista de países elegíveis para receber APD por parte do CAD.³

Dentro das consequências associadas a esta exclusão, salientam-se: a decisão dos parceiros cooperantes retirarem os países graduados dos seus programas de cooperação bilateral ou dos fundos específicos de cooperação multilateral; e a impossibilidade de acederem a créditos de Bancos Multilaterais ou bilaterais de Desenvolvimento concedidos em condições mais favoráveis que a taxa de mercado. É também necessário sublinhar que quando um país é “graduado”, não existe nenhum tipo de acompanhamento para abordar as consequências associadas a essa exclusão.

Quando é que se pode considerar que um país está preparado para se graduar? A “graduação” exclusivamente baseada no PIB per capita é uma má notícia. É pouco rigoroso ou inadequado considerar os países que atravessam um limiar arbitrário - criado pelo Banco Mundial à porta fechada para determinar a capacidade de pagamento dos seus empréstimos - como países desenvolvidos ou com processos de desenvolvimento totalmente bem-sucedidos. As provas demonstram que maiores níveis de rendimento não se traduzem necessariamente em maior capacidade de poupança, mobilização ou acesso a financiamento para o desenvolvimento. O crescimento também não se traduz em menores níveis de pobreza ou desigualdade, os quais são fenómenos multidimensionais, cujo combate exige muito mais que recursos económicos: envolve construir capacidades e conhecimentos para uma transformação estrutural, tendo em conta que a globalização reduz cada vez mais a margem de manobra dos Estados para favorecer essas transformações.

Não obstante o que precede, durante muitos anos a classificação dos países de acordo com o rendimento per capita permitiu identificar alguns desafios comuns dentro de cada grupo. A categoria de países de rendimento médio, por exemplo, serviu como elemento político para dar visibilidade a necessidades comuns e ao papel dual que esses países desempenham no panorama da cooperação internacional.

É conveniente recordar que o desenvolvimento sustentável é um processo, não um ponto de chegada, e que os países passam por esse processo a velocidades diferentes e com trajetórias diferentes, como resultado da sua história, estrutura e capacidade. Dito isto, para medir efetivamente os progressos e as necessidades dos países em desenvolvimento, já não é adequado pensar em limiares de rendimento, pois não é suficiente considerar o crescimento económico, sendo importante avaliar, entre outras questões, a sustentabilidade desse crescimento e as lacunas de conhecimentos, capacidades e oportunidades para darem um salto qualitativo para um novo modelo de desenvolvimento sustentável.

³ Embora o conceito de “graduação” seja mais conhecido pelos seus efeitos de transição de País de Rendimento Médio Alto para a categoria de País de Rendimento Alto, com o qual o país “graduado” deixa de ser elegível para receber APD, também se utiliza para se fazer referência à transição entre as outras categorias de rendimento, como por exemplo passar de país de rendimento baixo para médio. A graduação também envolve deixar de ter acesso a modalidades de cooperação, tal como aos créditos não condicionados.

É por isso que a graduação da APD aos países que ultrapassam o limiar do rendimento médio é vista, a partir do espaço ibero-americano, como uma decisão que tem implicações, não só para o desenvolvimento comum, mas também para o papel que a América Latina e o Caribe desempenham no panorama da cooperação internacional. Esta lógica de excluir alguns países em desenvolvimento da elegibilidade para receberem APD, enfraquece o sistema de cooperação internacional e vai contra os princípios de solidariedade e equidade que deve promover. Apoiar todos os países em desenvolvimento, de acordo com as suas necessidades, não implica ajustar ou mudar as atuais prioridades de atribuição da APD, que deve privilegiar os setores menos favorecidos. Trata-se de construir um sistema que tenha o maior impacto possível no desenvolvimento.

Ao contrário dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que se centraram nos países mais pobres por nível de rendimento, os compromissos assumidos nos ODS para o ano 2030 são universais e comprometem todos os países, entendendo que a sustentabilidade exige indicadores e ações mais complexas que o crescimento em si mesmo e que abarquem a multidimensionalidade do desenvolvimento. A exclusão de alguns países em desenvolvimento da elegibilidade para receberem APD unicamente em função do rendimento per capita reforça a impressão de que o CAD da OCDE não é inclusivo e resiste a integrar os ODS como novo quadro de cooperação para o desenvolvimento. A perpetuação do critério de "graduação", orientado pelo PIB per capita, põe em risco que os países da América Latina fiquem progressivamente fora dos âmbitos de trabalho dos seus parceiros multilaterais e bilaterais tradicionais em matéria de desenvolvimento.

As políticas de APD devem adaptar-se a este novo quadro e responder aos desafios universalmente reconhecidos, a fim de reforçarem o seu papel catalisador na mobilização de financiamento internacional para o desenvolvimento. Com este objetivo, na Ibero-América considera-se imprescindível não excluir nenhum país em desenvolvimento da APD em áreas estratégicas e de alto impacto vinculadas aos ODS, a modo de complemento dos seus recursos domésticos.

Em consequência, deve promover-se a formação de novos instrumentos, que acompanhem a realidade dos países na sua transição para o desenvolvimento sustentável, tanto financeiros quanto não financeiros, assistência técnica, intercâmbio de boas práticas, mobilização de recursos domésticos e multiplicação de fundos inovadores.

É necessário ultrapassar a mentalidade de soma zero no debate sobre a atribuição da APD, por forma a construir um sistema de cooperação internacional que intensifique as associações que promovem o desenvolvimento sustentável, tais como as parcerias de agentes múltiplos, a partir de uma visão que mostre a complexidade dos desafios existentes e reconheça e apoie as diferentes necessidades e capacidades dos países com a visão 2030.

OS PAÍSES DESTE ESPAÇO SÃO CHAMADOS A TRABALHAR EM CONJUNTO, PROCURANDO CRIAR QUER AS EVIDÊNCIAS QUER OS ELEMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS QUE PERMITAM A ANÁLISE DOS MELHORES CRITÉRIOS ALTERNATIVOS PARA A MEDIÇÃO DOS PROGRESSOS E DAS NECESSIDADES DOS PAÍSES NA SUA TRANSIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

OS PAÍSES IBERO-AMERICANOS FACE À GRADUAÇÃO DOS PAÍSES QUALIFICADOS DE RENDIMENTO MÉDIO-ALTO NO QUADRO DA AGENDA 2030

I.3

O debate sobre a “graduação-exclusão” da APD deve ser abordado com um sentido estratégico, que dê resposta aos desafios deste novo cenário, construindo um diálogo fluido com os agentes do sistema de cooperação internacional e uma posição comum.

Essa “graduação” da lista de elegibilidade da APD é um processo até agora desconhecido para a maior parte dos países latino-americanos, tendo as suas consequências sido pouco estudadas a nível global. Até 2018, só alguns países do Caribe, o Chile e o Uruguai foram “graduados” da APD. No entanto, de acordo com as projeções baseadas no crescimento económico, daqui a 2030, um número significativo de países da América Latina e de outras regiões irão enfrentar o processo de graduação. Daí a necessidade de compreender melhor este fenómeno e de, a partir do espaço ibero-americano, equacionar elementos para a discussão com o objetivo de propor uma posição partilhada, baseada em critérios alternativos para a construção de um sistema de cooperação internacional que não deixe ninguém para trás.

Assim, ao considerar as possíveis complicações que a graduação poderá criar para o nosso desenvolvimento num contexto de desaceleração da economia global, os países que fazem parte do espaço ibero-americano devem centrar-se em passar por esta etapa de mudança de forma articulada e sinérgica.

Este âmbito geográfico comum tem uma particularidade única que lhe concede legitimidade, pois é composto por países que na sua maioria têm um papel dual na cooperação, o que demonstra que, como região, têm o compromisso ativo de promover um sistema internacional equitativo, conforme as suas possibilidades e responsabilidades comuns.

Para liderar o debate, os países deste espaço estão chamados a trabalhar em conjunto, procurando produzir tanto as evidências quanto os elementos teóricos e metodológicos que permitam a análise dos melhores critérios alternativos para a medição dos progressos e das necessidades dos países na sua transição para o desenvolvimento sustentável. A este respeito, é extremamente importante que os países já graduados da APD contribuam para o debate com a sua experiência e análises de impacto e avaliação sobre o que a “graduação” envolve na prática.

Nesta perspetiva, os desafios comuns são: consolidar instituições eficientes e credíveis que assegurem a evolução para a igualdade, incluindo a igualdade de género, transparência, luta contra a corrupção e participação de grupos tradicionalmente mais desfavorecidos; bem como consolidar capacidades de governação e eficiência da despesa pública dos governos subnacionais, dadas as grandes assimetrias internas do nível de vida. Por outro lado, reduzir as vulnerabilidades associadas à integração em mercados financeiros internacionais; melhorar a capacidade competitiva mediante transformações produtivas e progressos tecnológicos, e mobilizar cadeias de valor inclusivas que permitam a participação das PME na agregação de valor; bem como considerar a proteção do ambiente e a criação de capacidades para enfrentar as alterações climáticas e reduzir as vulnerabilidades face aos desastres naturais.

Para fazer face a estes desafios comuns, é necessário: rever as políticas e instrumentos de desenvolvimento existentes para refletir o panorama atual; e redesenhar e criar novas ferramentas globais que possam vir a ser úteis num contexto de desenvolvimento.

Tudo isto nos permitirá estar na vanguarda da discussão, bem como analisar e avaliar o modo de adaptação à relação com os países doadores tradicionais, tendo presente o compromisso global para 2030 e os fluxos de financiamento da cooperação internacional para o desenvolvimento, que se devem adequar para tornar possível a consecução dos ODS e das suas metas, por forma a que a igualdade e a equidade sejam práticas e não apenas princípios.





Capítulo

A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul Bilateral

Neste segundo capítulo, inicia-se a parte do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2018* construída em torno da sistematização e análise de dados. São dados que, para elaborar esta publicação, já permitem construir um relato da Cooperação Sul-Sul no qual os países da Ibero-América participaram a partir da profunda perspectiva de terem completado 10 anos de história.

Com efeito, tal como sugere o Quadro II.1, o *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2017* foi a décima edição de uma publicação que hoje, acompanhada pelo êxito de termos também sido capazes de construir uma plataforma regional de dados online sobre Cooperação Sul-Sul, permite que a Ibero-América disponha de um acervo e de uma acumulação única de informações e conhecimentos sobre a CSS protagonizada pela região.

Esta acumulação de conhecimentos é uma das principais novidades do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2018*, pois permite, pela primeira vez e ultrapassados os obstáculos metodológicos que enfrentava em edições anteriores, incorporar à análise da CSS, séries históricas do que ocorreu nos últimos 10 anos. Esta possibilidade confere uma nova perspectiva aos diferentes capítulos e enriquece a interpretação dos resultados, dinâmicas e tendências que resultam dos dados em volta dos quais se constroem.

A edição de 2018 também apresenta outras novidades. Sempre fiel à vontade de evoluir e de compatibilizar o rigor metodológico com um formato simples para o leitor, este ano o *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-*

América 2018, identifica os conteúdos do texto que, por serem mais ocasionais ou terem um carácter mais metodológico, podem ser tratados de forma separada, transformando-os assim em breves quadros explicativos. Este tratamento separado e diferenciado afeta também a Cooperação Sul-Sul protagonizada por cada um dos países. Neste sentido, o *Relatório de 2018* integra no final, a modo de anexo, um resumo dos principais dados relativos à CSS de cada um dos 22 países membros da Conferência Ibero-Americana. O facto de que a informação relativa a cada um deles seja a mesma, aumenta o potencial do *Relatório* como instrumento de análise, visibilidade e comparabilidade da CSS de cada país ibero-americano e do seu conjunto.

Por último, devemos também destacar que, neste *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2018*, vai ganhando espaço a análise relativa ao alinhamento com a Agenda 2030. Em concreto, o espaço ibero-americano progride para a criação de uma metodologia que permita conhecer a possível contribuição da Cooperação Sul-Sul para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Neste sentido, a edição de 2018 divulga já parte dos progressos alcançados e acrescenta aos vários capítulos uma secção especificamente destinada à CSS e aos ODS.

O RELATÓRIO DA CSS NA IBERO-AMÉRICA (2007-2017): DEZ ANOS, UMA HISTÓRIA

Com a publicação do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2017, completaram-se 10 anos da sua primeira edição. Uma década de um Relatório que nestes anos constituiu um marco único para uma região em desenvolvimento, não só por se ter consolidado como um instrumento imprescindível para dar visibilidade ao que tem vindo a acontecer, mas também pela forma como se desenvolveu o seu processo de elaboração: um exercício de debate e construção coletiva sem precedentes, que teve como protagonista todos os países da região.

Para comemorar estes dez anos, mas também para sistematizar este relato e partilhar o potencial de conhecimento e de informação acumulado durante uma década em torno da Cooperação Sul-Sul protagonizada pela Ibero-América, a SEGIB decidiu promover a publicação de um livro que aspira vir a ser o espelho desta história, e cujo título, *Uma década de Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*, reflete esse compromisso.

Com efeito, o livro *Uma década de Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*, editado pela Turner, constrói o seu relato em torno de cinco capítulos:

- a O primeiro apresenta o testemunho daqueles que mais diretamente impulsionaram este projeto, reconstruindo assim o contexto e as motivações que deram origem ao Relatório.
- b O segundo reconstrói brevemente a história da Cooperação Sul-Sul a partir do que podem ser considerados os seus principais êxitos: mais de meia centena de momentos que marcaram esta história, e que a percorrem desde o seu início, da Conferência de Bandung de 1955, até ao evento que em 2019 está convocado a comemorar o 40º aniversário do Plano de Ação de Buenos Aires.
- c O terceiro capítulo aproveita o potencial da informação acumulada e centra o seu relato na evolução da CSS na qual a região participou ao longo desta última década: uma

cooperação na qual se registam mais de 7.370 intercâmbios. Mas o capítulo não se limita a isto, revela os pormenores de um processo, técnico e político, de construção multilateral e sempre concertada, participado pelos vinte e dois países, e que emerge como um exercício de CSS em si próprio.

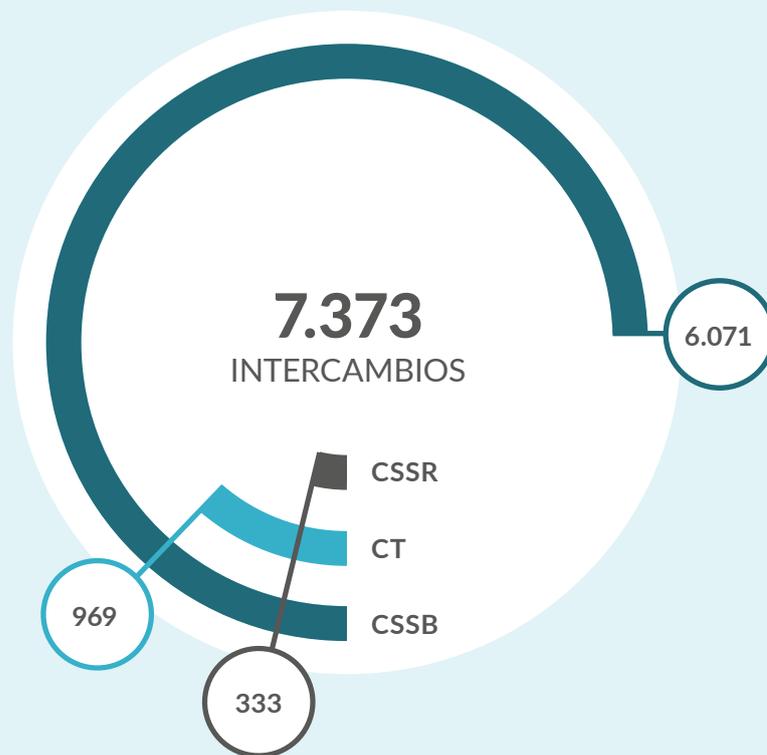
- d Os dez anos também se analisam a partir de outra perspetiva: a que se encontra no capítulo quatro, através da descrição de 10 casos considerados emblemáticos, 10 histórias para conhecer mais de perto o que distingue a nossa Cooperação Sul-Sul: como é, como se faz e, sobretudo, como contribui para o desenvolvimento e a melhoria do bem-estar dos povos da Ibero-América.
- e Finalmente, o quinto capítulo foca-se no futuro. A partir dos testemunhos dos responsáveis das agências e direções gerais de

cooperação e de outros agentes internacionais conhecedores da Cooperação Sul-Sul e do Relatório, este capítulo reflete sobre os panoramas e desafios que enfrentará no futuro uma Cooperação Sul-Sul que, alinhada com a Agenda 2030, consiga contribuir para a consolidação de um desenvolvimento “que não deixe ninguém para trás”.

O lançamento do livro está previsto para novembro de 2018, coincidindo com a publicação desta décima primeira edição do Relatório da Cooperação Sul-Sul. A sua vocação global manifesta-se num tripla lançamento em três fóruns de grande importância, próximos no tempo, mas geograficamente afastados: a XXVI Cúpula Ibero-Americana de La Antigua Guatemala, a Expo Global de CSS de Nova Iorque e um evento coorganizado por Espanha e a CE em Bruxelas, capital da UE.

Fonte: SEGIB a partir da SEGIB (2018)

DEZ ANOS DE CSS: 7.370 INTERCÂMBIOS



Fonte: Reprodução da SEGIB (2018)

Com base nas considerações anteriores, o presente capítulo, dedicado ao que aconteceu com a CSS Bilateral na qual participaram os países da Ibero-América em 2016, estrutura-se da seguinte forma:

- a) Em primeiro lugar, a CSS Bilateral de 2016 dimensiona-se a partir do número de projetos e ações que os países ibero-americanos mantiveram em execução sob esta modalidade pelo menos em alguma altura do referido ano. O que ocorreu em 2016 também se contextualiza, aproveitando a construção de séries históricas no quadro da dinâmica sustentada por este tipo de iniciativas durante a última década.
- b) A seguir, analisa-se como foi a participação dos diferentes países no conjunto da CSS Bilateral de 2016: quão intensa foi a sua atividade e em que papel (ofertante ou recetor) se tendeu a exercer. A construção de mapas que associam aos países diferentes cores conforme o nível de participação e o papel exercido, ilustram os principais resultados.
- c) Em terceiro lugar, caracterizam-se os fluxos de intercâmbio entre países: quem intercambiou com quem, exercendo que papel e com que nível de intensidade. Este tipo de análises permite saber se houve relações bilaterais especialmente preferenciais entre alguns países da região.
- d) Para conhecer o tipo de capacidades que a CSS permitiu fortalecer na Ibero-América, recorre-se a uma perspetiva setorial. Combinando variáveis (setor de atividade, país e papel) pode-se também saber que capacidades se tenderam a fortalecer nos países quando estes exerceram o papel de recetores e quais se transferiram quando o fizeram como ofertantes.
- e) O capítulo termina estabelecendo uma relação entre a Cooperação Sul-Sul e a Agenda 2030 a partir de um exercício que, dando seguimento ao já realizado nas duas edições anteriores deste Relatório, avança com uma estimativa da possível contribuição da Cooperação Sul-Sul Bilateral promovida na Ibero-América em 2016 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO SUL-SUL BILATERAL EM 2016

II.1

Ao longo de 2016, os dezanove países da América Latina mantiveram em execução um total de 680 projetos e 165 ações de Cooperação Sul-Sul Bilateral. Tal como se observa no Gráfico II.1, ambos os valores são superiores aos de 2015, quando se registaram 667 projetos e 140 ações e representa taxas de crescimento de 1,9% e de 17,9%, respetivamente.

No entanto, a tendência observada no Gráfico II.1 sugere que o ocorrido em 2016 mantém o total de projetos e ações em valores ligeiramente superiores aos do início da década analisada. De facto, no período compreendido entre 2007 e 2016, podem estabelecer-se três etapas, cujo ponto de viragem entre elas fica estabelecido por ser o número total de iniciativas que se mantém abaixo ou acima de 1.000. Assim, em concreto:

- a) Entre 2007 e 2009, o total dos projetos e ações aumentou em média anual um substancial 18,1%, o que permitiu que o valor final crescesse das cerca de 750 iniciativas iniciais para quase 1.040.
- b) De 2009 a 2014, o número total de iniciativas tendeu a manter-se estável, oscilando os valores registados entre um mínimo de 977 em 2012 e um máximo histórico de 1.179 iniciativas correspondente a 2013. No entanto, a aparente estabilidade desta segunda etapa, com uma taxa de crescimento médio anual do conjunto das iniciativas de 1,3%, esconde dinâmicas dispareas entre os projetos e as ações: mais estável para os primeiros; e com alterações muito bruscas entre anos, para as segundas.¹

¹ Com efeito e nesta segunda etapa, as taxas de crescimento registadas cada ano pelos projetos oscilaram entre -7,0% no biénio 2009-2010 e 25,0% no biénio seguinte (2010-2011). A flutuação registada no caso das ações é muito superior, e a distância entre a maior queda (30,5% entre 2010 e 2011) e o crescimento mais intenso (120% entre 2012 e 2013) é de mais de 150 pontos percentuais.

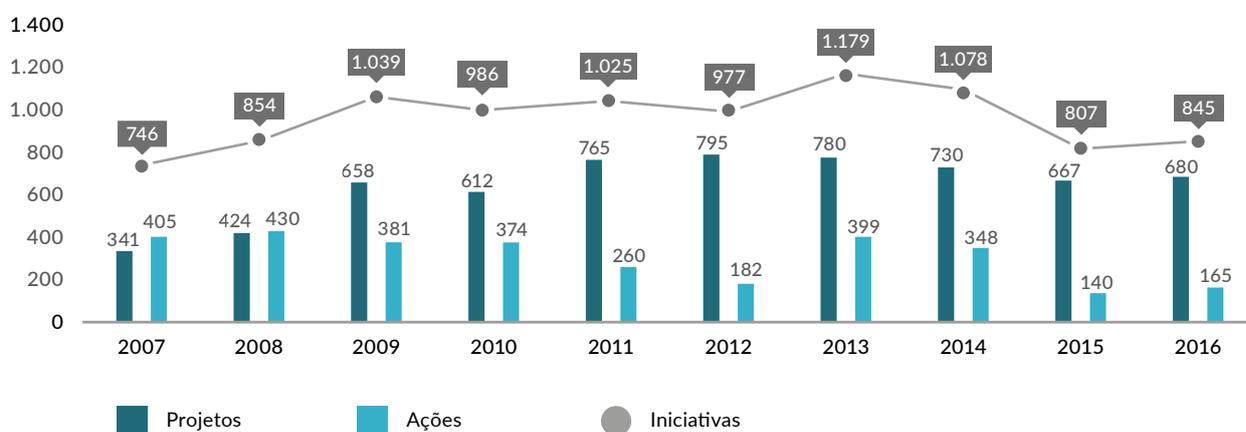
- c) A terceira etapa corresponde ao período entre 2014 e 2016, quando as iniciativas desceram de novo abaixo do valor de 1.000 para se estabilizarem nas já mencionadas 845. Uma vez mais, a dinâmica registada pelos projetos e as ações diferiu, influenciando o resultado final. Na verdade, a queda registada entre 2014 e 2016 (de 1.078 iniciativas para 845) explica-se em 80% pelo impacto na queda registada pelas próprias ações, que durante esses anos se reduziram para quase metade (das 348 iniciais para as 165 finais).

AO LONGO DE 216, OS DEZANOVE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA MANTIVERAM EM EXECUÇÃO UM TOTAL DE 680 PROJETOS E 165 AÇÕES DE COOPERAÇÃO SUL-SUL BILATERAL

GRÁFICO II.1

EVOLUÇÃO DOS PROJETOS, AÇÕES E INICIATIVAS DE CSS BILATERAL. 2007-2016

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências de Direções Gerais de Cooperação e da SEGIB (2018).

Cabe referir que a série histórica incluída no Gráfico II.1 não é comparável às que na sua altura se incluíram nas edições anteriores deste mesmo Relatório, nem consequentemente coincidente com a que obteríamos agregando de forma sucessiva os valores globais contidos, ano após ano, nas referidas publicações. Isto acontece porque, tal como já se mencionou na introdução do capítulo, a acumulação de dados ao longo desta década foi acompanhada pelo impulso de uma ferramenta essencial para construir as séries com valores atualizados e depurados: a plataforma online denominada Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular (cujo acrónimo é SIDICSS).

Beneficiar desta plataforma permitiu ultrapassar obstáculos metodológicos e construir séries históricas atualizadas sobre dados mais robustos, em permanente revisão e diferentes daqueles que constam dos Relatórios anteriormente editados. As alterações que tal provoca nos valores finais e o pormenor sobre como se devem interpretar, pode consultar-se no Quadro II.2.

O SIDICSS E A DISPONIBILIDADE DE DADOS PERMANENTEMENTE ATUALIZADOS

A partir de setembro de 2015, os países ibero-americanos registam a informação relativa à sua Cooperação Sul-Sul numa plataforma online concebida e construída por eles próprios em conjunto com a SEGIB e o PIFCSS: trata-se do Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular (SIDICSS). Desde essa data e a par dos requisitos de informação que resultaram da elaboração das edições de 2016, 2017 e 2018 deste Relatório, os países registaram na base a informação relativa à CSS em que participaram principalmente entre os anos 2013 e 2016. Simultaneamente, a SEGIB introduziu no sistema a informação relativa às iniciativas de CSS que alimentaram as oito edições do Relatório elaboradas entre 2007 e 2015, quando ainda não existia esta plataforma de registo. Fruto deste esforço partilhado, o SIDICSS contém hoje informações relativas a mais de 7.370 programas, projetos e ações de cooperação nas três modalidades reconhecidas no nosso espaço.

É de salientar que foi possível fazer a “agregação” de uma década de registos homologando os critérios utilizados. Assim, por exemplo, as iniciativas de Cooperação Sul-Sul que estiveram em execução entre os anos 2007 e 2009 na sua altura foram categorizadas como meras “ações”. Só a partir de 2010 se tomou a decisão de distinguir as ações dos projetos. Ao olhar para trás, mas passando agora a incorporar essas iniciativas no SIDICSS, o seu registo realizou-se depois de uma prévia recategorização, o que permitiu incorporar ações e projetos de forma diferenciada. Esta forma de proceder aplica-se a todas as alterações conceptuais e metodológicas que ocorreram durante estes anos. O resultado é um ajuste dos dados para que os registos da base sejam homologáveis, comparáveis e agregáveis, o que também garante que não se incorra em incoerências ou erros na sua contabilização.

Além disso, o SIDICSS é uma base dinâmica e a contínua revisão dos registos permite que, a qualquer altura, a informação possa ser atualizada. A modo de exemplo, é possível que em 2016 se registre um projeto que teve início em 2015 e se prevê finalize nesse mesmo ano de 2016. No entanto, pode acontecer que em 2017 se tenha nova informação e se saiba que, por diferentes motivos, o projeto teve de ser concluído no seu primeiro ano de execução. A atualização dessa informação é muito importante, não só porque permite saber mais sobre como evolui a implementação de um projeto, mas também por que na altura de o contabilizar e de o integrar numa série histórica que inclua o número de projetos mantidos em execução em 2015 e 2016, o resultado que se apresenta difere e incorre (ou não) em erros e/ou falsas contabilidades. Neste sentido, a possibilidade permanente de atualizar e ajustar os dados do SIDICSS dota a plataforma da grande virtude de oferecer informação e uma análise mais exata que a dos próprios Relatórios.

Fonte: SEGIB

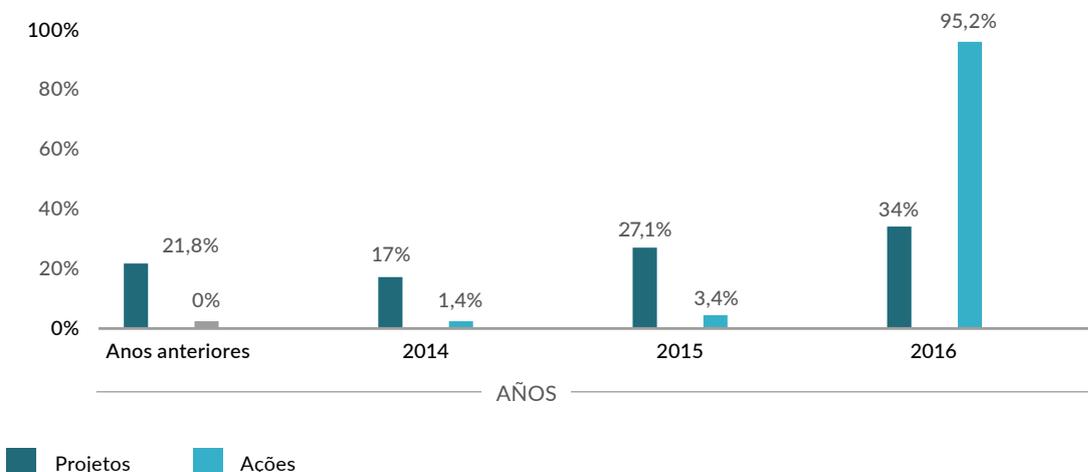
Por outro lado, e conforme sugere o Gráfico II.2, um terço (34,0%) dos 680 projetos de CSS Bilateral que estiveram em execução em 2016 iniciaram-se nesse mesmo ano. Consequentemente, podemos afirmar que dois terços desses projetos deram continuidade a intercâmbios que começaram em anos anteriores, maioritariamente em 2015 (27,1%), 2014 (17,0%) e inclusivamente nalguma altura do período compreendido entre 2001 e 2013 (21,8%). Estes valores contrastam com os relativos às ações, cuja quase totalidade (95,2%) dataram o seu início no próprio ano 2016, enquanto que menos de 5% tiveram início nos dois anos anteriores.

DOIS TERÇOS DOS 680 PROJETOS DE 2016
DERAM CONTINUIDADE A INTERCÂMBIOS
QUE TIVERAM INÍCIO EM ANOS ANTERIORES,
NA SUA MAIORIA EM 2015 (27,1%).
ENTRETANTO, PRATICAMENTE TODAS AS
AÇÕES (95,2%) DATARAM O SEU INÍCIO NO
ANO DE 2016

→ GRÁFICO II.2

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS E AÇÕES DE CSS BILATERAL, CONFORME O ANO DE INÍCIO.

Participação, em percentagem



Nota: Os "anos anteriores" compreendem registos com datas de início de 2001 a 2013.
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Os resultados anteriores estão em coerência com o facto de que os projetos correspondem a ferramentas de cooperação de duração superior à das ações. Com efeito, o Gráfico II.3 distribui os projetos e as ações de 2016² conforme o tempo (em dias) decorridos entre o seu início e finalização.³ A sua observação sugere que:

a) A maior parte (75%) dos projetos de CSS Bilateral de 2016, estiveram em execução entre um mínimo de 512 dias (um ano e cinco meses) e um máximo próximo dos 1.600 (4 anos e 4 meses). Os outros 25% registaram uma duração menor e muito variável, que oscilou entre os 9 dias e os pouco mais de 500 a que anteriormente se fez referência.

b) Por contraste, as ações de 2016 registaram durações muito inferiores. Em concreto, em 75% dos casos, o tempo de execução oscilou entre os 2 dias e apenas um mês (32,2 dias); enquanto que nos restantes 25% duraram entre um mês e 75 dias (uns dois meses e meio).

c) A comparação dos tempos que em média decorreram entre o início e o final da atividade para os projetos e as ações, ratifica, sem dúvida, que se trata de duas ferramentas de diferente natureza e dimensão: assim, em 2016, as ações tenderam a executar-se em 55 dias, enquanto que os projetos precisaram de 859 (dois anos e cinco meses).

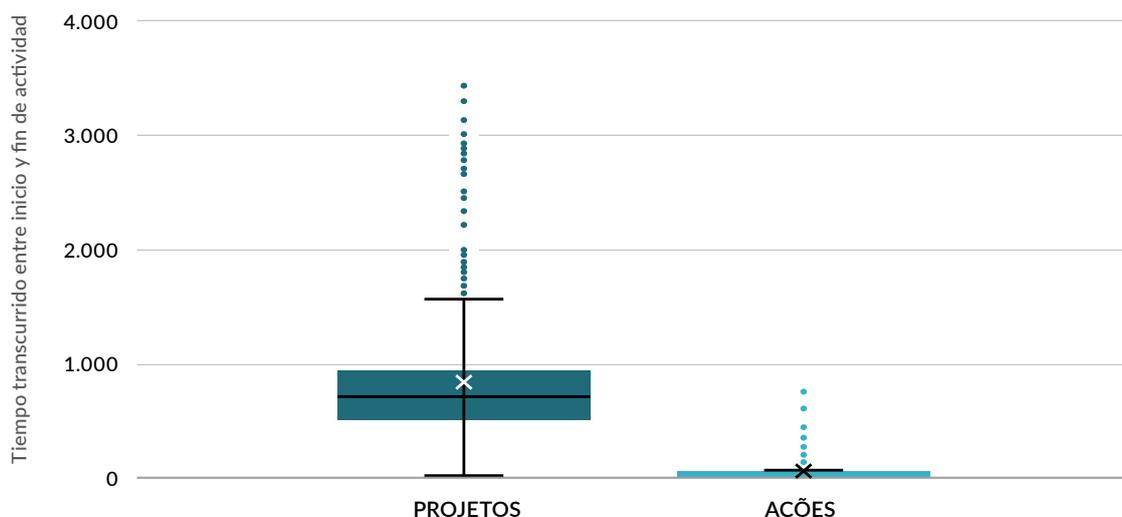
² Essa distribuição apresenta-se através dos denominados diagramas de "caixa". Trata-se de um recurso que distribui os valores de análise por ordem crescente, sobre a vertical que une o valor mínimo (barra horizontal inferior) com o máximo (barra horizontal superior). Sobre a referida vertical, desenha-se uma "caixa" que atende a uma divisão por quartis: os primeiros 25% dos valores situam-se entre o valor mínimo (barra inferior) e a base inferior da caixa; os segundos 25%, entre essa mesma base inferior e o valor correspondente à mediana que divide a caixa em duas; o terceiro quartil dos valores situa-se entre a mediana e a base superior da caixa; e o quarto e últimos 25%, entre essa base superior e a barra horizontal situada mais acima (ou seja, o valor máximo). Sobre a vertical, mas acima e/ou abaixo das barras superior e inferior, também podem aparecer uma série de pontos, que correspondem sempre a valores considerados anómalos. Um dos valores situados sobre a linha vertical, assinalado com uma cruz, informa sobre a média aritmética.

³ Este cálculo só pode ser feito para as iniciativas sobre as quais dispomos simultaneamente de duas informações relativas às datas de início e de conclusão da atividade. Neste sentido, em 2016 ambos os dados estiveram disponíveis para 66,0% dos projetos e 64,8% das ações. Os resultados da análise não são portanto aplicáveis a tudo o que foi executado em 2016, mas apenas a uma parte.

→ GRÁFICO II.3

DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS E AÇÕES, CONFORME A DURAÇÃO. 2016

Em número de dias



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Finalmente, devemos acrescentar que a diferente natureza e dimensão dos projetos e ações, também se pôde constatar a partir de uma comparação em termos dos custos requeridos para as suas respetivas execuções. No entanto, a realização deste exercício comparativo exige

dispor de dados económicos que, apesar dos esforços envidados pelos países ibero-americanos, atualmente ainda são parciais e incompletos. Por esse motivo, esta comparação não é abordada no texto, mas num quadro à parte, o II.3, que por sua vez serve para encerrar esta secção.

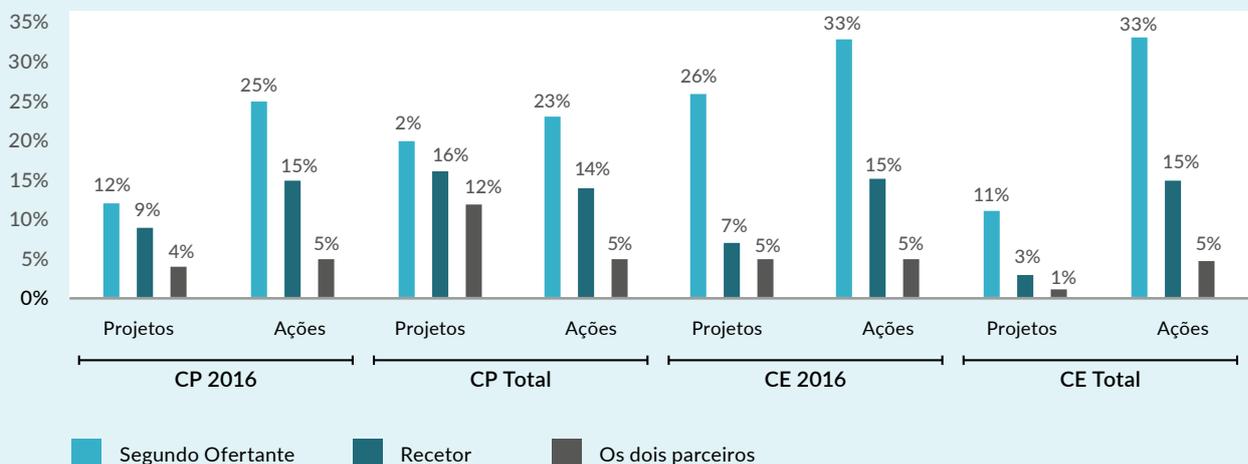
QUADRO II.3

PROJETO E AÇÕES: DIFERENTE DIMENSÃO, DISTINTO CUSTO

Uma das formas de identificar a diferente natureza dos projetos e das ações de Cooperação Sul-Sul é comparar a sua distinta “dimensão” em termos económicos. A fórmula concreta para o fazer exige comprar os diferentes valores de custo associados a uma e a outra ferramenta.

DISPONIBILIDADE DE DADOS RELATIVOS ÀS DIFERENTES VARIANTES DE CUSTO DE PROJETOS E AÇÕES. 2016

Em percentagem sobre o total dos projetos e ações



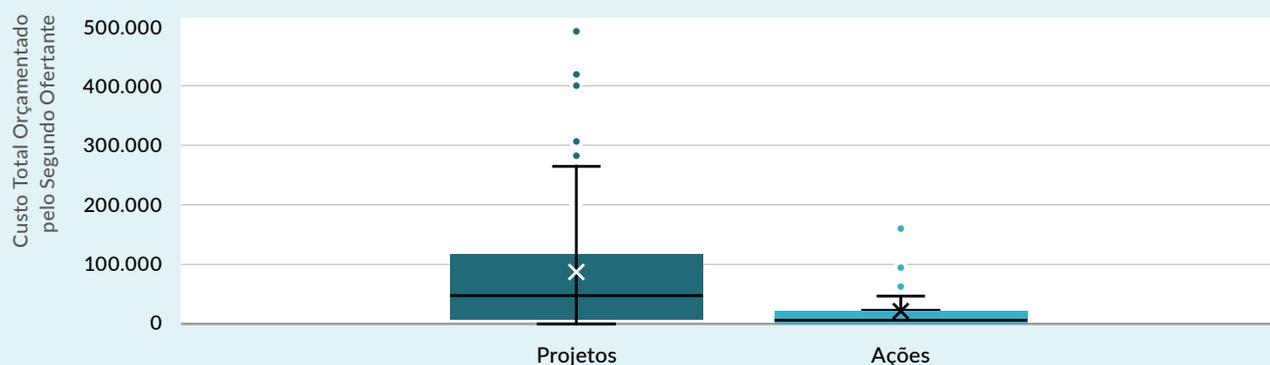
Nota: CP refere-se ao Custo Orçamentado e CE ao Custo Executado

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

O primeiro gráfico mostra como, apesar dos esforços realizados ano após ano, ainda hoje a disponibilidade desses dados é relativamente baixa. Assim, e tomando como referência tanto os 680 projetos e as 165 ações de CSS Bilateral de 2016 quanto as 12 possíveis variantes de custo (executado/orçamentado; para 2016/para todo o ciclo; pelo ofertante/receptor/dois parceiros), observa-se que uma das possíveis alternativas (ainda com relativamente baixa cobertura), reside em comparar os Custos Orçamentados assumidos pelo país que exerceu o papel de ofertante em toda a execução da ação e do projeto. O segundo gráfico apresenta o resultado dessa comparação.

DISTRIBUIÇÃO DE PROJETOS E AÇÕES, CONFORME O CUSTO TOTAL ORÇAMENTADO PELO OFERTANTE. 2016

Em dólares



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Neste sentido, podemos afirmar que em 2016 os projetos de CSS Bilateral que compõem a amostra analisada (uma quinta parte do total), tenderam a contar com um orçamento total assumido pelo ofertante que, em metade dos casos, oscilou entre 9.000 e 118.000 dólares e que poucas vezes ultrapassou 267.200. Entretanto, as ações (23% das 165 finalmente registradas) executaram-se com um orçamento total a cargo do parceiro ofertante que, em metade dos casos, oscilou entre 1.602 e 22.630 dólares, e que, com muito poucas exceções, nunca se situou acima da barreira dos 50.000. Os resultados anteriores sugerem que projetos e ações têm uma dimensão diferente, superior no caso dos projetos, algo que por sua vez se ratifica comparando esse mesmo dado de custo, mas em termos de média: 82.321 dólares dos projetos, face a 19.175 das ações.

Fonte: SEGIB a partir da SEGIB (2018)

A COOPERAÇÃO SUL-SUL BILATERAL EM 2016: UMA PERSPETIVA GEOGRÁFICA

II.2

Para ilustrar o papel e a intensidade com que os dezanove países da América Latina participaram nos 680 projetos e nas 165 ações intercambiadas na região ao longo de 2016, elaboraram-se os Mapas II.1.1 e 2 (no texto) e A.II.1.1 e 2 (em anexo). A partir destes, os países distribuíram-se conforme a sua percentagem de participação sobre o total dos projetos e ações oferecidas e recebidas, respetivamente. A cada país corresponde uma cor de menor ou maior intensidade conforme a faixa de valores em que se situa o seu grau de

participação nas iniciativas de 2016 (seis faixas que começam em 0,0% de participação e que, segmentadas a cada 2,5 pontos percentuais, acabam em valores superiores a 12,6%).

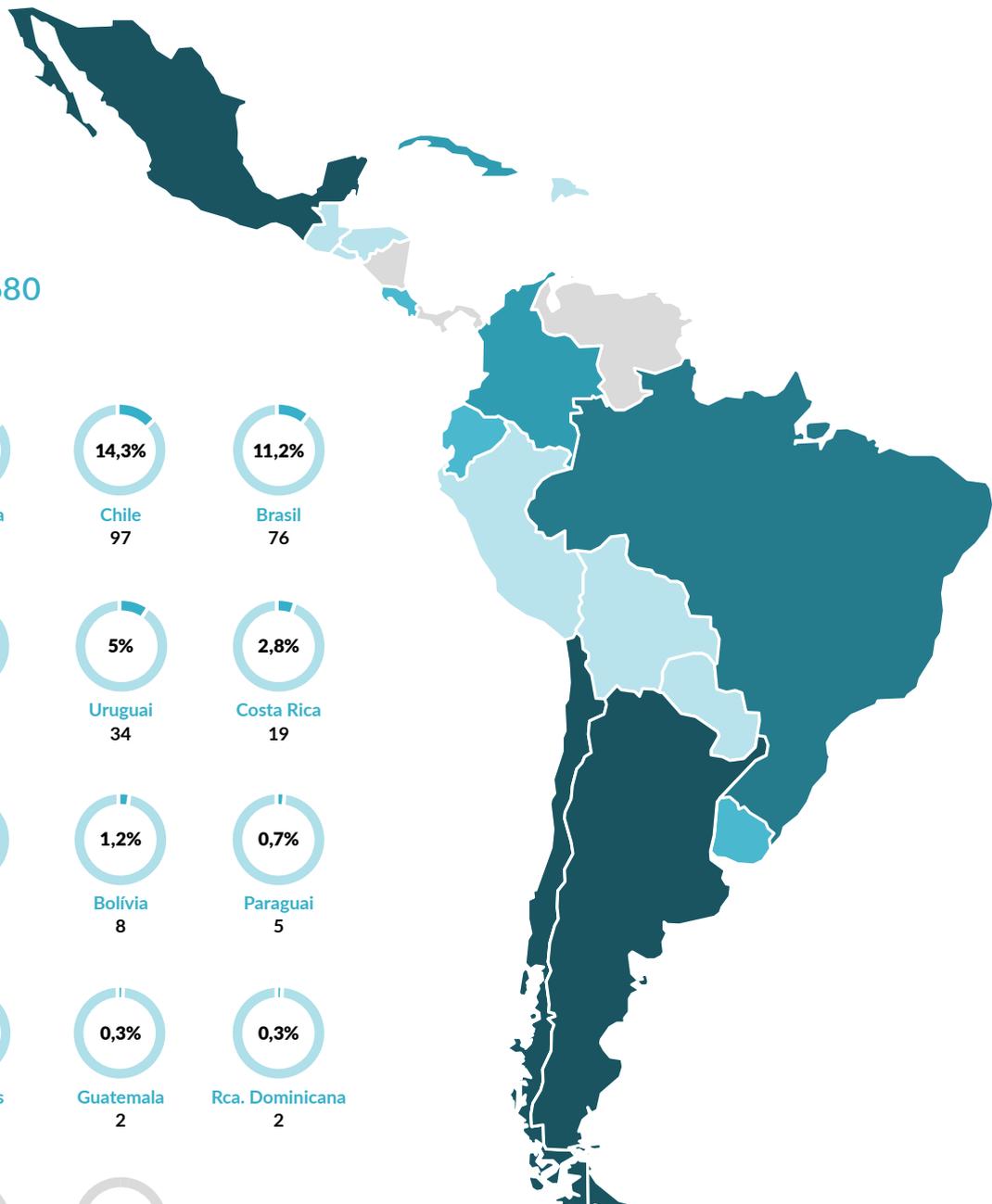
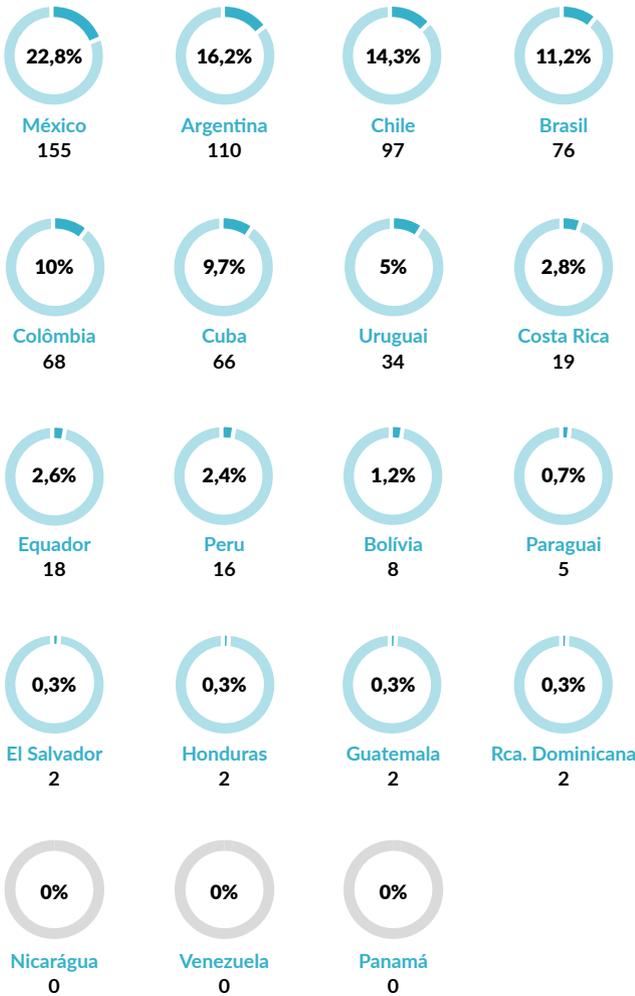
Neste sentido, a observação do Mapa II.1.1, relativo à participação dos países que desempenharam o papel de ofertantes sobre o total dos 680 projetos em execução em 2016, sugere que:

→ MAPA II.1

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO, CONFORME O PAPEL. 2016

II.1.1. Conforme o ofertante

TOTAL GERAL: 680



Legenda: Faixas de intensidade, conforme a percentagem de projetos de cooperação oferecidos ou recebidos no ano 2016:

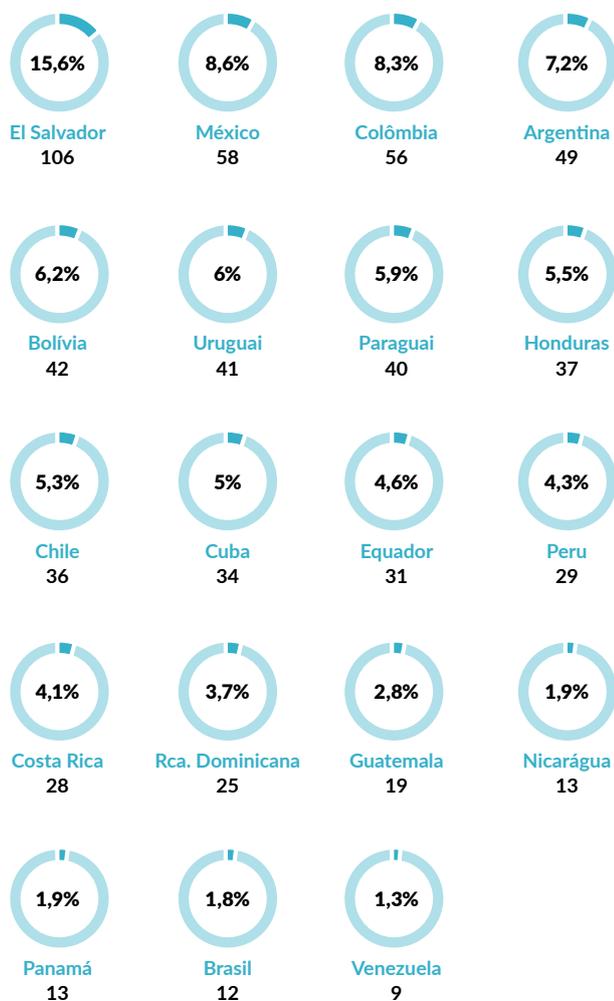


MAPA II.1

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO, CONFORME O PAPEL. 2016

II.1.2. Conforme o recetor

TOTAL GERAL: 678



Legenda: Faixas de intensidade, conforme a percentagem de projetos de cooperação oferecidos ou recebidos no ano 2016:

%
 País
 Nº Projetos

Não se registam projetos
 Entre 0,1% e 2,5%
 Entre 2,6 e 5,0%
 Entre 5,1% e 7,5%

Entre 7,6% e 10,0%
 Entre 10,1% e 12,5%
 Mais de 12,6%

- a) Pela primeira vez ao longo dos últimos anos, o México foi o país que, a partir do papel de ofertante, registou um maior volume de projetos: um total de 155, equivalentes a 22,8% dos 680 finalmente registados. Seguiram-no, por ordem de importância relativa, a Argentina e Chile os quais, com 110 e 97 projetos respetivamente, se destacaram como segundo e terceiro principais ofertantes. Tal como se pode observar, estes três países, dos extremos norte e sul da região, justificaram de forma agregada mais de metade dos projetos de 2016. Se a estes acrescentarmos o Brasil, quarto país em importância relativa com um registo de 76 projetos (11,2% do total), justificam-se praticamente 2 em cada 3 dos intercâmbios finais.
- b) Devemos acrescentar que estes 4 países foram os mesmos que em 2015 registaram o maior volume de projetos. No entanto e em contraste, as posições relativas mantidas entre eles modificaram-se substancialmente: em concreto, a Argentina e Brasil (primeiro e terceiro principais ofertantes de 2015) perderam posições a favor do México e Chile (os quais, a partir do segundo e quarto lugar, ascenderam precisamente até às posições cedidas pela Argentina e Brasil). Esta mudança foi fruto da forma como se combinaram as dinâmicas opostas registadas por estes quatro países: de uma elevada queda no número de projetos registados pela Argentina e Brasil (de cerca de 40% e de 30,9% entre 2015 e 2016, respetivamente), face ao intenso aumento do México (24,0%) e Chile (21,3%).
- c) Por sua vez, a Colômbia e Cuba participaram na CSS Bilateral de 2016 com um número de projetos semelhante, à volta de 66-68 em cada caso, pelo que, de forma agregada, ambos foram responsáveis por um quinto dos intercâmbios finalmente registados. Quando à atividade destes dois países se acrescenta a realizada pelo Uruguai (34 projetos), Costa Rica (19) e Equador (18), entendem-se outros 10% adicionais dos registos correspondentes a 2016. No total, 9 países foram responsáveis, a partir do exercício do papel de ofertantes, por cerca de 95% da CSS Bilateral que em 2016 se instrumentalizou através de projetos.
- d) Os 5% restantes projetos de 2016 (uma trintena), justificaram-se pela contribuição de 7 países, entre os quais devemos distinguir: por um lado, o Peru e Bolívia, na sub-região andina, os quais agregaram dois terços desses intercâmbios finais; por outro lado, ainda no sul do continente, o Paraguai, um país tradicionalmente recetor que em 2016 combinou esse papel com a oferta de 5 projetos; e, por último, os centro-americanos El Salvador, Honduras e Guatemala em conjunto com a República Dominicana, já no Caribe, os quais também tiveram uma incipiente atividade como ofertantes, ao executar, em cada caso, 2 projetos de CSS Bilateral. Três países não registaram nenhum intercâmbio: Nicarágua, Panamá e Venezuela.

Entretanto, o Mapa II.1.2 oferece uma leitura do que ocorreu com a participação dos países nos 680 projetos de 2016, mas agora a partir do exercício do papel de recetor. Em concreto:

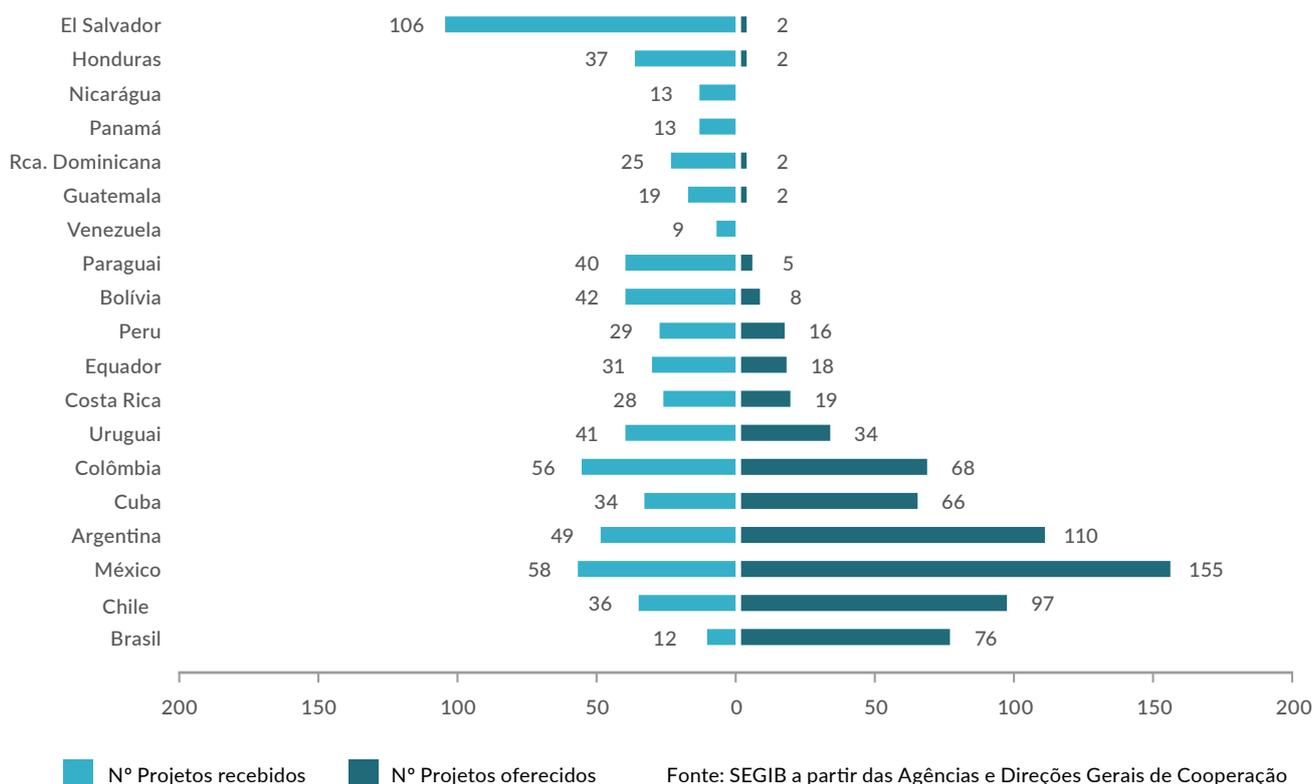
- a) El Salvador foi o país que, tal como tem vindo a acontecer nos últimos anos, executou um maior número de intercâmbios a partir desse papel: 106, equivalentes a uns consideráveis 15,6% dos 680 registos finais. Esse valor praticamente duplicou o que correspondeu, em cada caso, aos dois países que o seguiram em termos de importância relativa: México e Colômbia, os quais com 58 e 56 registos, contribuíram para o conjunto da CSS Bilateral de 2016 com outros 16,9%.⁴
- b) Por sua vez, pouco mais de um terço dos projetos (245, equivalentes a 36,1% do total), justificaram-se pela contribuição dos países que, situados na faixa ocidental sul do continente, registaram em cada caso entre 36 e 49 projetos: tratou-se da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai, em conjunto com a longínqua Honduras, já na sub-região centro-americana.
- c) Outra quarta parte dos projetos (166) deveram-se à participação que, a partir do papel de recetores, tiveram outros seis países: Costa Rica, Guatemala, Cuba e República Dominicana, nas sub-regiões centro-americana e caribenha; Equador e Peru, na andina. Nestes casos, os registos individuais oscilaram entre 19 e 34 intercâmbios.

⁴De facto, a Colômbia mais que duplicou o seu registo do ano anterior: 26 projetos recebidos em 2015 face aos 56 de 2016.2016.

→ GRÁFICO II.4

PROJETOS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL BILATERAL OFERECIDOS E RECEBIDOS, CONFORME O PAÍS. 2016

Em unidades



d) Finalmente, identifica-se um grupo de 4 países responsável pelos últimos 7% dos projetos executados a partir da recepção: Nicarágua e Panamá, com 13 projetos cada um; Brasil com 12; e Venezuela com 9. Tal como se pode observar, três deles, com a única exceção do Brasil, foram os únicos países da região que não exerceram o papel de ofertantes e que, portanto, só participaram nos projetos de CSS Bilateral de 2016 como recetores.

De facto, e em linha com o atrás mencionado, os países da América Latina combinaram de diferente forma o exercício dos papéis de ofertante e recetor. Tal como tem vindo a ocorrer habitualmente, estas fórmulas de combinação responderam a três padrões: os que revelaram um perfil “preferencialmente ofertante”; os que apresentaram um perfil “preferencialmente recetor”; e os que equilibraram de um modo bastante equitativo a participação a partir de ambos os papéis.

Para ilustrar essas fórmulas e identificar os países que as protagonizaram, elaborou-se o Gráfico II.4, que situa, para cada país em torno de um eixo vertical, o número de projetos nos quais ao longo de 2016 participou cada um deles como recetor (barras à esquerda do eixo central) e aqueles nos quais participaram a partir do exercício do papel de ofertante (seguindo a correspondente horizontal, barras à direita desse mesmo eixo). Os países foram também ordenados conforme as proporções mantidas por esses dois valores: próximas de um (centro da distribuição), afastando-se desse um, mas primando os projetos recebidos (para cima); afastando-se de um, mas primando os oferecidos (países situados na parte inferior).

Assim, a partir da observação do Gráfico II.4, podemos afirmar que:

a) Em 2016 e de modo coerente com o que tem vindo a ser habitual, o perfil “preferencialmente recetor” prevaleceu sobre o “preferencialmente ofertante”. Com efeito, a maior parte dos países da região (os 13 situados e referenciados na parte superior do eixo vertical do Gráfico II.4) registaram um rácio da relação entre o recebido e o oferecido superior a um. Entretanto, para menos de metade deles (os 6 que na parte inferior vão da Colômbia ao Brasil), o rácio só foi superior à unidade quando o número de projetos oferecido ultrapassou os recebidos.

- b) Não obstante, e dentro do grupo de países para os quais o exercício do papel de recetor foi proeminente, distinguiram-se por sua vez três padrões de comportamento diferentes. Por um lado, devemos referir os países em que a sua participação como recetores distou realmente muito (entre 12,5 e 53 vezes) da que tiveram como ofertantes. São o caso de El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá, juntamente com a República Dominicana. Ao mesmo tempo, essa distância continuou a ser significativa, mas algo menor (entre 5,3 e 9,5) nos casos da Guatemala, Venezuela, Paraguai e Bolívia. Em contraste, o Peru, Equador, Costa Rica e Uruguai registaram uma participação muito paritária no exercício de ambos os papéis, sendo o número de projetos nos quais participaram como ofertantes muito semelhante, e apenas um pouco superior, ao que correspondeu à sua participação como recetores, tal como sugerem os rácios próximos da unidade e cujo valor oscilou entre um reduzido 1,2 e um não muito elevado 1,8.
- c) Por seu lado, os seis países em que houve propensão para um papel “preferencialmente ofertante” tenderam a combinar a sua intensa atividade como ofertantes com uma atividade menor, mas igualmente importante, como recetores. Com efeito, para a Colômbia e Cuba, por exemplo, o número de projetos nos quais participaram como ofertantes foi significativo (68 e 66) e só ligeiramente superior ao que registaram como recetores (56 e 34), um facto que resultou numa proporção entre ambos os tipos de participação que ultrapassou a unidade, mas nunca foi superior a 2. Para o México, Argentina e Chile, três dos principais ofertantes de 2016, a proporção entre o oferecido e o recebido também foi apenas um pouco superior, e oscilou entre valores que sugerem um número de projetos a partir da oferta que pouco mais que duplicou o da receção. A única exceção foi o Brasil, para o qual os projetos a partir dos quais participou como ofertante multiplicaram por 6,3 aqueles em que o fez a partir do papel de recetor.

A forma como os países combinam a sua participação a partir de ambos os papéis pôde dever-se a múltiplos fatores. Mas, à margem disso e tal como sugere o Quadro II.4, participar na CSS Bilateral a partir de um papel ou a partir de outro pode por sua vez incidir na forma como, no âmbito da execução de um projeto, se distribuem as tarefas e/ou as responsabilidades. A modo de ilustração, o mencionado Quadro realiza uma aproximação à forma como nesse ano de 2016 parece ter ocorrido a relação entre o exercício de um papel e a assunção da responsabilidade económica.

AO LONGO DE 2016, O MÉXICO FOI O PAÍS QUE, NO PAPEL DE OFERTANTE, REGISTOU UM MAIOR VOLUME DE PROJETOS: UM TOTAL DE 155, EQUIVALENTES A 22,8% DOS 680 FINALMENTE REGISTADOS. POR SUA VEZ, EL SALVADOR FOI O PAÍS QUE EXECUTOU UM MAIOR NÚMERO DE INTERCÂMBIOS NO PAPEL DE RECETOR: 106, EQUIVALENTES A UNS NOTÁVEIS 15,6% DOS 680 REGISTOS FINAIS

O PAPEL DOS PAÍSES E A DISTRIBUIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES

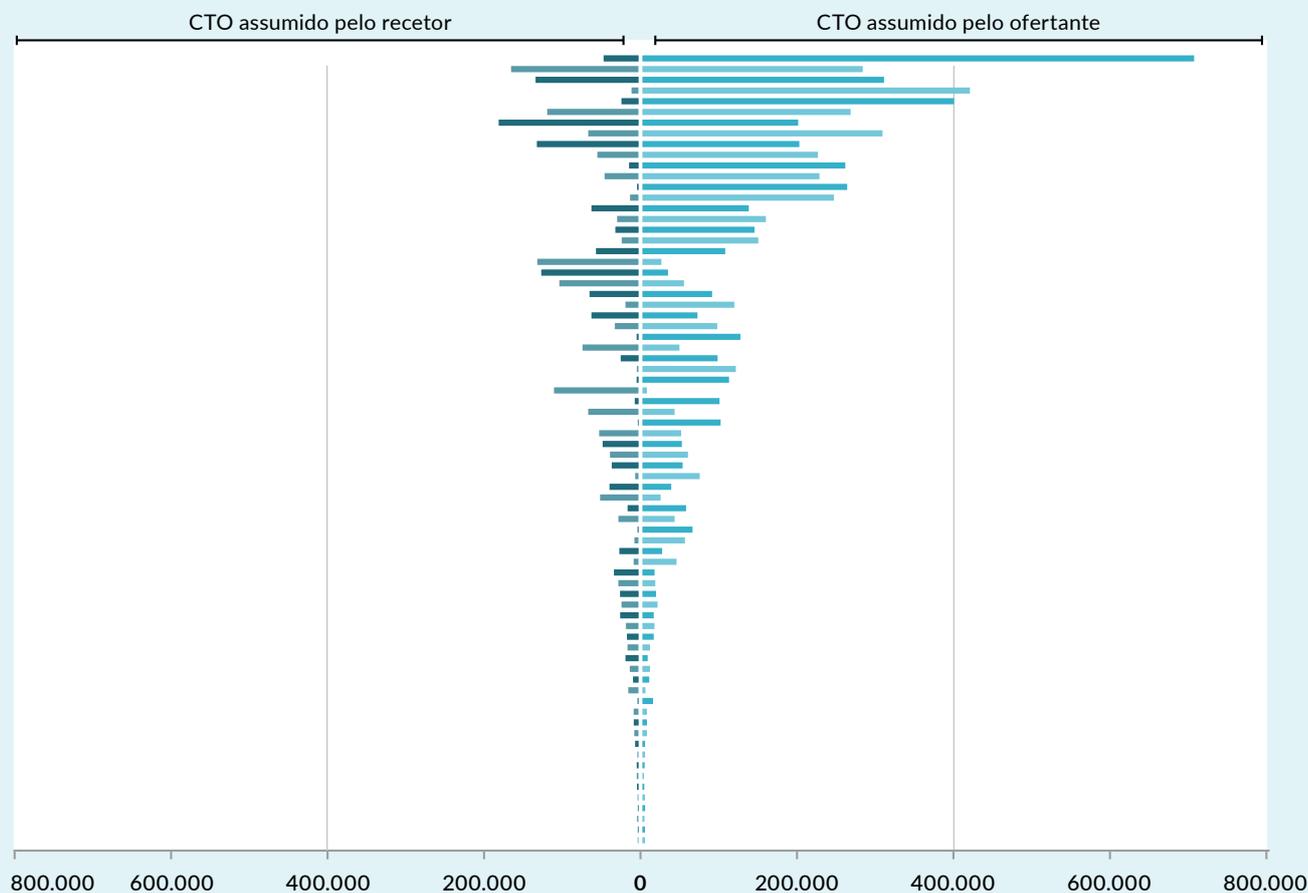
A distribuição dos papéis entre países na hora de negociar, implementar e inclusivamente avaliar a Cooperação Sul-Sul, costuma estar associada ao exercício de diferentes tarefas e responsabilidades. Medir em que grau se partilham essas responsabilidades nas duas possíveis manifestações, não é uma tarefa fácil. A única exceção refere-se ao seu sentido mais económico: à medição da forma como o ofertante e o recetor repartiram o custo económico total necessário para poder executar o projeto.

A aplicação desse indicador é simples, mas debate-se com uma grande limitação: a falta de dados, pois o cálculo exige dispor da mesma informação de custo tanto do ofertante quanto do recetor. Neste sentido, em 2016, o indicador aplica-se ao custo total orçamentado, pois a parte assumida por cada parceiro conhece-se para apenas 10,8% dos 680 projetos executados, sendo este o máximo grau de cobertura possível para o presente exercício.

Tendo em conta essas limitações, construiu-se o gráfico seguinte. O referido gráfico apresenta o total do custo orçamentado correspondente aos 74 projetos que compõem a amostra de análise, e ordena-os em torno de um eixo central de forma decrescente, do valor máximo (752.500 dólares) até ao mínimo (2.000 dólares). O eixo central marca o ponto no qual o valor passa de ser assumido pelo recetor (parte da barra situada à esquerda da vertical central) a ser assumido pelo ofertante (à direita da vertical central).

DISTRIBUIÇÃO DO CUSTO TOTAL ORÇAMENTADO ENTRE OS DOIS PARCEIROS DO PROJETO. 2016

Em dólares



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Da observação do gráfico depreende-se que:

a Praticamente numa em cada quatro ocasiões, a maior proporção do custo foi assumida pelo recetor. Além disso, e embora se registre uma exceção, o habitual foi que a parte assumida por quem exerceu este papel nunca fosse mais de cinco vezes superior à parte assumida pelo outro parceiro.

b Entretanto, registaram-se 12 projetos (equivalentes a 16,2% dos analisados) nos quais a relação de participação foi de um. Nestes casos, a responsabilidade económica foi plenamente partilhada, dividindo a 50% valores de custo que oscilaram entre 4.000 e 10.000 dólares.

c Finalmente, nos restantes 60% dos projetos que compõem esta amostra, a maior proporção do custo total orçamentado foi assumida pelo país que exerceu o papel de ofertante. Além disso, em uma de cada quatro dessas ocasiões essa assunção foi de 100%.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Finalmente, é de referir que quando o foco de análise se transferiu para a CSS Bilateral de 2016, nessa ocasião instrumentalizada através de ações, os países ibero-americanos também registaram diferentes graus e fórmulas de participação, dependendo do papel que exerceram. A observação combinada dos Mapas A.II.1 1 e 2, e do Gráfico A.II.1 (em anexo), sugere que:

- a) No exercício do papel de ofertante, três países justificaram praticamente metade das 165 ações de 2016: tratou-se, por ordem de importância relativa, da Colômbia, Peru e México. Quando a estes se acrescenta a contribuição do Chile, Equador e Argentina (entre 14 e 20 ações em cada caso), justificam-se já mais de 3 em cada 4 das ações finalmente registadas em 2016. Os restantes 22,6% deveram-se principalmente, em duas de cada três ocasiões, aos intercâmbios promovidos pelo Uruguai, Bolívia, Panamá e Cuba e, em menor medida, às ações pontuais da Costa Rica, Nicarágua, El Salvador, Honduras e Guatemala, juntamente com a República Dominicana, Brasil e Paraguai. Por sua vez, a Venezuela foi o único país que em 2016 não participou em nenhuma ação no exercício do papel de ofertante.
- b) Entretanto, na perspetiva da receção, dois blocos de países foram responsáveis por mais de 75% das 165 ações registadas em 2016: Cuba e Peru, contribuindo com 41,9% do total; bem como Equador, Bolívia, Colômbia e El Salvador, somando, conjuntamente, outros 34,8%. A Guatemala e Argentina contribuíram para o global com cerca de outros 10% das ações. Completaram o total, a Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Honduras e República Dominicana, nas sub-regiões centro-americana e caribenha, e o Paraguai, Chile, Uruguai e Brasil, a partir da sul-americana, todos eles com intervenções pontuais que oscilaram entre uma e não mais de 3 ações. Neste caso, houve dois países, México e Venezuela, que não registaram qualquer atividade como ofertantes.
- c) Por último, nove países da região (todos situados na parte superior do Gráfico A.II.1) apresentaram um perfil de cooperação “preferencialmente recetor”, ao registar uma maior proporção de ações nesse papel que a partir do papel de ofertantes. No entanto, entre estes, vale a pena destacar o Equador e Peru, os quais com um volume total de ações muito elevado (entre 30 e 50), registaram um rácio de proporcionalidade entre ambos os papéis muito próximo de um. De facto, houve ainda dois países (República Dominicana e Costa Rica) que registaram um rácio igual à unidade, pois participaram exatamente no mesmo número de ações tanto como recetores quanto como ofertantes. Por outro lado, tal como já se referiu, os sete países restantes (situados na parte inferior do Gráfico A.II.1) apresentaram um perfil “preferencialmente ofertante”, com uma proporção entre o oferecido e o recebido que se situou entre 2 e 3,5, com as únicas exceções do México e do Chile, para os quais essa relação foi muito superior (até 22 e 6,7 vezes, respetivamente).

COOPERAÇÃO E RELAÇÕES DE INTERCÂMBIO ENTRE PAÍSES: UMA CARACTERIZAÇÃO

II.3

Um passo mais na caracterização da forma como os países ibero-americanos participaram nos 680 projetos e 165 ações de CSS Bilateral promovidos na região em 2016, é realizar uma aproximação ao modo como se estabeleceram os intercâmbios entre países. Para isso, é necessário identificar quem intercambiou com quem, no exercício de que papel e com que nível de intensidade. Os resultados permitirão saber se houve relações bilaterais especialmente preferenciais (ou mesmo dependentes) entre alguns dos países da região.

Para esse efeito, elaboraram-se as Matrizes II.1 e II.2, a primeira relativa aos projetos e a segunda às ações. Cada uma delas situa, na fila superior, os 19 países ibero-americanos que participam nessa modalidade de cooperação, ordenados conforme as categorias de rendimentos⁵ e associando-lhes o exercício do papel de recetor; e na primeira das colunas, situam-se os mesmos países pela mesma ordem, mas entendendo que agora exercem o papel de ofertantes. Consequentemente, cada uma das células que resultam de cruzar filas e colunas, informa sobre os intercâmbios por pares de parceiros conforme o papel exercido por cada um deles. A soma dos dados incluídos nas distintas células, agregados para cada fila e para cada coluna, mostram, respetivamente, a informação relativa ao total das iniciativas nas quais cada país participou como ofertante (última coluna) e como recetor (última fila). O dado agregado para a última fila e coluna deve coincidir e refere-se ao total das iniciativas intercambiadas no conjunto da região em 2016: 680 projetos na Matriz II.1 e 165 ações na Matriz II.2.

Neste sentido, tal como mostram as mesmas matrizes e tendo em conta que os países ibero-americanos que participam na CSS Bilateral são dezanove e que todos podem exercer ambos os papéis, cada intercâmbio de iniciativas pode estar associado a 342 possíveis combinações de parceiros e papéis.⁶ No entanto, nem todas essas possíveis combinações tiveram lugar em 2016. Em concreto, os 680 projetos registados esse ano foram fruto dos intercâmbios estabelecidos em torno de 139 dessas possíveis associações. A estas devemos acrescentar as que, excepcionalmente, oferecem a coluna adicional agregada à direita, e que integram a possibilidade de que um projeto se justifique pela participação de mais de dois parceiros, um a exercer o papel de ofertante e os restantes partilhando simultaneamente o papel de recetor.⁷ Por sua vez, as 165 ações de CSS Bilateral de 2016 deveram-se às colaborações promovidas a partir de 67 combinações de parceiros e papéis, aos quais devemos acrescentar, neste caso, quatro participadas por mais de dois países ao mesmo tempo e que estão contabilizadas na coluna (direita) e na fila (inferior) adicionalmente acrescentadas àquelas que fazem referência explícita a um país.⁸

⁵ Os países ordenam-se, tal como se refere no rodapé das correspondentes matrizes, combinando o alfabeto com a sua categorização como País de Rendimento Médio Baixo (PRM-Baixo), País de Rendimento Médio Alto (PRM-Alto) e País de Rendimento Alto (PRA), seguindo o critério estabelecido pelo Banco Mundial.

⁶ Cada um dos 19 países pode associar-se com os outros 18 exercendo o papel de ofertante ou de recetor, pelo que as possíveis combinações de parceiros se obtêm ao multiplicar 19 por 19 e subtrair as 19 nas quais se combinariam com eles próprios (um total de 342). Esse número coincide com o total de células interiores a preencher em cada Matriz.

⁷ Embora esta seja uma casuística mais habitual nas ações que nos projetos, nalgumas ocasiões pode dar-se a circunstância na qual um projeto se execute com mais de dois países, vários dos quais partilhem o exercício de um papel. Em 2016, esse foi, por exemplo, o caso de um projeto no qual o México exerceu o papel de ofertante e a Costa Rica e o Panamá o de recetores, bem como de outro com a Colômbia como ofertante e a Bolívia, Honduras e Peru a partilhar a receção.

⁸ Neste caso, e tal como se observa na Matriz II.2, tratou-se de três ações nas quais o Brasil, Colômbia e Chile, a partir do papel de ofertantes, registaram vários recetores; bem como de uma recebida pelo Chile, mas com vários ofertantes ao mesmo tempo.

PROJETOS DE COOPERAÇÃO
SUL-SUL BILATERAL. 2016

PARCEIROS OFERTANTES ↓		PARCEIROS RECETORES																			TOTAL	
		PRM-Baixo				PRM-Alto										PR-Alto						
		Bolívia	El Salvador	Honduras	Nicarágua	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	Guatemala	México	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Argentina	Chile	Panamá	Uruguai		Vários
PRM-Baixo	Bolívia	3				(1)			(2)										2		8	
	El Salvador					1										1					2	
	Honduras					2															2	
	Nicarágua																				0	
PRM-Alto	Brasil	2	8	5	6		4	2	3	6 +(1)	5	4	2	10 +(1)	6	1	(1)	1	4	3 +(1)	76	
	Colômbia	5 +(1)	9	6				4 +(2)	2	2	2 +(2)	4	7	1 +(3)	4		6 +(2)	1 +(2)	1	1	1	68
	Costa Rica		8				3 +(2)			2		2 +(1)						(1)			19	
	Cuba	4	12	4	4	3	6	1		2	4	1	2	2	2	8	4	1	2	4	66	
	Equador	(2)	11			(1)	3							(1)								18
	Guatemala						(2)															2
	México	9	40	9	1	5	4	11 +(1)	6	1	4		6	4	2		3 +(7)	(20)	3	4 +(14)	1	155
	Paraguai			1			1								1			1		1		5
	Peru		2	3		(1)	1 +(3)			(1)			2		3							16
	R. Dominicana						1							1								2
Venezuela																					0	
PR-Alto	Argentina	15	9	4		(1)	8 +(2)	2	20	6	1	5 +(7)	10	6	1			(8)		(5)	110	
	Chile	3	2	5	2		7 +(2)	4 +(1)	2	8		(20)	6		6		12 +(8)		3	5 +(1)	97	
	Panamá																				0	
	Uruguai	1	2			(1)	3		1		1	(14)	5				(5)	(1)			34	
TOTAL		42	106	37	13	12	56	28	34	31	19	58	40	29	25	9	49	36	13	41	2	680

Nota: a) Seguindo os critérios do Banco Mundial, a 1 de julho de 2018, os países foram ordenados conforme se classificaram como: País de Rendimento Médio Baixo (PRMB per capita entre 996 e 3.895 dólares), de Rendimento Médio Alto (entre 3.896 e 12.055 dólares) e Rendimento Alto (mais de 12.055 dólares). b) Entre parêntesis incluem-se os projetos que foram declarados pelos países como "bidirecionais". Nestes, os dois países participantes são simultaneamente ofertante e receptor. Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

AÇÕES DE COOPERAÇÃO SUR-SUR BILATERAL. 2016

PARCEIROS OFERTANTES ↓		PARCEIROS RECETORES																		TOTAL		
		PRM-Baixo				PRM-Alto										PR-Alto						
		Bolívia	El Salvador	Honduras	Nicarágua	Brasil	Colômbia	Costa Rica	Cuba	Equador	Guatemala	México	Paraguai	Peru	R. Dominicana	Venezuela	Argentina	Chile	Panamá		Uruguai	Varios
PRM-Baixo	Bolívia											3 + (3)									6	
	El Salvador					1															1	
	Honduras																1				1	
	Nicarágua							2													2	
PRM-Alto	Brasil						1													1	2	
	Colômbia	1	4	1			1	1 + (1)	2	1		1	3 + (8)	1		1	1			7	34	
	Costa Rica							2										1			3	
	Cuba					(1)			2 + (2)												5	
	Equador	1						4 + (2)					3 + (4)								14	
	Guatemala							1													1	
	México	1	1	1			1	8		4			5					1			22	
	Paraguai							1													1	
	Peru	4 + (3)			1		(8)	2	1 + (4)												23	
	R. Dominicana							2													2	
Venezuela																				0		
PR-Alto	Argentina	2	1			2		2	3	1		1					(1)		(1)		14	
	Chile	1	4		1			3	1	3		1				1 + (1)		1	1	2	20	
	Panamá						1	4						1							6	
	Uruguai	1	3		1	1										(1)					7	
	Varios																1				1	
TOTAL		14	13	2	3	1	12	3	36	15	9	0	3	29	2	0	5	3	3	2	10	165

Nota: a) Seguindo os critérios do Banco Mundial, a 1 de julho de 2018, os países foram ordenados conforme se classificaram como: País de Rendimento Médio Baixo (PRMB per capita entre 996 e 3.895 dólares), de Rendimento Médio Alto (entre 3.896 e 12.055 dólares) e Rendimento Alto (mais de 12.055 dólares). b) Entre parêntesis incluem-se os projetos que foram declarados pelos países como “bidirecionais”. Nestes, os dois países participantes são simultaneamente ofertante e receptor. Fonte: SEGIB a partir das declarações das Agências de Cooperação e Direções Gerais de Cooperação.

Por seu lado, cada uma das associações estabelecidas entre os diferentes pares de países e papéis, registou uma diferente intensidade de intercâmbio. De facto, e aplicando uma análise de frequência às informações contidas nas Matrizes II.1 e II.2, podemos afirmar o seguinte:

- a) Ao longo de 2016, o mais habitual foi que o número de projetos que os países intercambiaram através das alianças que estabeleceram com os seus diferentes parceiros (Matriz II.1), oscilava entre um e doze. Na verdade, a média de intercâmbio situou-se em cerca de 5. Menos frequentes foram os intercâmbios de 14 a 20 iniciativas, embora se possam identificar alguns casos, entre os quais se destacam os que ocorreram entre a Argentina e a Bolívia (15 projetos), bem como entre o México e o Uruguai (até 18) e do primeiro com o Chile (20).⁹ No entanto, o intercâmbio mais intenso teve lugar entre os dois países que exerceram como principal ofertante e recetor, México e El Salvador, pois o primeiro transferiu capacidades para o segundo através da execução de um máximo de 40 projetos de CSS Bilateral.
- b) Entretanto, o número de ações que os países tenderam a intercambiar em conjunto com outros parceiros da região (Matriz II.2) oscilou em valores menores, entre uma e seis iniciativas, com uma média de intercâmbio apenas ligeiramente superior às duas ações. Mesmo assim, houve de novo registos excepcionais, entre os quais podemos referir as 7 e até 11 ações que, em alguma altura de 2016, o Peru intercambiou respetivamente com o Equador e com a Colômbia.

Para ilustrar com mais pormenor como foi o intercâmbio de cada país com os seus possíveis parceiros, escolheram-se os casos dos dois países que ao longo de 2016 exerceram como principal ofertante e recetor de projetos de Cooperação Sul-Sul Bilateral. Para este efeito, elaboraram-se, respetivamente, os Diagramas II.1 e II.2, relativos ao México e El Salvador, que apresentam a distribuição dos fluxos de projetos destes países com os seus diferentes parceiros.¹⁰

Da sua observação depreende-se que:

- a) O México, no exercício do papel de ofertante, associou-se com 17 países (todos os latino-americanos, com a única exceção da Venezuela). Por sua vez, El Salvador, no papel de recetor, associou-se com um número menor de parceiros, 11, maioritariamente situados na sub-região sul-americana (Colômbia, Equador, Peru, Brasil, Bolívia, Chile, Argentina e Uruguai), bem como com o México, Costa Rica e Cuba, respetivamente no Norte, América Central e Caribe.

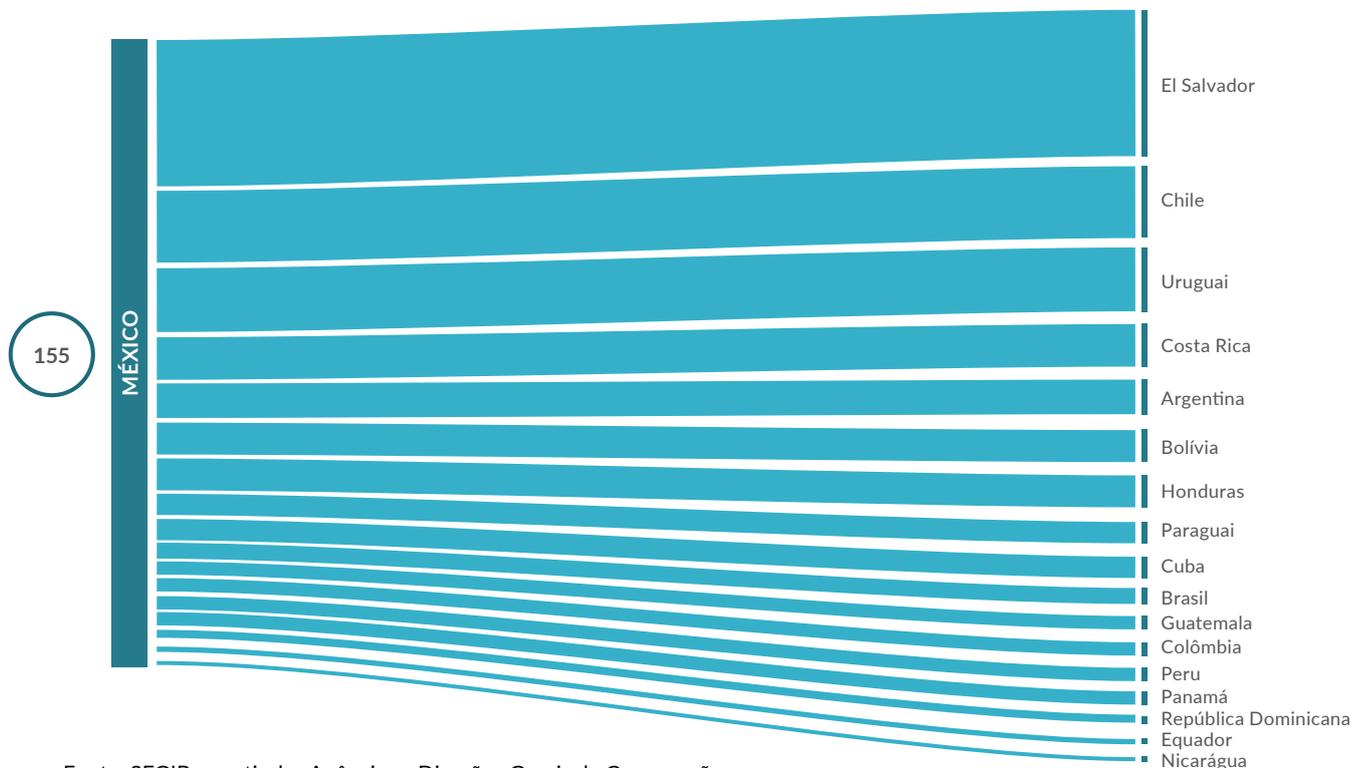
⁹ Deve sublinhar-se que, em vários destes casos, tem influência o peso dos projetos categorizados como “bidirecionais”, identificados na matriz com o uso de um parêntesis. Refere-se a projetos nos quais os dois parceiros participantes exercem simultaneamente o papel de recetor e o de ofertante, pelo que são atribuídos a cada uma das possíveis combinações de parceiros e papéis e consequentemente contabilizados como se de dois projetos se tratasse.

¹⁰ Os Diagramas de Fluxo (também denominados Diagramas de Sankey) permitem observar o comportamento de qualquer tipo de fluxo, neste caso de cooperação. Em concreto e tal como se observa a partir dos Diagramas II.1 e II.2, as figuras resultantes situam, no “caudal” da esquerda, “os fluxos de origem” (ou seja, o total dos projetos desagregado em torno do país ou países que exerceram o papel de Segundo Ofertantes) e no “caudal” da direita, “os fluxos de destino” (os mesmos projetos totais, mas desagregados pelo país ou países que exerceram o papel de recetores).

→ **DIAGRAMA II.1**

DISTRIBUIÇÃO DOS FLUXOS DOS PROJETOS DE CSS BILATERAL DO MÉXICO, CONFORME O RECETOR. 2016

Em unidades

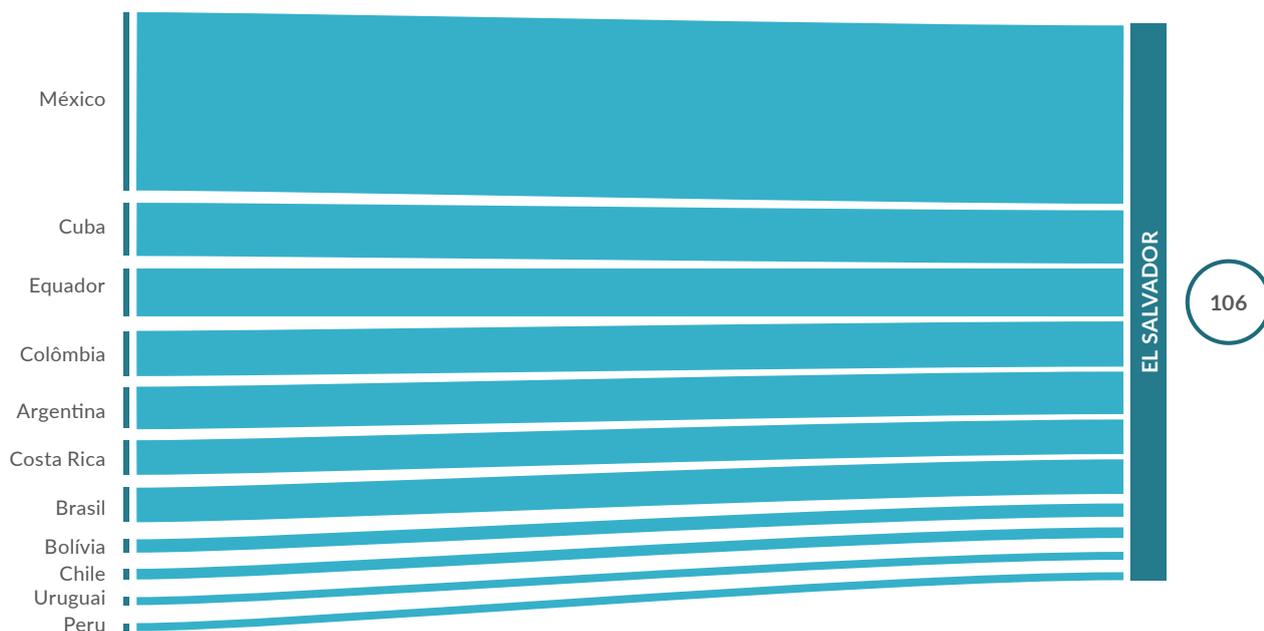


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

→ **DIAGRAMA II.2**

DISTRIBUIÇÃO DOS FLUXOS DOS PROJETOS DE CSS BILATERAL DE EL SALVADOR, CONFORME OS RECETORES. 2016

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

EL SALVADOR, URUGUAI E CHILE JUSTIFICARAM 50,3% DOS 155 PROJETOS NOS QUAIS O MÉXICO PARTICIPOU COMO OFERTANTE EM 2016. DE IGUAL MODO, CUBA, EQUADOR E O PRÓPRIO MÉXICO JUSTIFICARAM CERCA DE 60% DOS 106 PROJETOS QUE EL SALVADOR RECEBEU NESSE MESMO ANO _____

- b) Embora cada um deles tenha sido o principal parceiro do outro, o grau de concentração (e possível “dependência”) relativamente a este, variou substancialmente em cada caso. Em concreto, o México concentrou no seu principal recetor um de cada 4 intercâmbio (25,8%), um valor notável, mas mais de 10 pontos percentuais abaixo do que correspondeu ao próprio México ao justificar o total do que recebeu de El Salvador (37,7%, que o tornam responsável por praticamente 4 de cada 10 dos 106 projetos executados no país centro-americano).
- c) O grau de concentração também difere quando o que se compara é o peso relativo mantido pelos três principais parceiros de cada um deles. No caso do México, quando se soma a El Salvador o que representaram os países que exerceram como segundo e terceiro principais recetores (Uruguai e Chile), conclui-se que estes três países justificaram 50,3% dos 155 projetos executados pelo México ao longo de 2016. Por sua vez, quando se analisa o que representaram para El Salvador os seus três principais ofertantes (México, Cuba e Equador), obtemos uma participação superior e de novo 10 pontos superior (59,4%).

- d) Quando se vão agregando parceiros, a distância entre os perfis aumenta ainda mais. Com efeito, a outra metade dos projetos que o México ofereceu em 2016 justificou-se, em partes iguais, pelas contribuições da Costa Rica, Argentina, Bolívia e Honduras, quatro países que, com cerca de 10 projetos em cada caso, agregaram outros 25% ao total; mais os de outros 10 países que, com participações entre um e 6 projetos, justificaram os últimos e restantes 25%. Por contraste, os últimos 40% dos projetos recebidos por El Salvador, justificaram-se pela contribuição de 8 países com pesos muito desiguais, pois, em 8 de cada 10 ocasiões, os projetos justificaram-se pela cooperação de 4 deles (Colômbia, Argentina, Costa Rica e Brasil), enquanto que 2 em cada 10, pelas contribuições mais pontuais dos restantes 4 parceiros (Bolívia, Chile, Uruguai e Peru, presentes cada um deles em 2 ou 3 intercâmbios).

Finalmente, o atrás mencionado serve para ilustrar como o facto de exercer um papel ou outro determina poder estabelecer associações com um maior ou menor número de parceiros, algo que por sua vez determina um perfil de relações: menos concentrado e mais diversificado para quem oferece; mais concentrado e/ou dependente para quem recebe. Quando este mesmo aspeto se analisa na perspetiva do conjunto da CSS Bilateral “oferecida” ou “recebida”, os perfis resultantes também diferem. O Quadro II.5 foi elaborado para identificar este padrão de comportamento, recorrendo para isso à aplicação de um indicador de concentração e dispersão, o Índice de Herfindahl, já utilizado em anteriores edições desta publicação. De facto, quando o Índice se aplica aos casos do México e El Salvador, os resultados não fazem mais do que ratificar o que já antes se intuía: um valor de 0,1219 no caso do México e de 0,1917 no de El Salvador que, tal como se pormenoriza no referido quadro, permitem associar respetivamente um perfil de relações com um grau de concentração e dispersão maior para o país centro-americano que para o México.

CÁLCULO DO GRAU DE CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO NOS INTERCÂMBIOS DE CSS

Tal como tem vindo a ser habitual, em 2016 os 19 países da América Latina exerceram pelo menos uma vez o papel de recetores de projetos nos seus intercâmbios de CSS Bilateral com outros parceiros. Em contraposição, o número de países que exerceu pelo menos uma vez o papel de ofertante foi menor (16). De modo intuitivo, o diferente grau de participação dos países num papel ou no outro sugere que a CSS está mais concentrada na perspetiva de oferta que na de receção. No entanto, essa observação intuitiva deve ser corroborada com uma análise rigorosa. E no espaço ibero-americano tal pode fazer-se aplicando à Cooperação Sul-Sul um indicador próprio do comércio internacional: o Índice de Herfindahl.

Com efeito, o denominado Índice de Herfindahl é um indicador que mede o grau de concentração e dispersão do conjunto do comércio mundial ou da participação de um país neste. Quando aplicado à Cooperação Sul-Sul, permite

synetizar num único valor entre 0 e 1 dois tipos de informações: uma primeira, sobre o que ocorre em termos de “concentração” relativamente ao número de países (mais/menos) que, como ofertantes ou como recetores, participaram no intercâmbio; e, uma segunda, que avalia a “dispersão” apresentada pelos valores dessas participações, que se podem encontrar distribuídos entre máximos e mínimos muito distantes e dispersos, ou entre valores mais próximos e perto uns dos outros. A interpretação do resultado faz-se com uma escala e depende do intervalo de valores encontrado:

- a) Abaixo de 0,1000, sugere uma CSS diversificada em termos de países participantes e com pesos relativos pouco dispersos, relativamente próximos entre si;
- b) Entre 0,1000 e 0,1800, o que se descreve é um cenário de concentração moderada, com

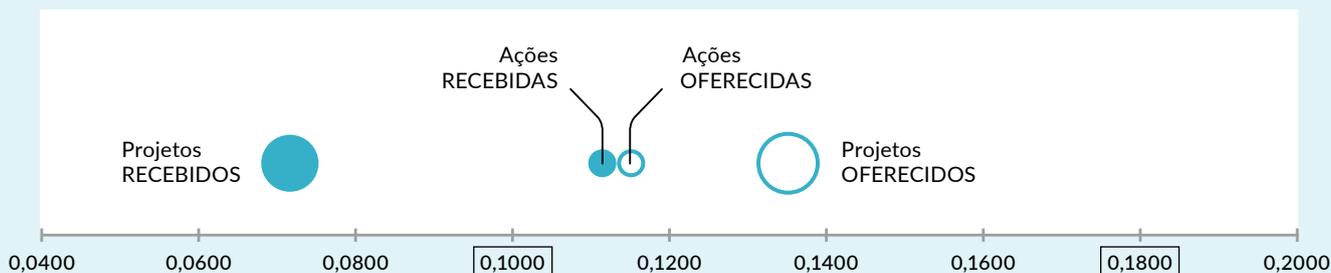
um número menor de países a participar na cooperação e de crescente dispersão, no qual o fosso entre as participações máximas e mínimas vai aumentando e onde os valores de participação intermédia tendem a aproximar-se cada vez mais dos extremos;

- c) Acima de 0,1800, a cooperação concentra-se num número cada vez mais reduzido de países, enquanto que os valores de participação relativa de cada um deles tendem a afastar-se entre si.

Com base nas considerações anteriores, calcula-se que valor do IH corresponde ao conjunto dos projetos e ações oferecidos e recebidos ao longo de 2016. Os valores resultantes situam-se na parte da faixa correspondente, através de uma bolha cujo tamanho é proporcional ao volume dos projetos e/ou ações que representa, conforme o caso. O seguinte esquema resume os resultados obtidos.

GRAU DE CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL BILATERAL. 2016

Índice de Herfindahl, com quatro decimais



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

A sua observação confirma um maior grau de concentração e dispersão dos fluxos de cooperação relativamente à participação dos ofertantes que dos recetores. Assim, os projetos recebidos foram os que apresentaram o menor Índice de Herfindahl (0,0716), dentro de uma faixa de valores (a que se situa abaixo de 0,1000) que sugere uma maior diversificação de participantes e valores.

Em contraste, o IH correspondente aos projetos oferecidos aponta para o valor mais elevado dos estimados (0,1351), um valor que o situa na faixa imediatamente seguinte, sugerindo um maior grau de concentração e dispersão, mas sem ultrapassar a barreira de 0,1800 que estabelece a maior das possíveis concentrações. Por sua vez, as ações recebidas registaram um IH de

0,1114, próprio de uma concentração moderada, e inferior ao correspondente às oferecidas (0,1150), mesmo assim, partilhando a faixa de valores.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

ANÁLISE SETORIAL DA COOPERAÇÃO SUL-SUL BILATERAL EM 2016

II.4

Parte da natureza que justifica a Cooperação Sul-Sul, pelo menos na sua dimensão técnica - aquela a que se refere esta publicação -, é a possibilidade que os intercâmbios entre países oferecem para fortalecer capacidades mútuas. Neste sentido, é imprescindível que uma análise da CSS Bilateral, na qual os países da região participaram ao longo de 2016, permita aprofundar quais foram as capacidades que a região fortaleceu no conjunto dos seus intercâmbios; mas também a forma como essas capacidades se relacionaram, quer com os pontos fortes dos países que maioritariamente exerceram o papel de ofertantes, quer com a necessidade de receber apoio e ultrapassar determinadas lacunas daqueles que principalmente justificaram a receção.

De acordo com este objetivo, a análise leva a adotar uma perspetiva setorial. Para isso, utiliza-se a classificação por setores de atividade e âmbitos de atuação acordada pelos países e reconhecida no espaço ibero-americano. A Tabela A.II.1 (em anexo) especifica e define cada uma das categorias usadas. Por sua vez, o Esquema II.1 (no texto) reproduz e resume a informação contida na tabela, usando para isso o formato de um gráfico de projeção solar que permite representar dados e informações de diferentes hierarquias a partir de sucessivos anéis concêntricos: assim, os 30 setores de atividade reconhecidos situam-se no círculo exterior e os âmbitos de atuação em que se agrupam, no correspondente anel interior.

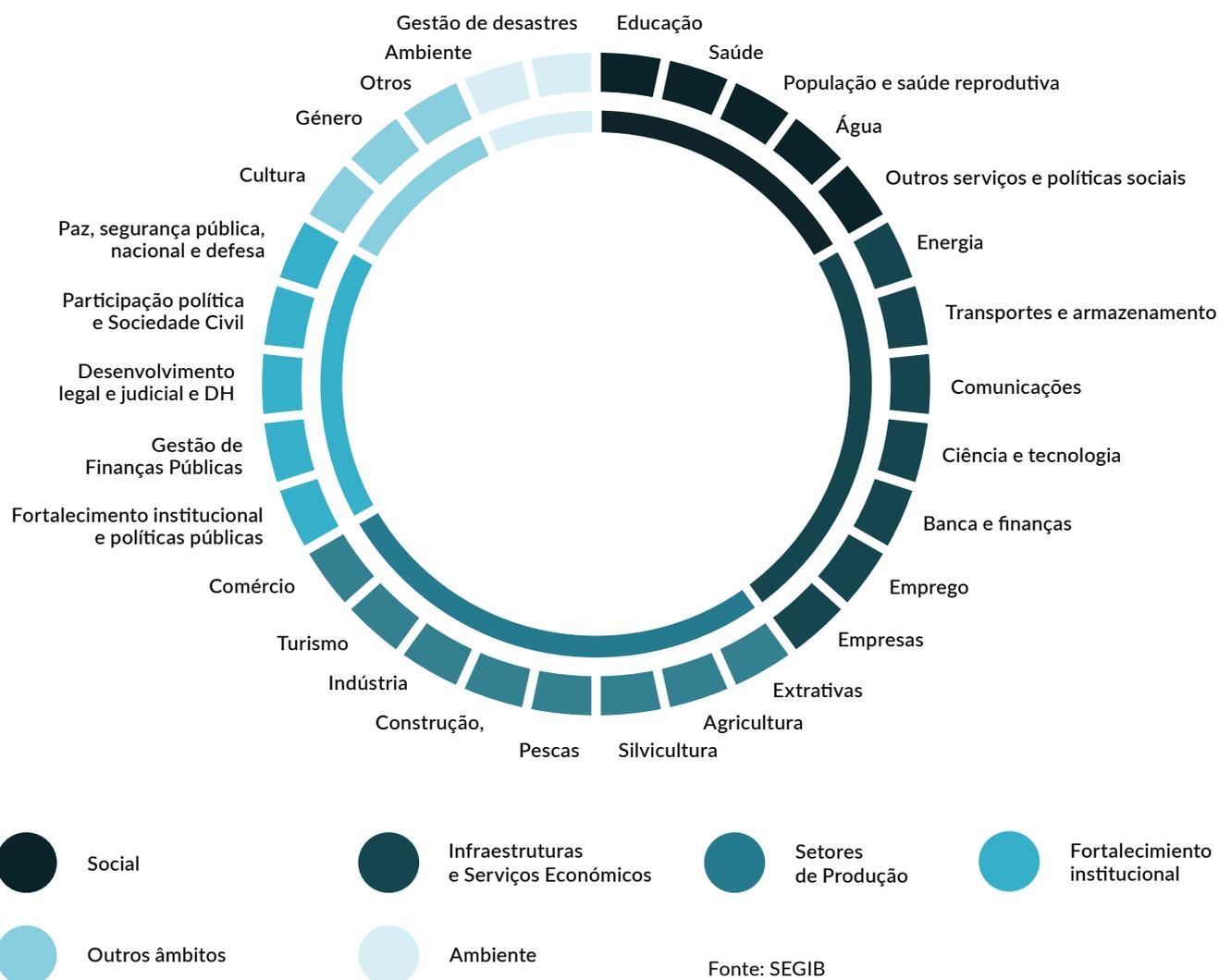
A observação combinada de ambas as figuras permite conhecer melhor as categorias que serão utilizadas para a análise setorial da CSS Bilateral de 2016. Mais especificamente:

a) Cinco dos setores analisados têm como quadro de referência o fortalecimento e melhoria das áreas sociais. Incluem-se aqui Educação; Saúde; População e Saúde Reprodutiva; Saneamento e abastecimento de água; e Outros serviços e políticas sociais.

- b) Por seu lado, metade do total (15) respondem a um objetivo económico: sete (Extrativas; Agricultura e Pecuária; Silvicultura; Pesca; Construção; Indústria; e Turismo e Comércio) porque se dedicam ao fortalecimento explícito das atividades produtivas; os restantes (Energia; Transporte; Comunicações; Ciência e Tecnologia; Finanças; Emprego e Empresas), porque se dedicam a criar e a reforçar as infraestruturas e os serviços que facilitam o funcionamento das economias nacionais.
- c) Com uma orientação para o fortalecimento institucional identificaram-se, até à passada edição do Relatório, dois setores de atividade, que respondiam a um genérico Governo e Sociedade Civil. Atendendo ao facto de que o seu conteúdo era demasiado vasto e ambíguo e de que tal fazia perder a riqueza da interpretação dos resultados alcançados, nesta edição decidiu-se, como novidade metodológica, fazer a sua desagregação em cinco setores que permitem captar melhor o tipo de capacidades que se estão a fortalecer. Assim, contempla-se distinguir os setores dedicados ao Fortalecimento das Instituições e Políticas Públicas; Gestão de Finanças Públicas; Desenvolvimento Legal, Judicial e Direitos Humanos; Promoção da Participação Política e da Sociedade Civil; e Questões de Paz, Segurança Pública, Nacional e Defesa.
- d) Entretanto, dois setores relacionam-se com a área ambiental: o primeiro, inclui tudo o que respeita à Preservação do Ambiente, e o segundo, à Gestão de Desastres, setor no qual se agrupam todas as intervenções relativas às fases de Prevenção, Preparação, Atenuação, Ajuda de Emergência, Reabilitação e Reconstrução.
- e) Finalmente, pelas suas especificidades e difícil categorização, os setores da Cultura, Género e Outros (dedicados a modelos de desenvolvimento alternativos), recebem um tratamento diferenciado e consideram-se dentro de um geral Outros âmbitos de intervenção.

→ ESQUEMA II.1

SETORES DE ATIVIDADE E ÂMBITOS DE ATUAÇÃO RECONHECIDOS NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO



PERFIL DOS PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO
II.4.1

O Diagrama II.3 distribui os 680 projetos de CSS Bilateral mantidos em execução na região ao longo de 2016 conforme o seu âmbito de atuação (caudal central) e o setor de atividade a que atenderam (caudal direito). A sua observação permite saber com mais pormenor que capacidades foram fortalecidas através do intercâmbio desses projetos. Em concreto:

- a) A maior parte dos projetos de CSS Bilateral implementados em 2016 (229, o equivalente a praticamente 38% do total), tiveram por objetivo fortalecer capacidades do âmbito Social. Uma proporção próxima, de 33,4%, justificou-se pela contribuição das iniciativas (202) que procuraram um

objetivo económico: três em cada quatro destas, porque contribuíram para reforçar os diferentes Setores produtivos; e as restantes 25%, porque fortaleceram as Infraestruturas e os serviços necessários para um melhor funcionamento das economias nacionais. Adicionalmente, houve cerca de uma centena de projetos (91, equivalentes a outros 15,1% do total) implementados para promover o Fortalecimento das instituições e as políticas dos diferentes governos. Finalmente, os últimos 14% dos projetos intercambiados a nível regional em 2016, distribuíram-se em proporções muito próximas, entre os (42) que procuraram um objetivo Ambiental e os (40) que se classificaram na denominação mais geral de Outros âmbitos de atuação.

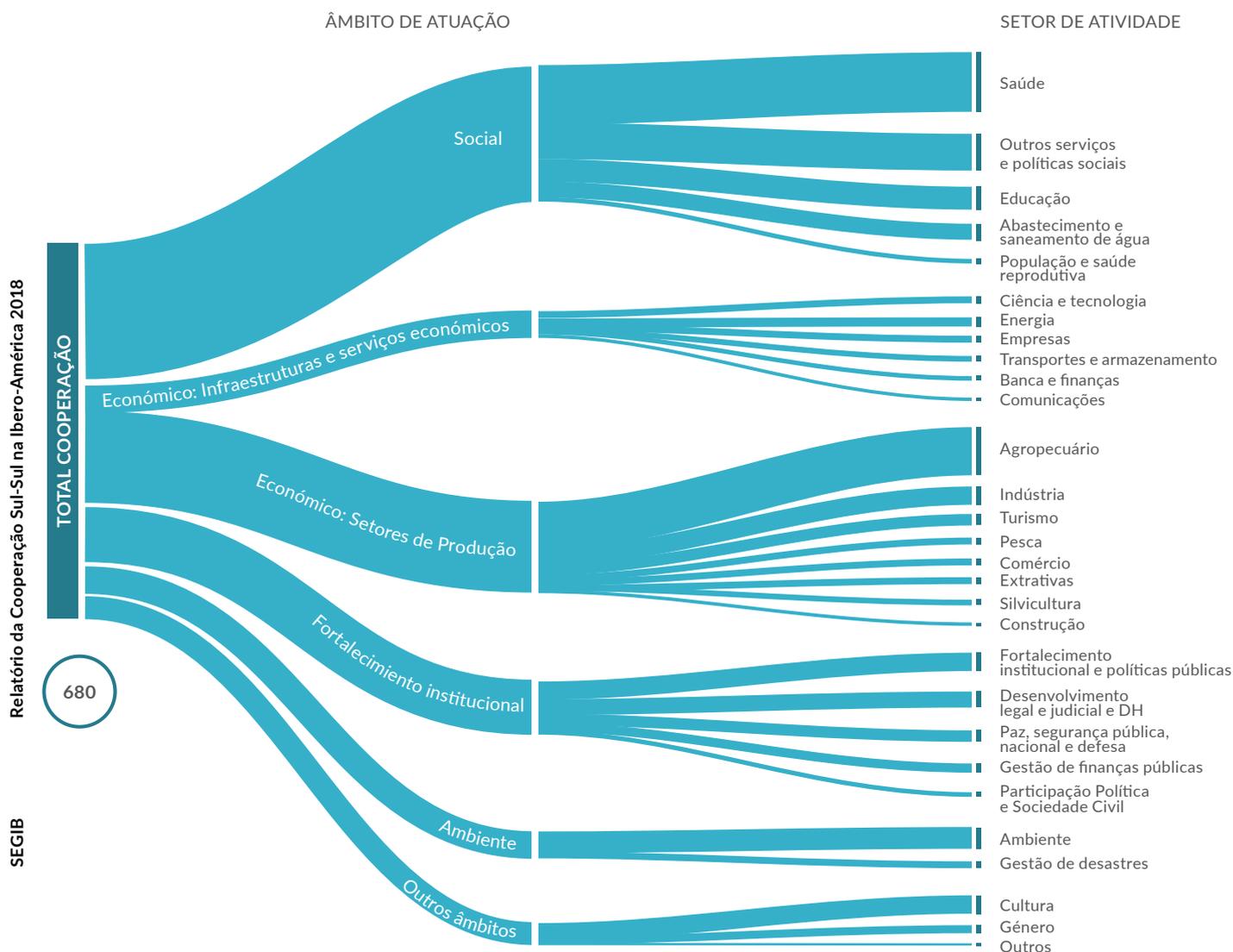
b) No âmbito Social, situou-se também a atividade para a qual se orientaram um maior número de projetos: o setor da Saúde, no qual se registaram mais de cem iniciativas, equivalentes a 17,2% do total executado em 2016. Os objetivos que visaram foram muito diversos. Uma boa parte dos projetos foi orientada para a formação de médicos e profissionais, tanto a partir de uma perspetiva geral quanto de uma perspetiva mais focada nalgumas especialidades, entre as quais se destacaram as de entomologia, epidemiologia, medicina do trabalho e cuidado de neonatos. Outro bloco procurou fortalecer as instituições de saúde (direções gerais de medicamentos, farmacopeias ou institutos e sistemas nacionais de sangue e hemoderivados, apenas para nomear alguns), principalmente através do intercâmbio de experiências relativas aos modelos de

gestão, mas também a partir da introdução de esquemas de incentivos para melhorar o acesso e a qualidade da cobertura. Também se identificaram vários projetos destinados a assegurar e melhorar a nutrição de toda a população e, sobretudo, da infância (Bancos de Leite Humano e hortas escolares); bem como a produzir e desenvolver indicadores e sistemas estatísticos sobre temas variados que facilitam a tomada de decisões por parte dos gestores públicos. Finalmente, registaram-se numerosos intercâmbios que visaram a necessidade de reforçar e melhorar os tratamentos e os cuidados de determinadas doenças, entre as quais são de referir a asma, malária, dengue e diabetes. Para aprofundar este último caso e conhecer a importância de alguns destes projetos, podemos observar o Quadro II.6, no qual se destacam experiências que a abordam numa perspetiva integral.

→ DIAGRAMA II.3

DISTRIBUIÇÃO DOS FLUXOS DOS PROJETOS DE CSS BILATERAL, POR SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE ATUAÇÃO. 2016

Em percentagem



Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2018

SEGIB

EL ABORDAJE INTEGRAL DE LA DIABETES: CONTRIBUCIONES DESDE CUBA, MÉXICO Y URUGUAI

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), dos anos 80 até à atualidade, os diagnósticos da diabetes multiplicaram-se por quatro, um crescimento que fez com que em 2016, 422 milhões de pessoas adultas (8,5% da população mundial) sofressem dessa doença. Trata-se de uma doença crónica e em grande medida relacionada com problemas de excesso de peso e alimentação que é causa importante de cegueira, insuficiência renal, enfarte do miocárdio, acidente vascular cerebral e amputação dos membros inferiores. Assim, em 2015 foi a causa direta de 1,6 milhões de mortes (OMS, 2016).¹

Tradicionalmente associada aos países desenvolvidos e aos seus hábitos alimentares, na última década a prevalência da diabetes aumentou com mais rapidez nos países de rendimentos médios. Por conseguinte, a OMS calcula que em 2016 e no caso específico da América Latina e do Caribe, esta doença afetava mais de 40 milhões de pessoas; um valor que se estima continuará a aumentar, podendo alcançar, em 2040, mais de 70 milhões de habitantes da nossa região (OPS, 2017).²

Face a este cenário, progressivamente os governos foram tomando consciência da necessidade de abordar a doença e de incorporar essa abordagem num quadro de intervenções e estratégias de carácter integral, que incluem a prevenção, diagnóstico e cuidados. Além disso, o facto de se comprovar o baixo custo de algumas das medidas a tomar (tais como o diagnóstico através de análises de sangue, promoção de uma dieta saudável e atividade física, juntamente com o controlo da glicemia, tensão arterial e cuidados do pé diabético), facilitaram o impulso de iniciativas internacionais e regionais neste sentido.

Na América Latina, após o impulso da Declaração das Américas (DOTA), que teve lugar em 1996, vários países desenvolveram programas nacionais de diabetes, apoiados pela Federação Internacional da Diabetes (FID), Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) e indústria farmacêutica. Estas ações também se coadunaram com as indicações da OMS e da nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável que, pela primeira vez, integra no seu objetivo 3 relativo à saúde, uma meta, a número 4, sobre a abordagem de doenças não transmissíveis e o compromisso internacional de reduzir a sua incidência.

Neste contexto, a Cooperação Sul-Sul revelou-se um instrumento útil para a melhoria e o fortalecimento de capacidades mútuas entre os países da região latino-americana. Em 2016, identificam-se três projetos de interesse protagonizados por Cuba, México e Uruguai, três países que intercambiam as suas experiências para desenvolver e reforçar mutuamente diferentes aproximações às políticas e respostas institucionais a esta doença. Em concreto:

a Cuba tem uma ampla e reconhecida trajetória no que respeita aos cuidados integrais do pé diabético, construída sobre a inovação nos cuidados de saúde e na biotecnologia. De facto, Cuba é pioneira na elaboração de um medicamento especializado para o tratamento do pé diabético. A sua eficácia é tal que reduz os casos de amputação em quase 80%, um dado que permite entender o porquê do seu interesse por parte de vários países da região.³ No caso do Uruguai, este interesse concretizou-se, a partir de 2011, na implementação de um projeto de CSS Bilateral que permitiu ao país sul-americano investir nesse medicamento e incorporá-lo no seu sistema saúde, testando os seus efeitos em pacientes uruguaios que sofrem dessa patologia.⁴

b Entre 2013 e 2016, o Uruguai e o México intercambiaram experiências através de duas iniciativas. A primeira delas está também relacionada com o pé diabético, mais concretamente, com o uso de tecnologias eletrónicas para diagnosticar a patologia e conhecer o estado de desenvolvimento da doença. A segunda está relacionada com a investigação médica sobre a resistência à insulina da diabetes tipo II, tendo nela colaborado a Faculdade de Química da Universidade da República do Uruguai e a Universidade Autónoma Metropolitana, UAM/Azcapotzalco.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, SEGIB/PIFCSS (2016), OMS (2016) e OPS/OMS (2017).

¹ <http://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/diabetes>

² https://elpais.com/internacional/2016/04/06/america/1459975309_076705.html

³ <https://www.elnuevodiario.com.ni/actualidad/427327-mas-250-000-pacientes-mundo-usaron-farmaco-cubano/>

⁴ <https://www.elobservador.com.uy/crece-influencia-cubana-medicina-Uruguia-n205362>

A MAIOR PARTE DOS PROJETOS, 38% DO TOTAL, TIVERAM POR OBJETIVO FORTALECER CAPACIDADES NO ÂMBITO SOCIAL. UMA PROPORÇÃO SEMELHANTE, DE 33,4%, JUSTIFICOU-SE PELA CONTRIBUIÇÃO DAS INICIATIVAS QUE VISARAM UM OBJETIVO ECONÓMICO. ALÉM DISSO, 15,1% DOS PROJETOS PROMOVERAM O FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES E DAS POLÍTICAS DOS DIFERENTES GOVERNOS. FINALMENTE, OS ÚLTIMOS 14% DISTRIBUÍRAM-SE POR AQUELES QUE VISARAM UMA FINALIDADE AMBIENTAL E PELOS QUE SE CLASSIFICARAM NA DENOMINAÇÃO MAIS GERAL DE "OUTROS ÂMBITOS DE INTERVENÇÃO" _____

- c) Por sua vez, em 2016 houve outros 62 projetos (um em cada 10) relacionados com o fortalecimento de Outros serviços e políticas sociais, o terceiro setor por ordem de importância relativa, apenas atrás do da Saúde e do Agropecuário. A cooperação relacionada com este setor partilhou algumas características, pois tratou-se de projetos muito orientados para a superação da pobreza e a inclusão social, preferencialmente centrados em coletivos em situação de maior risco ou vulnerabilidade, como podem ser, entre outros, a primeira infância, adolescentes, idosos, população indígena e pessoas com algum tipo de deficiência. As experiências intercambiadas articularam-se em várias medidas, entre as quais se destacaram as que incidiram na reabilitação de bairros e no fomento da habitação social; as que se relacionaram com o desporto e a arte com convivência e inclusão; e as mais centradas em políticas de pensões e programas de transferência, para referir apenas alguns exemplos. Pela sua abordagem integral e pela forma como combinam os aspetos relacionados com a saúde e a inclusão, merecem uma especial referência os projetos que em 2016 contribuíram para fortalecer as políticas públicas que abordam a deficiência (Quadro II.7).
- d) Assim, e ainda no âmbito Social, destacaram-se os projetos que procuraram fortalecer o Ensino e o Abastecimento e saneamento de água, pontualmente complementados com 3 iniciativas (0,5% das totais) ligadas a questões de População e saúde reprodutiva. Com efeito, relacionados com o ensino e a água registaram-se, respetivamente, 36 e 24 projetos que, de forma agregada, justificaram outros 10% dos 680 finalmente contabilizados em 2016. Em concreto, houve um conjunto de projetos que contribuíram para a alfabetização da população; incorporação de avanços digitais e tecnológicos; e fórmulas inovadoras que transformam o modelo educativo e apoiam um melhor processo de aprendizagem (caso, por exemplo, do recurso ao xadrez e às danças folclóricas nos ciclos de ensino da primeira infância); bem como outros mais centrados no fortalecimento da própria formação e das entidades que garantem a sua qualidade, incluindo intercâmbios para partilhar modelos que medem a satisfação da população relativamente aos serviços educativos. Por outro lado, registaram-se projetos para a potabilização e saneamento da água, especialmente em zonas rurais; e outros para a gestão integrada de recursos hídricos, implementação de sistemas nacionais de informação e adoção de medidas para uma melhor supervisão e regulamentação dos serviços públicos de fornecimento.

A COOPERAÇÃO SUL-SUL E O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEFICIÊNCIA

Segundo os últimos dados publicados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estima-se que em 2010, 1.000 milhões de pessoas (15% da população mundial adulta) viviam com algum tipo de deficiência (OMS, 2011). O facto de não haver dados mais recentes e de que se trate de uma estimativa, mostra as dificuldades com que ainda nos deparamos, apesar dos esforços

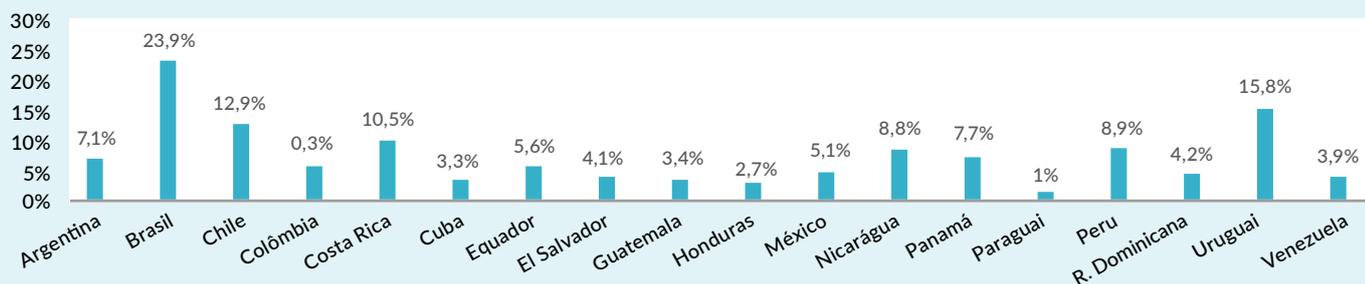
empreendidos para melhorar a sua incorporação aos recenseamentos gerais de população, bem como para acordar critérios e metodologias de medição.

Da mesma forma, os resultados mais recentes da América Latina e do Caribe procedem do censo de 2010, a partir do qual se estima que, nesse ano, cerca de 140 milhões de pessoas (12,4% da

população) também viviam com, pelo menos, uma deficiência (CEPAL, 2013). Tal como sugere o gráfico elaborado para esse efeito, a disparidade entre os países é enorme e oscilou entre 1% no Paraguai e 23,9% no Brasil, valores que, contudo, e de acordo com o já referido, devem ser interpretados com cautela.

POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA. AMÉRICA LATINA. 2010

Participação, em percentagem



Fonte: Elaboração da SEGIB a partir da CEPAL (2013)

A deficiência tem importantes conotações médicas, mas também políticas e sociais, configurando-se como um fator de exclusão de primeira grandeza. Assim, as pessoas com deficiência têm mais probabilidade de enfrentar situações económicas adversas, bem como níveis mais baixos de habilitações literárias, piores condições de saúde e dificuldades de acesso ao emprego. Além disso, a incidência da deficiência é maior nos países em desenvolvimento, onde a vulnerabilidade das pessoas com deficiência aumenta.

Nesta linha, a abordagem da deficiência a partir das políticas públicas evoluiu do modelo biomédico, centrado nos cuidados médicos e de reabilitação, para o modelo biossocial, no qual a deficiência passa a conceptualizar-se como um problema social que exige apoio para a integração na sociedade através de ações no âmbito físico, social e familiar que garantam o direito das pessoas com deficiência a viver em comunidade e em igualdade de circunstâncias. Influenciou esta mudança de perspectiva a adoção da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2006 e, a partir de 2015, a própria

Agenda 2030, que faz eco destas premissas e estabelece claramente que a deficiência não pode constituir um motivo ou critério para privar as pessoas do acesso ao desenvolvimento e ao exercício dos direitos humanos.

Neste contexto, nos últimos anos vários governos da América Latina realizaram progressos específicos, desenvolvendo boas práticas de saúde e proteção social para as pessoas com deficiência, algumas das quais deram origem a intercâmbios de experiências de CSS Bilateral. Entre estas são de destacar três que se mantiveram em execução em 2016:

a A partir de 2011, Cuba partilhou com o Uruguai as suas experiências para desenvolver um centro de produção, conceção e reparação de próteses de membros inferiores e superiores, ortopróteses e outros elementos ortopédicos. Integrado no Programa Nacional de Deficiência uruguaio, em 2016, o laboratório ofereceu, em todo o país, 517 mil serviços que incluíram a entrega de próteses, talas, palmilhas, calçado, reparações, avaliações, cosméticos, controlos e ortopróteses.¹

b Entre 2014 e 2017, o Chile apoiou o Paraguai no fortalecimento da gestão da sua Secretaria Nacional de Deficiência (SENADIS), em conformidade com padrões internacionais e uma abordagem integral. Fruto deste esforço, no final do projeto, a gestão reforçou-se e o Paraguai conseguiu integrar três novas ferramentas nas suas políticas públicas para pessoas com deficiência: um modelo de cuidados e gestão da reabilitação com Perspetiva Biopsicossocial (EBSS); um segundo modelo de cuidados e gestão de ajudas técnicas; e indicadores para a medição do grau de inclusão real.²

c Por último, é de salientar a incipiente colaboração entre os Ministérios da Inclusão e Economia Social do Equador e da Saúde de Cuba para intercambiar as suas respetivas experiências relativas à abordagem e metodologias dos cuidados intergeracionais e deficiência.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, CEPAL (2013) e OMS (2011 e 2014).

¹ <http://www.minrex.gob.cu/es/mil-discapitados-favorecidos-en-Uruguai-con-ayuda-solidaria-de-cuba>

² <https://www.agci.cl/index.php/sala-de-prensa/comunicados/1488-experto-chileno-desarrollara-asesoria-en-la-senadis-del-Paraguai-en-el-marco-del-proyecto-ko-eti-pora>

- e) Por outro lado, 4 em cada 10 dos projetos que visaram um objetivo Económico, fizeram-no para fortalecer o setor que registou a segunda maior participação relativa de 2016: o Agropecuário, com que se relacionaram 75 projetos, o equivalente a 12,5% do total. Neste sentido, tal como tem vindo a ser habitual, tratou-se de uma cooperação orientada para o fomento e apoio à agricultura familiar; a abordar questões relativas ao uso dos solos e à otimização da rega; e a um conjunto de aspetos ligados à gestão da saúde, reprodução e genética de diversas espécies vegetais (soja, cana de açúcar, frutas tropicais, cacau...) e animais (entre outros, criação de bovinos e ovinos). Também se identificou um incipiente intercâmbio de experiências que procuraram incorporar ao âmbito agropecuário uma forte componente ambiental. Incluem-se aqui os projetos que fomentaram o uso de biofertilizantes, produção agroecológica e orgânica, bem como os que transferiram sistemas agrícolas para detetar e poder enfrentar eventos extremos e assim progredir para uma gestão mais adaptada aos desafios impostos pelas alterações climáticas.
- f) A certa distância, mas de algum modo reforçando parte do que foi realizado nos setores da agricultura e da pecuária, encontra-se a cooperação relacionada com a Indústria: 27 projetos, equivalentes a 13,3% do âmbito Económico e a 4,5% do total de 2016. De facto, vários destes projetos dedicaram-se especificamente ao fortalecimento das cadeias agroindustriais e muitos outros dedicaram-se às indústrias da transformação, entre as quais se destacam a madeira, têxtil, couro e calçado, bem como as da produção de carne, leite e bebidas. Em diversas ocasiões, esta abordagem combinou-se com a da indústria artesanal, especialmente em zonas rurais ou com maioria de população indígena, e com outras relativas a laboratórios, inocuidade, qualidade e políticas de certificação. Além disso, identificou-se de novo uma incipiente atividade de transversalização da componente ambiental, que justifica projetos como os dedicados aos centros de produção limpa, aproveitamento de resíduos para novo uso (bananeiras e serrim) e introdução de melhorias ambientais nos engenhos de açúcar, apenas para referir alguns.
- g) As restantes intervenções de caráter Económico, 100 projetos que justificaram praticamente metade do ocorrido para este objetivo, abordaram questões muito diversas, chegando a relacionar-se com 12 setores de atividade diferentes, com um número de projetos que oscilou entre um mínimo de 3 (Comunicação) e um máximo de 16 (Turismo). Outros registos consideráveis, à volta de 10 projetos em cada caso, relacionaram-se com a Pesca (12), Ciência e Tecnologia (12), Energia (11) e Comércio e Empresas (9 em cada caso). Em termos de conteúdos, é de referir a forma como, através da CSS Bilateral de 2016, se tentou relacionar cultura, ambiente e turismo, bem como potenciar a sua capacidade como ferramenta para o desenvolvimento local, especialmente em zonas com população mais vulnerável. Devemos também destacar os projetos para a melhoria das técnicas aquícolas, tratamento fitossanitário e abordagem da sustentabilidade das pescas artesanais e recreativas; o aproveitamento de fontes renováveis e o impulso de energias limpas, alternativas e sustentáveis; a promoção de empreendedores e Micro e MPE; bem como o apoio a instituições que promovem uma melhor inserção das economias nacionais e dos seus produtores locais no comércio externo. Por último, houve projetos pontuais, com pesos relativos que só nalguns casos ultrapassaram 1% do total, relacionados com a Construção, Extração, Silvicultura, Banca e Finanças, Transportes e Armazenamento e o setor inicialmente mencionado, o das Comunicações.
- h) Por sua vez, no âmbito das capacidades institucionais e atendendo à nova desagregação utilizada, destacaram-se os projetos especificamente dedicados ao Fortalecimento das instituições e políticas públicas (33 iniciativas que justificaram um terço das registadas neste âmbito e que representaram 5,5% do total); ao Desenvolvimento de enquadramentos legais e judiciais; à promoção e respeito pelos Direitos Humanos (22 projetos); e às questões de Paz, Segurança Pública e Nacional, e Defesa (cerca de outros vinte). Menos importância relativa teve a cooperação concebida para melhorar a Gestão das finanças públicas (11 projetos), bem como a abordagem da Participação política e apoio à Sociedade Civil (6). Alguns dos temas que de forma recorrente foram tratados a partir das colaborações promovidas, referiram-se à gestão da administração pública, competências profissionais dos seus empregados e qualidade dos serviços prestados; à dotação de ferramentas para

NUM ÂMBITO SETORIAL, SITUOU-SE A ATIVIDADE PARA A QUAL SE ORIENTARAM UM MAIOR NÚMERO DE PROJETOS DE CSS BILATERAL: O SETOR DA SAÚDE, ONDE SE REGISTARAM MAIS DE UMA CENTENA DE INICIATIVAS, EQUIVALENTES A 17,2% DO TOTAL EXECUTADO EM 2016

4 EM CADA 10 PROJETOS QUE VISARAM UM OBJETIVO ECONÓMICO, FIZERAM-NO PARA FORTALECER O SETOR QUE REGISTOU A SEGUNDA MAIOR PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE 2016: A AGRICULTURA, COM A QUAL SE RELACIONARAM 75 PROJETOS, EQUIVALENTES A 12,5% DO TOTAL

uma melhor planificação; ao impulso dos sistemas de informação que facilitam a tomada de decisões e prestação de contas; bem como ao fortalecimento das instituições diretivas nacionais da Cooperação Internacional em geral e da Cooperação Sul-Sul e Triangular, em particular. Em 2016, os países também intercambiaram experiências para garantir o acesso de todos, e em especial da população mais vulnerável, à justiça; progredir na erradicação do trabalho infantil; melhorar a busca e identificação de pessoas desaparecidas; e desenvolver um sistema de acompanhamento e avaliação dos compromissos assumidos pelos países no âmbito dos Direitos Humanos. Por último, houve projetos que abordaram as situações pós-conflito, atuando neste caso sobre aspetos relacionados com a reativação económica das zonas atingidas e a reinserção social da população afetada; bem como experiências sobre segurança, formação militar e luta contra as drogas.

- i) Para além disso, ao longo de 2016 os países da região mantiveram em execução 42 projetos (7,0% do total) cujos objetivos se distribuíram entre a proteção e preservação do Ambiente (8 em cada 10) e o apoio a uma melhor Gestão das fases pré-, durante e pós- desastre (2 em cada 10). Mais especificamente, registaram-se múltiplas experiências para um melhor tratamento do ambiente, atuando sobre os seus três elementos: solo (gestão de resíduos sólidos e atenuação da sua degradação); água (apoio à monitorização da qualidade e aumento da eficiência do consumo); e ar (entre outros, redução da poluição e uso de veículos alternativos). Na verdade, quanto a este último elemento, merecem uma especial referência a identificação de projetos que incidiram no tratamento das alterações climáticas a partir de várias frentes: redução das emissões de gases com efeito de estufa; gestão das florestas e dos recursos florestais para aumentar a capacidade de absorção desses gases; e implementação de modelos de simulação de cenários impactados por

este fenómeno para poder reduzir a sua vulnerabilidade. Por outro lado, os projetos que fortaleceram a Gestão de desastres combinaram várias casuísticas e fases do ciclo: foram, por exemplo, projetos para o desenvolvimento de um Sistema de Alerta Precoce; apoio para busca e resgate em estruturas colapsadas; e gestão de recursos e técnicas na luta contra incêndios.

- j) Entretanto, e embora na rubrica Outros âmbitos se agrupem três temas bastante diferentes, houve um que manteve uma importância relativa muito superior: tratou-se da Cultura, que justificou três em cada quatro dos 40 projetos classificados neste âmbito, relativamente ao Género (9 dos intercâmbios restante) e a Outros modelos de desenvolvimento (1). No caso dos projetos culturais, destacaram-se os que procuraram fortalecer as capacidades dos países para valorizar a cultura popular e indígena, bem como potenciar o seu uso como motor de inclusão social e desenvolvimento (caso, a modo de exemplo, dos coros e das orquestras juvenis para a construção de uma cultura de paz). Houve também intercâmbios de experiências de formação em gestão cultural; conservação e restauração de todo o tipo de património (arqueológico, fotográfico, documental, bibliográfico e de têxteis históricos); apoio às instituições especializadas em artes; combate ao tráfico ilícito de bens culturais; e desenvolvimento da medição da cultura, especialmente numa perspetiva económica. Por sua vez, os 10 restantes projetos estiveram centrados em promover o empoderamento económico das mulheres; implementar políticas de igualdade; e abordar medidas de prevenção, proteção e cuidados para meninas e mulheres vítimas de violência e tráfico.

Finalmente, o Diagrama II.4 completa a análise das capacidades fortalecidas através da CSS Bilateral, mas na ótica das ações. Com efeito, neste caso o diagrama distribui os fluxos situando na origem (caudal esquerdo), as 165 ações registadas para o conjunto da região em 2016 e no destino (caudais central e direito), os seus correspondentes âmbitos de atuação e setores de atividade. A sua observação sugere que:

- a) A maior parte das ações (4 em cada 10) foram promovidas visando um objetivo de caráter Social. Seguiram-no, por ordem de importância relativa, as iniciativas que apoiaram o Fortalecimento institucional (34, equivalentes a 23,4% das registadas em 2016). Entretanto, 20% das ações responderam a diferentes objetivos de caráter económico: metade destas (15) porque fortaleceram diferentes Setores produtivos; e a outra

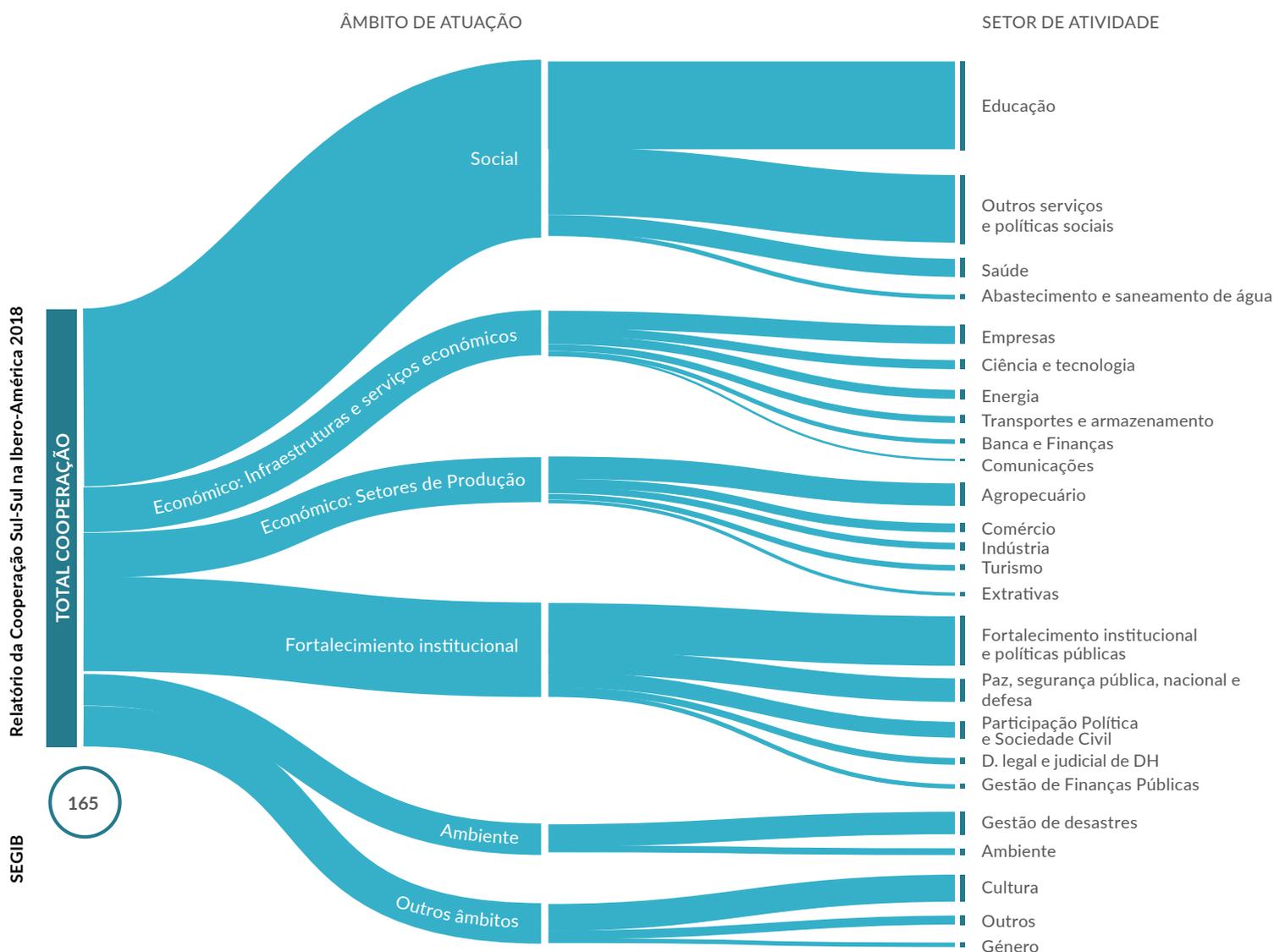
metade (15) porque contribuíram para a criação das Infraestruturas e dos serviços necessários ao funcionamento das economias nacionais. Os últimos 15% das ações registadas em 2016 distribuíram-se entre questões Ambientais (apenas 9 ações) e a abordagem de Outros âmbitos de atuação (um total de 13 em todo o ano de 2016).

- b) Os temas que foram efetivamente abordados, estiveram muito condicionadas pela forma através da qual as ações tendem a instrumentalizar-se: entre outros, cursos, workshops, capacitações, assistências técnicas, bolsas de estudos, estágios e intercâmbios pontuais de experiências. Assim, e em termos setoriais, destacaram-se as ações dedicadas à Educação (30, equivalentes a um quinto das totais), Outros serviços e políticas sociais (22) e Fortalecimento das instituições

→ DIAGRAMA II.4

DISTRIBUIÇÃO DOS FLUXOS DAS AÇÕES DE CSS BILATERAL, POR SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE ATUAÇÃO. 2016

Em percentagem



e políticas públicas (17, que representaram 11,7%). Mais pontuais (entre 8 e 9 ações em cada caso), foram as que contribuíram para o fortalecimento das atividades no âmbito da Agropecuária, Cultura e Promoção da Paz, Segurança Pública e Nacional, e Defesa.

- c) Mais especificamente, registaram-se inúmeros intercâmbios académicos entre universidades públicas latino-americanas; assessoria a essas instituições; e vários programas de bolsas de estudos; bem como assistências para a integração de tecnologia nas escolas. Os países também intercambiaram ações pontuais que esclareceram os seus parceiros sobre como implementar programas sociais, especialmente os vinculados ao desenvolvimento da infância, entre outros, aos cuidados de meninos e meninas, inclusão financeira e atribuição e prestação de pensões

e de transferências não condicionadas. Num âmbito mais institucional, houve cursos e estágios de formação focando os temas da luta contra a corrupção, deteção de passaportes fraudulentos e técnicas para a supervisão de desminagem; e ainda para a modernização da gestão pública, fortalecimento das agências e instituições de direção da cooperação, bem como, e já no caso específico da Cooperação Sul-Sul, intercâmbios sobre monitorização e valorização.

PERFIL DOS PAÍSES

II.4.2

O perfil das capacidades fortalecidas na região através da promoção da CSS Bilateral de 2016 não se pode entender sem olhar à contribuição de cada um dos países que a protagonizaram. De facto, o perfil regional define-se pelos impactos que produzem sobre ele dois tipos de contribuições que, embora diferentes, são complementares: o que procede dos pontos fortes transferidos pelos países que exerceram maioritariamente o papel de ofertantes; e o que resulta, a modo de reverso da medalha, do tipo de capacidades que se fortaleceram nos países recetores.

Por isso, e nos termos do atrás mencionado, identificam-se a seguir os principais setores de atividade e âmbitos de atuação nos quais cada um dos países ibero-americanos, nos seus respetivos papéis de ofertante e recetor, focalizaram a sua CSS Bilateral em 2016. A análise

apresenta-se nos Gráficos II.5, II.6, II.7 e II.8, que mostra, por âmbitos e setores, como ocorreu a distribuição dos projetos executados pelos que em 2016 exerceram o papel de principais ofertantes e recetores: em concreto, México e Argentina, por um lado, e El Salvador e de novo o México, por outro. Mais gráficos de apoio podem ser encontrados no fim do Relatório.¹¹

II.4.2.1. A partir do exercício do papel de ofertante

Com base na informação disponível, e no que respeita ao perfil de capacidades apresentado pelos países quando participaram na cooperação a partir do papel de ofertantes, podemos afirmar que:

¹¹ Com efeito, tal como já se referiu no início deste capítulo, no final do Relatório inclui-se um resumo dos principais dados da Cooperação Sul-Sul em que cada um dos países ibero-americanos participou em 2016. Uma das informações incluídas para cada país refere-se, precisamente, ao perfil setorial a partir do papel de ofertante e de recetor. No entanto, os dados incluídos não distinguem por modalidade, mas aborda-as de forma agregada, somando a Bilateral, Triangular e Regional, tal como refere a nota metodológica que acompanha estes resumos. A este respeito, os dados que a seguir se apresentam não coincidem exatamente com os que se incluem no final do Relatório. Não obstante, o maior peso relativo da Bilateral relativamente às outras modalidades do conjunto da CSS faz com que, no caso deste capítulo, esses gráficos possam ser referenciados a modo de ilustração.

a) 42,6% dos projetos executados pelo México, principal ofertante de CSS Bilateral de 2016 (Gráfico II.5), estiveram orientados para o fortalecimento de capacidades no âmbito Económico. De entre eles, a maioria (8 em cada 10), orientaram-se para os Setores produtivos, entre os quais se destacou a atividade na qual o México concentrou a maior parte (cerca de 20%) da sua cooperação de 2016: o setor Agropecuário, com quase 30 projetos. Entretanto, 29,0% dos 155 registos atenderam um objetivo Social. Neste âmbito, os diferentes setores registaram pesos relativos que oscilaram entre 5% (Água

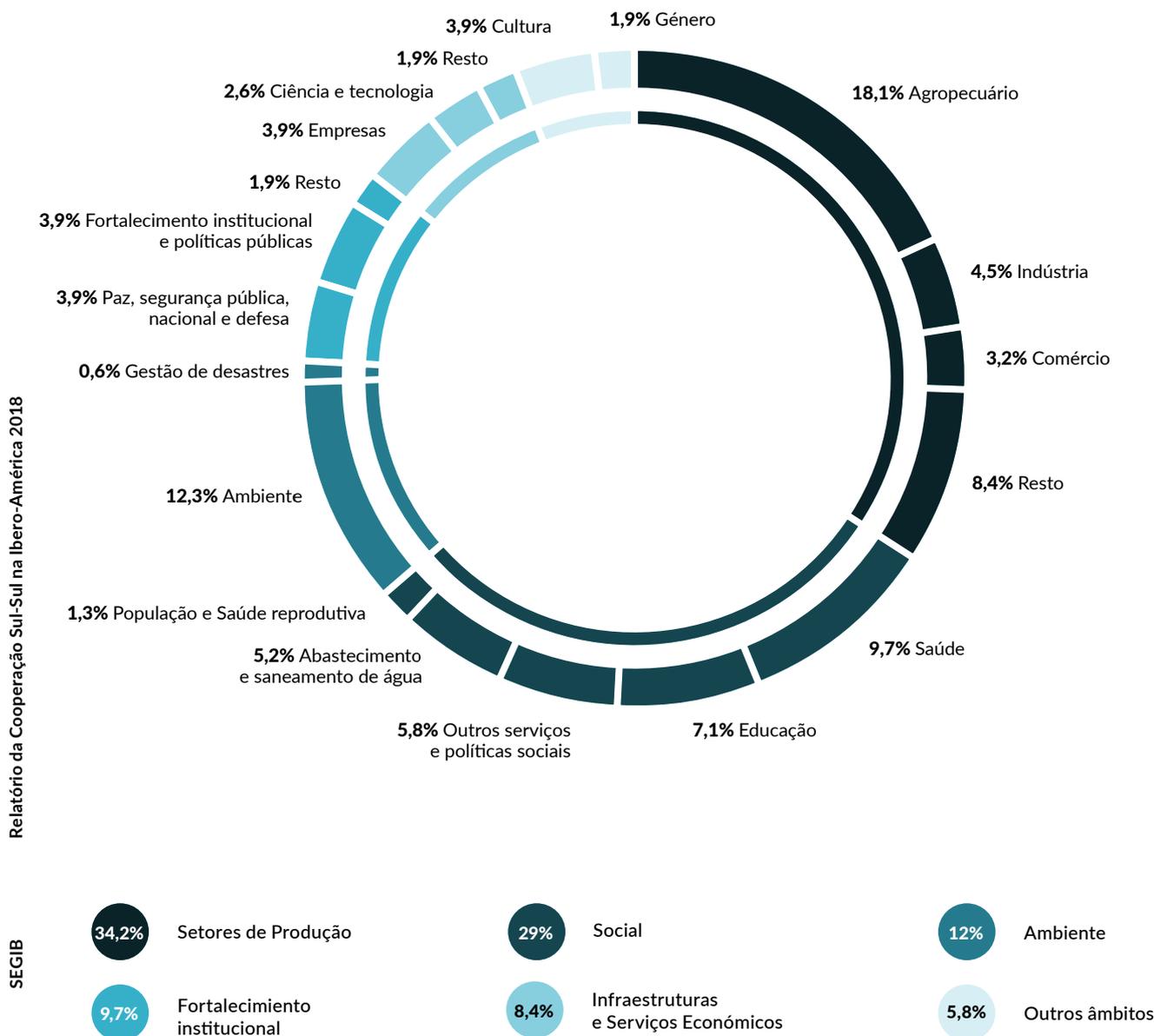
e Outros serviços e políticas sociais), 7,5% (Educação) e 10% (Saúde). A única exceção foi o setor da População e saúde reprodutiva (1,3%). Por sua vez, uma vintena de projetos (12,3%) orientou-se para a preservação e proteção do Ambiente. Completaram o perfil, a cooperação relacionada com o Fortalecimento das instituições e políticas públicas (9,7%) e Outros âmbitos de atuação (5,8%).

No que se refere aos conteúdos específicos destes 155 projetos, são de salientar os pontos fortes mostrados pelo México no âmbito agropecuário, sobretudo no que respeita a técnicas fitossanitárias, de gestão genética e de vigilância

→ GRÁFICO II.5

PERFIL DE CAPACIDADES DO MÉXICO NO PAPEL DE OFERTANTE, CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E O ÂMBITO DE ATUAÇÃO. 2016

Em percentagem



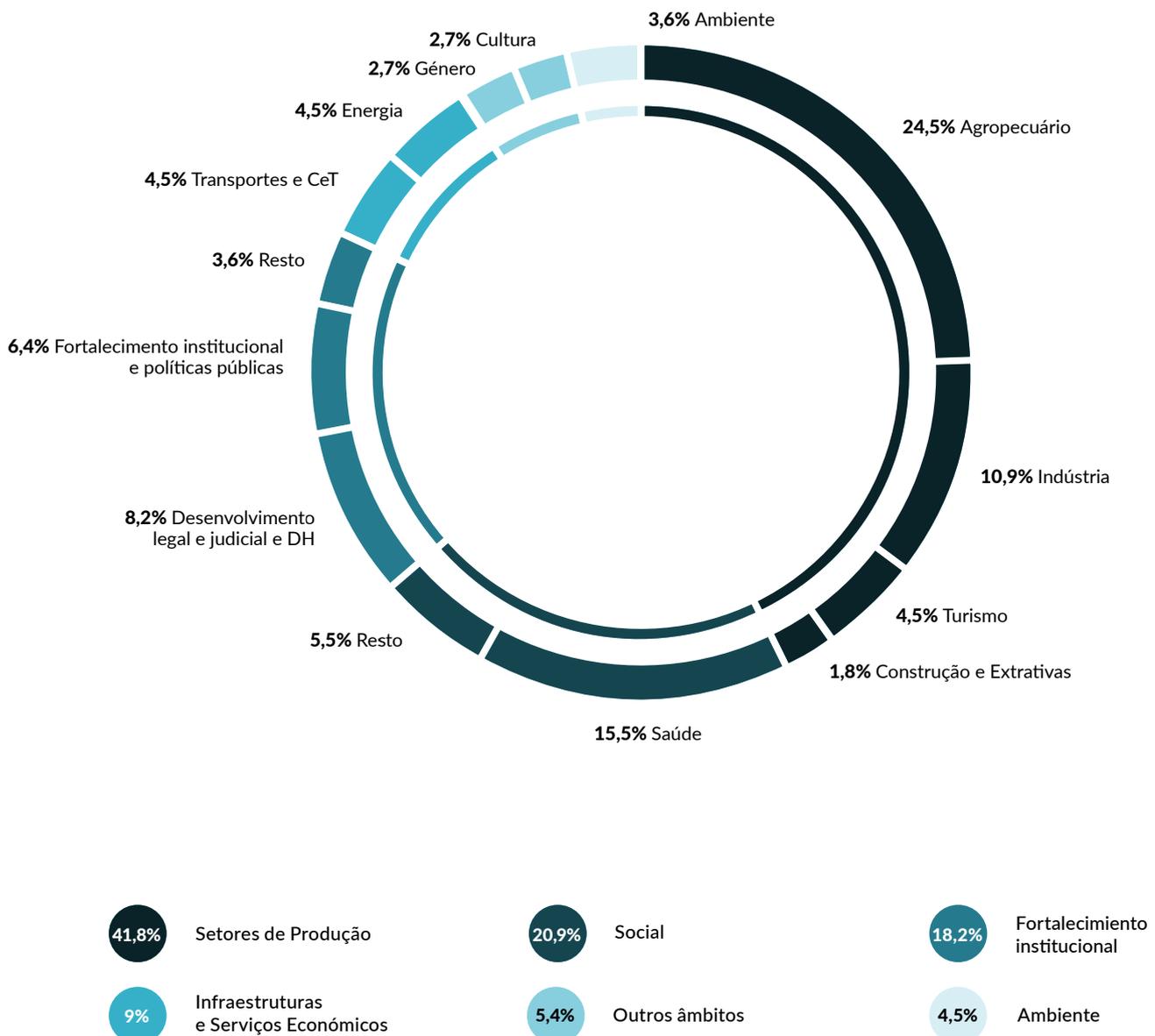
epidemiológica, bem como ao apoio à produção agroecológica e com biofertilizantes. O México também intercambiou experiências no âmbito ambiental, relacionadas com a gestão e tratamento de resíduos, monitorização da qualidade do ar, e luta contra as alterações climáticas, especialmente através de projetos que combinaram a redução e

controlo das emissões de CO₂, com a sua absorção através da gestão florestal. Por último, o México participou no intercâmbio de projetos de saúde, entre os quais se destacaram os orientados para melhorar a prevenção, diagnóstico e tratamento da diabetes; bem como para a produção de estatísticas e censos relacionados com o setor da Saúde.

→ **GRÁFICO II.6**

PERFIL DE CAPACIDADES DA ARGENTINA NO PAPEL DE OFERTANTE, CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E O ÂMBITO DE ATUAÇÃO. 2016

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

- b) Pob) Por sua vez, no caso da Argentina (Gráfico II.6), o peso relativo dos projetos que visaram um objetivo Económico foi inclusivamente superior ao registado pelo México: 50,9% dos 110 finais. De entre estes, voltaram a destacar-se (de novo numa proporção de 8 para 10), os dedicados aos Setores produtivos, com um enorme peso do Agropecuário e da Indústria, duas atividades que representaram, respetivamente, 24,5% e 10,9% da cooperação deste país. Os outros 50% distribuíram-se entre projetos com orientação Social (21%); aqueles que contribuíram para o Fortalecimento das instituições e políticas públicas (18,2%); e 10% dos que se classificaram em Outros âmbitos de atuação e Ambiente. Para esse efeito, os setores que se destacaram foram, por sua vez, os dedicados à Saúde (15,5% dos 110 totais) e aos Direitos Humanos (8,2%).

Em concreto, a Argentina partilhou os seus reconhecidos pontos fortes nos setores da Agricultura e Pecuária, através de múltiplos projetos centrados na promoção da agricultura familiar, gestão da saúde animal e vegetal, questões de rastreio e transferência de modelos de simulação de eventos extremos que favorecem a melhor adaptação do setor agropecuário aos efeitos das alterações climáticas. Em paralelo, também se realizaram intercâmbios para fortalecer as cadeias de processamento e produção, especialmente das indústrias da carne, leite e outros. A Argentina também apoiou o desenvolvimento de competências na área da Saúde (nutrição, gestão de medicamentos, farmacopeias e transplantes) e partilhou a sua reconhecida experiência no âmbito dos Direitos Humanos, especialmente através de projetos sobre antropologia forense (busca e identificação de vítimas de desaparecimento forçado, bancos de perfis genéticos e, relacionado com isto, fortalecimento de instituições especializadas na Verdade, Justiça e Reparação, bem como de Jurisprudência Internacional).

- c) Entretanto, 4 em cada 10 dos cerca de uma centena de projetos promovidos pelo Chile no papel de ofertante, atenderam ao fortalecimento de capacidades no âmbito Económico, neste caso, 75% deles concebidos para fortalecer os Setores Produtivos, entre os quais se destacaram o Agropecuário e o Turismo. Para além disso, as iniciativas orientadas para o âmbito Social também tiveram um peso muito destacado (34% das 97 registadas). De facto, no caso do Chile, a atividade que concentrou um maior número de projetos (praticamente a quarta parte do total) foi a correspondente a Outros serviços e políticas sociais. As restantes contribuições desse país justificaram-se pelo

Fortalecimento das instituições e políticas públicas (15,5%); por projetos dedicados ao Ambiente (praticamente outros 8%); bem como por algumas experiências pontuais nos setores da Cultura e Género (apenas um projeto, em cada um dos casos).

Mais especificamente, no caso do Chile foram muitas as experiências relacionadas com a abordagem integral e intersectorial das políticas públicas dedicadas a promover o desenvolvimento da primeira infância, bem como de diversos coletivos em situação de vulnerabilidade (entre outros, idosos, pessoas com deficiência, migrantes e indígenas). Também se registaram intercâmbios relativos a programas e estratégias orientadas para a superação da pobreza, entre os quais se destacam aqueles que centraram a sua ação nos bairros, através de políticas de reabilitação, da melhoria da habitação e do uso do desporto como ferramenta de inclusão. Por outro lado, o Chile promoveu uma cooperação baseada na gestão dos temas fitossanitários, com especial atenção para culturas como a da videira e das árvores de fruta; na promoção do turismo binacional, especialmente de fronteira; bem como na luta contra as alterações climáticas e por uma maior sustentabilidade ambiental nas regiões metropolitanas, através, entre outros, de um consumo mais eficiente da água e da promoção do uso das bicicletas como veículo de transporte alternativo.

- d) No que se refere ao quarto principal ofertante de 2016, metade dos 76 projetos do Brasil visaram um objetivo Social. Para isso influenciaram os elevados pesos relativos do primeiro e terceiro setores mais importantes da CSS Bilateral desse país em 2016: Saúde (27,6% do total) e Abastecimento e tratamento de água (13,2%). A cooperação que o Brasil dedicou aos Setores Produtivos e à criação de Infraestruturas e serviços económicos também justificou cerca de 30% do total dos intercâmbios realizados. Por sua vez, mais de metade destes intercâmbios justificaram-se pela transferência de capacidades no setor Agropecuário, uma atividade que em 2016 representou a segunda de maior peso relativo, apenas atrás da Saúde (13 projetos equivalentes a 17,1% dos registos finais). Os últimos 20% distribuíram-se entre o Fortalecimento das instituições e políticas públicas (13,2%) e a proteção do Ambiente (outros 7,9%).

Conforme o referido perfil, as capacidades efetivamente transferidas pelo Brasil deram uma especial atenção à nutrição infantil (através do fomento de hortas e cantinas escolares, bem como da expansão em toda a região da sua reconhecida experiência na constituição de redes de Bancos de Leite Humano); e, mais pontualmente, à gestão

de medicamentos, farmacopeias e sistemas de doação de sangue e de produtos derivados do sangue. O Brasil também intercambiou numerosos projetos orientados para a gestão integral de recursos hídricos, entre os quais são de salientar os que se centraram na implementação de sistemas de informação sobre diferentes aspetos relacionados com a água e a tomada de decisões que a acompanham. Por último, é de referir a experiência transferida sobre gestão de pragas e de fertilizantes, muito especialmente por se tratar de culturas próprias do clima tropical.

- e) A Colômbia, com 68 projetos de CSS Bilateral em 2016, dedicou mais de um terço (35,3%) à melhoria do âmbito Social, especialmente através dos 15 projetos que visaram a transferência de experiências relativas a Outros serviços e políticas sociais. Uma percentagem equivalente, de 35,3% dos projetos, justificou-se pela cooperação dedicada ao Fortalecimento das instituições e políticas públicas e à Cultura, um setor que, em 2016 e com 12 projetos, se tornou no segundo mais importante para este país andino. Os restantes intercâmbios distribuíram-se, com participações relativas à volta de 10% em cada caso, entre os Setores produtivos (destacando-se a Agricultura e Indústria), Infraestruturas e serviços e Ambiente. Entre as experiências concretas são de destacar, por um lado, as que abordaram os temas de inclusão e de superação da pobreza, bem como as que, com esse mesmo fim, promoveram o recurso ao desporto e à arte; e por outro lado, as que apoiaram a formação para uma melhor gestão do património arqueológico e histórico em geral e dos museus, em particular, em conjunto com outras mais orientadas para a medição económica e valorização da cultura.
- f) Por sua vez, e tal como tem vindo a ser habitual, o perfil de Cuba, com 66 projetos, foi essencialmente Social. De facto, 90% das iniciativas distribuíram-se entre os setores da Saúde (57,6%), Educação (16,0%) e Outros serviços e políticas sociais (cerca de mais 10%). Complementaram o perfil, a transferência de experiências no âmbito da Cultura (4 projetos que representaram 6,1% dos registos de 2016), e intercâmbios de carácter pontual relacionados com a Indústria e o Fortalecimento das instituições e políticas públicas. A modo de ilustração, é de mencionar o seu reconhecido e premiado programa de alfabetização ("Yo Sí Puedo"); a Operação Milagre para garantir o acesso da população de baixos recursos a operações oftalmológicas; os programas de bolsas de formação para médicos e profissionais do ensino e da saúde; a aposta no desporto que combina o seu impacto positivo com o bem-estar e a inclusão; bem como,

de novo na área da Saúde, a transferência de capacidades em tratamentos específicos, tais como os da diabetes, cancro, dores e algumas formas de deficiência, através do apoio à conceção e produção de ortopedia.

- g) Entretanto, 70,6% dos 34 projetos nos quais o Uruguai participou como ofertante em 2016, distribuíram-se em proporções próximas entre o âmbito Social (38,2%) e o Económico (32,4%). Em termos setoriais, estas proporções entendem-se pela importância relativa da Saúde, de Outros Serviços e Políticas Sociais e do âmbito Agropecuário, e com mais pormenor, pela transferência de capacidades relativas ao controlo do tabaco, tratamento da diabetes, políticas de proteção da infância e diversos temas, sobretudo relacionados com a pecuária. O Uruguai também registou vários projetos orientados para a proteção do Ambiente, que se destacaram pela forma como articularam as questões da sustentabilidade, serviços ambientais e luta contra o aquecimento global do planeta.
- h) Finalmente, vale a pena destacar dois blocos de países que, tendo exercido tradicionalmente o papel de recetores, começaram a transferir parte das suas capacidades e, demonstrando como na CSS todos podem ensinar e todos podem aprender, foram progressivamente ganhando peso no papel de ofertantes: trata-se, por um lado, do Peru, Equador e Costa Rica (entre 16 e 19 projetos de CSS Bilateral em 2016); e por outro lado, com um carácter mais incipiente, da República Dominicana, Guatemala, Honduras e El Salvador (2 projetos em cada caso), juntamente com o Paraguai e Bolívia, que se incorporaram a este papel com 5 e 8 projetos, respetivamente.

Mais especificamente, os projetos do Peru, Equador e Costa Rica encontraram-se muito dispersos entre, pelo menos, uma dezena de setores de atividade diferentes. Mesmo assim, identificaram-se perfis e forças específicas: no caso do Peru, dado o maior peso do âmbito Económico e a forma como em setores da Indústria, Extração e Agro, se transversalizou a questão da micro, pequena e média produção artesanal; no Equador, devido à maior importância relativa dos projetos orientados para o fortalecimento das instituições e políticas públicas, sobretudo através dos intercâmbios de experiências em matéria de impostos, governo eletrónico e compras públicas; e na Costa Rica, pelo impacto quer das suas reconhecidas capacidades no conjunto da cooperação no âmbito do ambiente (gestão de resíduos sólidos e da biodiversidade), quer pela combinação deste com a atividade turística. Por sua vez, é de salientar o papel que a cultura, a

sua transversalização no turismo, e o tratamento das indústrias extrativas desempenharam nas possibilidades da Bolívia quanto a começar a transferir CSS Bilateral. Merece uma menção especial o caso do Paraguai, que se insere no exercício deste papel através da sua experiência

de sucesso com o Programa SIMORE, um software que facilita o acompanhamento, monitorização e avaliação das recomendações internacionais e regionais sobre Direitos Humanos. Um pormenor sobre como ocorreram estes intercâmbios, pode ser encontrado no Quadro II.8.

QUADRO II.8

O PARAGUAI COMO OFERTANTE DE COOPERAÇÃO SUL-SUL BILATERAL: O PROJETO SIMORE

Em 1948, a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos no quadro da Assembleia Geral das Nações Unidas consagrou o seu reconhecimento e situou-os em posição privilegiada na agenda política internacional. A aceitação e o impulso deste compromisso deram lugar, de forma progressiva, ao aparecimento e articulação de um conjunto de instrumentos internacionais, regionais e estatais que dotaram o respeito pelos Direitos Humanos de garantias jurídicas e políticas.

Os compromissos que emanam destes instrumentos não só têm um carácter formal, mas também exigem, a par do reconhecimento dos direitos, esforços para a sua garantia e efetiva realização. Neste sentido, os Estados, atuando como garantes, devem prestar contas do seu real cumprimento. Uma maneira de o fazer é comunicando o conjunto de políticas e medidas desenvolvidas e implementadas para esse efeito, por forma a que sejam analisadas pelos órgãos estabelecidos em virtude destes tratados, aos quais corresponde responder através da realização de observações gerais e recomendações específicas.

Neste contexto, e perante a necessidade de dispor de instrumentos apropriados a nível estatal para a elaboração de relatórios e da formulação e avaliação de políticas públicas em matéria de Direitos Humanos, em 2014 o Paraguai promoveu o seu Sistema de Monitorização de Recomendações, conhecido pelo acrónimo de SIMORE. O SIMORE é uma ferramenta informática que sistematiza as recomendações internacionais de direitos humanos feitas ao Paraguai pelos diferentes órgãos e procedimentos especiais da Organização das Nações Unidas, bem como por aquele

que, de 1969 até hoje, é considerado o instrumento jurídico mais importante para a região, a Convenção Americana de Direitos Humanos, aprovada no quadro da Organização dos Estados Americanos (OEA). A sua implementação permite ao país dispor de informações sempre atualizadas sobre as ações que, no quadro dos Direitos Humanos, são desenvolvidas pelas instituições do Estado, o que por sua vez facilita a sua monitorização, acompanhamento e avaliação, bem como a mencionada prestação de contas a estes organismos supranacionais.

A sua criação e desenvolvimento foi fruto de um esforço de cooperação interinstitucional entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judicial, Ministério Público, Provedoria de Justiça e Ministério da Defesa Pública, e contou com o apoio técnico e suporte da Assessora de Direitos Humanos para o Paraguai do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, bem como do Fundo Especial do Exame Periódico Universal (EPU) da ONU. O sistema também evoluiu para se adaptar aos novos requisitos da agenda internacional dando lugar ao SIMORE Plus, uma versão alargada do original que vincula o acompanhamento das recomendações internacionais de direitos humanos à Agenda 2030, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e às suas metas, que foram aprovados em 2015, dando assim um salto inovador, em sintonia com as prioridades da comunidade internacional.

O sucesso desta iniciativa permitiu que o Paraguai, um país tradicionalmente recetor de cooperação, passasse a exercer o papel de ofertante de CSS Bilateral, partilhando e transferindo a sua experiência

de acompanhamento e monitorização dos direitos humanos.¹ De facto, em 2016, identificaram-se quatro projetos através dos quais o Paraguai proporcionou assistência técnica à República Dominicana, Chile, Honduras e Uruguai, por forma a que estes pudessem instalar e implementar os seus próprios sistemas online de acompanhamento das recomendações internacionais para o cumprimento dos Direitos Humanos e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), capacitando o seu pessoal e reforçando as suas capacidades institucionais em matéria de acompanhamento e implementação desses compromissos.

É ainda de acrescentar as especificidades no caso do Chile, onde a adoção do sistema esteve muito orientada para os direitos da infância e adolescência;² bem como no do Uruguai, um país que integrou esta experiência num projeto interinstitucional mais vasto que, dando prioridade ao alinhamento com a Agenda 2030, pretende o “Fortalecimento do Sistema Nacional de Cooperação numa perspetiva de direitos humanos”.³

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação; da ACNUDH (2012) e da página digital <http://www.mre.gov.py/simoreplus>.

¹ <http://www.ministeriodejusticia.gov.py/index.php/noticias/Paraguai-ejemplo-internacional-en-monitoreo-de-derechos-humanos>

² <https://www.cooperacionsursur.org/es/noticias-de-cooperacion-sur-sur/1502-Paraguai-brinda-cooperacion-a-chile-para-la-instalacion-del-simore.html>

³ <https://www.simore.mree.gub.uy/buscador/home>

II.4.2.2. A partir do exercício do papel de recetor

Tal como já se referiu, os pontos fortes transferidos pelos países através da CSS Bilateral ao exercerem o papel de ofertantes também se pode observar sob o ponto de vista dos recetores, identificando-se assim o tipo de capacidades que os países viram fortalecidas quando exerceram esse outro papel. Para isso, os projetos em que cada país participou como recetor distribuem-se de novo de acordo com o seu âmbito de atuação e setor de atividade. A análise resultante sugere que:

- a) Conforme se observa no Gráfico II.7 relativo a El Salvador, o principal recetor de CSS Bilateral de 2016 orientou a maior parte dos seus 106 projetos (39,6%) para fortalecer as suas capacidades no âmbito Social. Para isso influenciou a aposta em colmatar lacunas nos setores da Saúde (com um máximo de 16 projetos), Educação (11), Outros serviços e políticas sociais (10) e, em menor medida, Água (5). Entretanto, outros 20% dos projetos recebidos visou um objetivo Económico. No entanto, os mais de 20 intercâmbios que responderam a essa finalidade apresentaram objetivos diversos, embora tivessem predominado (6) os promovidos para atender aos problemas do setor Agropecuário. Os restantes visaram o Fortalecimento das instituições e políticas públicas (17,0% dos 106 projetos de 2016), Ambiente (até 7,5%) e Outros âmbitos (15,1%). Devemos acrescentar que neste último caso, a percentagem registada respondeu à Cultura (10 projetos) e aos intercâmbios para promover a igualdade de Género (5).

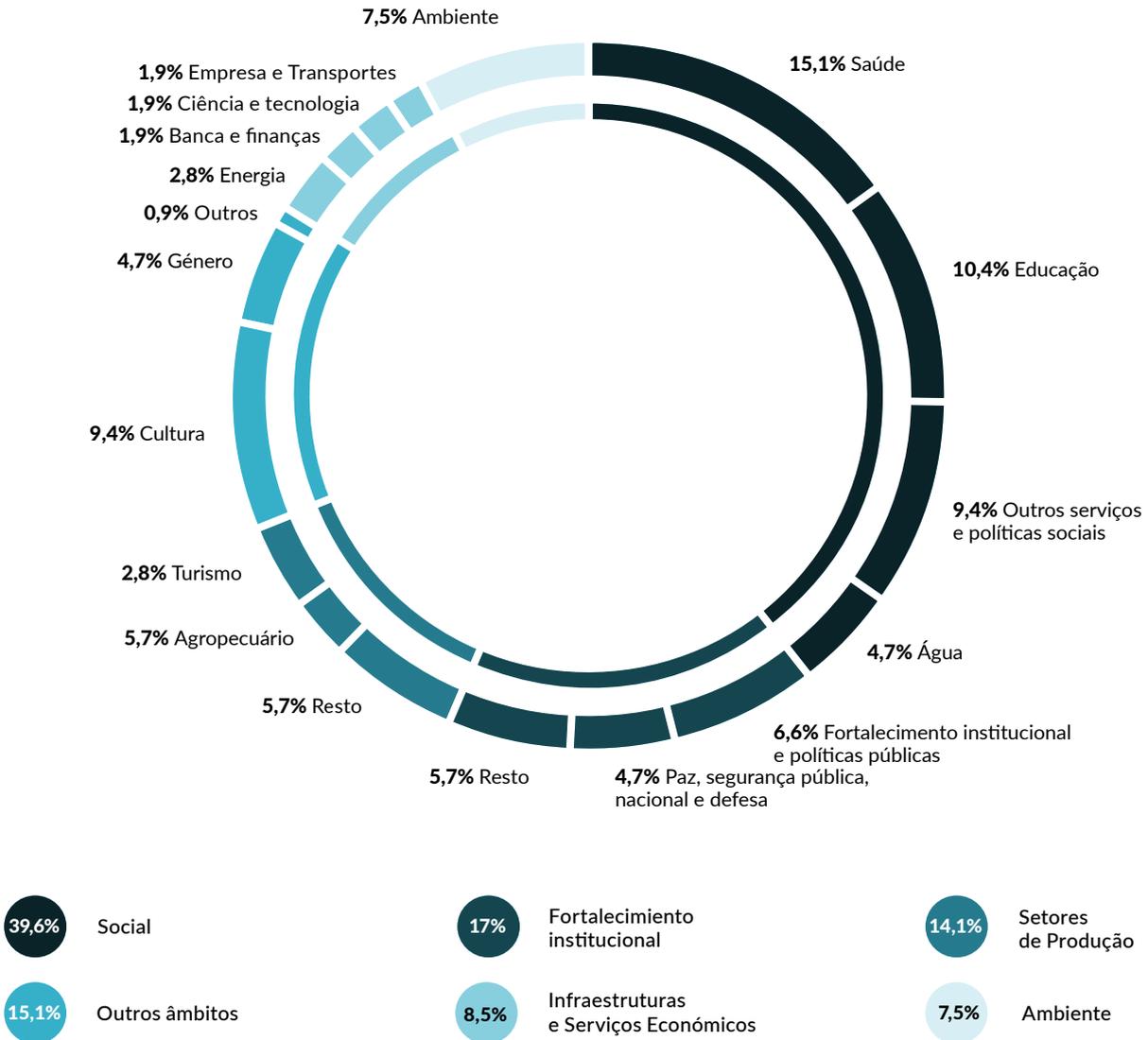
O atrás mencionado sugere para El Salvador um perfil de cooperação notavelmente diversificado e construído em torno de uma grande variedade de temas. Mesmo assim, há preocupações e problemáticas que se repetem e que atravessam diferentes setores de atividade. Um exemplo disso é, como a partir da Educação, Outros serviços e políticas sociais e Cultura, se aborda o tema da inclusão social dos meninos, meninas e jovens.

Para alcançar esse objetivo, identificaram-se projetos que pretenderam: a partir da Educação, flexibilizar o modelo educativo, incorporar inovações curriculares que incidem positivamente na aprendizagem (dança e xadrez nos infantários) e melhorar a relação entre a formação nas escolas e as competências profissionais; a partir das Políticas sociais, alargar programas de cuidados integrais ao desenvolvimento infantil, bem como recorrer ao desporto e à formação artística como ferramenta para fomentar a convivência e a inclusão; e a partir da Cultura, promover o teatro infantil, orquestras juvenis e sistema de coros, numa aposta que, de novo, se concilia com a área social. Assim, através da sua participação na CSS Bilateral de 2016, El Salvador terá fortalecido as suas capacidades em áreas tão diversas como: a nutrição (alargamento dos Bancos de Leite Humano e implantação de um Laboratório Nacional de Referência Alimentar); vigilância da saúde e apoio aos sistemas nacionais de sangue, produtos derivados do sangue e transplantes; educação e inclusão financeira; formação de gestores culturais; gestão de resíduos sólidos; melhoria da qualidade do ar; e abordagem interinstitucional de políticas públicas que permitem fazer avançar a prevenção e o cuidado dedicado às meninas e mulheres vítimas de violência.

→ GRÁFICO II.7

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS PARTICIPADOS POR EL SALVADOR NO PAPEL DE RECETOR, CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE ATUAÇÃO. 2016

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

b) Por sua vez, o Gráfico II.8 mostra as capacidades que o México viu fortalecidas em 2016, através do seu papel de recetor de projetos de CSS Bilateral. Neste sentido, a maior parte (43,1%) das 58 iniciativas registadas permitiram que o México fortalecesse capacidades Económicas e, sobretudo, Produtivas (mais de um terço dos 58 projetos). Mais de metade (53,4%) da CSS Bilateral recebida pelo México também se distribuiu, em proporções semelhantes, entre às áreas Social e Ambiental (16 e 15

projetos em cada caso). Finalmente, os intercâmbios centrados no Fortalecimento das instituições e políticas públicas e no Género tiveram um carácter pontual (2 projetos).

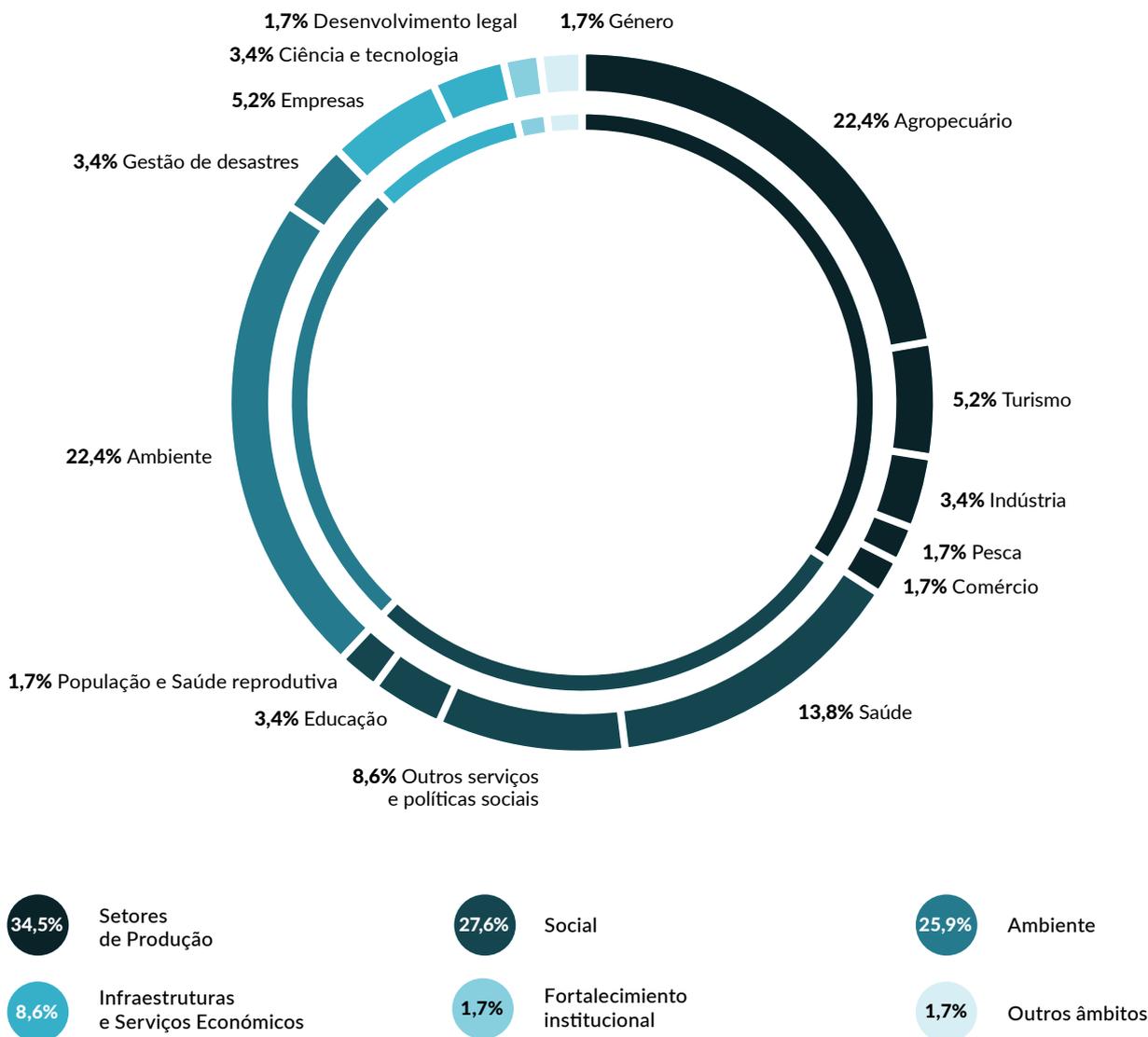
Em concreto, o perfil do México foi marcado pelo peso dos setores Agropecuário e Ambiental (13 projetos em cada caso que justificaram de forma conjunta cerca de 45% dos 58 registos finais), Saúde (8) e Outros serviços e políticas sociais (5). Entre as capacidades especificamente fortalecidas,¹² são de destacar as resultantes da

¹² Para abordar o perfil do México como recetor, devemos ter em conta que se trata do país que, por sua vez, regista a maior participação em projetos de carácter bidirecional: ou seja, aqueles em que cada país participa exercendo tanto o papel de ofertante quanto o de recetor e que, no total, aparecem contabilizados duas vezes (uma por cada um desses papéis). Em consequência, parte do perfil do México como recetor coincide com o que regista como ofertante. A modo de ilustração, nos setores Agropecuário e do Ambiente, dos 13 projetos que em cada caso constam como recebidos, 10 (também para ambos) têm um carácter bidirecional.

→ GRÁFICO II.8

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS PARTICIPADOS POR MÉXICO NO PAPEL DE RECETOR, CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE ATUAÇÃO. 2016

Em porcentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

formação em biotecnologia aplicada à agricultura e pecuária; as experiências que abordam a luta e adaptação às alterações climáticas (modelos de simulação da vulnerabilidade dos ecossistemas e a sua possível resposta, bem como estudos sobre biodiversidade); e os projetos para formar profissionais da medicina, bem como para partilhar experiências sobre o tratamento da diabetes e sobre investigações em imunologia; apenas para nomear alguns.

- c) No caso da Colômbia, um terço dos 56 projetos nos quais participou no papel de recetor visaram um objetivo Social. Para isso, foram determinantes os intercâmbios em matéria de Outros serviços e políticas

sociais (9) e de Saúde (7). Cerca de outros 30% dos projetos contribuíram para fortalecer as instituições e políticas públicas colombianas, dando-se uma ênfase especial aos aspetos relacionados com a legalidade, justiça, Direitos Humanos, Paz e assuntos de segurança pública e nacional. Por seu lado, pouco menos de um quarto dos intercâmbios visaram questões económicas e produtivas, embora, mais uma vez, e tal como tem vindo a ser habitual, a atividade Agropecuária tenha concentrado um maior número de projetos (8, equivalentes a 14,3% do total). Completaram o perfil as contribuições da Cultura e, de forma pontual, do Ambiente.

Entre os conteúdos específicos dos projetos, são de destacar os que apoiaram medidas para um maior controlo do consumo de tabaco; implementar indicadores de avaliação de desempenho do sistema de saúde; fortalecer a pecuária e a gestão dos biofertilizantes agrícolas; e reforçar a relação entre as competências musicais e a cultura popular. Por outro lado, o pós-conflito e a forma de encarar marcou a orientação de um grande número de intercâmbios, entre os quais são de salientar os dedicados ao desenvolvimento de políticas sociais que abordam a progressão integral de meninos, meninas e jovens vítimas do conflito, bem como a inserção laboral destes últimos; os que reforçaram os recursos de antropologia forense (busca e identificação de vítimas de desaparecimento forçado e bancos de perfis genéticos); e também a conceptualização e implementação de museus da memória e de arquivos sobre Direitos Humanos.

- d) Entretanto, mais de metade dos 49 projetos de CSS Bilateral nos quais a Argentina participou em 2016 no papel de recetor, foram impulsionados para fortalecer capacidades Económicas, maioritariamente próprias das atividades Produtivas (80% dessas experiências). De forma complementar, 3 em cada 10 projetos totais tiveram por objetivo fortalecer a área Social; 14,3% as instituições e políticas públicas; e uns últimos 4%, correspondentes a contribuições pontuais nos setores do Ambiente e da Cultura. É de acrescentar, que entre os temas especificamente fortalecidos se destacaram os relativos aos âmbitos Agropecuário (formação de recursos humanos em técnicas setoriais); da Indústria (transferências de capacidades relativas ao micro-encapsulamento para uma melhor conservação dos alimentos processados e das suas propriedades); e do Turismo (desenvolvimento de planos e estratégias, especialmente em questões binacionais e de fronteiras).
- e) Por outro lado, em 2016 o Paraguai, Uruguai e Bolívia, com um número semelhante de projetos de CSS Bilateral desenvolvidos a partir do papel de recetor (entre 40 e 42), atenderam de forma diferente às suas respetivas necessidades. Neste sentido, 70% da cooperação recebida pelo Paraguai procurou reforçar os âmbitos Social (45% do total de intercâmbios) e das instituições e políticas governamentais (25%); por outro lado, praticamente 3 em cada 4 das experiências intercambiadas pelo Uruguai foram promovidas para apoiar as suas capacidades nacionais nas áreas Social (41,5%) e Económica (31,7%); enquanto que dois terços da cooperação da Bolívia se dedicou,

em iguais proporções, a melhorar a área Social e da Produção. Mais em pormenor, no caso do Paraguai destacaram-se os projetos orientados para fortalecer as suas instituições e políticas públicas (capacitação de funcionários públicos) e, muito especialmente, as relativas à gestão da cooperação e das que se desenvolvem no âmbito social (estratégias para superar a pobreza e fomentar a inclusão das pessoas com deficiência). Entretanto, o Uruguai, muitas vezes através de intercâmbios de experiências de caráter bidirecional, orientou a sua CSS Bilateral para melhorar as já reconhecidas capacidades na área da Saúde (diabetes, transplantes, produção de próteses e estatísticas vitais) e no setor Agropecuário (técnicas de inocuidade). Finalmente, os projetos em que a Bolívia participou visaram temas muito diversos, entre os quais se destacaram os relativos à Saúde e ao desenvolvimento de técnicas para a melhoria da produção em culturas como a batata, milho, frutas, hortaliças e café.

- f) No que se refere a Cuba, Chile e Honduras, com 34, 35 e 37 projetos de CSS Bilateral respetivamente recebidos em 2016, os perfis setoriais diferiram. Assim, Cuba complementou a sua tradicional transferência de capacidades na área Social com uma receção claramente orientada para o âmbito Económico (70% dos projetos e uma grande parte deles centrados no Agro e na Indústria). Para o Chile, também com numerosos projetos de caráter bidirecional, a receção e a oferta combinaram-se para intercambiar experiências que reforçaram a sua especialização em políticas sociais (e infância), atividades produtivas e ambiente (com ênfase na virtuosidade entre a gestão de resíduos, sustentabilidade e alterações climáticas). Por seu lado, nas experiências em que participaram as Honduras, tiveram um peso especialmente relevante as que abordaram temas sociais (40%), produtivos (35%) e ambientais (cerca de 10%). Neste último caso, devemos destacar a coerência dos projetos recebidos, orientados para o fortalecimento da sua política florestal. Uma síntese do que ocorreu, apresenta-se se no Quadro II.9.

FORTALECER A POLÍTICA FLORESTAL ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO SUL-SUL: O CASO DAS HONDURAS

As florestas têm um papel fundamental para o bem-estar humano, contribuindo para a luta contra a pobreza rural, a conquista da segurança alimentar e a provisão de meios de subsistência para a população. A par da produção de madeira em todas as suas vertentes, as florestas permitem a produção de uma vasta gama de produtos florestais não madeireiros, tais como, entre outros, alimentos, forragens e espécies. São também o principal sumidouro de absorção dos gases que provocam as alterações climáticas.

Neste sentido, ao longo das últimas décadas, vários fatores, entre os quais se destacam o crescimento das populações humanas e a intensificação da procura de alimentos e terras, deram origem a uma progressiva perda de superfície florestal. De acordo com a FAO (2016), entre 1990 e 2015, a superfície florestal do planeta reduziu-se de 31,6 % para 30,6 %. A perda mais significativa teve lugar nos trópicos, especialmente na América do Sul e na África. Apesar disso, atualmente a América Latina e o Caribe ainda mantêm 57% das florestas do mundo.¹

Como resultado, depois da queima de combustíveis fósseis, a deflorestação tornou-se na principal causa das alterações climáticas, representando quase 20% de todas as emissões de gases com efeito de estufa, com uma contribuição inclusivamente superior à provocada pelo setor dos transportes de todo o mundo.

Neste sentido, embora o ritmo de perda se tenha desacelerado nos últimos anos, a América Latina é uma das regiões onde a deflorestação se mantém. Paralelamente, desenvolveu-se uma progressiva tomada de consciência sobre as oportunidades que a proteção e garantia das florestas oferece para o crescimento verde, conservação da biodiversidade e atenuação dos efeitos das alterações climáticas, tendo-se multiplicado as iniciativas de gestão florestal sustentável em sintonia com

os Objetivos da Agenda 2030.

As Honduras têm 5,3 milhões de hectares florestais que cobrem quase metade da superfície total do país. Muitas terras arborizadas degradaram-se devido a más práticas de aproveitamento florestal e da transformação do uso do solo para a agricultura e a pecuária extensiva. Uma pressão mais é a do consumo da madeira para lenha (uns 5,5 milhões de metros cúbicos por ano).

Em relação a este aspeto, nos últimos tempos as Honduras enfrentaram manifestações extremas de alterações climáticas, tendo alcançado os mais elevados registos de secas prolongadas e altas temperaturas e sofrido pragas sem precedentes. Face a isto, e para tentar encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento produtivo e a sustentabilidade, as Honduras procuraram fortalecer a sua política florestal, através, principalmente, do desenvolvimento da Lei Florestal de 2007 e da constituição do Instituto Nacional de Conservação e Desenvolvimento Florestal, Áreas Protegidas e Vida Silvestre (ICF), instituto com competências nessa matéria. As Honduras também se reforçaram através do intercâmbio de experiências de CSS Bilateral com países como o México e Chile. Mais especificamente:

a A colaboração com o México enquadra-se nas consequências resultantes da pior praga sofrida pelas Honduras nas últimas cinco décadas. Trata-se de uma praga que surgiu entre 2013 e 2016, provocada pelo besouro-do-pinheiro, uma das espécies de besouro mais destrutivas do mundo, que afetou mais de 600 hectares e levou à declaração de Emergência Florestal e Zona de Risco. Perante esta situação, o país decidiu destinar recursos à prevenção e combate aos incêndios florestais, ao controlo da praga e à restauração da floresta. Também iniciou uma colaboração com o

México que, entre 2015 e 2018 e através de um acordo de cooperação florestal, procurou fortalecer capacidades técnicas e institucionais para o controlo da praga e o seu tratamento fitossanitário.²

b A colaboração com o Chile, teve lugar em 2015 e 2016, altura na qual as Honduras pediram o apoio do Chile em matéria de produção florestal sustentável. Mais especificamente, através da promoção do associativismo de pequenos e médios produtores florestais, implementou-se um programa de promoção e fomento de plantações florestais sustentáveis e de alto rendimento que permitisse recuperar as áreas florestais degradadas e despertar o interesse público e privado para a sustentabilidade do negócio florestal.³

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, FAO (2016) e IFC (2010 e 2018).

¹ <https://www.caf.com/es/conocimiento/blog/2017/03/conservar-los-bosques-para-asegurar-la-sostenibilidad-ambiental-y-economica/>

² <https://www.cooperacionsursur.org/es/noticias-de-cooperacion-sur-sur/1356-honduras-y-mexico-acuerdan-cooperacion-en-materia-forestal-turistica-igualdad-de-genero-y-derechos-de-autor.html>

³ <http://www.fao.org/americas/noticias/ver/es/c/1144235/>

- g) Por sua vez, para a República Dominicana, Costa Rica, Peru e Equador, com um número de projetos que oscilou entre 25 e 30, a diversificação setorial tendeu a ser elevada. Assim, a cooperação distribuiu-se em torno de umas quinze atividades diferentes, mas a maior parte dos intercâmbios que se associaram a um mesmo setor tiveram também um caráter pontual (apenas 1 ou 2 projetos). Neste sentido, o aspeto mais importante em cada um destes países foi: até 3 projetos que, no caso da República Dominicana, se dirigiram para a inserção comercial; 9 projetos que, em proporções semelhantes, se distribuíram para apoiar a Ciência e Tecnologias, Políticas Sociais e de Saúde na Costa Rica; 8 que, no caso do Peru, serviram para reforçar o Desenvolvimento Legal e Judicial e os Direitos Humanos, bem como as suas Políticas Sociais; e 10 (equivalentes a um terço do total) que, no Equador fortaleceram a atividade Agropecuária (4) e a Saúde (6).
- h) Finalmente, o número relativamente baixo de projetos (entre 9 e 19) nos quais participaram como recetores a Venezuela e o Brasil a partir do Sul do continente, bem como o Panamá, Nicarágua e Guatemala, a partir da sub-região centro-americana, dificulta a análise setorial. Mesmo assim, todos registaram alguma temática na qual se tendeu a concentrar o fortalecimento de capacidades. Mais especificamente, a Saúde foi um setor importante para todos exceto para o Brasil, que concentrou a receção de capacidades em temas agropecuários próprios da gestão genética e fitossanitária. Além disso, as Políticas sociais e a Cultura completaram o perfil da Venezuela; as melhorias do Abastecimento e saneamento de água o da Nicarágua; e os projetos de Educação e Políticas Sociais, o da Guatemala.

A COOPERAÇÃO SUL-SUL BILATERAL EM 2016: A SUA POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

II.5

Em setembro de 2015, coincidindo com a realização da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável na sede das Nações Unidas, mais de 150 líderes mundiais aprovaram a Agenda 2030. A partir de então, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que a compõem, com as suas 169 metas, estruturam a agenda global de todos os agentes que, de diferente natureza e de variados âmbitos, integram e participam no Sistema Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento. Dado o seu processo participativo de construção, a elevada legitimidade com que se alcança, a forma como consegue integrar uma visão multidimensional do desenvolvimento e o modo como é possível comprometer todos os países (desenvolvidos e em desenvolvimento), a Agenda 2030 marca um ponto de viragem relativamente às que a antecederam. Ainda, e no que respeita a este Relatório, a Agenda 2030 tem um valor adicional, pois pela primeira vez reconhece a Cooperação Sul-Sul e Triangular como meio de implementação dos ODS.

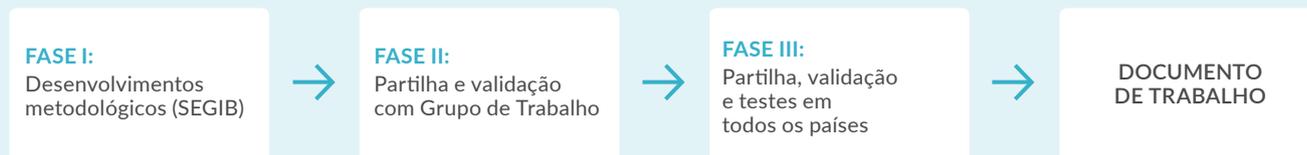
Dentro desse mesmo espírito, a edição de 2016 do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América* incluiu um primeiro exercício para estabelecer em que medida os projetos de CSS Bilateral promovidos pelos países podem estar em sintonia com os 17 ODS. Ao identificar impactos sobre um único ODS, o exercício revelava uma “fraqueza”, pois não permitia captar contribuições de caráter mais transversal ou multissetorial. Para as identificar e lhes dar visibilidade, a edição de 2017 deu continuidade ao exercício, mas avançando mais um passo, ao estabelecer uma diferença entre o ODS para o qual “principalmente” se podia estar a contribuir e um outro “secundário” no qual também se podia estar a criar um impacto através dessa cooperação.

Nesta edição de 2018, o exercício é retomado e os 680 projetos de CSS Bilateral mantidos em execução pelos países da região ao longo de 2016 são analisados para se estabelecer o seu possível alinhamento com um ODS “principal” e com outro “secundário”. A novidade desta edição reside em que este exercício de caráter preliminar ocorre num contexto em que, a partir do espaço ibero-americano, se tenta dar o salto para o substituir por uma metodologia que, construída coletivamente, permita sistematizar este possível alinhamento/contribuição dos projetos de CSS relativamente aos ODS. Tal como sugere o Quadro II.10, os países, em conjunto com a SEGIB e o PIFCS, estão a trabalhar nesse sentido e já validaram alguns dos elementos que a irão constituir.

A COOPERAÇÃO SUL-SUL E OS ODS: DEFININDO UMA METODOLOGIA A PARTIR DA IBERO-AMÉRICA

No contexto dos Conselhos Intergovernamentais do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), os países da região reiteraram em sucessivas ocasiões (Cidade do Panamá, 2016; e Madrid e La Antigua, julho e dezembro de 2017) a sua vontade de desenvolver um exercício coletivo de construção de uma metodologia que permita conhecer a possível contribuição/alinhamento da Cooperação Sul-Sul com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

PROCESSO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA DE UMA METODOLOGIA QUE RELACIONE A CSS COM OS ODS



Fonte: SEGIB

Para este efeito e tendo em conta que um dos sinais de identidade do trabalho que se tem vindo a desenvolver neste espaço no que se refere à Cooperação Sul-Sul é a construção a partir de exercícios coletivos e de consenso, deu-se início a um processo de trabalho cujo final está previsto para o princípio de 2019. Tal como se pode observar no primeiro esquema, nesse processo podem distinguir-se várias fases e agentes:

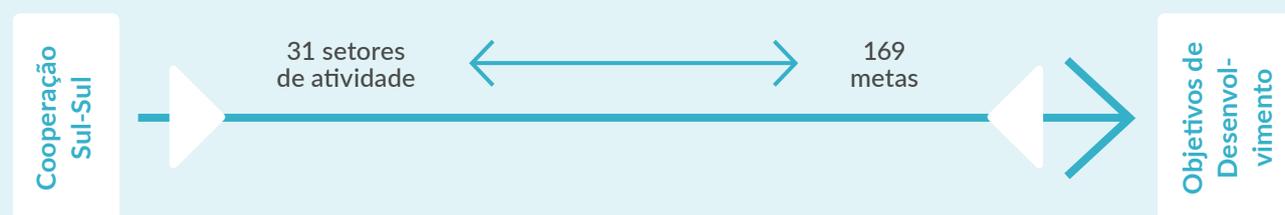
a Durante a primeira fase, a SEGIB desenvolveu a elaboração de uma proposta metodológica que usou como referência os exercícios já realizados nas edições de 2016 e 2017 deste Relatório.

b Numa segunda fase, a SEGIB partilhou e discutiu essa proposta com os países que, desde o início de 2017, constituem o Grupo de Trabalho dedicado a abordar a relação da CSS com os ODS. Trata-se da Argentina, Espanha, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai, juntamente com a Unidade Técnica do PIFCSS.

c A terceira fase iniciou-se em setembro de 2018 com um workshop em Santo Domingo (República Dominicana), no qual participaram os 21 países ibero-americanos membros do PIFCSS. O workshop “A contribuição da Cooperação Sul-Sul para os

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): definindo uma metodologia a partir da Ibero-América”, estabeleceu as bases para começar a partilhar e debater com todos a proposta metodológica apresentada pela SEGIB e pelo Grupo de Trabalho, validar a sua lógica e testar os seus resultados. O workshop foi só o início de uma fase que deverá terminar com um documento que inclua e sistematize a metodologia finalmente acordada por todos, para que possa depois ser apresentado e discutido noutros fóruns regionais e internacionais que abordem a relação entre a CSS e os ODS.

BASE DA PROPOSTA METODOLÓGICA QUE RELACIONA A CSS COM OS ODS, NUMA PERSPETIVA IBERO-AMERICANA



Fonte: SEGIB

Brevemente, a base da proposta metodológica que atualmente se está a discutir com os países, identifica a possível contribuição dos projetos de CSS promovidos pelos países da região para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), aproveitando para isso um vínculo “intermédio”: o que, por sua vez, se estabelece entre o

conteúdo dos 30 setores de atividade em que se classificam os projetos de CSS no espaço ibero-americano e as 169 metas associadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento (ver esquema). O resultado facilita a sistematização das contribuições de CSS para os ODS. É também de acrescentar que a metodologia final é facilmente aplicável

ao Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre CSS e Triangular (SIDICSS), um passo que, a médio prazo, multiplicará o potencial de análise da região em torno do alinhamento da CSS da Ibero-América com a Agenda 2030.

Fonte: SEGIB

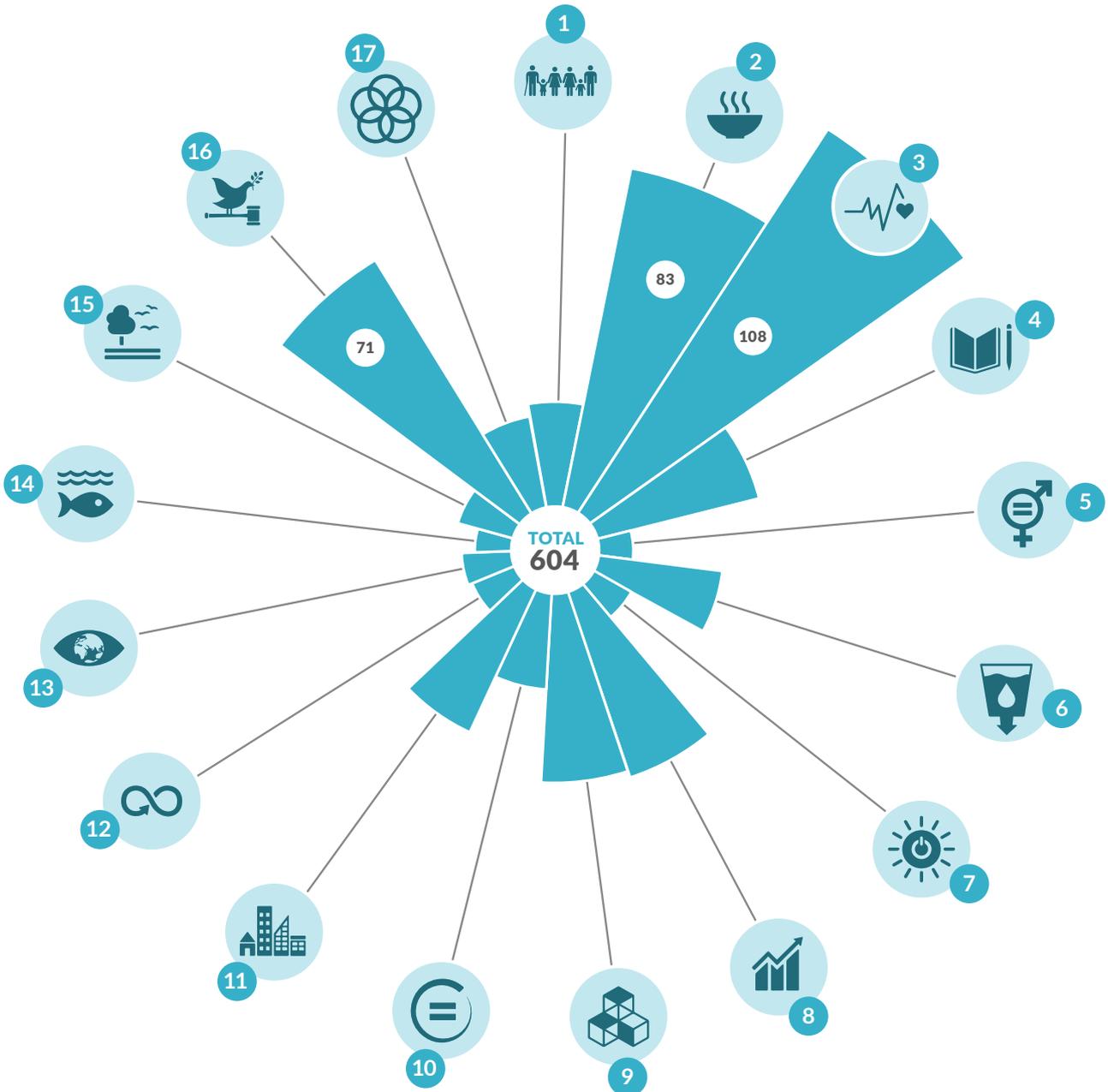
Com efeito, o Gráfico II.9 foi elaborado para distribuir os 680 projetos mantidos em execução na região em 2016 conforme o seu possível alinhamento com um ODS considerado "principal".¹⁴ Trata-se de um gráfico polar, muito semelhante ao de pizza, mas que distribui as variáveis a analisar (neste caso os ODS) em setores com ângulos equivalentes. Assim,

ordena-os de forma crescente no sentido dos ponteiros do relógio e situa o primeiro Objetivo nas doze horas. O número de projetos de CSS alinhado com cada um dos ODS ilustra-se a partir da área contida em cada um dos setores: quanto maior é o número de projetos que designa, mais afastado se encontra o extremo da área relativamente ao centro do círculo.

→ GRÁFICO II.9

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE CSS BILATERAL, CONFORME A SUA POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO PARA UM ODS PRINCIPAL. 2016

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

¹⁴ Na realidade, a análise não se aplica aos 680 projetos finalmente calculados em 2016, mas a 604. Isto é assim, porque a esses 680 devemos subtrair os 76 projetos que foram categorizados como "bidirecionais" e que, conseqüentemente, se contam duas vezes ao calcular o total (um por cada um dos papéis que exercem), mas apenas uma vez quando se trata de os usar numa análise por setores ou por ODS.

Da sua observação depreende-se o seguinte:

- a) Em termos gerais, cerca de um quinto do total dos projetos (mais de 100 equivalentes a 18%) podem estar a contribuir para o ODS 3 “Saúde e bem-estar”. Outros 154 (um quarto) obtêm-se ao agregar aqueles que se alinham com os ODS 2 (“Fome zero”) e 16 (“Paz, Justiça e Instituições sólidas”). Completaram esses 45% da CSS Bilateral de 2016, 200 projetos (um terço dos finais) que, distribuídos em participações entre 5% e 8%, se puderam alinhar com os ODS 8 e 9 (“Trabalho decente e crescimento económico” e “Indústria, inovação e infraestruturas”), bem como com o 4 (“Educação de qualidade”), 11 (“Cidades e comunidades sustentáveis”) e 6 (“Água potável e saneamento”). Os últimos 23% justificaram-se com as quase 140 iniciativas que, com objetivos diferenciados, se podem alinhar com os outros 10 Objetivos de Desenvolvimento. São aqui de distinguir os 23-26 projetos que, em cada caso, puderam contribuir para o ODS 1 (“Fim da pobreza”), 10 (“Redução das desigualdades”) e 17 (“Alianças para alcançar os Objetivos”); e os cerca de 10-15 intercâmbios que, respetivamente, puderam contribuir para os ODS 15 e 13 (“Vida dos ecossistemas terrestres” e “Ação pelo clima”), 7 e 12 (“Energia acessível e não poluente” e “Produção e consumo responsável”) e 5 e 14, dedicados, em cada caso, à “Igualdade de género” e sustentabilidade da “Vida submarina”.
- b) Mais especificamente e de forma coerente com o tipo de capacidades que foram fortalecidas através dos projetos de CSS Bilateral, as possíveis contribuições para o ODS 3, concebido para “garantir uma vida saudável e promover o bem-estar”, surgiram a partir de múltiplas iniciativas. São de destacar, entre as mais de 100 identificadas, aquelas que, tais como os Bancos de Leite Humano ou as hortas escolares, melhoraram a nutrição infantil e reduziram as taxas de mortalidade de meninos e meninas; as que, através de diferentes vias, abordaram a prevenção, erradicação e tratamento de determinadas doenças; as que promoveram um aumento da cobertura e da qualidade do sistema de saúde; as que melhoraram a gestão e segurança dos medicamentos; as que incidiram na qualidade da água (principal elemento transmissor de doenças víricas), do ar e do solo; todos os projetos relacionados com a saúde reprodutiva; bem como os que incidiram em temas mais específicos mas explicitamente incluídos nas metas do ODS 3, tais como os relativos ao controlo do tabaco e as práticas de condução que incidem positivamente na redução de lesões e mortes por acidentes de viação.
- c) Entretanto, os cerca de 85 projetos de CSS Bilateral que de alguma forma incidiram na “segurança alimentar, melhoria da nutrição e promoção da agricultura sustentável”, tenderam a estar alinhados com o ODS 2 “Fome zero”. Contabilizaram-se aqui, a modo de ilustração, os projetos fitossanitários e de saúde animal e vegetal que, por um lado, visaram a segurança dos alimentos e a garantia de acesso a uma alimentação saudável e de qualidade e, por outro lado, a sustentabilidade da produção agrícola, pecuária e até pesqueira. Um peso importante teve também a cooperação que promoveu a agricultura familiar e a pesca artesanal e que, em consequência, melhorou os rendimentos dos pequenos produtores. Associaram-se a este ODS 2, as iniciativas dedicadas à gestão genética e à biodiversidade, e as que transversalizaram o tema ambiental e dotaram o setor agropecuário de novas capacidades para melhorar a previsibilidade e a adaptação aos cenários e desafios resultantes das alterações climáticas.
- d) Por outro lado, identificaram-se 71 projetos que, ao promoverem “sociedades justas, pacíficas e inclusivas”, se puderam alinhar com o ODS 16. Tratou-se, na sua maioria embora não exclusivamente, da cooperação associada, em termos setoriais, ao fortalecimento institucional dos governos. De entre estes devemos destacar os que reforçaram a administração e políticas públicas e contribuíram para a sua eficácia; os que, através dos intercâmbios sobre sistemas de informação, estatísticas, e indicadores de acompanhamento e avaliação de diferente tipo, fortaleceram, entre outros, a tomada de decisões; experiências de acesso à justiça e apoio à segurança nacional através da luta contra a corrupção; bem como todos aqueles que, entre outros e a partir de diferentes ângulos, abordaram a garantia dos Direitos Humanos, formação em Cultura de Paz e luta contra o tráfico, recrutamento e outras formas de violência e de violação dos direitos fundamentais.
- e) Cerca de mais 90 projetos contribuíram, de diferente forma, para a “inovação, Industrialização e crescimento económico inclusivo e sustentado” e para a promoção do “emprego pleno e decente”, respondendo assim a objetivos alinhados com os ODS 8 e 9. Neste sentido, incluíram-se aqui todas as experiências que fomentaram a aplicação económica dos progressos científico-tecnológicos e as que apoiaram a produção e o crescimento económico através de práticas sustentáveis na indústria em geral e nalgumas delas em particular, tais como na mineração, extração, cultura e turismo (este último setor explicitamente citado na Meta 8.9). Também associados aos ODS 8 e 9, encontram-se os intercâmbios que

- fomentaram o impulso das micro, pequenas e médias empresas, o empreendedorismo e o acesso ao emprego, através, por exemplo, de uma melhor adequação dos currículos do sistema educativo às competências profissionais. Especial atenção exigem os projetos que centraram a sua intervenção nos jovens e nas pessoas com deficiência e os que apostaram na erradicação das piores formas de trabalho infantil, objetivo este explicitamente mencionado na Meta 8.7.
- f) Por sua vez, identificaram-se 66 projetos preferencialmente alinhados com os ODS 4 sobre Educação (40) e ODS 1 sobre o Fim da pobreza (26). No que se refere ao ODS 4, destacaram-se os projetos de alfabetização e melhoria do acesso, cobertura e qualidade do sistema educativo; os que procuraram promover um círculo virtuoso entre formação, capacitação técnica e profissional e emprego; e os que acompanharam a iniciativa em questão com uma abordagem de inclusão e universalidade. No que se refere ao ODS 1, devemos ter em conta que na Agenda 2030 a erradicação da pobreza se deve sustentar na melhoria de acesso a rendimentos e recursos, mas também a serviços básicos e direitos fundamentais, numa perspetiva que atribua um claro relevo aos DH e à não discriminação. Consequente, destacaram-se aqui uma grande parte das iniciativas relacionadas com as políticas sociais e com a promoção de estratégias e planos de luta contra a pobreza, proteção da primeira infância e cuidados a pessoas e grupos em condições especialmente vulneráveis. Nesta mesma linha, também se incluíram, por exemplo, as experiências que promoveram a capacitação da população no acesso a serviços financeiros.
- g) Um número semelhante de intercâmbios (69) foram os que incidiram nos objetivos relacionados com o ODS 11 sobre "cidades e povoados humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis" e o ODS 6, a partir do qual se pretende "garantir a disponibilidade de água e a sua gestão sustentável". No primeiro dos casos, destacaram-se os intercâmbios que abordaram o tema da habitação e da reabilitação dos bairros a partir de uma abordagem de integração social, mas também de resiliência perante desastres naturais; os que promoveram a gestão de resíduos sólidos e incidiram na qualidade do solo, água e ar; bem como todas as experiências relacionadas com a preservação do património cultural (reabilitação de centros históricos) e inclusive natural (recuperação de espaços verdes). Entretanto, identificaram-se numerosos projetos que, através da gestão integrada dos recursos hídricos, se alinharam plenamente com a Meta 6.5. Responderam também ao ODS 6, os intercâmbios em matéria de saneamento da água a favor de um uso eficiente desse recurso.
- h) Na linha que se estabeleceu sob o ODS 10, identificaram-se ainda 24 projetos que abordaram explicitamente a redução da desigualdade nos países. Neste caso, houve numerosas experiências para promover a inclusão social de grupos particularmente vulneráveis, como a infância, juventude, terceira idade, pessoas com deficiência e indígenas, apenas para nomear alguns. Acrescentam-se aqui os projetos que, alinhados com a Meta 10.4, fortaleceram, por exemplo, as políticas fiscais, bem como os que trataram a prevenção e pensões e outras estratégias sobre transferências focalizadas. Mais 23 intercâmbios relacionaram-se com o ODS 17, dedicado a fortalecer as alianças e recursos que devem contribuir para progredir na concretização da Agenda 2030. Neste contexto, devemos destacar os projetos que reforçam os âmbitos fiscais nacionais e uma melhor inserção no comércio internacional; os que desenvolvem ciência e tecnologia; os que reforçam o próprio sistema de cooperação e, muito especialmente a própria CSS e Triangular e as suas instituições de direção; isto para além dos intercâmbios que incidiram na produção de dados, indicadores e sistemas de informação contemplados especificamente nas Metas 17.18 e 17.19, por sua vez ligadas à prestação de contas.
- i) Mais pontuais foram as contribuições da CSS Bilateral de 2016 para os ODS 7, 12, 13, 14 e 15: entre um mínimo de 9 projetos e um máximo de 14, em cada um dos casos. No entanto, os conteúdos que permitiram alinhar os projetos com os mencionados ODS foram reincidentes. No que respeita ao ODS 7, devemos mencionar as experiências sobre modelos tarifários, distribuição e acesso à energia, melhoria do consumo energético e aposta em fontes renováveis; quanto ao ODS 12, tudo o que se relaciona com a gestão de detritos, reutilização de resíduos e intensificação do turismo sustentável, especificamente contemplado na Meta 12.b; no que se refere ao ODS 13, todas as experiências que, categorizadas nos setores agropecuário, ambiental e de gestão de desastres, a partir de perspetivas complementares, abordaram a luta contra as alterações climáticas; no ODS 14, projetos de aquicultura e pescas e de gestão de ecossistemas marítimos; e no

que respeita ao ODS 15, os intercâmbios que fortaleceram, entre outras, as capacidades relativas à gestão de políticas florestais, áreas protegidas, bosques e biodiversidade.

- j) Finalmente, pela sua importância estratégica, mas também pela sua ainda aparente fragilidade, devemos referir o que ocorre com o ODS 5, concebido no contexto da Agenda 2030 para “Alcançar a igualdade entre os géneros e empoderar todas as mulheres e meninas”. Neste sentido, tal como já se mencionou, em 2016 apenas se identificaram 9 projetos (1,5% do total) que definiram este Objetivo como ODS “principal”. Entre as experiências que se alinharam com este objetivo, destacaram-se as dedicadas ao fortalecimento das instituições de governo responsáveis pelas políticas públicas de igualdade de género; as que apoiaram o empoderamento das mulheres, especialmente no âmbito rural; e as que abordaram os programas de prevenção e cuidados a ter com mulheres vítimas de violência.

A análise da possível contribuição/alinhamento da CSS relativamente aos ODS completa-se, tal como já se mencionou, identificando se pode também haver um ODS “secundário” que acompanhe aquele que tem um carácter “principal”. Com efeito, por vezes os projetos podem contribuir simultaneamente para mais de um Objetivo e, além disso, esses ODS costumam estar relacionados, tal como sugerem as Nações Unidas (NU), “com frequência a chave do êxito de um envolve as questões mais frequentemente relacionadas com outro”.¹⁵

Para este efeito, elaboraram-se o Gráfico II.10 e o Diagrama II.5. A primeira figura, de novo a modo de gráfico polar, mostra o número de projetos de CSS Bilateral de 2016 que podem estar a contribuir para um ODS “secundário”. Neste caso, os projetos que puderam estar alinhados com, no mínimo, dois Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foram 317, ou seja, pouco mais de metade.¹⁶ Por seu lado, a figura II.5 foi construída sobre um “Diagrama de arco”. Através deste, os 604 projetos dos quais se partiu distribuíram-se conforme a sua associação com os 17 ODS. Os Objetivos de Desenvolvimento situam-se num eixo vertical imaginário e ordenam-se de cima para baixo de forma crescente. O tamanho de cada ODS corresponde ao número total de projetos alinhados. À direita do eixo, o fluxo que une dois Objetivos de Desenvolvimento mostra que existe uma ligação entre ambos e a espessura da linha que os conecta é proporcional ao número de projetos que simultaneamente contribuem para cada um desses dois Objetivos. Por último, quando os projetos associados ao ODS não se relacionam com nenhum outro (cerca de 290), situam-se à esquerda do eixo atrás mencionado.

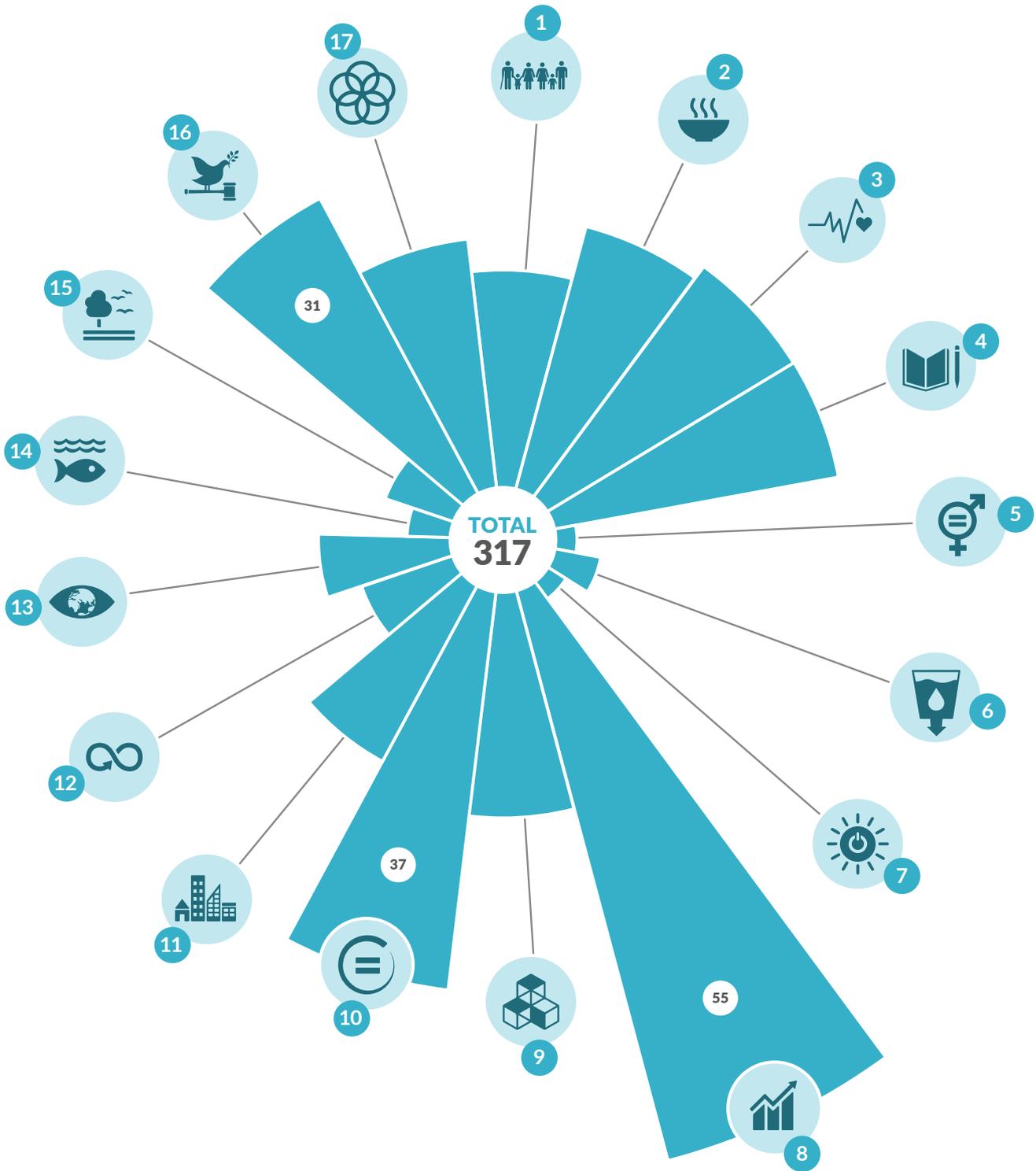
¹⁵ <http://www.undp.org/content/undp/es/home/sustainable-development-goals.html>

¹⁶ É de recordar que o que se calcula é o peso desses 317 projetos sobre um total de 604 (e não de 680). Tal indica uma participação de 52,5%.

→ GRÁFICO II.10

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE CSS BILATERAL, CONFORME A SUA POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO PARA UM ODS SECUNDÁRIO. 2016

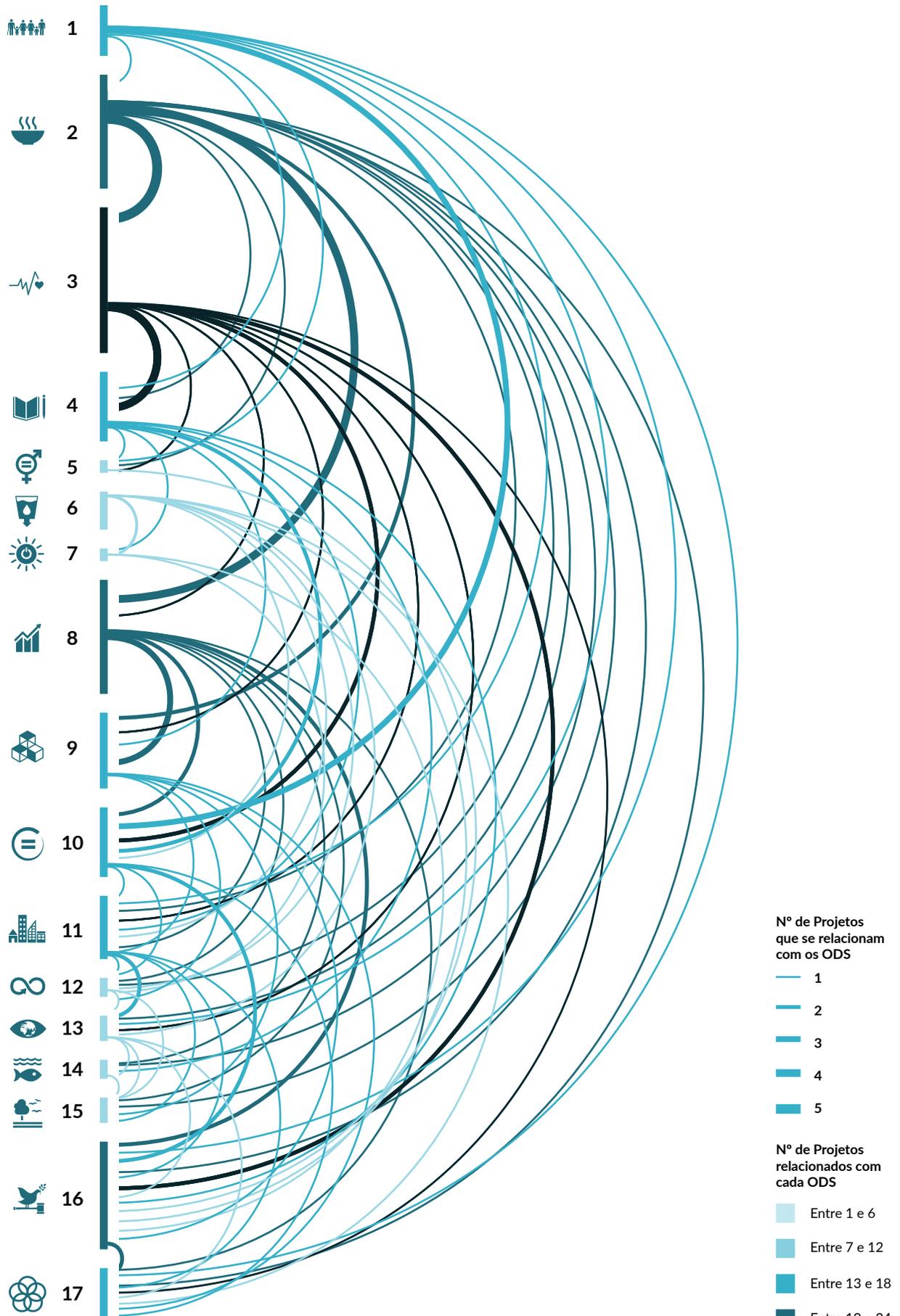
Em unidades



→ DIAGRAMA II.5

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE CSS BILATERAL, CONFORME A SUA POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO PARA DOIS ODS E A RELAÇÃO QUE SE ESTABELECE ENTRE ELES. 2016

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Da observação combinada do Gráfico II.10 e do Diagrama II.5 depreende-se que:

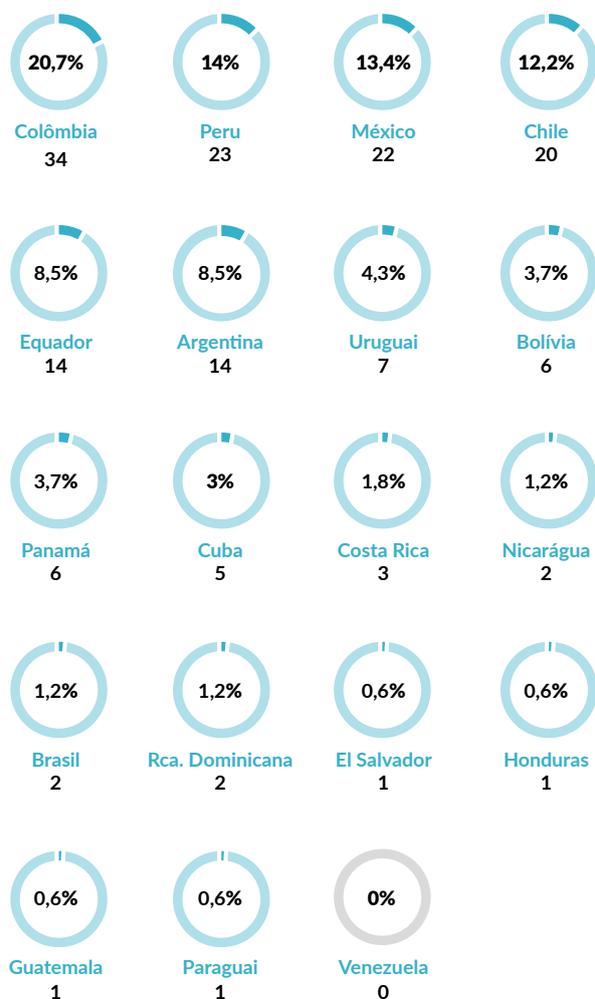
- a) Devido à sua natureza, houve três Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Gráfico II.10) que emergiram com força quando se identificaram como contribuição “secundária”: trata-se dos ODS 8, 10 e 16 relativos, respetivamente, ao Crescimento e trabalho decente, redução da Desigualdade e maior eficácia e solidez das Instituições. Estes três Objetivos justificaram, no seu conjunto, cerca de 40% dos 317 projetos analisados. O resultado é coerente com o facto de que se pode incidir no emprego e no crescimento económico através de múltiplos projetos com uma componente principalmente setorial; com que a desigualdade tende a ser abordada com carácter transversal; e com que a Cooperação Sul-Sul se baseia, em parte, no fortalecimento das instituições e das políticas públicas.
- b) Algumas das ligações mais fortes, conforme se pode observar no Diagrama II.5, ocorreram entre o ODS 8 e os ODS 2 e 9. Aqui incluíram-se, por exemplo, todas as iniciativas (24) que, em torno de um setor como o agrícola, visaram, por um lado, a melhoria da alimentação e da nutrição (ODS 2 “Fome zero”) e, por outro lado, o aumento da produtividade do setor (ODS 8, na vertente de “Crescimento económico”); bem como aquelas que, dedicadas ao fortalecimento da agricultura familiar e dos pequenos produtores, combinaram uma possível contribuição para o ODS 2 com a criação de emprego decente e dos rendimentos próprios do ODS 8. A inter-relação entre esse mesmo ODS 8 e o ODS 9 (“Indústria, inovação e infraestruturas”), verificou-se através de um conjunto de experiências (18) que por meio do apoio a determinadas atividades produtivas (preferencialmente da Indústria e Agricultura) promoveram, por sua vez, o desenvolvimento tecnológico e a inovação.
- c) Outras relações significativas, afetaram em numerosas ocasiões (17) o ODS 10 sobre a redução da Desigualdade, associado ao ODS 1 (“Fim da Pobreza”), bem como os ODS 3 (“Saúde e bem-estar”) e 4 (“Educação de qualidade”). Neste sentido, devemos aqui destacar as experiências que tenderam a incidir simultaneamente na pobreza e na inclusão social; as que, abordando temas de saúde, centraram a sua intervenção, entre outras, nas pessoas com deficiência, idosos e população migrante; bem como as que, através da alfabetização de jovens, idosos e população com poucos recursos, transformaram a educação num instrumento essencial para lutar contra a desigualdade social.
- d) Entretanto, uma parte dos projetos que se alinharam com os ODS 3, 10 e 8, fizeram-no com o Objetivo 16 sobre “Paz, Justiça e Instituições sólidas”. A modo de ilustração, influíram nele os intercâmbios entre instituições pertencentes aos sistemas de saúde dos países; aqueles que, categorizados no quadro da segurança nacional, por afetarem o controlo de substâncias ilícitas, contribuíram positivamente para o bem-estar, controlo de doenças e redução de algumas taxas de mortalidade; os que favoreceram o acesso à Justiça em condições de igualdade; e os que, contextualizados nos processos de paz e em situações de pós-conflito, procuraram promover a reativação económica das zonas afetadas.
- e) Finalmente, devemos realçar duas das ligações que se verificaram com maior frequência: as que ligaram os ODS 2 e 3 e os ODS 3 e 4. Incluíram-se aqui, por um lado, todos os projetos fitossanitários e de gestão de pragas que, por sua vez, asseguraram o acesso em condições seguras à alimentação, bem como os relacionados com a instalação e alargamento das redes de Bancos de Leite Humano, que incidiriam na nutrição materno infantil e na redução da mortalidade; e, por outro lado, os que favoreceram o acesso a uma formação especializada em medicina a pessoas com poucos recursos.

MAPA A.II.1

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS AÇÕES DE COOPERAÇÃO, CONFORME O PAPEL. 2016

A.II.1.1. Conforme o ofertante

TOTAL GERAL: 164



Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Legenda: Faixas de intensidade, conforme a percentagem de ações de cooperação oferecidas ou recebidas no ano 2016:

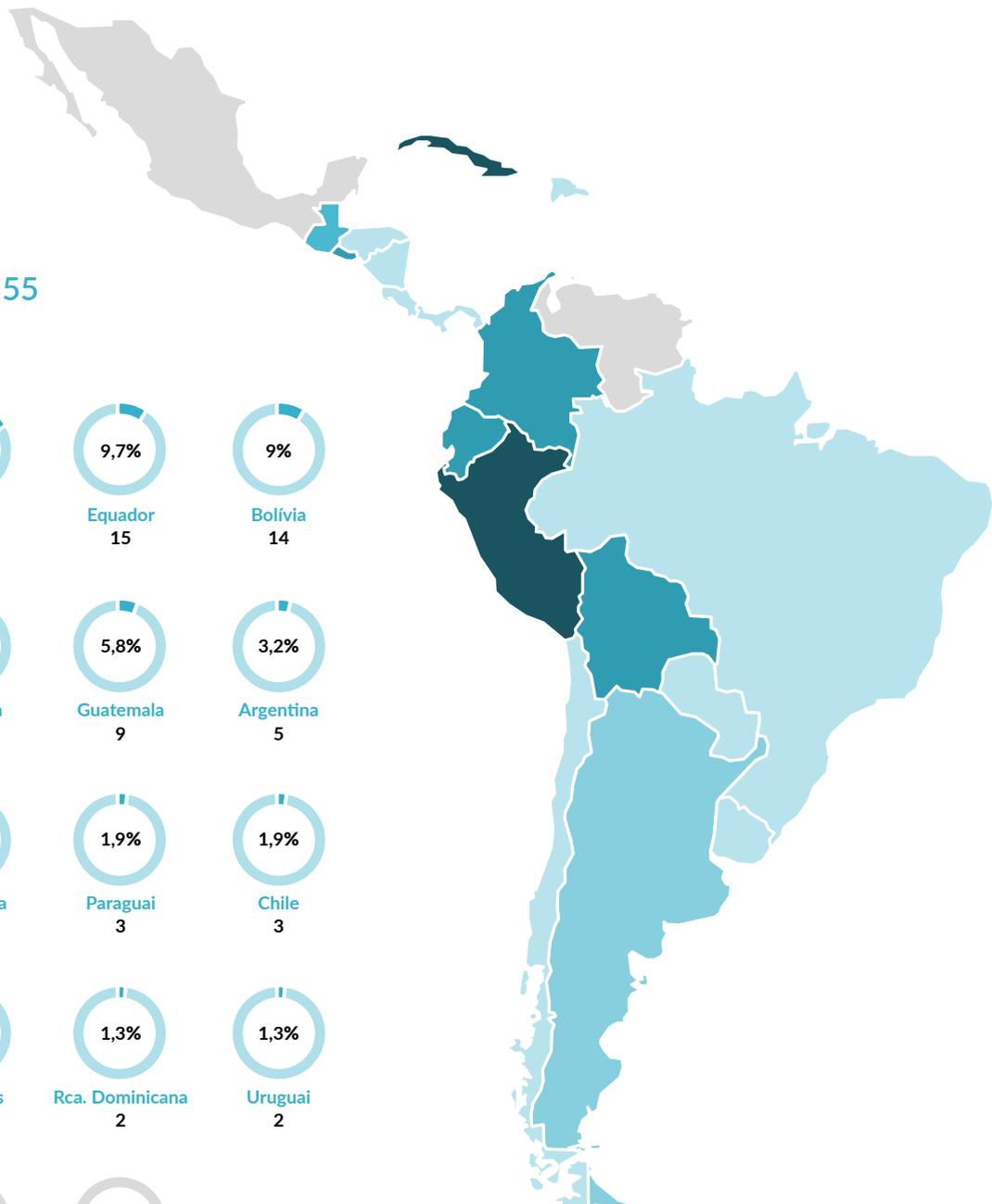
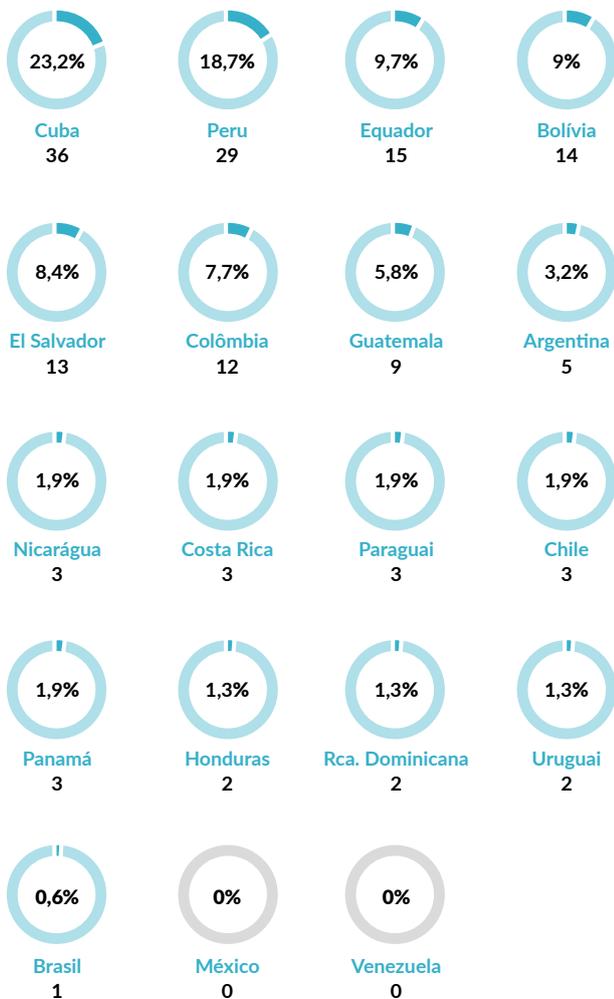


MAPA A.II.1

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS AÇÕES DE COOPERAÇÃO, CONFORME O PAPEL. 2016

A.II.1.2. Conforme o recetor

TOTAL GERAL: 155



Fonte: SEGIB a partir das Agências e/ou Direções Gerais de Cooperação

Legenda: Faixas de intensidade, conforme a percentagem de ações de cooperação oferecidas ou recebidas no ano 2016:

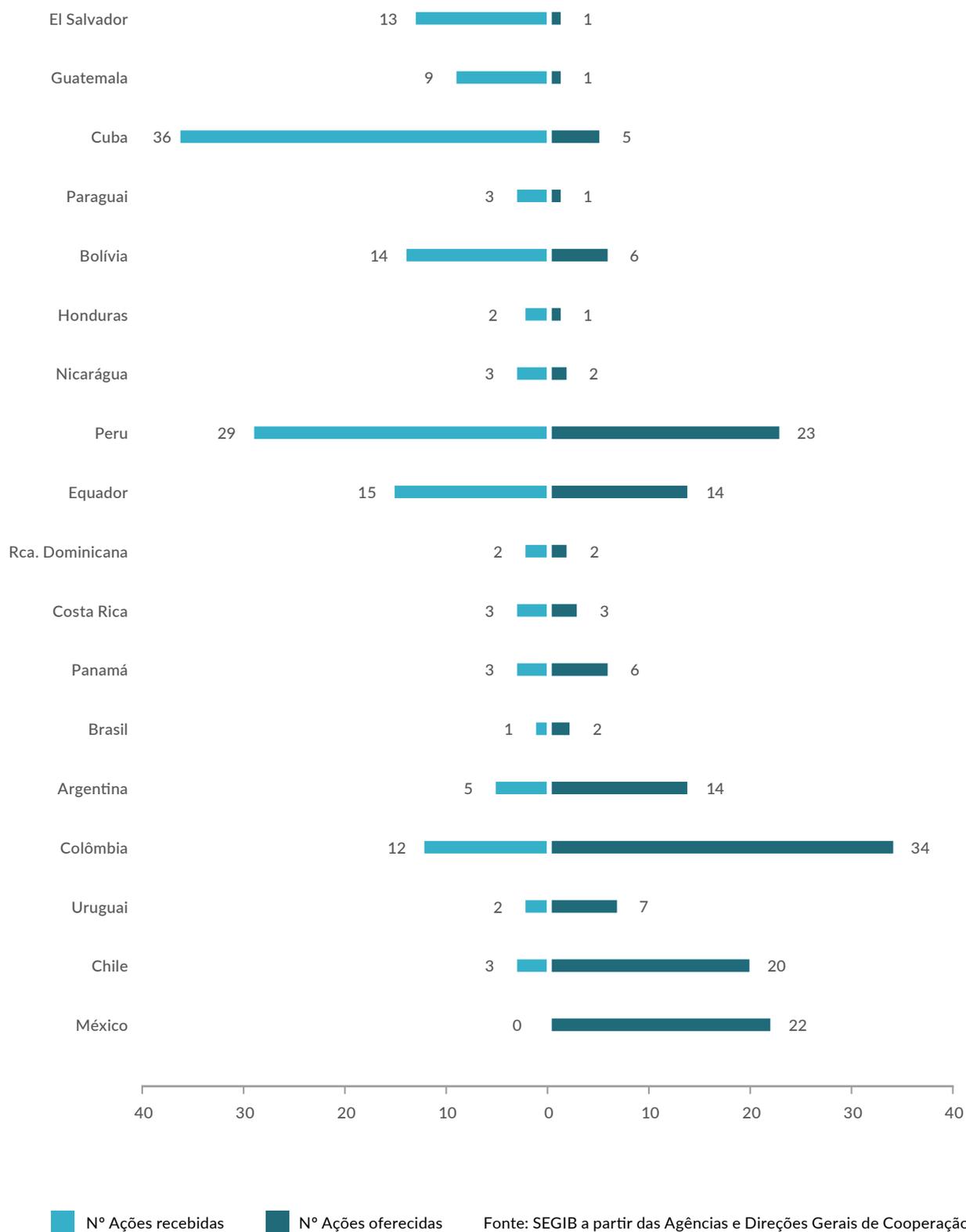


- Não se registam ações
- Entre 0,1% e 2,5%
- Entre 2,6% e 5,0%
- Entre 5,1% e 7,5%
- Entre 7,6% e 10,0%
- Entre 10,1% e 12,5%
- Mais de 12,6%

→ GRÁFICO A.II.1

AÇÕES DE COOPERAÇÃO SUL-SUL BILATERAL OFERECIDAS E RECEBIDAS, CONFORME O PAÍS. 2016

Em unidades

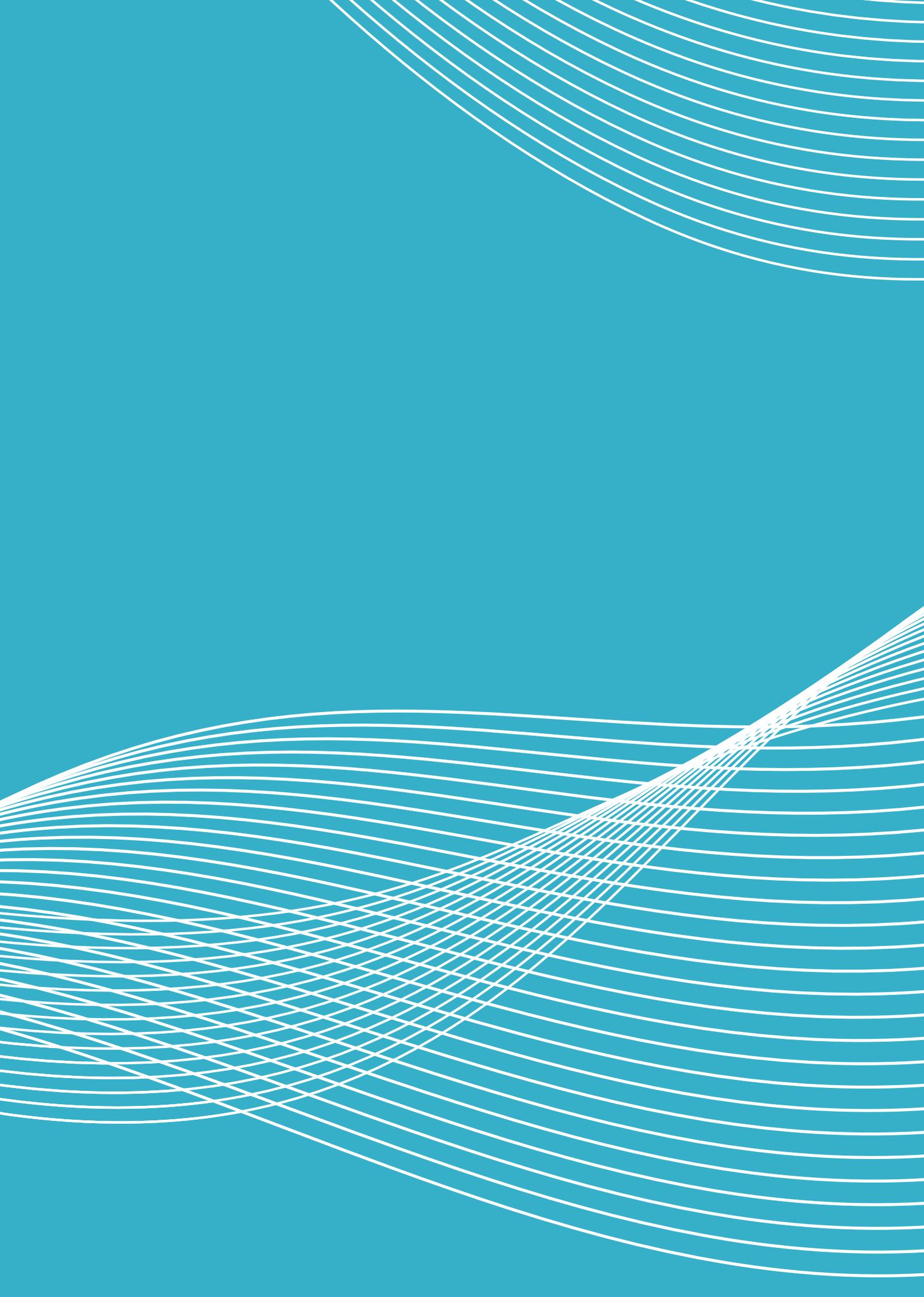


SETORES DE ATIVIDADE RECONHECIDOS NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO, CONFORME O ÂMBITO DE ATUAÇÃO

Âmbito de atuação	Sector de atividade	Descrição	
Social	Educação	Fortalecimento da Educação a todos os níveis, da básica à universitária, e da formação profissional. Afeta, entre outros, os planos e políticas educativas, programas curriculares, construção e reabilitação de escolas e de outras infraestruturas associadas, bem como a capacitação e formação de docentes e de outros profissionais do setor.	
	Saúde	Fortalecimento da saúde geral e básica, através, entre outras, de ações dirigidas às políticas de saúde, serviços médicos, cuidados básicos de saúde, investigação médica, luta contra doenças transmissíveis e não transmissíveis, desenvolvimento, qualidade e vigilância de fármacos e vacinas, saúde pós-reprodutiva, nutrição básica, infraestruturas de saúde, educação em saúde e formação de pessoal de saúde.	
	População e saúde reprodutiva	Programas e políticas sobre, entre outros, população, migrações, políticas migratórias, cuidados de saúde reprodutiva, planeamento familiar, luta contra as DST e formação específica.	
	Abastecimento e saneamento de água	Política e gestão, entre outros, de recursos e resíduos hídricos, acesso à água, fornecimento, tratamento, saneamento, esgotos, desenvolvimento de bacias fluviais e formação específica.	
	Outros serviços e políticas sociais	Fortalecimento dos serviços e políticas sociais em geral, políticas de habitação, políticas que visem a não discriminação, cuidados e inclusão social de coletivos mais vulneráveis, em especial pessoas com deficiência, indígenas, afrodescendentes, crianças, jovens e idosos, isto apenas para nomear alguns.	
Económica	Infraestruturas e Serviços Económicos	Energia	Fortalecimento de políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições relacionadas com a produção e fornecimento de energia proveniente tanto de fontes renováveis quanto de não renováveis, bem como a sua maior sustentabilidade (entre outros, gás, hidrocarbonetos, água, sol, vento e biocombustíveis).
		Transportes e armazenamento	Fortalecimento das políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições relacionadas com as políticas de transportes e armazenamento, bem como a melhoria e sustentabilidade dos transportes em geral ou por qualquer dos seus meios (rodoviário, caminho-de-ferro, marítimo fluvial e aéreo).
		Comunicações	Apoio às políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições relacionadas com as comunicações, em qualquer dos seus meios e formatos (entre outros, telecomunicações, rádio, televisão, imprensa, tecnologia da informação e comunicações).
		Ciência e Tecnologia	Desenvolvimento das políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições que promovam a Ciência e a Tecnologia com resultados de aplicação geral (não setorial) na economia. Inclui também e entre outros, tudo o que diz respeito à transferência dos conhecimentos resultantes, reforço do sistema científico e divulgação e universalização do acesso à tecnologia.
		Banca e finanças	Apoio às capacidades de gestão dos recursos financeiros das empresas, das organizações e de pequenos produtores, especialmente quando se trata de contribuir para fortalecer a economia local. Inclui formação e ensino em serviços financeiros, desenvolvimento e implementação de programas de microcrédito, bem como apoio à banca quando a sua atividade coincide com estes objetivos.
		Emprego	Apoio às políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições que facilitem e promovam a criação e acesso ao emprego, bem como a ações mais específicas de formação e capacitação profissional que respondam a esse mesmo objetivo.
		Empresas	Apoio às políticas, infraestruturas, serviços, investigações e instituições para a promoção de empresas, especialmente micro, pequenas e médias, bem como ao fortalecimento dos processos de concorrência.
	Setores de Produção	Extrativos	Fortalecimento da exploração e extração de recursos minerais e energéticos (carvão, petróleo e gás), bem como tratamento dos seus resíduos, especialmente através de instrumentos de planificação, gestão e legislação mineira.
		Agricultura e pecuária	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições relacionadas com a agricultura e pecuária. Inclui tudo o que diz respeito ao uso do solo, terras aráveis, gestão de sementes, reforma agrária, soberania alimentar, questões fitossanitárias e de saúde animal e vegetal, fomento de produtores familiares e apoio às cooperativas agrícolas, para referir apenas alguns exemplos.
		Silvicultura	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições dedicadas à silvicultura e gestão florestal, bem como a tudo o que se relaciona com o uso comercial da madeira.
		Pescas	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições relacionadas com a aquicultura e as pescas. Inclui, entre outros, o apoio à produção pesqueira artesanal, questões fitossanitárias e de segurança nutricional e alimentar.
		Construção	Desenvolvimento de políticas e apoio ao setor da construção e das infraestruturas.
		Indústria	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições relacionadas com o fomento da indústria em geral e por setores. Inclui o fortalecimento de qualquer fase que afete o processo de transformação desde a produção até à distribuição final.
		Turismo	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições relacionadas com o setor do turismo.
		Comércio	Desenvolvimento de políticas e apoio a instituições que fomentem o comércio e a distribuição final de produtos a nível local, nacional e internacional. Também afeta acordos e negociações comerciais regionais e multilaterais.

Âmbito de atuação	Sector de atividade	Descrição
Fortalecimento Institucional	Fortalecimento institucional e políticas públicas	Fortalecimento do setor público e das suas instituições e políticas. Afeta qualquer nível de governo, pelo que inclui o apoio aos processos de descentralização (política, administrativa e fiscal) e o apoio a governos regionais e locais e entre eles. Também inclui tudo o que se relaciona com a cooperação (como políticas públicas) e a produção de estatísticas e indicadores cujo objetivo seja o de orientar a tomada de decisões sobre as políticas e gestão pública.
	Gestão de Finanças Públicas	Inclui, entre outros, a gestão do orçamento e despesa pública, receitas (especialmente do sistema tributário), bem como a melhoria dos sistemas de gestão financeira, políticas fiscais, auditorias públicas, dívida pública, controlo e gestão de empresas públicas e medição do seu desempenho.
	Desenvolvimento legal e judicial e DH	Fortalecimento dos quadros legais, constituições, leis e regulamentações, bem como das instituições, sistemas e procedimentos da justiça, e também as práticas (tradicional, indígenas...) que estão fora do sistema legalmente contemplado; e apoio à defesa e alargamento dos direitos humanos, em especial dos civis e políticos. Inclui a luta contra a impunidade e proteção das minorias de qualquer tipo (étnicas, religiosas, linguísticas, sexuais, emigrantes, crianças, vítimas de tráfico e de tortura...).
	Participação política e Sociedade Civil	Fortalecimento da participação política, processos eleitorais, democracia e sociedade civil, bem como das ações que melhorem o controlo dos cidadãos sobre os seus representantes.
	Paz, segurança pública, nacional e defesa	Processos de paz e resolução de conflitos, desarmamento, desmobilização e reinserção na vida civil. Apoio à segurança pública (orientada para a prevenção, investigação e repressão de delitos contra as pessoas - códigos penais, agências da lei, polícia, prisões...-) e à segurança nacional e defesa (luta contra a corrupção, branqueamento de capitais e tráfico de drogas, formação militar, controlo de armas...).
Ambiente	Ambiente	Desenvolvimento, entre outros, de políticas e apoio a instituições dedicadas à proteção do ambiente, sustentabilidade na gestão dos recursos naturais, tratamento de resíduos, redução da poluição, luta contra as alterações climáticas e preservação da biodiversidade.
	Gestão de desastres	Apoio a todas as intervenções operacionais que se realizem nas diferentes etapas da gestão de desastres, tendo em conta as relativas à prevenção, preparação, mitigação, ajuda de emergência, reabilitação e reconstrução.
Outros âmbitos	Cultura	Desenvolvimento de políticas e apoio às instituições relacionadas com a cultura em todas as suas formas (também tradicional e oral), bem como às artes cénicas, em qualquer das suas disciplinas (arquitetura, dança, teatro, escultura, música, pintura e literatura), e ao artesanato popular, bibliotecas, museu e outros.
	Género	Desenvolvimento de políticas e apoio às instituições que promovem programas e projetos que relacionem a mulher com o desenvolvimento, fomentem o seu empoderamento económico e lutem contra a violência de que são vítimas.
	Outros	Fomento, entre outros, de modelos de desenvolvimento alternativo, rural e urbano, e da economia social e comunitária.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação





Capítulo

A Cooperação Triangular na Ibero-América

Este terceiro capítulo do *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2018* centra-se na análise de outra das três modalidades de Cooperação Sul-Sul reconhecidas no espaço ibero-americano: a Cooperação Triangular. Neste sentido, e no quadro da próxima realização, em março de 2019, da Segunda Conferência de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul que comemorará os 40 anos da aprovação do Plano de Ação de Buenos Aires (PABA), os países iniciaram um processo de reflexão relativamente à Cooperação Triangular com vista a analisar de que forma se pode fortalecer e revitalizar esta modalidade, bem como reforçar a sua contribuição para a Agenda 2030.

A partir das informações comunicadas pelos países ibero-americanos, o presente capítulo analisa a evolução desta modalidade de cooperação e, de forma mais concreta, aprofunda os dados relativos ao ano 2016, período em que se centra este Relatório. Para isso, o capítulo está estruturado da seguinte forma:

- a) Em primeiro lugar, através da base de dados agregada de projetos e ações que os países foram enviando ao longo de dez anos, analisa a tendência e evolução da Cooperação Triangular de 2006 (exercício que se refere à primeira edição do Relatório). A construção desta série histórica¹ permitirá constatar a dinâmica de crescimento da Cooperação Triangular e corroborar com mais rigor e precisão se é efetivamente uma modalidade que está a aumentar, tal como sugerem os dados acumulados nas passadas edições desta publicação.
- b) Em segundo lugar, e conforme já se aprofundou em 2016, analisam-se os agentes que desempenharam em maior ou menor medida cada um dos papéis exercidos nesta modalidade (primeiro ofertante, segundo oferente e recetor). A partir de uma

perspetiva setorial, também se identificam as capacidades que foram fortalecidas através dos intercâmbios de Cooperação Triangular, quer em termos regionais quer por parte dos países que se mostraram mais dinâmicos.

- c) A seguir, tal como tem vindo a ser habitual, realiza-se um estudo de carácter mais qualitativo sobre os enquadramentos operacionais e mecanismos financeiros nos quais se verifica esta modalidade. De facto, saber mais e melhor como funciona a articulação dos diferentes agentes, responde a uma reivindicação especial dos países ibero-americanos, que entendem que estão a participar numa cooperação que, ao envolver mais de dois parceiros, está forçosamente associada a fórmulas de coordenação de maior complexidade.
- d) O capítulo termina com uma análise da contribuição da Cooperação Triangular para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desta forma, consolida-se e potencia-se uma análise alinhada com a Agenda 2030 e que se começou a introduzir neste Relatório na edição de 2016.

¹ Convém recordar, tal como já se mencionou no segundo capítulo, que se trata de uma série histórica construída, não sobre a sequência dos dados incluídos em Relatórios anteriores, mas sobre aquela que se obtém a partir dos dados finalmente consolidados na plataforma de dados online sobre CSS de que dispõe o espaço ibero-americano (SIDICSS, nas sua sigla).

PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR EM 2016

III.1

Os dados proporcionados pelos países revelam que, durante 2016, os países ibero-americanos mantiveram em execução 100 projetos e 37 ações de Cooperação Triangular que, de forma agregada, representaram 137 iniciativas. Para saber como evoluíram ano após ano as iniciativas, projetos e ações mantidas em execução ao longo de cada um dos exercícios compreendidos no período de 2006 (ano a que se refere o primeiro Relatório de Cooperação Sul-Sul na Ibero-América) a 2016, elaborou-se o Gráfico III.1.² A sua observação sugere que:

- a) Comparando os dados de 2006 com os de 2016, podemos afirmar que ao longo dos últimos dez anos a Cooperação Triangular aumentou para mais do dobro: das 60 iniciativas do primeiro exercício para as 137 do último. Este incremento resulta principalmente do aumento no número de projetos (de 34 para 100) e não tanto no número de ações, cujo crescimento foi muito menor (de 26 para 37).
- b) Numa análise de tendências, podem distinguir-se claramente dois períodos: durante o primeiro, entre 2006 e 2013, o total das iniciativas manteve um crescimento sustentável; em contraste, ao longo do segundo, entre 2013 e 2016, esse mesmo número global de iniciativas registou uma queda. Mais especificamente, entre 2006 e 2013, as iniciativas aumentaram a uma taxa média anual de 16,8%, numa dinâmica que favoreceu que o valor final fosse mais de três vezes superior ao inicial (de um máximo histórico de 212, face às 60 registadas no primeiro ano). Por sua vez, entre 2013 e 2016, as iniciativas registaram uma queda média anual de 13,5%, levando o valor final para 137, mesmo assim, ainda superior a metade desse máximo histórico.³

- c) No entanto, é importante não esquecer na análise a diferença de comportamento entre os projetos e as ações, algo que permite ilustrar com mais clareza a tendência que a Cooperação Triangular tem vindo a seguir. Assim, a progressiva diminuição no número de registos desde 2013, deveu-se quase na totalidade à queda do número de ações, que acumularam uma elevada taxa de diminuição anual de 28,4%; um valor muito afastado do registado pelos projetos, aos quais correspondeu uma diminuição percentual anual de 3,4%. Por sua vez, o atrás mencionado sugere que a variabilidade se concentra em atividades, tais como cursos de formação, workshops e estágios, em torno das quais tendem a concretizar-se as ações, enquanto que os projetos se consolidam e mantêm como o principal instrumento utilizado pelos países para implementar a Cooperação Triangular.

² Tal como já se referiu, os valores em que se baseia esta série têm origem numa base agregada regional que se refere a todo o período de análise, pelo que os seus resultados não coincidem plenamente com os que teria apresentado uma sequência dos dados incluídos nas passadas edições do Relatório.

³ O facto de que este período seja mais curto que o anterior e de que a intensidade na diminuição seja 3 pontos percentuais inferior à do crescimento (13 relativamente a 16), explica que a queda acumulada ainda não seja tão intensa e que em 2016 o total das iniciativas registadas ainda se mantenha em valores significativamente elevados.

→ GRÁFICO III.1

PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR EM EXECUÇÃO. 2006-2016

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

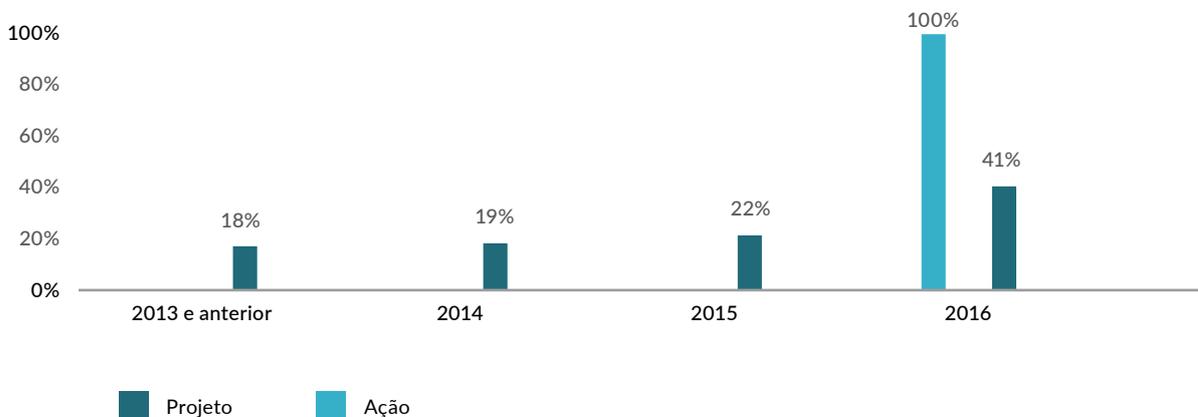
A constatação de que projetos e ações correspondem a instrumentos de cooperação de diferente natureza e comportamento, reforça-se analisando outros aspectos: por um lado, sabendo se os projetos e as ações que estavam em execução em 2016 tiveram início nesse mesmo ano, ou se, pelo contrário, se iniciaram com maior ou menor anterioridade; e, por outro lado, e de forma coerente, se se trata de ferramentas com tempos de execução muito distantes entre si.

Para este efeito foram elaborados os Gráfico III.2 e III.3. O primeiro, distribui os 137 projetos e ações conforme o ano em que cada um deles teve início: durante o período de 2013 ou antes dessa data, em 2014, 2015 ou no próprio ano de 2016. O segundo,⁴ compara projetos e ações conforme o tempo decorrido entre o início e o fim da sua atividade.⁵

→ GRÁFICO III.2

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR, CONFORME O ANO DE INÍCIO. 2016

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

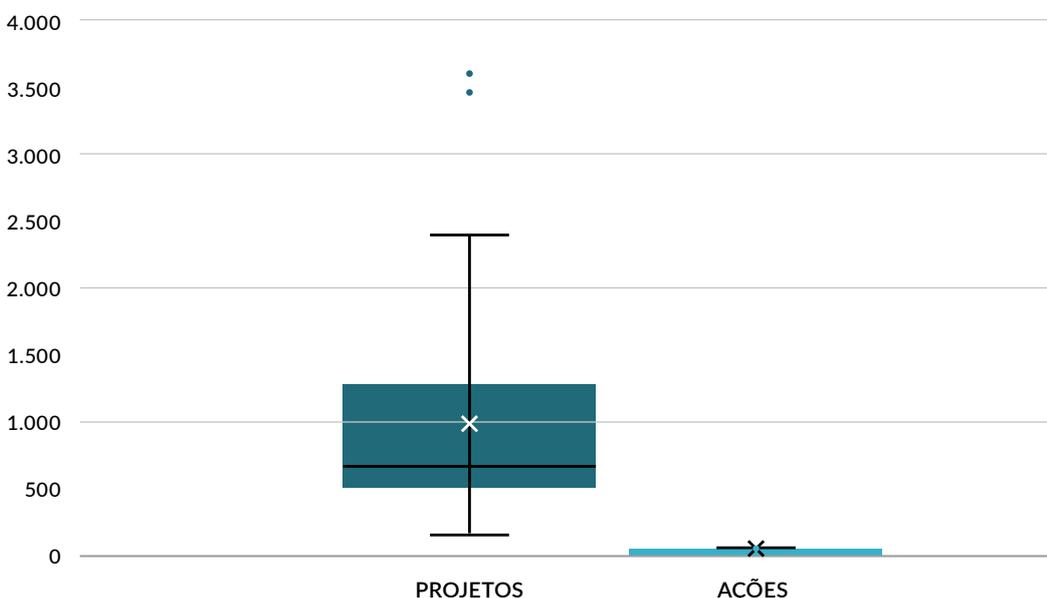
⁴ No Capítulo 2 enuncia-se a forma como se deve abordar a leitura e interpretação deste tipo de gráfico.

⁵ É de salientar que no caso da duração não se conta com toda a informação para os registos. Mais concretamente, 67,6% das ações apresentaram a data exata de princípio e fim, que, no caso dos projetos, foi ligeiramente mais baixa, 61%.

→ GRÁFICO III.3

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR, CONFORME A DURAÇÃO. 2016

Em dias



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Da observação de ambos os gráficos, depreende-se que:

- a) 41% dos projetos (Gráfico III.2) iniciaram a sua atividade em 2016. No entanto, os restantes 60%, distribuíram-se de forma relativamente homogênea (em torno a 20% em cada caso) ao longo dos outros três períodos tidos em consideração: 2015, 2014 e o que compreende o período anterior a 2013. Em contraste, e em coerência com o que poderíamos esperar, todas as 37 ações registadas tiveram início no próprio ano 2016.
- b) Por sua vez, o Gráfico III.3 permite comparar as diferentes durações relativas das ações e dos projetos. Assim, as ações tenderam a executar-se em períodos que oscilaram entre um dia e um mês, e tiveram uma média de duração de 5,5 dias. A duração dos projetos variou muito mais, e situou-se entre valores extremos muito superiores aos das ações: de uma duração mínima de 169 dias (equivalentes a cerca de seis meses) e máxima de 3.589 dias (mais de nove anos). Essa distância diminuí um pouco se só considerarmos 50% dos projetos mais próximos da mediana, cujos tempos de execução oscilaram dentro de uma margem mais estreita, de 522 dias (1,4 anos) até 1.275 dias (3,5 anos). Em qualquer caso, a média de duração da totalidade dos projetos situou-se em torno dos 2,7 anos.

OS PAÍSES IBERO-AMERICANOS MANTIVERAM EM EXECUÇÃO 100 PROJETOS E 37 AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR QUE, DE FORMA AGREGADA, REPRESENTARAM 137 INICIATIVAS

PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES E DOS SEUS PARCEIROS NA COOPERAÇÃO TRIANGULAR DA IBERO-AMÉRICA

III.2

Esta secção dedica-se a analisar o modo como os países e/ou outros organismos participaram nas 37 ações e 100 projetos de Cooperação Triangular intercambiados ao longo de 2016. A este respeito vale a pena referir várias coisas:

- a) Conforme a definição de Cooperação Triangular adotada no espaço ibero-americano, distinguem-se três papéis (primeiro ofertante, segundo ofertante e recetor) que, em cada caso, podem ser simultaneamente exercidos por vários agentes, o que implica que o total dos participantes não tem porque ficar limitado a três. A modo ilustrativo, 27 dos 100 projetos registados em 2016, contaram com a participação de mais de três agentes; o mesmo aconteceu com praticamente um terço das 37 ações.
- b) Nesse sentido, é também importante destacar que este capítulo se refere especificamente à Cooperação Triangular na qual participaram, pelo menos, dois países ibero-americanos, no exercício dos papéis de primeiro ofertante e de recetor. Entretanto, o papel de segundo ofertante pôde ser exercido por qualquer outro agente (país ibero-americano, não ibero-americano, organismo internacional ou uma combinação destes).

PAÍSES, ORGANISMOS E PAPÉIS DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR

III.2.1

Para analisar quais foram os agentes mais ativos nesta modalidade de cooperação, elaborou-se o Gráfico III.4, que mostra, primeiro para o caso dos projetos (Gráfico III.4.1) e depois para o das ações (Gráfico III.4.2), quais foram os países e/ou organismos que, no exercício de cada um dos papéis, participaram num maior número de iniciativas. Assim, e em cada um dos gráficos, a primeira coluna indica os agentes que mais se envolveram como primeiros ofertantes, a segunda apresenta a mesma situação para os segundos ofertantes e a terceira, para os recetores.

Neste sentido, do ponto de vista dos projetos executados e conforme se depreende do Gráfico III.4.1, podemos dizer que:

- a) Em 2016, pouco mais de metade (11 em 19) dos países da América Latina exerceram o papel de primeiro ofertante, transferindo capacidades através da sua participação em, pelo menos, um dos 100 projetos triangulares registados. Tal como sugere o Gráfico, essa participação foi muito desigual. Destacaram-se o Brasil e Chile, que executaram 19 projetos cada um. Entre os dois, repartiram 38% dos projetos finalmente realizados, um valor que os situou como principais promotores de Cooperação Triangular em 2016. Estes dados corroboram o auge do Brasil, mas, sobretudo, a liderança do Chile, que durante os últimos cinco anos se manteve como o principal primeiro ofertante de Cooperação Triangular. Por seu lado, o México, Costa Rica e El Salvador, apoiaram cada um deles entre 10 e 15 projetos⁶ que, de forma agregada, representam mais de um terço do total. Os restantes seis países que participaram neste papel constituíram os últimos 26% dos projetos de 2016. Foram, por ordem de importância relativa, o Uruguai, Colômbia, Argentina, Peru, Equador e Cuba, oscilando o número de projetos participados por cada um deles entre os 7 do Uruguai e os projetos pontuais do Equador e Cuba.

Entretanto, cerca de vinte agentes apoiaram a execução dos 100 projetos de Cooperação Triangular exercendo o papel de segundos ofertantes. Deles, 8 foram países (três ibero-americanos - Espanha, México e República Dominicana -) e os outros 12 incluíram organismos internacionais do Sistema das Nações Unidas (FAO, ONU Mulheres, PMA, UNICEF, UNFPA, PNUD, UNESCO e UNICEF) e organismos regionais (tais como a OEA, BID, BCIE e CAF). Relativamente ao grau de participação destes agentes, apenas dois países, em cada caso, apoiaram uma vintena ou mais de projetos: estes foram a Alemanha (25 projetos, a quarta parte do total) e a Espanha (20 projetos, equivalentes a uma quinta parte). Em terceiro e quarto lugares, destacaram-se o Luxemburgo (pela primeira vez entre os principais segundos ofertantes) e os Estados Unidos, que estiveram em 11 e 10 projetos respetivamente, representando, de forma conjunta, outros 21%. Se aos atrás mencionados agregarmos o papel da FAO (8 projetos), obtemos os cinco agentes que

⁶ Num desses projetos, a Costa Rica partilhou o papel de primeiro ofertante com a Colômbia.

justificaram três quartos dos 100 projetos finalmente registados. Por seu lado, o Japão, um dos agentes que tradicionalmente mais tem vindo a apoiar projetos de Cooperação Triangular na região, participou como segundo ofertante em 6 dos 100 projetos registados em 2016. Finalmente, é de salientar que em

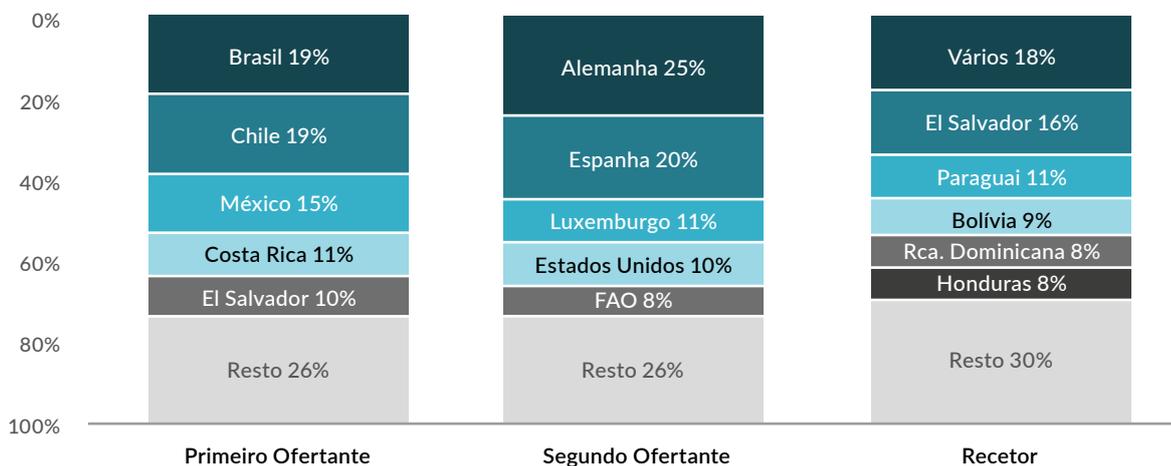
quatro ocasiões, vários agentes partilharam o papel de segundos ofertantes: por um lado, Itália e a CAF, em dois projetos, e, por outro, a República Dominicana e Espanha, e a FAO conjuntamente com o PNUD, ambos os pares associados na execução de um projeto em cada caso.

→ GRÁFICO III.4

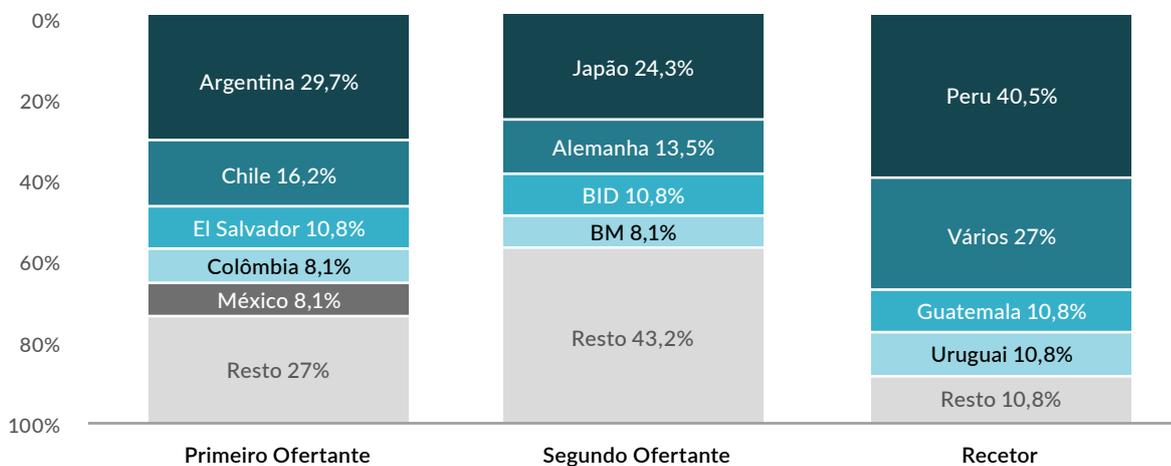
PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS AGENTES EM CADA UM DOS PAPÉIS DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR. 2016

Participação, em percentagem

III.4.1. Projetos



III.4.2. Ações



Nota: Na rubrica Vários, agrupam-se os projetos e ações nos quais mais de um agente exerceu esse papel
 Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

- c) Por último, e sob o ponto de vista dos recetores, os dados mostram a continuidade de alguns dos elementos identificados em Relatórios anteriores. Nesse sentido, destaca-se que todos os países que compõem a região da América Latina exerceram o papel de recetores nalgum projeto de Cooperação Triangular, quer de forma individual quer em conjunto com outros parceiros. Nesse sentido, a casuística mais frequente dos 100 projetos foi, precisamente, a de se encontrarem vários países a exercer simultaneamente o papel de recetores (18% dos casos). O número de participantes oscilou entre 2 e 18. Nos restantes, destacou-se El Salvador, um país que, tal como na modalidade de CSS Bilateral, foi o que exerceu como recetor num maior número de projetos (16 dos possíveis 100).⁷ Foi seguido pelo Paraguai, que recebeu 11 projetos de Cooperação Triangular. Entre 5 e um máximo de 10 ocasiões, destacaram-se, por ordem de importância relativa, as participações da Bolívia, República Dominicana, Honduras e Guatemala, os quais, associados aos atrás mencionados, acabaram por justificar 70% de toda a receção de projetos.

Por seu lado, e tal como sugere o Gráfico III.4.2, a distribuição da participação dos diferentes agentes nas ações de Cooperação Triangular diferiu da dos projetos. Em concreto:

- a) Doze países exerceram o papel de primeiros ofertantes. Destacaram-se a Argentina, que transferiu capacidades em quase 30% (29,7%) das ações; e o Chile e El Salvador, com participações respetivamente de 16,2% e 10,8%. Os três países representaram 56,8% das atividades. Os 9 restantes países registaram participações mais pontuais, entre 1 e 3 ações de Cooperação Triangular em cada caso.

- b) No exercício do papel de segundo ofertante, destacou-se o Japão, que deu apoio a um quarto das ações (24,3%), principalmente em associação com a Argentina. Entretanto, a Alemanha, o BID e o Banco Mundial justificaram, em conjunto, um terço do total das ações (32,4%). As restantes foram constituídas por apoios pontuais a uma ou duas ações por parte dos 12 agentes, entre os quais devemos destacar alguns extra-regionais que não foram mencionados no caso dos projetos, tais como o Canadá, a Suíça e a OIT.
- c) O principal recetor das ações foi o Peru, o qual, com diferentes agentes, esteve presente em 40,5%. O segundo caso mais frequente foi o de vários países que exerceram simultaneamente esse papel, em parte por se tratar de cursos realizados pela Argentina e Japão a países terceiros. Completam a lista de recetores, a Guatemala, Honduras, Uruguai e Peru, com 1 a 4 ações no exercício do referido papel.

Finalmente, e para completar a análise da participação dos diferentes agentes na Cooperação Triangular, elaborou-se o Quadro III.1, que dá seguimento a um exercício já iniciado em Relatórios anteriores e análogo ao realizado para a CSS Bilateral. O objetivo é saber quão concentrados (ou não) estão os projetos e ações de Cooperação Triangular num pequeno (ou grande) número de agentes e se se detetam diferenças por papel. O exercício permite saber um pouco mais sobre a relação dos países com a Cooperação Triangular.

⁷ Além disso, acrescenta-se que El Salvador foi um dos poucos intervenientes que combinou uma participação ativa como recetor com uma também notável atividade como primeiro ofertante, chegando a estar presente numa quarta parte dos projetos. O outro caso com alguma semelhança é o da Costa Rica, que participou em 11 projetos como primeiro ofertante e em 4 como recetor único.

ACERCA DO GRAU DE CONCENTRAÇÃO E DISPERSÃO NA COOPERAÇÃO TRIANGULAR

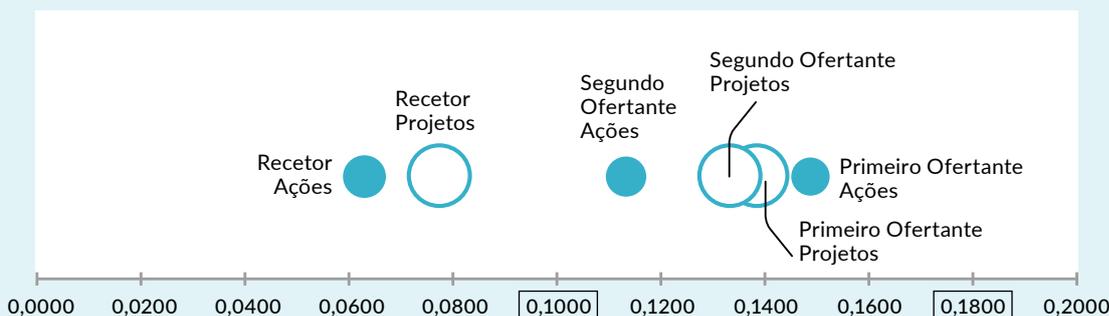
A partir da edição de 2012 deste Relatório, a estimativa do grau de concentração e dispersão apresentada pelos projetos e ações de Cooperação Triangular em poucos ou muitos agentes tem vindo a efetuar-se com base na aplicação de um indicador do comércio internacional: o Índice de Herfindahl. Os resultados que se obtêm permitem saber se a concentração e dispersão em torno de alguns agentes está condicionada pelo papel que estes exercem na Cooperação Triangular.

Uma explicação pormenorizada do Índice, bem como do seu cálculo e da forma como se interpretam os resultados que se obtêm, pode ser encontrada no quadro do Capítulo II que realiza a mesma análise para o caso da CSS Bilateral. Neste sentido, quando o índice se aplica ao caso específico da Cooperação Triangular, calcula-se para cada um dos três papéis possíveis, distinguindo-se na análise os projetos das ações. Os resultados apresentam-se no gráfico seguinte. Este distribui os valores do índice de forma crescente ao longo da horizontal, conforme correspondam a um papel e a um tipo de instrumento. O tamanho do elemento do gráfico indica o número de registos existente para esse tipo de instrumento, quer se trate de projetos quer de ações.

→ GRÁFICO

GRAU DE CONCENTRAÇÃO NA PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR CONFORME OS PAPÉIS. 2016

Valores com quatro casas decimais, conforme o Índice de Herfindahl



Nota: Para as iniciativas nas quais participaram vários agentes no exercício do mesmo papel, desagregaram-se as participações para calcular não sobre o total dos projetos e ações, mas sim sobre o total de participações-país.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Para interpretar os resultados apresentados no gráfico, devemos recordar que, valores inferiores a 0,1000 sugerem diversificação; valores entre 0,1000 e 0,18000, concentração moderada; e acima de 0,1800, um grau de concentração superior. Assim, a sua observação sugere que:

- A maior diversificação se encontra na forma como se distribuiu a receção da Cooperação Triangular, sendo esta um pouco mais intensa no caso das ações que no dos projetos. Este resultado está em conformidade com o facto de que todos os países da região participaram na Cooperação Triangular no exercício desse papel, bem como com a existência de um elevado número de iniciativas nas quais vários países exerceram simultaneamente o papel de recetores.
- Por sua vez, a maior concentração (embora com valores moderados) afetou os primeiros ofertantes, tanto de projetos quanto de ações, o que está em consonância com o facto de que ainda são poucos os países que oferecem a maior parte das transferências técnicas de Cooperação Triangular.
- Finalmente, também se registou uma concentração moderada relativamente a um número reduzido de segundos ofertantes. Neste caso, o grau de concentração foi um pouco menor que no dos primeiros ofertantes, mas de novo coerente com que o apoio à Cooperação Triangular a partir do exercício deste papel tende a recair em poucos países desenvolvidos e organismos internacionais.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

PRINCIPAIS AGENTES E ALIANÇAS ESTABELECIDAS

III.2.2

A presente análise identifica, para os países que se mostraram mais ativos na sua participação na Cooperação Triangular de 2016, quem foram os seus principais parceiros e que grau de interação estabeleceram. Por sua vez, isto permite que possamos conhecer as principais alianças existentes para esta modalidade de cooperação.

Para isso, selecionaram-se os principais agentes no desempenho de cada um dos papéis. Mais especificamente, analisaram-se os casos: Brasil e Chile, com 19 projetos cada um no exercício do papel de primeiros ofertantes; Alemanha, principal segundo ofertante com 25 projetos; e El Salvador, que, com 16 projetos, foi o país a exercer o papel de recetor num maior número de casos.

Assim, em primeiro lugar e com o objetivo de ilustrar as alianças estabelecidas pelo Brasil a partir do papel de primeiro ofertante, elaborou-se o Diagrama III.1. O diagrama mostra o número de projetos que o Brasil intercambiou com cada um dos seus parceiros: com os seus segundos ofertantes (caudal central); e através destes, com os seus recetores (caudal direito). De facto, conclui-se que:

- a) O Brasil concentrou 63,2% dos seus intercâmbios de Cooperação Triangular em 2016 com dois segundos ofertantes: um organismo internacional, a FAO e um país, Estados Unidos. Com a FAO, o Brasil interagiu em 7 projetos, um deles, aliás, em conjunto com o PNUD. Em conjunto com os Estados Unidos, o Brasil implementou 5. Além disso, o Brasil também teve como parceiros a Alemanha (2 projetos), e o par Itália e CAF (outros 2). Por último, o Brasil estabeleceu triangulações pontuais com Espanha, OEA e UNESCO.
- b) Por seu lado, 7 países da região viram reforçadas de forma individual as suas capacidades a partir da Cooperação Triangular com o Brasil. Destacaram-se as Honduras, que foram recetoras de parte das triangulações com os Estados Unidos em questões agrícolas e de segurança alimentar, através de projetos de longa duração (superiores a três anos) que se têm vindo a executar desde 2013. No entanto, o mais habitual foi a receção partilhada por vários projetos, uma casuística relacionada com o Programa de Cooperação Sul-Sul Brasil-FAO, no qual ambos os parceiros promovem projetos de alcance regional.

Entretanto, o Diagrama III.2 ilustra o caso do outro país que em mais ocasiões exerceu o papel de primeiro ofertante: o Chile. Neste sentido, a distribuição dos 19 projetos nos quais participou em 2016 em torno dos seus segundos ofertantes e recetores revela que:

- a) Tal como tem vindo a ser habitual, as associações que o Chile mantém com a Alemanha, Estados Unidos, Espanha e Japão para a execução de projetos de Cooperação Triangular justificaram quase três em cada quatro projetos deste país, sendo a Alemanha e os Estados Unidos os seus principais parceiros. No caso da Alemanha, ambos os países interagiram nas suas associações com até quatro recetores diferentes, enquanto que no caso dos Estados Unidos, as atividades triangulares estiveram centradas em dois países, República Dominicana e Paraguai. Os parceiros que completaram as alianças para os segundos ofertantes foram o PMA, FAO, México e Coreia.
- b) Por outro lado, o Chile fortaleceu capacidades através da Cooperação Triangular em oito países da região. Destacou-se o Paraguai, com quase um terço (31,6%) dos registos, relacionados com associações com a Alemanha, Estados Unidos e Japão. Em segundo lugar, a República Dominicana e El Salvador, completaram de forma conjunta quase outro terço dos projetos (31,6%). Finalmente, foram também recetores a Guatemala e Costa Rica (com dois projetos cada um); e a Argentina, Equador e Honduras (com um em cada caso).

O BRASIL E O CHILE FORAM OS DOIS PAÍSES QUE EM 2016 PARTICIPARAM NUM MAIOR NÚMERO DE PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR (19 CADA UM)

Por seu lado e para a seguir abordar o que aconteceu com quem exerceu num maior número de ocasiões o papel de segundo ofertante, elaborou-se o Diagrama III.3 que se refere à Alemanha, a qual, através do seu Fundo Regional para a Cooperação Triangular na América Latina, ano após ano se tem vindo a consolidar como um dos principais agentes extra regionais nesta matéria. O Diagrama III.3 mostra as associações que a Alemanha (caudal central) estabeleceu com os seus primeiros ofertantes (caudal esquerdo) e com os seus recetores (caudal direito), para promover os 25 projetos registados em 2016. A sua observação sugere que:

- a) A Alemanha se relacionou com 8 primeiros ofertantes. Destacaram-se o México e Chile, os quais, com a execução de 8 e 5 projetos respetivamente, justificaram mais de metade (52%) das triangulações da Alemanha. Outros intercâmbios mais pontuais tiveram como protagonistas a Costa Rica, Brasil, Equador, Peru e Colômbia, bem como alguma combinação deles (o próprio México em conjunto com o Chile, Costa Rica e Panamá).
- b) Entretanto, a Alemanha relacionou-se com 12 recetores, cada um dos quais participou com esse país em 1 a 3 projetos. A estes devemos acrescentar os que participaram juntamente com outros, representados na rubrica Vários. De facto, esta última opção foi a mais habitual, pois em quase um quarto dos projetos (24%) foram vários os países que participaram simultaneamente como recetores dos projetos promovidos pela Alemanha.

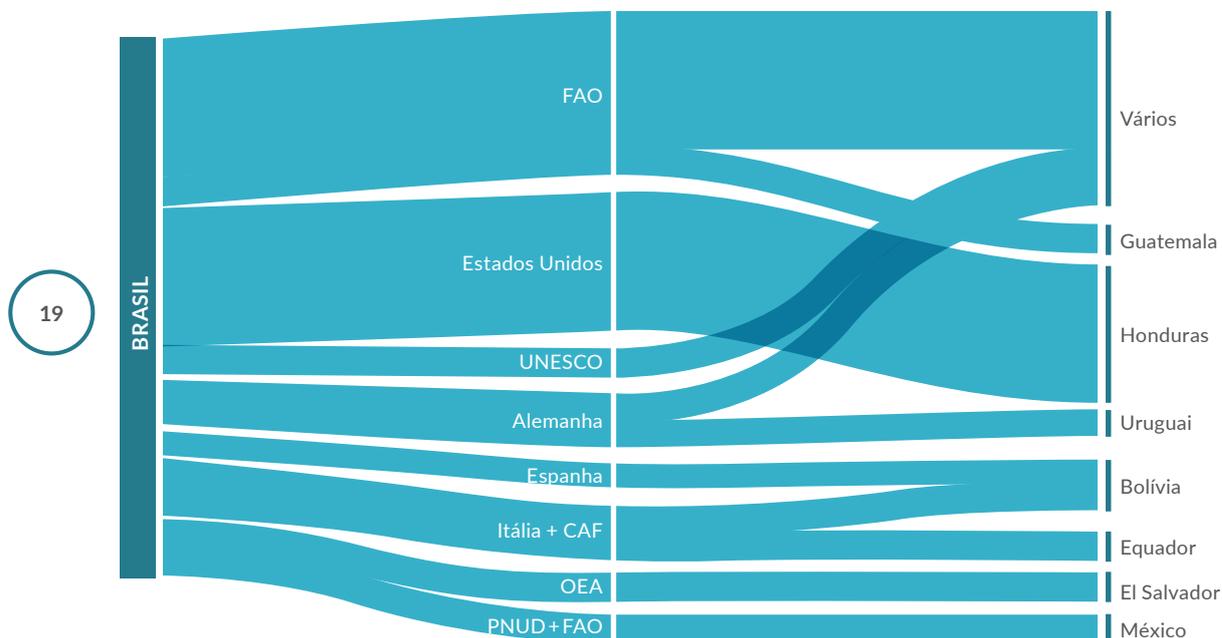
Para terminar, o Diagrama III.4 apresenta as alianças de El Salvador (caudal direito) com os seus principais parceiros, situando-se os primeiros ofertantes no caudal esquerdo e os segundos ofertantes no do centro. Assim, as alianças através das quais se executaram os 16 projetos que El Salvador recebeu em 2016, foram as seguintes:

- a) Ao longo de 2016, El Salvador recebeu, através de triangulações, cooperação técnica a partir de nove países ibero-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, México, Peru e Uruguai). Estes intercâmbios foram muito diversificados, pois o número de assistências com cada parceiro oscilou entre 1 e 3 projetos.
- b) Em contrapartida, a relação com os segundos ofertantes esteve muito concentrada em dois países: Espanha e Luxemburgo, que de forma conjunta constituíram mais de metade (56,3%) das triangulações de El Salvador. Uma das particularidades da relação com o Luxemburgo reside num instrumento, o Fundo Salvadorenho de Cooperação Sul-Sul e Triangular, através do qual o Luxemburgo não só financia atividades de CSS Bilateral, mas também contribui para que El Salvador participe em atividades de Cooperação Triangular tanto no papel de Primeiro Ofertante quanto no de Recetor. Como resultado, o Fundo é um instrumento que permite a El Salvador articular a sua Cooperação Triangular a partir de ambas as direções. Por sua vez e no caso dos projetos executados com Espanha, podemos encontrar um projeto de Cooperação Triangular em matéria de igualdade de género com o Peru como primeiro ofertante, que merece destaque no Quadro III.2. As restantes associações com os segundos ofertantes foram sete projetos individuais com sete agentes diferentes (3 organismos internacionais - OEA, UNICEF e UNFPA - e quatro países - Alemanha, Estados Unidos, Japão e México -).

→ DIAGRAMA III.1

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR DO BRASIL NO PAPEL DE PRIMEIRO OFERTANTE, CONFORME O SEGUNDO OFERTANTE E RECETOR. 2016

Em unidades

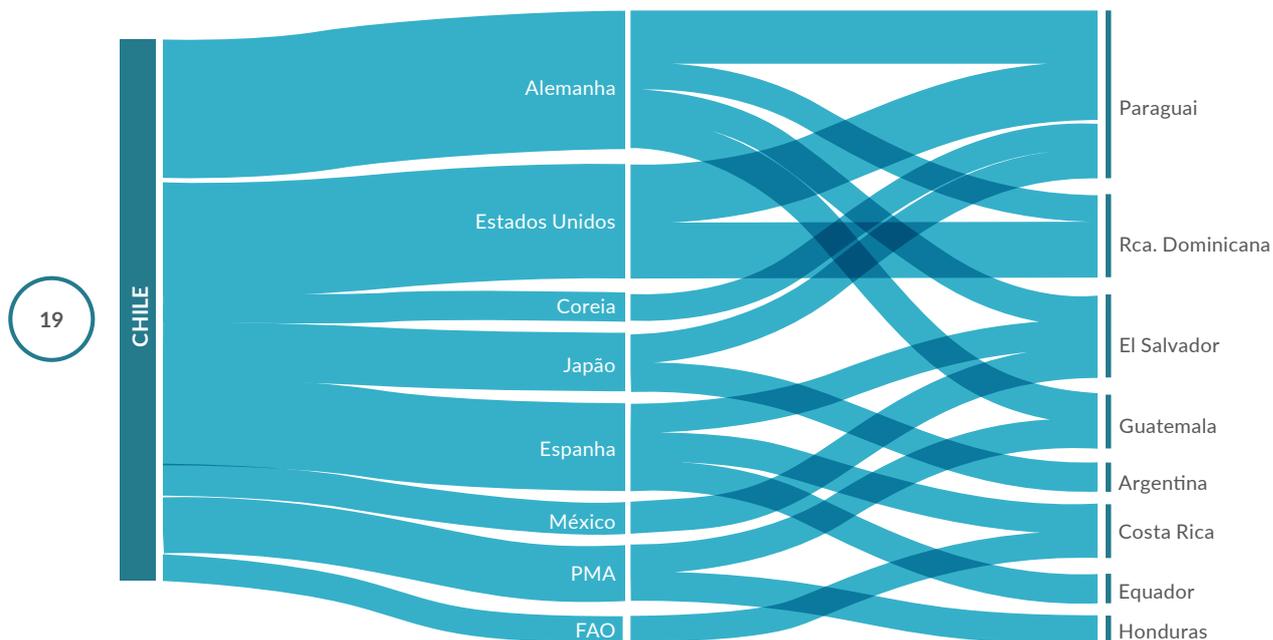


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

→ DIAGRAMA III.2

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR DO CHILE NO PAPEL DE PRIMEIRO OFERTANTE, CONFORME O SEGUNDO OFERTANTE E RECETOR. 2016

Em unidades

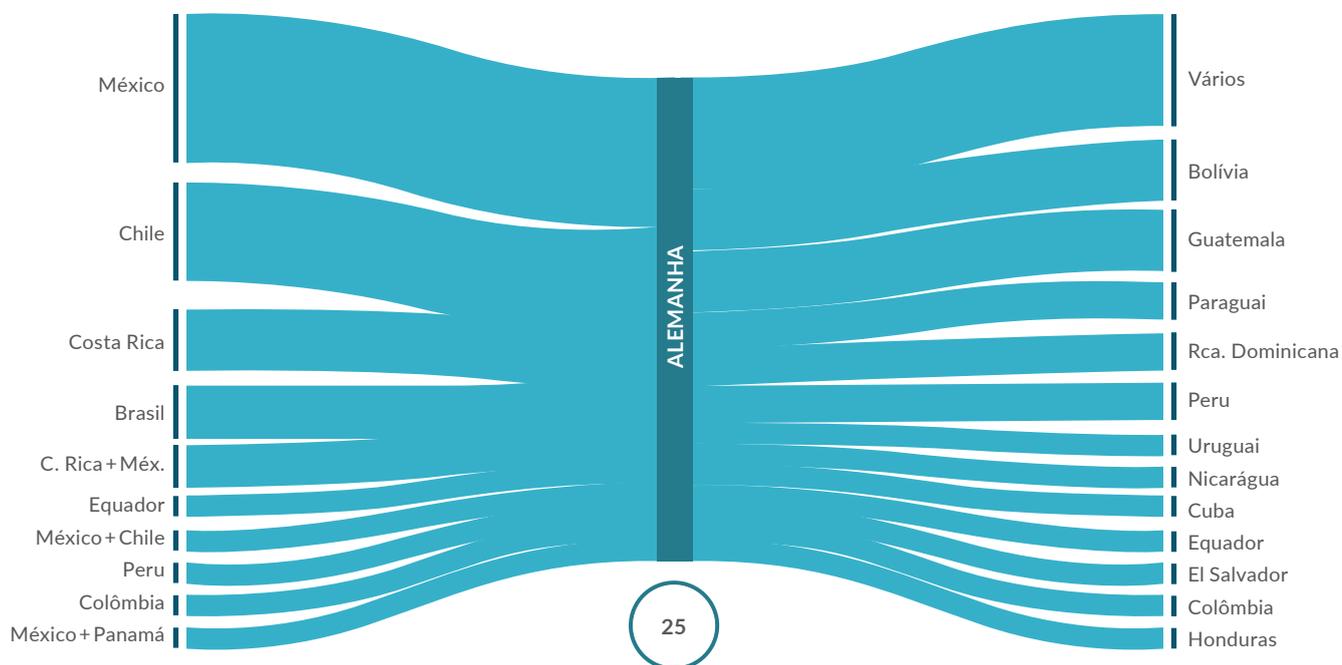


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

→ DIAGRAMA III.3

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR DA ALEMANHA NO PAPEL DE SEGUNDO OFERTANTE, CONFORME O PRIMEIRO OFERTANTE E RECETOR. 2016

Em unidades

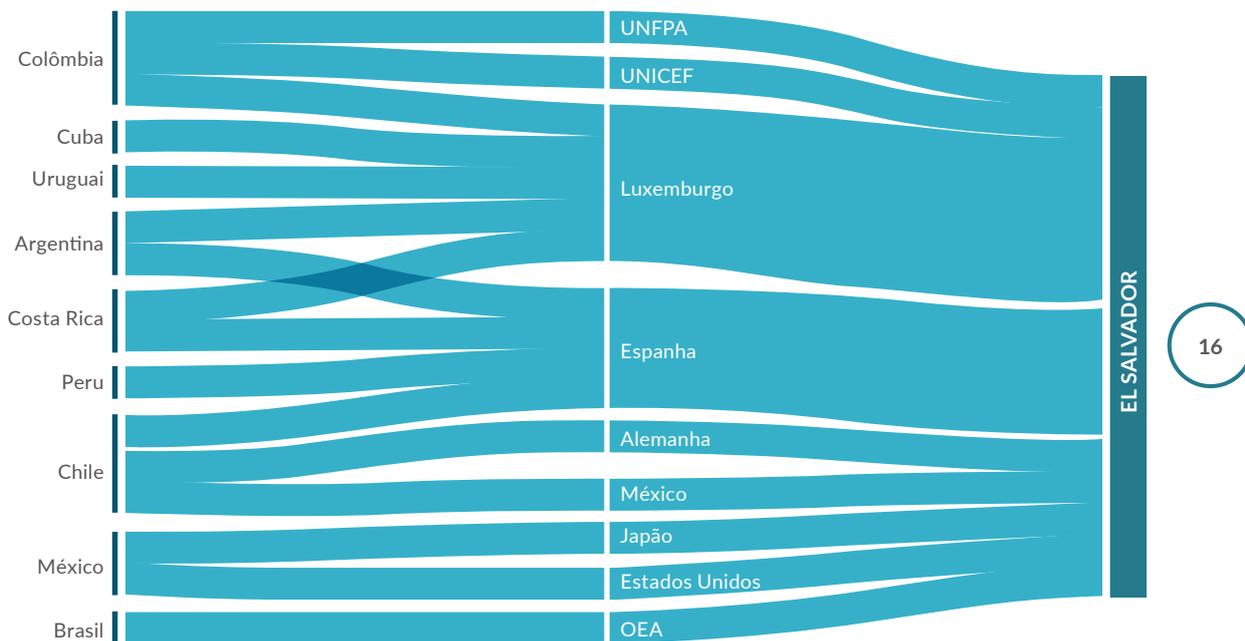


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

→ DIAGRAMA III.4

PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR DE EL SALVADOR NO PAPEL DE RECETOR, CONFORME O PRIMEIRO E SEGUNDO OFERTANTES. 2016

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

O APOIO ATRAVÉS DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR DO PERU E ESPANHA NA CRIAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A ANÁLISE DA VIOLÊNCIA FEMINICIDA EM SALVADOR

Em novembro de 2010, El Salvador aprovou a Lei Especial Integral para uma Vida Livre de Violência para as Mulheres (LEIV), assumindo o compromisso de lutar contra o feminicídio e outras formas de violência contra a mulher, um dos maiores flagelos da sociedade salvadorenha. De facto, o Relatório sobre o Estado e Situação da violência contra as mulheres em El Salvador, elaborado pelo Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento da Mulher (ISDEMU), revelou que, conforme as estatísticas acordadas, entre janeiro de 2012 e junho de 2016, se registaram 1.705 mortes violentas de mulheres no país.

Na verdade, um dos principais problemas que El Salvador enfrenta nesta tarefa é contar com dados precisos de carácter qualitativo e quantitativo sobre a violência de género contra as mulheres através de um registo único de vítimas de violência feminicida. Até agora eram três as instituições que forneciam dados sobre este tema (a Procuradoria-Geral da República, o Instituto de Medicina Legal e a Polícia Nacional Civil). Acontece que os seus dados não eram coincidentes, o que levou à necessidade de constituir um registo único, centralizado através do ISDEMU. Contar com este sistema de informação tornou-se imprescindível, pois a sua disponibilidade deverá contribuir para o Sistema Nacional de Dados e Estatísticas sobre Violência contra as Mulheres, bem como para uma melhor gestão da informação sobre a violência de género contra as mulheres, para assim refletir o seu estado no país e servir como ferramenta para a tomada de decisões na formulação de políticas públicas de prevenção, apoio e erradicação do referido fenómeno.

Neste quadro e através do Fundo de Fortalecimento Institucional para o Desenvolvimento Espanha-El Salvador, com contribuições de ambos os parceiros e com o apoio técnico do Peru, deu-se início ao projeto de Cooperação Triangular dedicado à "Institucionalização de um Sistema de Informação que contribua para a análise qualitativa e quantitativa do fenómeno da Violência feminicida em El Salvador com base na experiência do Peru e Espanha". Com efeito, o projeto conta com a experiência do Ministério Público do Peru e das políticas desenvolvidas pelo Ministério das Mulheres e Populações Vulneráveis. Alinhado com o Plano Quinquenal de Desenvolvimento 2014-2019 de El Salvador, através dos seus objetivos estratégicos 3 e 5 relativos à segurança dos cidadãos e igualdade, foi aprovado na V reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica e Científica entre o Peru e El Salvador. Da mesma forma o projeto inscreve-se nos Quadros de Associação-País que Espanha acordou com cada um dos outros dois países parceiros.

Um dos principais elementos deste projeto, cujo início data de finais de agosto de 2016 e que em 2018 se mantinha em execução, foi o carácter multidisciplinar das instituições salvadorenhas que nele participam. A modo de exemplo, envolve, entre outros agentes, o Vice-Ministério da Cooperação para o Desenvolvimento (encarregado da coordenação em conjunto com a AECID), o ISDEMU (como instituição líder do projeto), a Unidade Técnica Executiva do Setor da Justiça, e a Direção-Geral de Estatística e Censos. Já no documento do Plano de Ação, os países parceiros definiram as responsabilidades que seriam assumidas por cada instituição, bem como os critérios de Eficácia, Eficiência, Sustentabilidade e Impacto que orientariam a execução do projeto.

ANÁLISE SETORIAL DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR EM 2016

III.3

Depois de analisar quem foram os principais protagonistas da Cooperação Triangular de 2016, passamos a rever quais foram as áreas de atividade nas quais se enquadraram as iniciativas promovidas nesse exercício. Para que os resultados apontados sejam significativos, a análise concentra-se nos 100 projetos registados em 2016, e prescinde das 37 ações.⁸

Através desta análise, poderemos saber quais foram as capacidades setoriais que a região tendeu a fortalecer em 2016 através da execução da Cooperação Triangular. Ainda, e na medida em que os dados disponíveis o permitam, poderemos saber melhor como nela incidiu o perfil particular de cada um dos principais parceiros cooperantes.

Para compreender a metodologia aplicada, convém recordar algumas questões já adiantadas no Capítulo II:

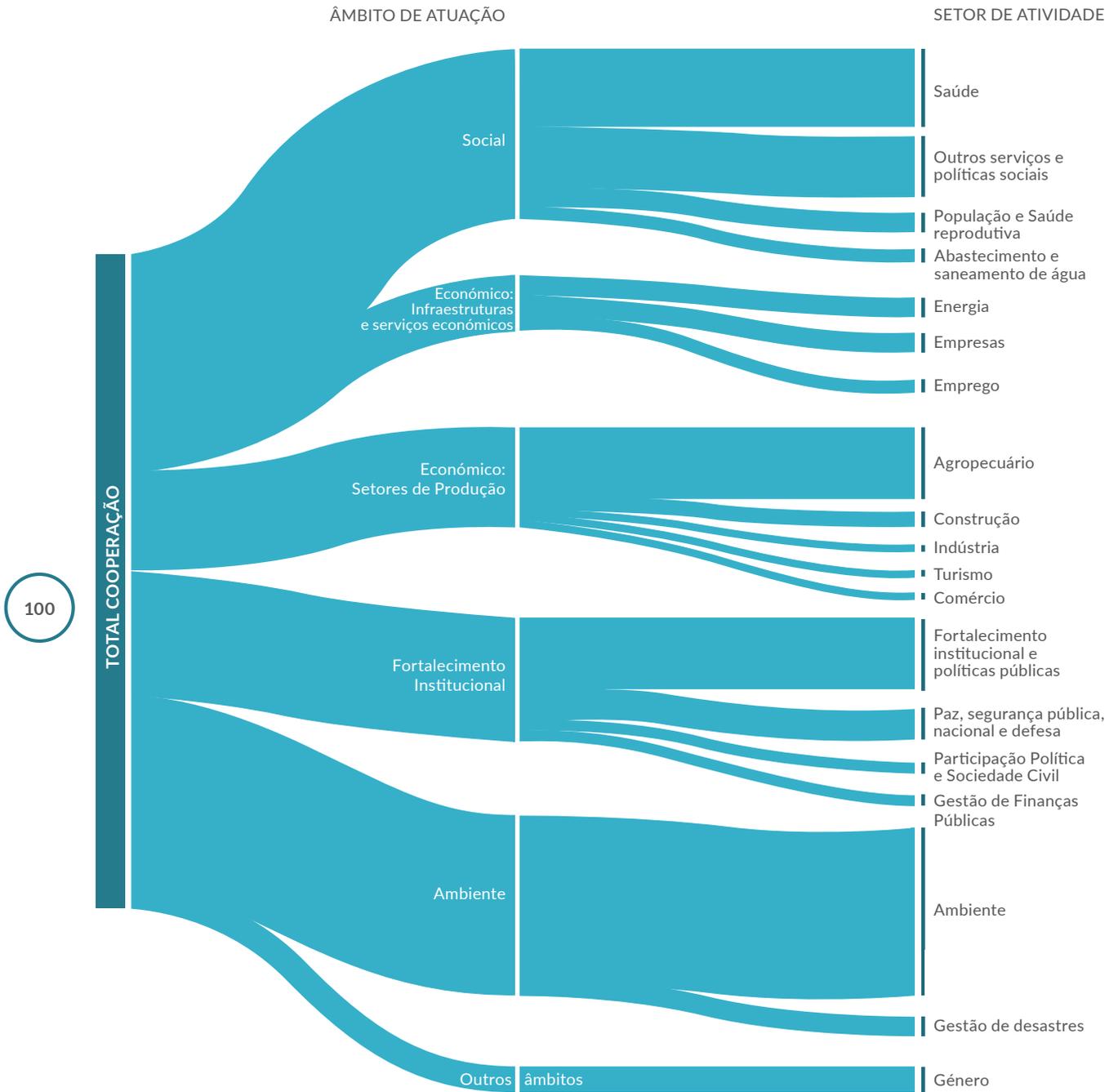
- a) A análise utiliza a classificação por setores de atividade reconhecida no espaço ibero-americano. Até à anterior edição do Relatório, tratava-se de 27 setores. A atual edição introduz uma alteração de fundo na referida classificação, resultante de uma desagregação do anteriormente designado setor Governo, que agora permite identificar e distinguir com mais precisão os conteúdos relacionados com o fortalecimento das instituições governamentais.
- b) Os 30 setores acima mencionados agrupam-se, por sua vez, em seis âmbitos de atuação. Em concreto, trata-se dos âmbitos Social, Infraestruturas e serviços económicos, Setores produtivos, Fortalecimento institucional, Ambiente e um genérico Outros.
- c) A tabela completa, com os 30 setores classificados de acordo com os correspondentes âmbitos de atuação e definições, pode ser encontrada nos Anexos do Capítulo II.

⁸ Tal como iremos ver, para uma análise que requer a distribuição dos dados em torno de 30 setores de atividade diferentes, um registo de 37 é demasiado baixo para a obtenção de resultados concludentes.

→ DIAGRAMA III.5

DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR 2016

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

ANÁLISE SETORIAL DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR

III.3.1

O Diagrama III.5 distribui a modo de fluxo os 100 projetos de Cooperação Triangular que os países ibero-americanos mantiveram em execução ao longo de 2016 (caudal esquerdo), e organiza-os conforme o âmbito de atuação (caudal central) e setor de atividade (caudal direito) com que se relacionaram. Da sua observação depreende-se que:

- a) Os âmbitos Ambiental, Social e Económico (este último nas duas vertentes - Produtiva e de Infraestruturas e serviços -), justificaram de forma agregada cerca de 75% dos projetos executados em 2016. Em concreto, o Ambiente constituiu 27% do total, o Social 26% e o Económico, 24%.⁹ Neste âmbito prevaleceu o produtivo (16%) face aos serviços (8%). 23% dos restantes projetos repartiram-se por Fortalecimento institucional (19%) e Outros âmbitos (apenas 4%).
- b) No âmbito Ambiental, os projetos foram principalmente orientados para a defesa e proteção do ambiente (88,9%) mais que para a Gestão de desastres (11,1%). Em concreto, destacaram-se os projetos dirigidos ao processo de adaptação à mudança do clima, bem como à gestão de áreas protegidas e de resíduos sólidos. Um destes, foi o Programa de Bandeira Azul Ecológica, implementado nas Honduras com o apoio do Programa de Cooperação Triangular Costa Rica-Espanha, do qual podemos encontrar uma descrição mais pormenorizada no Quadro III.3.
- c) No âmbito Social, houve um setor claramente predominante: o da Saúde, que constituiu 46,1% dos projetos classificados nesse contexto. Predominaram aqui os projetos orientados para melhorar os serviços de saúde, embora também se tratassem temas de segurança alimentar e doenças transmissíveis, tal como o VIH/SIDA. Por sua vez, o setor Outros serviços e políticas sociais foi o segundo em ordem de importância relativa da área Social, agrupando projetos com uma clara abordagem inclusiva e no qual se destacaram os orientados para o trabalho com a juventude e com comunidades rurais. Outro resultado interessante e muito diferente do observado para a CSS Bilateral é a ausência de projetos triangulares de Educação, sendo este setor o quarto mais importante dos bilaterais.
- d) Relativamente aos projetos Económicos, tal como acontece na CSS Bilateral, são de salientar os que atenderam ao âmbito produtivo, e, muito especialmente, ao setor Agropecuário, o qual representou o terceiro setor com maior importância relativa sobre o total dos 100 projetos de 2016 (10,9%), e no qual predominaram intervenções que procuraram fortalecer as cadeias produtivas de determinadas culturas.
- e) Por sua vez, o Fortalecimento institucional (18,8% dos projetos finais) centrou-se muito (57,9%) no apoio às instituições de governo e nas suas políticas públicas. Em concreto, identificaram-se projetos orientados para melhorar os conhecimentos, eficiência e/ou gestão das principais instituições de cooperação, melhorias na gestão do serviço civil ou capacitações a diferentes instituições públicas em temas de planificação ou avaliação.
- f) Por último, em Outros âmbitos, só se registou um número reduzido de projetos orientados para promover a igualdade de género (cerca de 4% do total). Em contraste, devemos referir que na Cooperação Triangular não se registaram projetos no setor cultural, o que colide com o que aconteceu na modalidade bilateral, na qual a Cultura se destacou como um dos 7 setores de atividade mais importantes.

⁹ Este perfil de prioridades a priori contrasta com o da CSS Bilateral. Assim, na modalidade bilateral, os projetos dedicados à defesa e proteção do ambiente são relativamente menores em comparação com o âmbito económico e social. Em contraste, na Cooperação Triangular, o âmbito ambiental compete em importância com os outros dois, evidenciando que a Cooperação Triangular não reproduz o esquema setorial de outras modalidades de cooperação. Convém destacar, mesmo assim e dado que a Cooperação Triangular é muito menor em volume que a CSS Bilateral, que o atrás mencionado não permite assegurar com certeza que a Cooperação Triangular esteja a reforçar áreas que a CSS Bilateral não reforce, já que, em termos absolutos, os projetos em matéria ambiental continuam a ser superiores em número na modalidade bilateral (33) do que na modalidade triangular (24).

A TRANSFERÊNCIA DO PROGRAMA BANDEIRA AZUL ECOLÓGICA DA COSTA RICA PARA AS HONDURAS: UMA TRIANGULAÇÃO APOIADA POR ESPANHA

A Costa Rica, que a partir de 1994 já reconhece na sua Constituição o direito a um ambiente saudável e equilibrado, é um dos países ibero-americanos que mais progressos registou na defesa e conservação do ambiente e na luta contra as alterações climáticas. Este país, apesar de representar apenas 0,03% do território mundial, concentra cerca de 6% da biodiversidade do mundo e o seu Sistema de Parques Naturais e Reservas constitui uma quarta parte do território do país. No âmbito desta ênfase na proteção dos seus ecossistemas e na garantia da sustentabilidade ambiental, em 1995 e através do seu Laboratório Nacional de Águas, promoveu o Programa Bandeira Azul Ecológica (PBAE), uma iniciativa para proteger o ambiente através do empoderamento da sociedade civil.

O programa atribui galardões a diferentes categorias (nos seus mais de 20 anos de implementação, estas já aumentaram para 15) a quem se apresente para obter esses galardões depois de cumprir uma série de requisitos. Em função da categoria, podem candidatar-se diferentes agentes: sociedade civil, universidades, centros educativos, entidades públicas, empresas, bancos, hotéis, etc., que posteriormente são avaliados para a atribuição do referido reconhecimento. Assim, a obtenção do galardão (uma espécie de selo de qualidade) e o reconhecimento que tal implica, incentiva e promove a aplicação de medidas de proteção do ambiente nas mais diversas áreas (educação ambiental, limpeza de praias e conservação e salubridade dos recursos hídricos, entre muitas outras), envolvendo na sua consecução não só o governo, mas também toda a sociedade. Este programa contribui assim para a defesa do ambiente, constituindo também um benefício económico para os agentes que obtêm o galardão e criando um impacto positivo em aspetos, tais como o turismo.

Dado o sucesso do programa na Costa Rica, este foi já reproduzido noutros países, como no Panamá e no Peru. Além disso, em 2016 iniciou a sua implementação nas Honduras, através de um projeto de Cooperação Triangular entre ambos os países centro-americanos, para o qual nessa ocasião se contou com o apoio de Espanha.

Este último projeto de Cooperação Triangular enquadra-se na Estratégia Nacional de Turismo Sustentável estabelecida pelo Instituto Hondurenho de Turismo (IHT) e, no futuro, pretende alargar a implementação do PBAE a todo o país. Na sua conceção, o projeto procura implementar quatro das categorias do Programa da Costa

Rica: em concreto, pretende assegurar a sustentabilidade das praias, centros educativos, comunidades e áreas naturais protegidas do país. Para isso, a Costa Rica apoia a implementação do programa, através de assessoria e de intercâmbio de experiências e informações e Espanha apoia financeiramente a execução do projeto. Os objetivos específicos desta triangulação concretizaram-se em seis pontos:

- a) Implementação de várias categorias do PBAE nas Honduras.
- b) Análise da legislação para regulamentar a sustentabilidade, contribuindo para o ambiente, saúde humana, desenvolvimento comunitário e adaptação e atenuação das alterações climáticas.
- c) Promoção de critérios específicos sobre a qualidade da água, educação e gestão ambiental e segurança dos serviços oferecidos nas praias das Honduras.
- d) Alargamento do programa de capacitação aos comités locais.
- e) Realização de uma inspeção na embaixada da Costa Rica nas Honduras no quadro da participação dessa embaixada na Categoria Ecodiplomática do Programa Bandeira Azul Ecológica.

A execução do projeto iniciou-se em 2016, com a implementação de um projeto-piloto no município de Marcovia, deixando instaladas as quatro categorias do Programa atrás mencionadas: Praia, Comunidade, Centro Educativo e Espaço Natural Protegido. Para isso e apenas durante esse ano, funcionários costa-riquenses deslocaram-se em duas ocasiões às Honduras, para capacitar funcionários do Instituto Hondurenho do Turismo e apoiar a implementação do projeto-piloto nos Comités locais da "Isla Boca de Río Viejo". Na primeira deslocação, visitaram diversos pontos da costa pacífica e atlântica onde fizeram um diagnóstico das condições ambientais e sanitárias de várias amostras de água recolhidas em diferentes pontos. Também analisaram a legislação hondurenha para adaptar o PBAE ao contexto do país, conforme as suas necessidades e particularidades e de acordo com as condições nacionais do país vizinho.

O projeto, ainda em execução, conta já entre os seus resultados com os primeiros galardões atribuídos nas Honduras. A modo ilustrativo, a praia de Utila obteve o galardão graças ao trabalho do seu Comité Local em diversos aspetos, tais como na qualidade da água (tanto marinha quanto potável), gestão de detritos nas praias e presença e sinalização de pontos de recolha de lixo.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

PERFIL SETORIAL DOS PRINCIPAIS AGENTES DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR

III.3.2

A distribuição setorial dos projetos a nível regional tende a resultar da forma como os agentes de maior peso no conjunto da Cooperação Triangular a influenciam. Por isso, e para completar a análise setorial, passa-se a identificar o perfil de

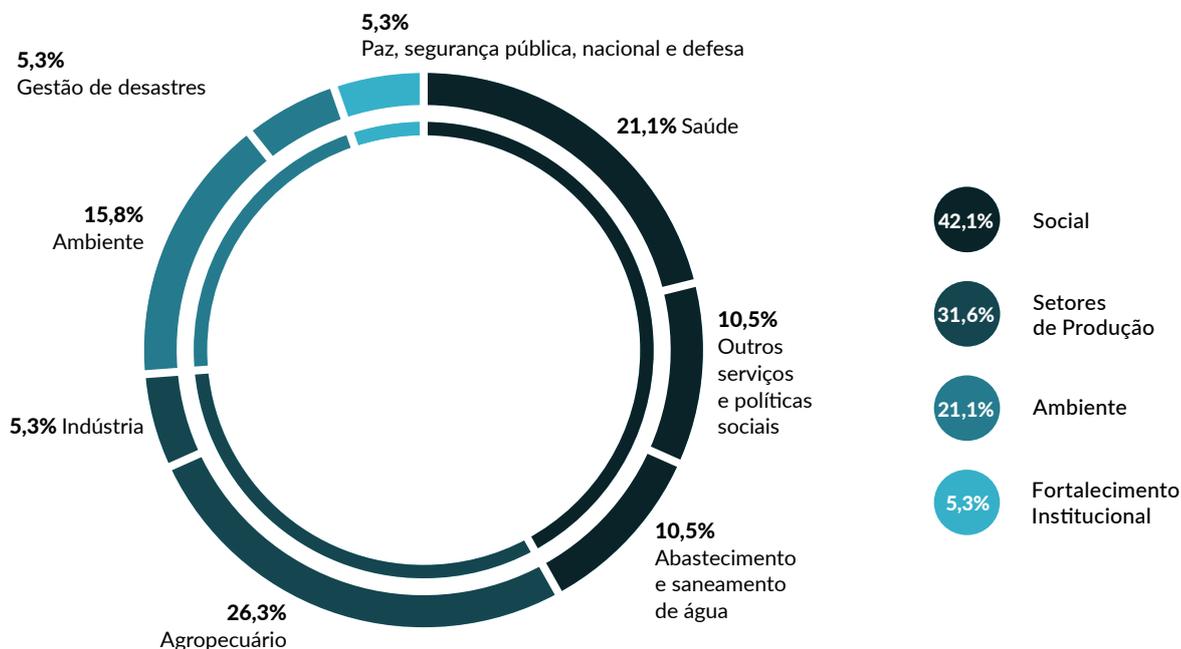
capacidades com que os agentes mais dinâmicos participaram nos 100 projetos promovidos em 2016. Para obter resultados significativos, a análise volta a concentrar-se no Brasil e no Chile como primeiros ofertantes, na Alemanha como segundo ofertante e em El Salvador como recetor. O Gráfico III.5, nas quatro seguintes variantes, distribui os projetos nos quais cada um destes países participou em 2016, conforme o âmbito de atuação e o setor de atividade.

→ GRÁFICO III.5

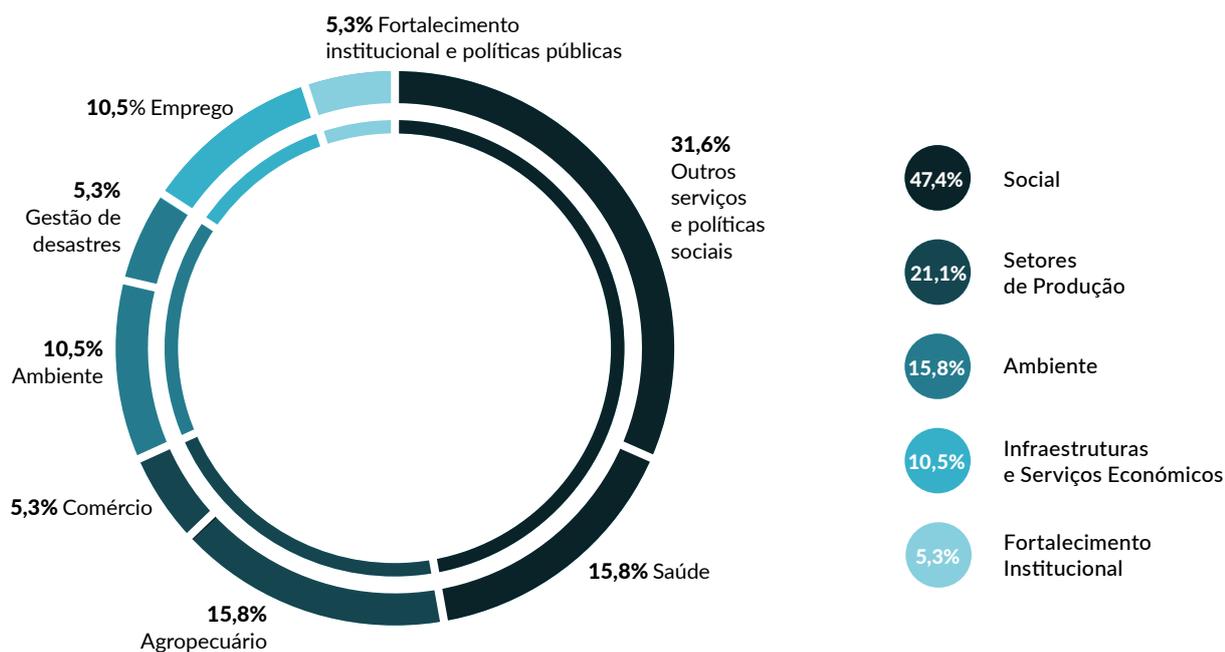
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DOS PROJETOS DE CSS TRIANGULAR DOS PRINCIPAIS AGENTES NO EXERCÍCIO DE CADA UM DOS PAPÉIS. 2016

Em percentagem

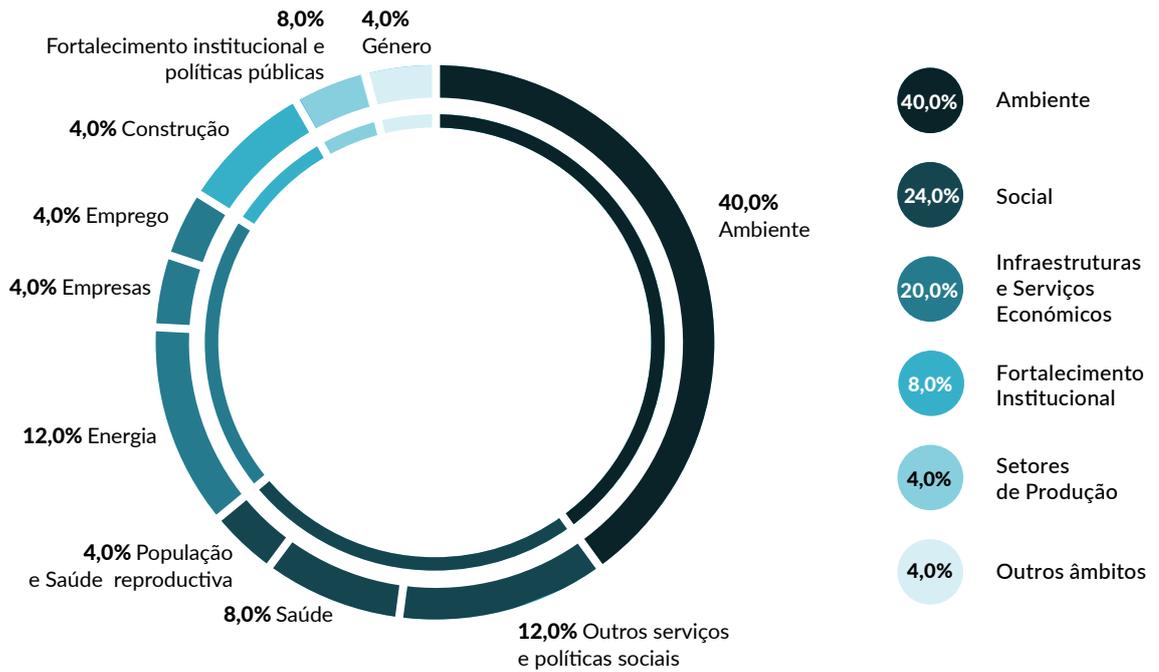
III.5.1. BRASIL, NO PAPEL DE PRIMEIRO OFERTANTE



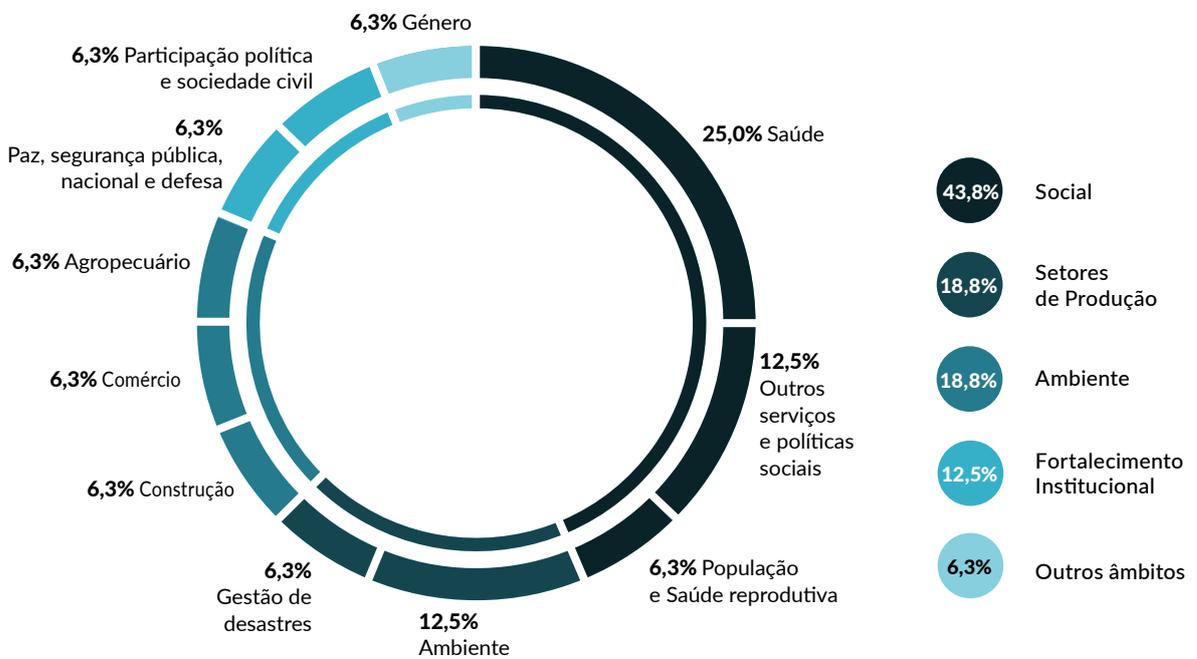
III.5.2. CHILE, NO PAPEL DE PRIMEIRO OFERTANTE



III.5.3. ALEMANHA, NO PAPEL DE SEGUNDO OFERTANTE



III.5.4. EL SALVADOR, NO PAPEL DE RECETOR



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

- a) No caso do Brasil, destacaram-se os projetos dos âmbitos Social e Produtivo. Dentro destes, destacaram-se os relacionados com os setores Agropecuário (mais de um quarto dos projetos brasileiros - 26,3%) e da Saúde (pouco mais de um quinto do total - 21,1%). Este perfil está estreitamente relacionado com as parcerias estabelecidas pelo Brasil com a FAO e com os Estados Unidos e, mais concretamente, com os projetos enquadrados no Programa de Cooperação Internacional Brasil-FAO e na Convenção Trilateral Brasil, Honduras e Estados Unidos, cujas áreas de trabalho são temas de segurança alimentar e fortalecimento produtivo agrícola. Além disso, o Brasil também se destacou pela cooperação com uma marcada componente ambiental, neste caso relacionada com experiências de alcance regional em associação com a Alemanha para a gestão de resíduos com o Programa Amazônia sem Fogo, em conjunto com a Itália e a CAF.
- b) No que se refere ao Chile, a sua Cooperação Triangular também se destacou por fazer prevalecer a área Social e Produtiva, tendo esses âmbitos representado mais de três quintos das suas triangulações (63,2%). No entanto, a composição setorial divergiu da do Brasil, pois os projetos que mais se destacaram foram os orientados para Outros serviços e políticas sociais (quase um terço do total, 31,6%). Entre eles, vale a pena referir os dedicados à juventude com os Estados Unidos na República Dominicana e o de Metodologias de intervenção em núcleos precários executado com a Alemanha no Paraguai. Completou o perfil social o setor da Saúde, segundo em ordem de importância juntamente com os projetos agropecuários, no âmbito económico. A composição destes últimos foi diferente, identificando-se experiências para reforçar as redes de saúde (em conjunto com a Coreia do Sul e o Paraguai), melhorar a segurança alimentar (com a Alemanha e a Guatemala) e apoiar a reabilitação de jovens após o consumo de substâncias nocivas (neste caso, com Espanha e El Salvador).
- c) Por sua vez, tal como já pudemos ver em passadas edições do Relatório, o apoio da Alemanha à Cooperação Triangular teve uma grande componente ambiental, situando-se nesse setor 40% das suas triangulações. Neste sentido, das suas alianças com o México e a Costa Rica, por exemplo, resultaram algumas das experiências orientadas para a gestão de resíduos e reciclagem ou para a proteção das zonas costeiras. Um caso concreto apresenta-se no Quadro III.4, que mostra em pormenor o projeto através do qual a Alemanha deu apoio ao México e Bolívia na melhoria do tratamento de águas residuais para facilitar a sua posterior reutilização com fins agrícolas. De forma complementar, são também de salientar os projetos orientados para Outros serviços e políticas sociais (exclusivamente executados em parceria com o Chile), bem como aqueles que se focalizaram na promoção da sustentabilidade e eficiência na produção e uso de Energia.
- d) Por último, a Cooperação Triangular recebida por El Salvador, teve uma grande diversificação setorial, salientando-se ligeiramente os projetos no âmbito do setor da Saúde (um quarto do total), especificamente apoiados pelos seus parceiros do Luxemburgo e Espanha e orientados para melhorar os serviços de saúde e de transplantes.

TANTO NO CASO DO BRASIL QUANTO NO DO CHILE,
A MAIOR PARTE DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO
TRIANGULAR PRETENDERAM DAR RESPOSTA A PROBLEMAS
DE CARÁTER SOCIAL E PRODUTIVO

MÉXICO, ALEMANHA E BOLÍVIA: UMA ASSOCIAÇÃO A LONGO PRAZO QUE CONTRIBUI PARA A SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA E ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

De acordo com um estudo do Banco Mundial, em 2015 o uso de águas residuais por tratar para rega agrícola era uma prática habitual na Bolívia, sobretudo nas áreas periurbanas do país. Neste sentido, e embora o uso de águas residuais seja uma alternativa quando o acesso a fontes de água de outro tipo é limitado, o problema resulta do uso desta água estar por tratar. Dado o seu caráter informal, esta prática também representa um risco para a saúde tanto dos criadores de gado e agricultores, quanto dos consumidores.

Nesse contexto, o tratamento de águas residuais torna-se numa ferramenta extremamente útil para minimizar os riscos para a saúde, bem como para garantir a sustentabilidade da produção agrícola e contribuir para a adaptação do país às alterações climáticas. Dessa forma surgiu a associação entre o México, a Alemanha e a Bolívia. O trabalho destes três países nessa área tem origem na visita em 2009 de uma delegação boliviana ao México para se interessar pela situação desse país na gestão de recursos hídricos, âmbito no qual mostrou interesse em cooperar com o país mesoamericano. Após várias visitas e reuniões bilaterais, formulou-se o projeto conjunto “Apoio à melhoria da reutilização e tratamento de águas residuais para a proteção de corpos de água, com perspectiva de adaptação às alterações climáticas” que foi apresentado e aprovado para financiamento por parte do Fundo regional para a cooperação triangular na América Latina e no Caribe da Alemanha. O projeto, que se manteve em execução entre 2012 e 2013, incluiu várias missões técnicas, seminários, cursos e estágios, para além de uma visita à Alemanha para saber mais sobre esta gestão nesse país. No seguimento do êxito conseguido com este primeiro projeto, entre os anos 2014 e 2016, aprovou-se a execução por parte dos mesmos atores do projeto “Reutilização de Águas Residuais tratadas para rega agrícola” cujo objetivo foi melhorar as condições para a reutilização de águas residuais tratadas para rega agrícola, no qual se trabalhou em três linhas de ação:

- a) Melhoria e estabelecimento de um quadro regulamentar e regulador para o tratamento de águas residuais.
- b) Formação e capacitação de funcionários no tratamento de águas residuais com fins agrícolas.
- c) Execução de projetos-piloto nesta matéria

Para a execução deste segundo projeto identificaram-se três etapas e executaram-se um total de 28 atividades, concretizadas em várias missões técnicas, cursos, workshops e estágios, e que incluíram, segundo os cálculos do México, um total de 439 dias de assessoramento técnico por parte deste país mesoamericano. Parte delas consistiram no apoio e assessoria que o México prestou aos três projetos piloto que se implementaram no Município de Sacaba e na comunidade de Patacamaya no Planalto. É ainda de salientar que a participação do México e da Bolívia ocorreu através de diferentes instituições governamentais, tanto nacionais quanto estatais e municipais.

Esta colaboração a longo prazo, que dura há já mais de quatro anos, também permitiu estabelecer estruturas para continuar a fomentar a cooperação entre ambos os países, para além dos projetos mencionados.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação: Banco Mundial (2015)

ASPETOS OPERACIONAIS DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR

III.4

Tal como tem vindo a ser habitual e respondendo às decisões adotadas pelos países em Buenos Aires no ano 2013,¹⁰ esta secção do Capítulo III procura conhecer em maior profundidade outros aspetos de carácter específico relativos à gestão da Cooperação Triangular. Nesse sentido, a análise centra-se em três aspetos:

- a) A existência ou não de quadros regulamentares para a articulação da Cooperação Triangular, e, em caso afirmativo, a identificação dos países neles envolvidos.
- b) A origem das iniciativas de Cooperação Triangular promovidas em 2016. O objetivo é constatar se esta modalidade responde efetivamente a uma abordagem de procura, já que este é um dos critérios ou princípios que lhe são subjacentes.¹¹
- c) A identificação de quadros de associação e mecanismos de financiamento desta modalidade, dando-se uma ênfase especial à possível existência de fundos ou fundos mistos.¹²

QUADROS OPERACIONAIS DA COOPERAÇÃO TRIANGULAR

III.4.1

Os países ibero-americanos salientaram por diversas vezes que um dos principais desafios na gestão da Cooperação Triangular é a coordenação dos diversos intervenientes que participam nos projetos. À participação das Agências e Direções Gerais de Cooperação dos países envolvidos, acrescentam-se as instituições setoriais de cada um dos parceiros, o que implica que o esforço de coordenar e definir claramente os papéis deve ser maior. Para saber se os projetos e ações que estiveram em execução durante 2016

se enquadraram em algum tipo de mecanismo regulador dessa triangulação, construiu-se o Gráfico III.6, que foi elaborado conforme os países declararam a existência ou não desses mecanismos. É de salientar que se obteve resposta para 41,6% dos projetos e ações (menos de metade), pelo que os resultados apontados pelo Gráfico são parciais e não devem ser interpretados de forma concludente. De qualquer modo, a sua observação sugere que:

- a) Praticamente 9 em cada 10 iniciativas (89,5%) contaram com mecanismos reguladores, independentemente de serem ações ou projetos. Por outras palavras, apenas 10,5% do total dos projetos e ações que foram analisados, não tinham qualquer tipo de regulamentação formalizada sob a qual articular a sua execução.
- b) Do total das iniciativas que tinham um quadro regulamentar, 62,7% delas já contava com ele antes da sua aprovação e/ou início de execução. Neste sentido, os países relataram como tais os programas de Cooperação Triangular para países terceiros, como por exemplo e entre outros, os estabelecidos entre Brasil e FAO, Espanha e Costa Rica, Espanha e El Salvador ou Brasil e OEA. Aqui também se incluíram Comissões Mistas, Acordos Tripartidos (como o que sustenta os projetos do Brasil, Estados Unidos e Honduras) e Memorandos de Entendimento para a realização de projetos de Cooperação Triangular como os que são usados por Espanha nas suas parcerias com outros países ibero-americanos. Isto sem prejuízo de que, posteriormente, as atividades executadas através desses quadros contassem com instrumentos mais específicos para a regulamentação, coordenação e definição de papéis. No que respeita a estes últimos, 37,3% das iniciativas que contaram com quadros regulamentares apoiaram-se neste tipo de instrumentos para definir funções, papéis e/ou mecanismos de regulamentação. Neste caso, tratou-se de registos de discussões, documentos de projeto e declarações de intenção, entre outros, por parte dos agentes participantes.

¹⁰ No quadro do workshop "Questionário para o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2013: revisão do tratamento das cooperações triangular e regional" realizado em Buenos Aires, de 20 a 22 de março de 2013, e organizado pelo PIFCSS e pela SEGIB.

¹¹ No *Guia Orientador para a Gestão da Cooperação Triangular na Ibero-América* (PIFCSS, 2015) destacam-se muitos destes critérios e princípios, previamente definidos nos questionários e workshops conjuntos com os países.

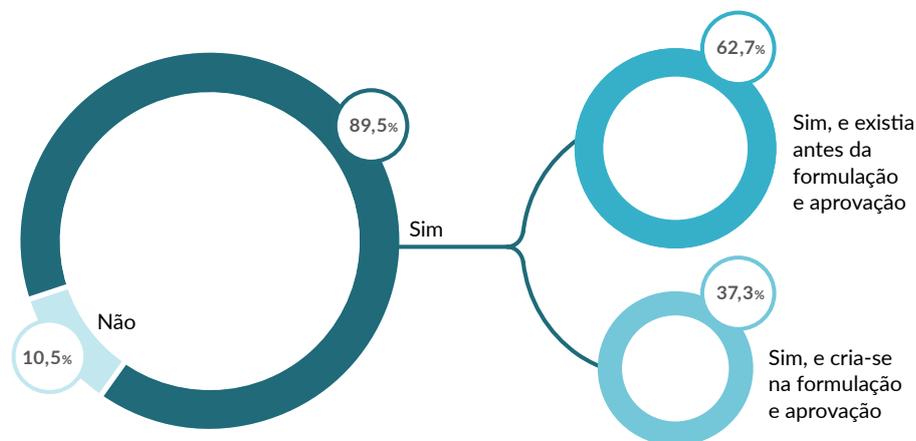
¹² Em futuras edições do Relatório e em resposta ao novo mandato que resultou do workshop "SIDICSS e o Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América: Construindo novos requisitos de informação sobre a Cooperação Triangular e CSS Regional", realizado de 24 a 26 de outubro de 2017 em Lima (Peru), no qual se redefiniram os requisitos de informação solicitados aos países para as modalidades de Cooperação Triangular e CSS Regional, a estrutura desta secção será modificada. No entanto, essas modificações ainda não têm impacto na atual edição do Relatório.

¹³ Uma vez mais no *Guia Orientador para a Gestão da Cooperação Triangular na Ibero-América* (PIFCSS, 2015) destacam-se muitos destes elementos, indicados através de questionários e workshops conjuntos com os países.

→ GRÁFICO III.6

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR, CONFORME TENHAM SIDO EXECUTADOS COM MECANISMOS QUE REGULAMENTARAM A TRIANGULAÇÃO. 2016

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

ORIGEM DAS INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR

III.4.2

Com o objetivo de saber se a Cooperação Triangular apresenta uma abordagem de procura baseada nas necessidades identificadas pelos próprios países, analisou-se como se articularam as comunicações entre os países participantes na origem das iniciativas registadas. Isso também permite saber se as iniciativas são de carácter triangular desde a origem e conceção, ou se, de outra forma, o que acontece é que os países em desenvolvimento acordam inicialmente na execução bilateral de um projeto e posteriormente identificam a necessidade de obter apoios para ele através da incorporação de um terceiro agente.

Para este exercício concreto, dispusemos de informação para uma mostra de ações e projetos muito semelhante à utilizada para identificar os quadros regulamentares: assim, contamos com informação relativa à origem da Cooperação Triangular para 43,1% dos 137 projetos e ações mantidos em execução em 2016 (muito próximo dos 41,6% do exercício anterior). Mais uma vez, os resultados da análise irão corresponder a uma realidade parcial e deverão ser interpretados com cautela.

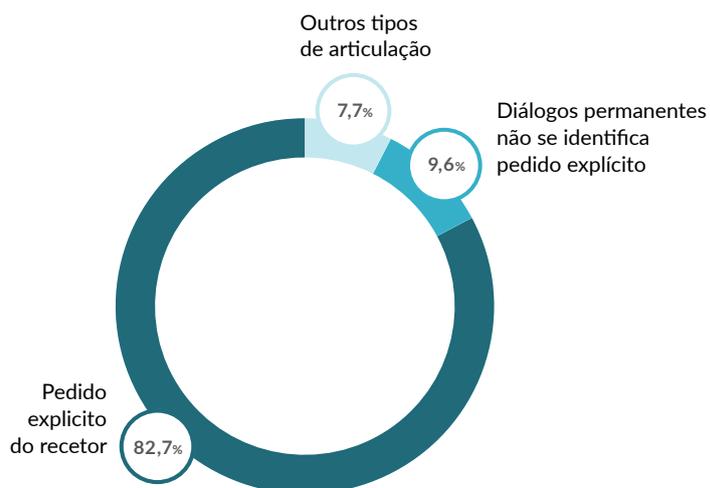
No entanto, a partir dos dados disponíveis elaborou-se o Gráfico III.7, o qual sistematiza as três casuísticas habitualmente associadas à origem da Cooperação Triangular, conforme se depreende do que declaram os próprios países ibero-americanos. A esse respeito, devemos destacar que:

- a) Máa) Mais de 80% dos projetos e ações (82,7%) tiveram início através de um pedido explícito por parte do recetor. Este pôde realizar-se por várias vias, entre as quais destacaríamos o interesse expresso no quadro de Comissões Mistas, missões diplomáticas ou mesmo entre as próprias instituições setoriais. Além disso, detetou-se que a identificação por parte do recetor dos pontos fortes ou capacidades do primeiro ofertante podia obter-se por diferentes vias:
 - Devido a um reconhecimento a nível regional do primeiro ofertante como agente destacado na matéria. Estes foram, por exemplo, os casos do CONAMYPE de El Salvador com o Programa de Desenvolvimento de Micro e PME (CDEMYPE) e de Cuba e dos seus pontos fortes no âmbito da Saúde.
 - Após uma missão de diagnóstico, na qual se identificou qual podia ser a instituição do primeiro ofertante que pudesse cobrir essa necessidade.

→ GRÁFICO III.7

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS E AÇÕES DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR, CONFORME A ORIGEM. 2016

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

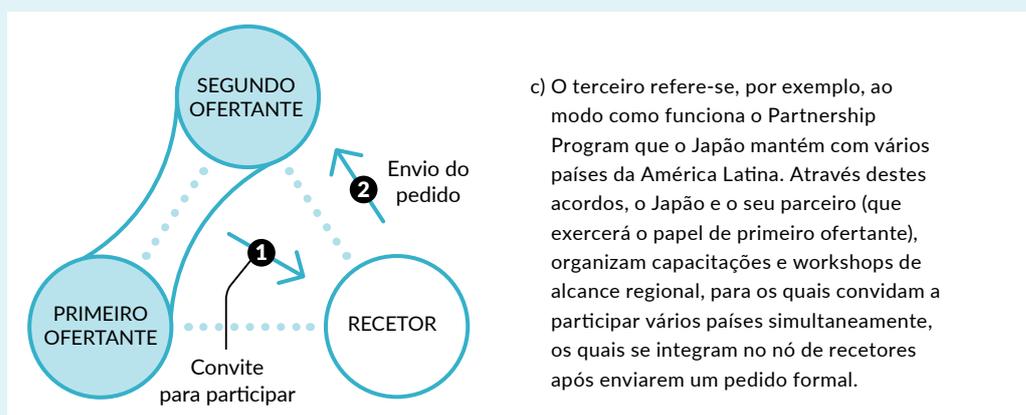
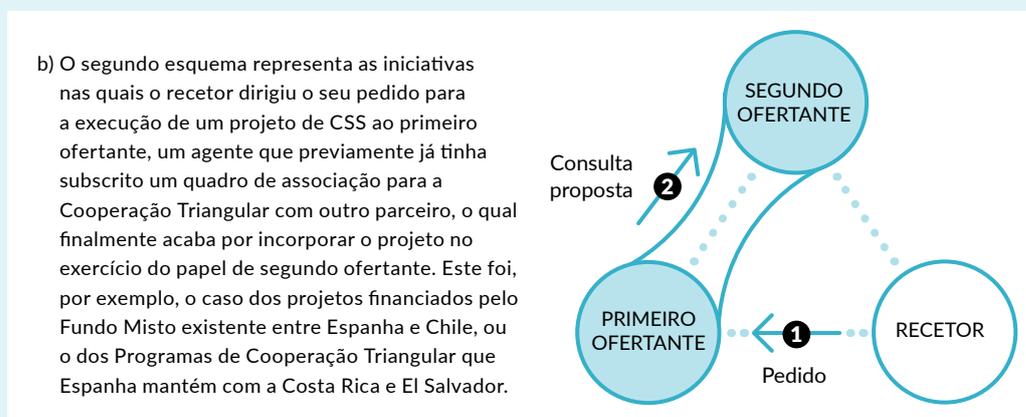
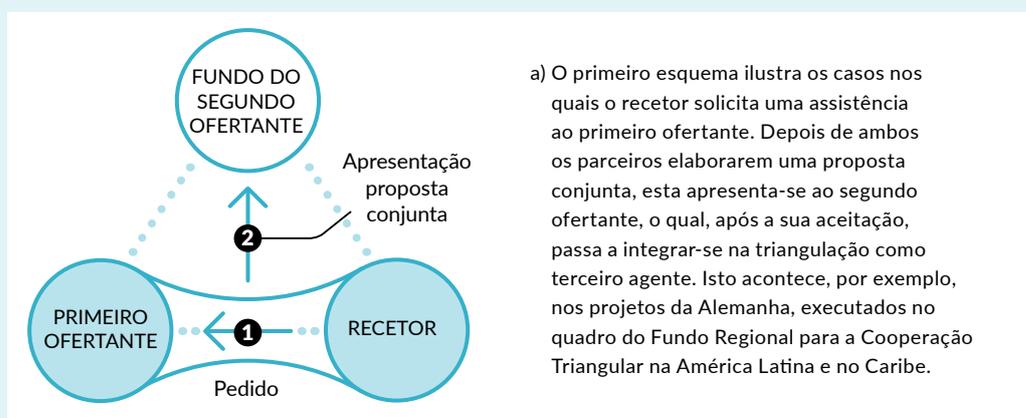
- Após experiências prévias de Cooperação Triangular ou CSS Bilateral às que se deu continuidade com novas iniciativas. Esse foi o caso do trabalho em empregabilidade realizado pela República Dominicana, Alemanha e Chile, o Programa de Cooperação Técnica em Ajuda Humanitária que juntou o Brasil, a OEA e El Salvador depois do apoio prévio por parte de bombeiros brasileiros, ou a segunda fase do projeto de Desenvolvimento Social Articulado no Território no qual trabalham, entre outros, o Chile, Alemanha e Paraguai.
 - Através da existência dos catálogos de oferta que permitiram a alguns recetores detetar possíveis áreas de trabalho conjuntas com os seus parceiros. Um exemplo foi o caso do pedido da Bolívia a El Salvador para fortalecer a instituição encarregada da defesa do consumidor, projeto apoiado pelo Luxemburgo.
 - A partir de instituições setoriais nacionais com uma vasta trajetória de cooperação, que permitiu aos países solicitantes um grande conhecimento prévio das possíveis áreas a fortalecer através da Cooperação Triangular.
- b) Entretanto, quase uma em cada dez iniciativas (9,6%) teve a sua origem em espaços de diálogo permanente, nos quais não houve necessariamente um pedido explícito, mas um acordo geral do qual foram surgindo as iniciativas. Exemplo disso seriam as experiências triangulares que tiveram origem no quadro de programas de cooperação regional.
- c) Por último, 7,7% dos projetos e ações surgiram por outras vias: em geral, após um intercâmbio de interesses temáticos, identificações conjuntas entre o primeiro ofertante e o recetor ou associações entre o primeiro ofertante e segundo ofertante em que convidaram o recetor a participar num projeto ou ação de Cooperação Triangular.
- Devemos finalmente referir que, com certa frequência, a fórmula através da qual se articularam e relacionaram os diferentes parceiros, ou o facto de que o pedido original das iniciativas se desse de uma ou de outra forma, está intimamente relacionado com outro aspeto: a existência de âmbitos de associação entre pelo menos dois dos parceiros. A sua identificação é muito importante, pois contém os acordos que determinam a forma como se devem gerir as ações e projetos que ampara. Além disso, estes quadros de associação podem constituir-se a modo de mecanismos ou fundos de financiamento entre as partes, algo que por sua vez tem consequências significativas para a forma como se vão gerir os recursos que permitem a execução das iniciativas. Para mostrar as diferentes fórmulas que podem resultar da sua existência, elaborou-se o Quadro III.5, que ilustra e exemplifica algumas das casuísticas mais habituais.

A COOPERAÇÃO TRIANGULAR: DIFERENTES FÓRMULAS DE GESTÃO, DISTINTOS QUADROS DE ASSOCIAÇÃO

Para compreender o funcionamento da Cooperação Triangular, identificam-se vários elementos muito relacionados entre si: a fórmula pela qual se coordenam os agentes; o seu processo de incorporação à triangulação; e o facto de que existam ou não mecanismos preestabelecidos de financiamento ou quadros de associação de Cooperação Triangular. Neste sentido, a forma como cada um destes aspetos se manifesta tem também a ver com o facto de estarem ou não vinculados com outro.

Para o ilustrar, elaboraram-se os seguintes esquemas, através dos quais se reproduzem algumas das fórmulas de articulação mais frequentes e a seguir expõem-se alguns dos países e/ou projetos que apresentaram estas dinâmicas.

ALGUMAS DAS FORMAS DE ARTICULAÇÃO ENCONTRADAS NA COOPERAÇÃO TRIANGULAR



FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES E CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

III.5

Com a edição de 2016 do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América, deu-se início a um exercício que procurou alinhar essa publicação com a então recentemente aprovada Agenda 2030. Dois anos mais tarde dá-se continuidade a esse exercício, que consiste numa análise que calcula a possível contribuição dos projetos de CSS e Triangular que a região executa para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). No entanto, durante este tempo, no espaço ibero-americano tem-se vindo também a trabalhar na construção de uma metodologia comum que no futuro possa ser implementada para esta tarefa e que se verá refletida nas próximas edições do Relatório. O Quadro II.10 incluído no segundo capítulo, apresenta mais pormenores sobre este processo.

Com base no atrás exposto, e para a presente edição do Relatório, passamos a identificar, em cada um dos 100 projetos de Cooperação Triangular registados em 2016, para qual dos 17 ODS estão a contribuir. No entanto, tendo em conta que muitos projetos têm um carácter multissetorial ou incidem em aspetos tradicionalmente considerados transversais, a análise identifica, nos projetos em que isso acontece, se podem simultaneamente estar a contribuir para um segundo ODS. Desta forma, a análise distingue contribuições da cooperação para um “ODS principal” e possíveis contribuições para um “ODS secundário”. A combinação destes dois níveis permite conhecer em profundidade e com mais pormenor como a Cooperação Triangular que os países executam se enquadra na Agenda 2030.

Os resultados obtidos ilustram-se em dois gráficos:

- a) O primeiro, o Gráfico III.8, distribui os 100 projetos de Cooperação Triangular promovidos na região em 2016 conforme o ODS principal para o qual contribuíram.
- b) O segundo, o Gráfico III.9, faz o mesmo com os 64 projetos para os quais se identificou um possível contributo para um ODS de carácter secundário.

Neste sentido, a observação do Gráfico III.8 sugere que:

- a) Tal como aconteceu em exercícios anteriores, os principais ODS para os quais a Cooperação Triangular contribuiu em 2016 foram os ODS 2 e 16. Este resultado é coerente com o observado na análise setorial, pois o ODS 2 faz referência a questões muito importantes para a CSS da nossa região, tais como a sustentabilidade e produtividade agrícola e os temas de segurança alimentar, enquanto que o ODS 16 se relaciona com o fortalecimento institucional e a promoção do estado de direito. Não é, portanto, de estranhar que um terço dos 100 projetos registados em 2016 contribuísem para esses dois Objetivos. Em concreto:

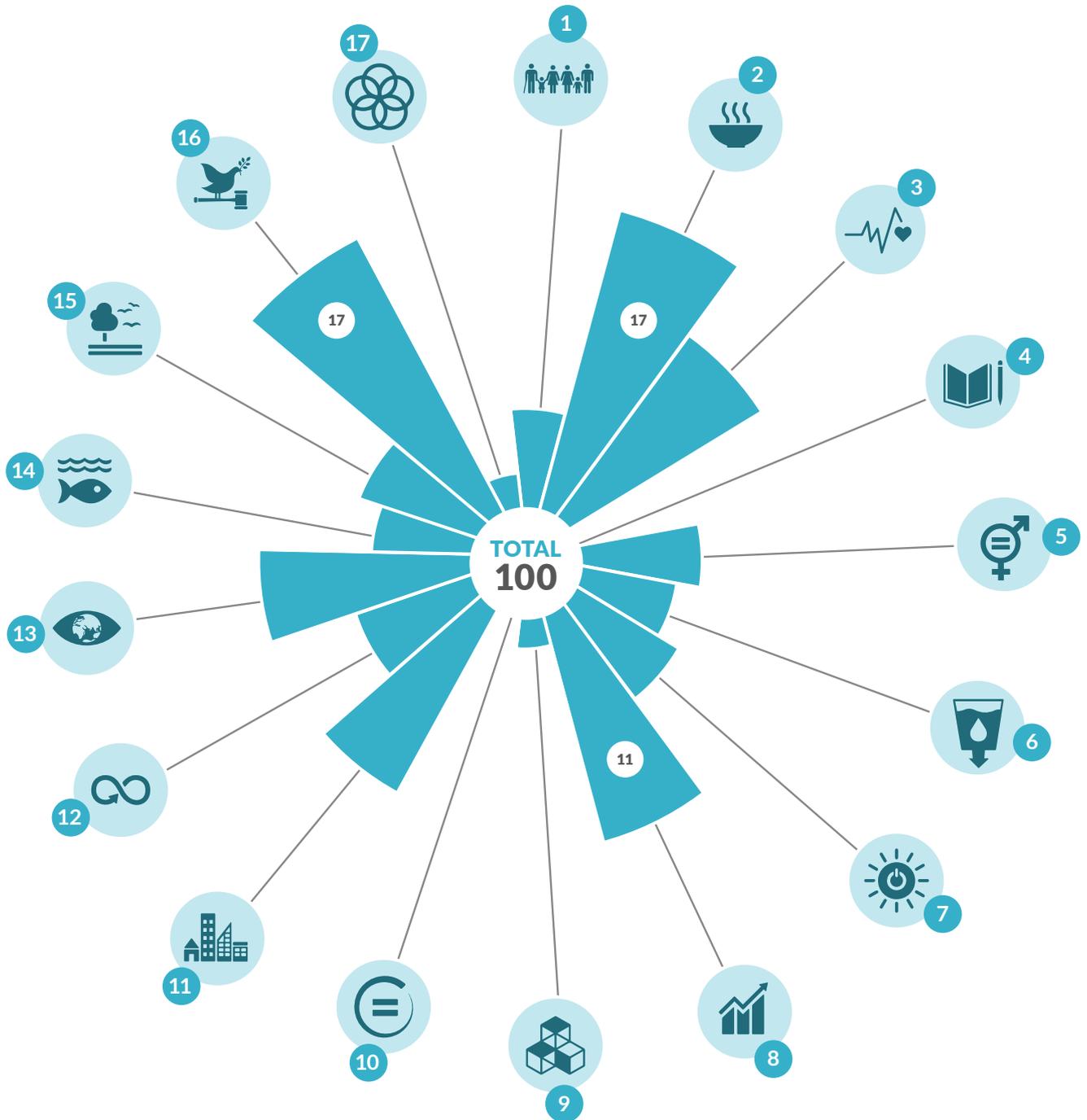
- 17% dos projetos de Cooperação Triangular de 2016 puderam contribuir para o ODS 2. Destacam-se os projetos do Brasil, tanto em associação com a FAO quanto com as Honduras e Estados Unidos, em ambos os casos para trabalhar nessa matéria. Também as experiências promovidas pelo Chile em conjunto com o PMA, através do Projeto Contra a Fome e a Pobreza, bem como outros do México e da Argentina para a melhoria de sementes, resiliência dos que se dedicam à pequena agricultura e melhoramento da cadeia produtiva do cacau.
- Outros 17% contribuíram para o ODS 16. Tratou-se, neste caso, de projetos que procuravam o fortalecimento institucional tanto através da promoção de instituições públicas eficazes (implantação de sistemas digitais, melhoria das capacidades dos funcionários públicos, etc.), como da construção e consolidação do estado de direito e promoção da paz (defesa dos Direitos Humanos, construção de paz, etc.).
- b) O terceiro e quarto ODS por ordem de importância foram, respetivamente, o 8, relativo ao Crescimento Económico e Trabalho Decente e o 3, dedicado à Saúde e Bem-Estar. Com efeito, 11% dos projetos estiveram maioritariamente orientados para o acesso ao emprego, fortalecimento de setores produtivos da economia, apoio às Micro e PME e turismo sustentável, contribuindo assim para o ODS 8. Por sua vez, outros 10% dos projetos puderam contribuir para o ODS 3. Essa contribuição realizou-se, muito especialmente, a partir de iniciativas que, em termos setoriais, se classificaram nas atividades de Saúde e População e Saúde Reprodutiva, relacionando-se muito especialmente com a melhoria dos serviços de saúde (cuidados e criação de redes), doenças transmissíveis e redução da mortalidade materna.
- c) 18% dos projetos de 2016 contribuiu, em partes iguais, para os ODS 11 e 13. Mais especificamente, 9% dos intercâmbios triangulares estiveram alinhados com o ODS 11 dedicado às Cidades e comunidades sustentáveis. Aqui identificaram-se os que estão orientados para a planificação e gestão urbana e a resiliência face a desastres naturais. Por sua vez, outros 9% contribuíram para o ODS 13 (Ação pelo clima). No entanto, é de referir que este Objetivo está muito relacionado com o 14 (Vida submarina) e o 15 (Vida dos ecossistemas terrestres), pelo que se agregamos os projetos que puderam contribuir para esses três ODS, verificamos que até 16% das experiências promovidas em 2016 estiveram muito centradas na componente ambiental. Incluem-se aqui as experiências já abordadas setorialmente, que combinam processos de adaptação às alterações climáticas e proteção de áreas tanto marítimas e costeiras, quanto interiores.
- d) Por seu lado, os últimos 20% dos projetos distribuíram-se como segue: 12%, divididos em três partes iguais (4% em cada caso), contribuíram para o ODS 5 (Igualdade de género), 7 (Energia acessível e não poluente) e 12 (Produção e consumo responsáveis); outros 6%, também em partes iguais, orientaram-se para os ODS 1 (Fim da pobreza) e 6 (Água limpa e saneamento); enquanto que alguns projetos pontuais se orientaram para a Indústria, inovação e infraestruturas (ODS 9) e para as Alianças para alcançar os objetivos (ODS 17).

Finalmente, a interpretação dos Gráficos III.8 e III.9, relativos à contribuição dos 100 projetos triangulares de 2016 para um ODS principal e dos 64 que também o fizeram para um ODS secundário, deve complementar-se com a leitura da Diagrama III.6, a qual ilustra o vínculo que se estabeleceu, precisamente, entre o ODS principal e secundário de cada projeto.

→ GRÁFICO III.8

CONTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2016. ODS PRINCIPAL

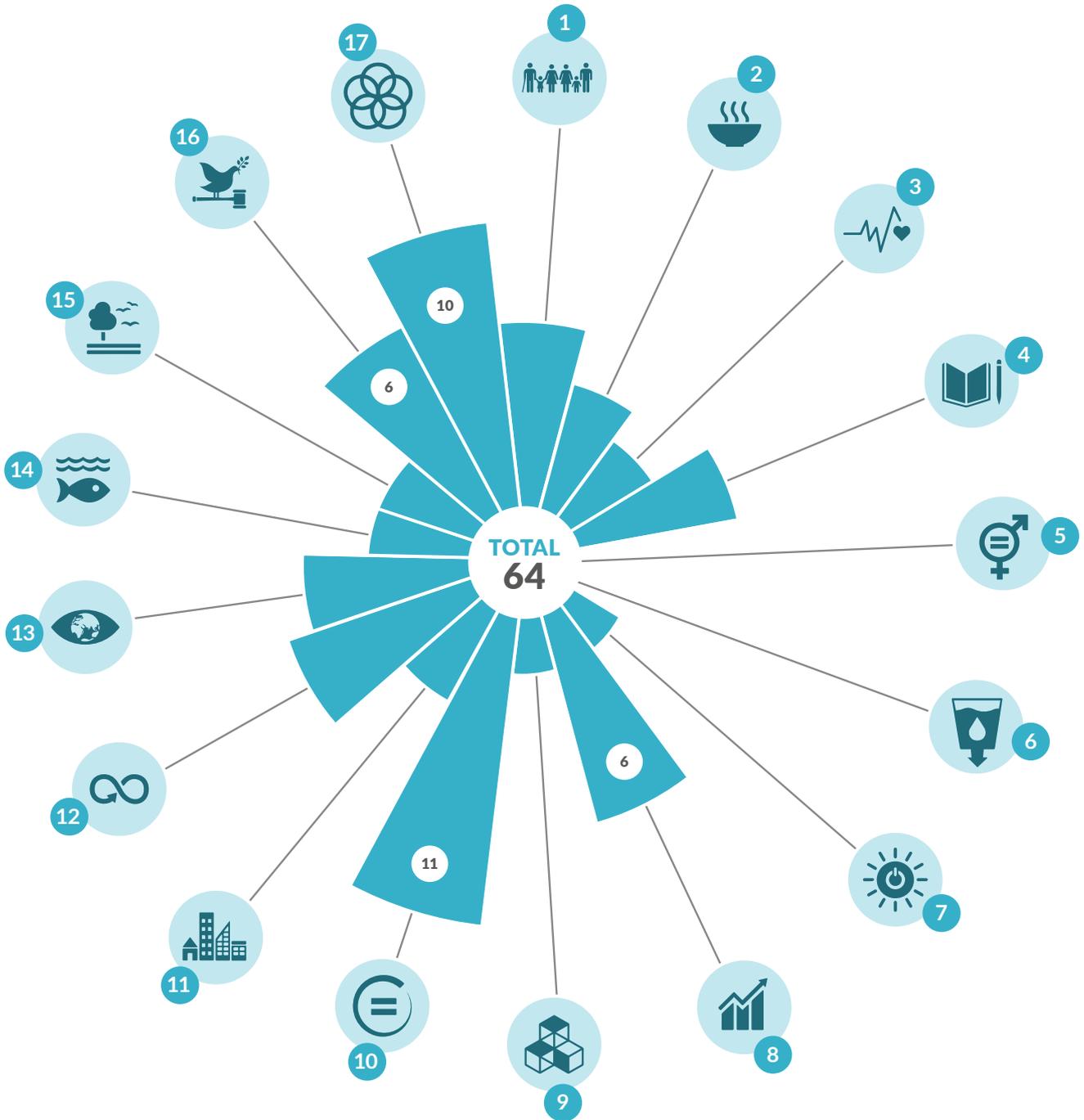
Em unidades



→ GRÁFICO III.9

CONTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TRIANGULAR PARA OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2016. ODS SECUNDÁRIO

En unidades



11% DOS PROJETOS, NÃO SÓ CONTRIBUÍRAM PARA A CONSECUÇÃO DE UM OBJETIVO, MAS TAMBÉM PARA O ODS 10 SOBRE DESIGUALDADE. MUITOS DOS PROJETOS EM MATÉRIA DE EMPREGO (ODS 8) COLOCARAM A ÊNFASE NO COLETIVO DA JUVENTUDE, ENQUANTO QUE ALGUNS DOS DEDICADOS À SAÚDE (ODS 3) SE CENTRARAM SIMULTANEAMENTE EM LOCALIDADES COM POUCA POPULAÇÃO E NOS CUIDADOS A PRESTAR À POPULAÇÃO ADULTA

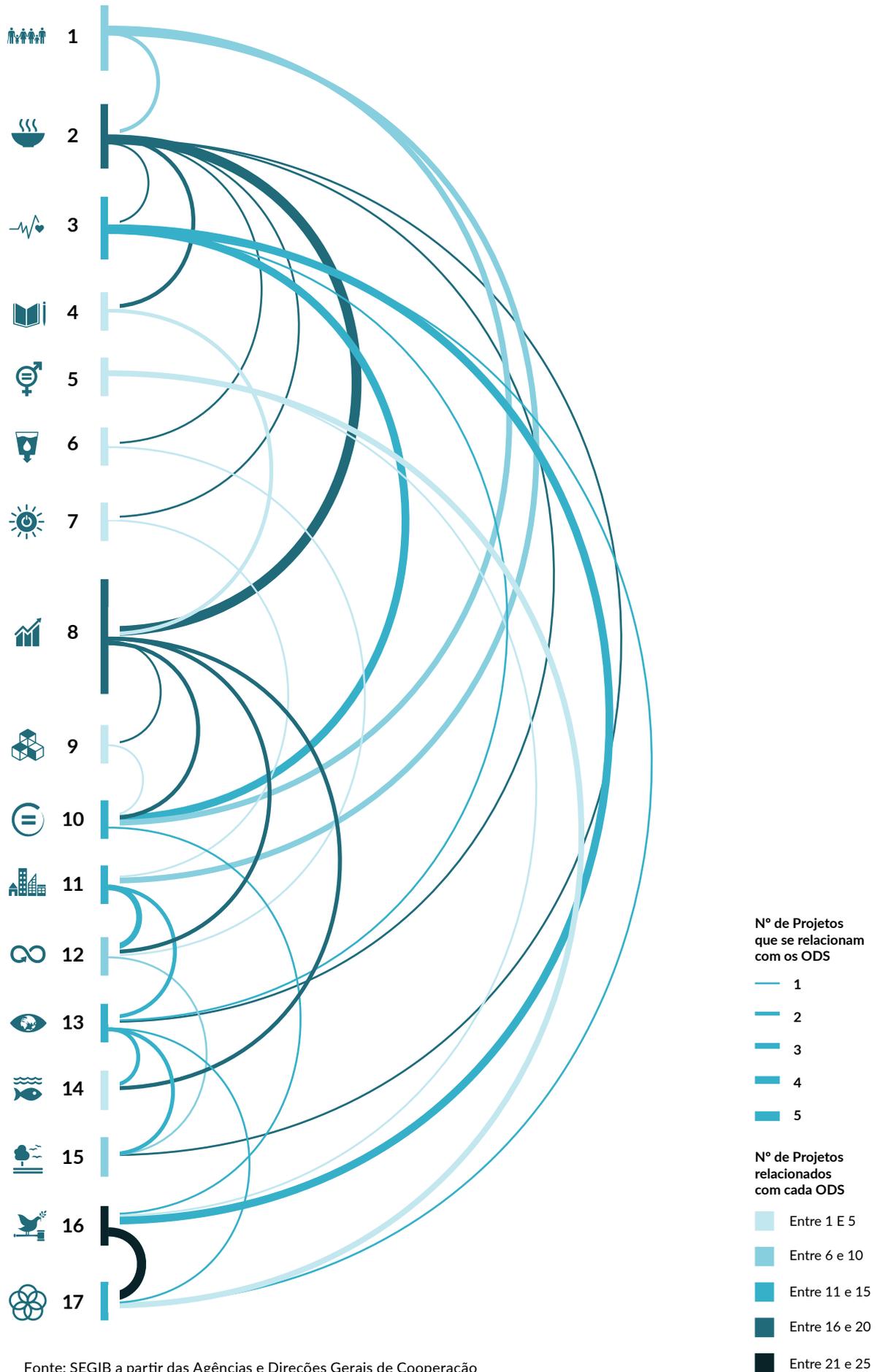
Da leitura combinada destas figuras, conclui-se que:

- a) 11% dos projetos contribuíram não só para a consecução de um objetivo, mas também para o ODS 10 sobre Desigualdade, ao qual não se tinha atribuído nenhum projeto como ODS principal. A modo de exemplo, muitos dos projetos em matéria de emprego (ODS 8) deram uma especial atenção ao coletivo da juventude, enquanto que alguns dos dedicados à Saúde (ODS 3) se centraram simultaneamente em localidades de reduzida população ou nos cuidados à população adulta. Uma das ligações mais fortes verificou-se entre os ODS 1 e 10, através de projetos que se centraram no fortalecimento de políticas de proteção social em áreas de difícil acesso ou em zonas com menor nível de população.
- b) Entretanto, 10% dos projetos tiveram como ODS secundário o Objetivo 17; um ODS que, como principal, só aparecia associado a um projeto de Cooperação Triangular. Nesta ocasião, tratou-se de projetos que trabalharam especialmente as capacidades estatísticas nacionais e o fortalecimento das instituições relacionadas com a implementação da Agenda 2030, e que contribuíram principalmente, e por sua vez, para o ODS 16, através do apoio à criação de instituições eficazes. Vários deles também se vincularam ao ODS 5, pois houve projetos orientados para produzir dados e estatísticas sobre a situação da mulher em temas como a violência, bem como inquéritos sobre o uso do tempo.
- c) Outros 6% dos projetos de Cooperação Triangular tiveram como ODS secundário o 8, dedicado ao Trabalho decente e crescimento económico. Neste caso, tratou-se fundamentalmente de intercâmbios dedicados à melhoria produtiva de determinadas colheitas para a sua posterior comercialização e que, como ODS principal, tinham atendido ao 2 (Fome zero). Entretanto, uma proporção semelhante de projetos (outros 6%), teve associado como ODS secundário o Objetivo 16, sobre instituições eficazes. Desta vez a relação foi estabelecida com o ODS 17, tal como se referiu no ponto anterior, pelo trabalho de fortalecimento das instituições nacionais.
- d) Por último, identificaram-se algumas contribuições pontuais e de caráter secundário para os restantes ODS, embora a percentagem de projetos que cumpriram este objetivo em cada caso tenha sido relativamente baixa e oscilado entre o mínimo de 1% e o máximo de 5%. A única exceção foram os ODS 5 e 6, dois casos para os quais não se identificou qualquer associação em termos de ODS secundário.

→ DIAGRAMA III.6

RELAÇÃO ENTRE OS ODS CONFORME O NÚMERO DE PROJETOS QUE CONTRIBUÍRAM SIMULTANEAMENTE PARA AMBOS

Em unidades







IV

Capítulo

A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul Regional

Este quarto capítulo dedica-se à sistematização do que ocorreu em 2016 quanto à terceira das modalidades de Cooperação Sul-Sul reconhecida no espaço ibero-americano: a Regional. Tal como nos capítulos anteriores, o SIDICSS e os avanços metodológicos nos quais estamos a trabalhar permitem que a análise que habitualmente é feita a esta modalidade possa ser alargada: por um lado, através da incorporação de séries históricas sobre a evolução da CSS Regional ao longo desta última década; e, por outro lado, realizando uma aproximação à possível contribuição que, a partir dos programas e projetos promovidos nesta modalidade, se possa estar a realizar para fazer avançar a consecução dos ODS.

Nessa base, o presente capítulo está estruturado da seguinte forma:

- a) Em primeiro lugar, passamos à identificação da totalidade dos programas e projetos de Cooperação Sul-Sul Regional que os países declararam ter em execução em 2016. Analisa-se, além disso, a trajetória seguida por esta modalidade ao longo dos últimos 10 anos para se saber através de que dinâmica foram alcançados os valores finais.
- b) Seguidamente, são desenvolvidas duas secções relacionadas com os agentes que participaram nessa cooperação: os países ibero-americanos e os organismos multilaterais. Neste sentido, a identificação destes organismos é importante para podermos também entender algumas questões relacionadas com a gestão operacional dos programas e projetos pois, sob esta modalidade, são precisamente estes organismos que dotam a cooperação de carácter institucional, bem como de regras de organização e regulamentação.
- c) Posteriormente, e com o objetivo de identificar as problemáticas comuns para as quais se deu resposta a partir de uma experiência regional, realiza-se uma aproximação ao perfil de capacidades que se fortaleceram a partir da cooperação realizada em 2016.
- d) Por último, e como novidade, a totalidade de programas e projetos é analisada conforme a sua possível contribuição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, num exercício que permite fazer progressos para sabermos como a CSS Regional está alinhada com a Agenda 2030.

PROGRAMAS E PROJETOS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL EM 2016

IV.1

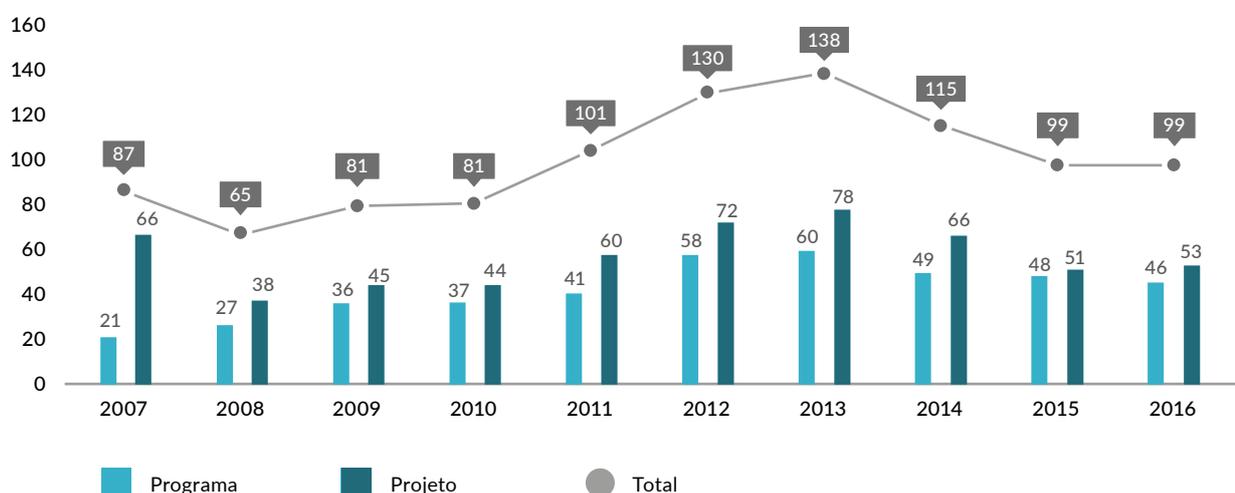
Ao longo de 2016, e em conformidade com o que é apresentado na Tabela A.IV.1 do anexo, os países ibero-americanos declararam estar a participar em 46 programas e 53 projetos de Cooperação Sul-Sul Regional. Além disso, e tal como sugere o Gráfico IV.1, elaborado para mostrar a evolução histórica seguida por esta modalidade durante a década compreendida entre 2007 e 2016, o número total de iniciativas (praticamente uma centena) foi exatamente o mesmo que no exercício anterior. A única variação registada refere-se a cada um dos instrumentos através dos quais esta cooperação foi executada; uma variação mínima que foi compensada globalmente, pois enquanto que os programas se reduziram de 48 para 46 unidades, os projetos aumentaram de 51 para 53.

A estabilidade mantida entre 2015 e 2016 foi comparada com as diferentes dinâmicas de crescimento registadas ao longo da última década. Com efeito, e conforme se observa no Gráfico IV.1, entre 2007 e 2010, a trajetória registada pelo conjunto dos programas e projetos de CSS Regional na qual participaram os países ibero-americanos foi também de relativa estabilidade, visto que as sucessivas oscilações registadas no valor anual se saldaram numa taxa de alteração média muito próxima de zero (de -0,2%). Entretanto, entre 2011 e 2013, registou-se um intenso crescimento (de uma média anual de 19,9%) o que permitiu que, nesse ano de 2013, o número total de programas e projetos de CSS Regional registasse um máximo histórico próximo das 140 iniciativas. Desde então e até 2015, a tendência voltou a ser decrescente, o que se manifestou numa taxa de crescimento anual negativa de 15,3%, a qual reduziu a totalidade de programas e projetos até cem iniciativas em 2015; valor que se manteve estável em 2016 e que, ainda assim, foi praticamente 14% superior ao correspondente a 2006.

→ GRÁFICO IV.1

EVOLUÇÃO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE CSS REGIONAL. 2007-2016

Em unidades



Neste sentido, o facto de que os totais dos programas e projetos de CSS Regional de 2015 e 2016 fossem muito próximos, não significa que no último ano não tivessem surgido novas iniciativas. Com efeito, foram elaborados os Gráficos IV.2 e IV.3 para mostrar, por um lado, em que exercício os programas e projetos mantidos em execução em 2016 iniciaram efetivamente a sua atividade; e, por outro lado, e com base no que precede, mostrar qual o período que, em média, estiveram em execução essas mesmas iniciativas. A este respeito, a observação combinada de ambas as figuras, sugere o seguinte:

- a) Pelo menos um em cada 5 projetos de CSS Regional mantidos em execução ao longo de 2016, correspondeu a projetos "novos", cujo início de atividade ocorreu no mesmo exercício. Além disso, outros 50% dos projetos começaram a ser executados em algum momento dos dois anos precedentes (2014 e 2015); ao passo que, os 30% restantes são anteriores, tendo iniciado a sua atividade antes de 2013.
- b) Esta distribuição dos projetos de CSS Regional, de acordo com o ano de início (Gráfico IV.2) esteve em coerência com as durações médias apresentadas no Gráfico IV.3. Com efeito, e embora o tempo decorrido entre o início e o fim da atividade se possa ter prolongado até aos 7 anos, metade dessas iniciativas registaram uma duração entre 2 e 4 anos, sendo o tempo médio de cada projeto, equivalente a 3 anos e 4 meses.

→ GRÁFICO IV.2

DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE CSS REGIONAL, CONFORME O ANO DE INÍCIO. 2016

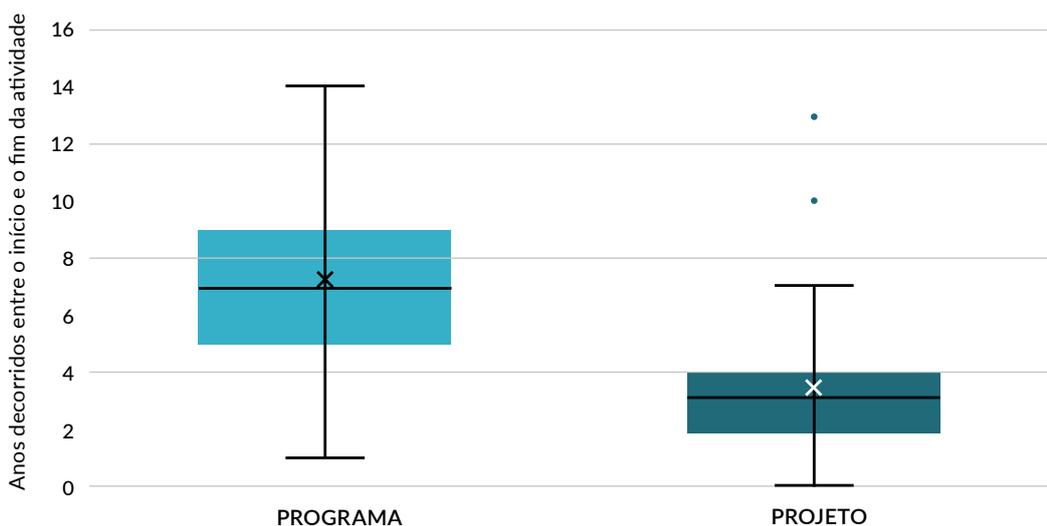
Em percentagem



→ GRÁFICO IV.3

DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE CSS REGIONAL, CONFORME A DURAÇÃO. 2016

Em anos



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

- c) Em contraste, apenas 2,2% dos 46 programas de CSS Regional que estavam em execução em 2016 iniciaram a sua atividade nesse mesmo ano. Por conseguinte, as datas de início da maior parte dos programas foram muito anteriores: um terço do total, num determinado momento entre 2012 (metade destes) e 2015; quatro em cada 10, entre 2008 e 2011; e os restantes, tinham associada uma data de início de atividade situada praticamente mais de uma década atrás.
- d) Uma vez mais, estas datas estiveram em coerência com o facto de que os programas, tal como se observa no Gráfico IV.3, registaram períodos de duração mais prolongados. Assim, os programas podem ter alargado a sua execução no tempo entre 1 e 14 anos, sendo a média entre o início e o fim da atividade superior aos 7 anos e 3 meses.

AO LONGO DE 2016, OS PAÍSES IBERO-AMERICANOS DECLARARAM ESTAR A PARTICIPAR EM 46 PROGRAMAS E 53 PROJETOS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL REGIONAL

PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES NA COOPERAÇÃO SUL-SUL REGIONAL EM 2016

IV.2

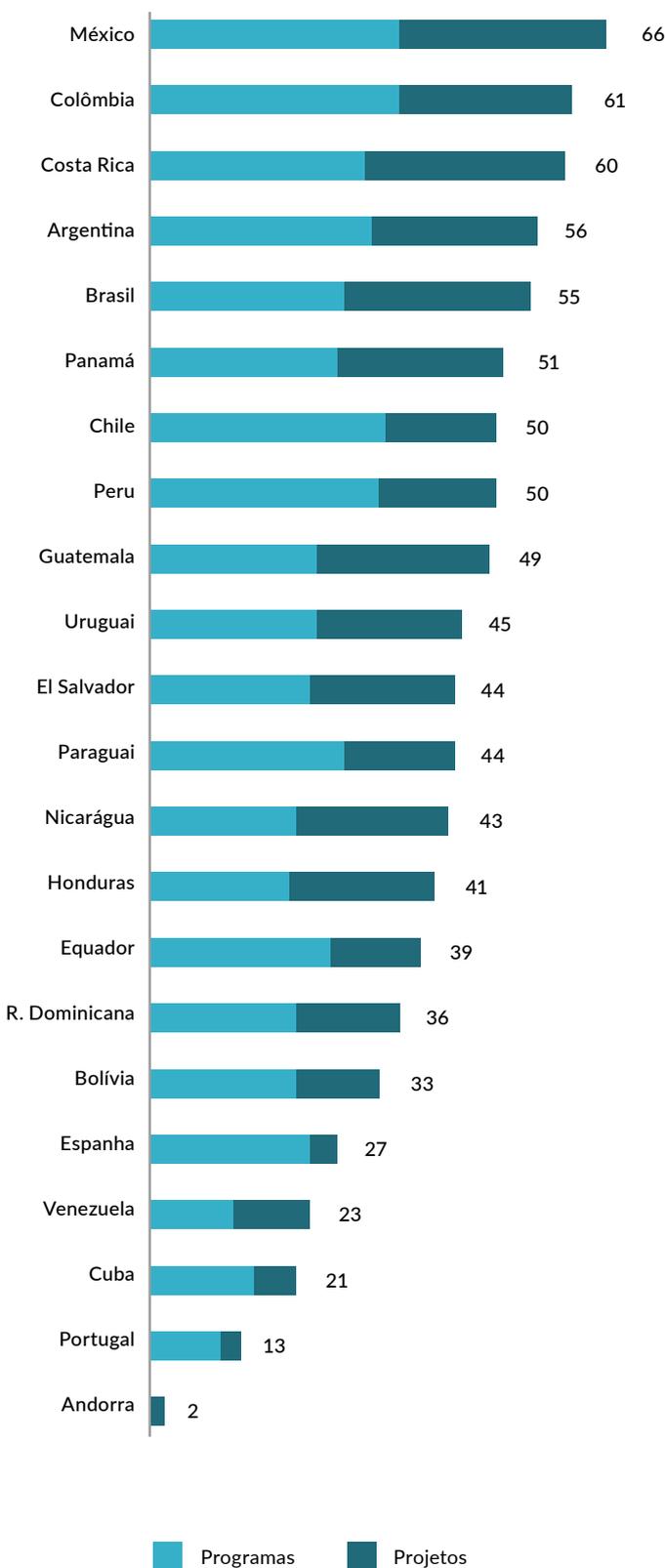
Uma questão importante relativamente à CSS Regional em 2016, refere-se à forma como os países ibero-americanos participaram nos 46 programas e 53 projetos que estiveram em execução durante esse ano. Neste sentido, o Gráfico IV.4 foi elaborado para dar a conhecer o número total de programas e projetos de CSS Regional nos quais cada país participou, distinguindo, por sua vez, dentro desse total, que parte foi executada através de cada um dos respetivos instrumentos. Da sua apresentação por ordem decrescente, depreende-se que:

- No ano 2016, o México foi o país que participou num maior número de iniciativas de Cooperação Sul-Sul Regional: um total de 66. Seguiram-no, por ordem de importância relativa, a Colômbia e Costa Rica, ambos com registos superiores aos 60 programas e projetos. Além disso, e ainda com mais de cinquenta iniciativas, situaram-se quatro países sul-americanos (Argentina, Brasil, Peru e Chile) em conjunto com o Panamá, já na América Central.
- Por outro lado, houve seis países cujo número total de programas e projetos se situou no intervalo entre 40 e 50, mas sem chegar a superar este último valor. Mais especificamente, tratou-se, na sub-região centro-americana, das Honduras, Nicarágua, El Salvador e Guatemala e, novamente no sul do continente, do Paraguai e Uruguai.
- Finalmente, dois países andinos, Bolívia e Equador, em conjunto com a caribenha República Dominicana, mantiveram em execução entre 30 e 39 iniciativas. Por sua vez, Espanha, já na Península Ibérica, em conjunto com a Venezuela e Cuba, estiveram presentes, em cada caso, em pouco mais de 20 programas e projetos. Entretanto, Andorra e Portugal participaram na CSS Regional em 2016 através de 3 e 12 iniciativas, respetivamente.

→ GRÁFICO IV.4

PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES NOS PROGRAMAS E PROJETOS DE CSS REGIONAL. 2016

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

PARTICIPAÇÃO DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS NA CSS REGIONAL EM 2016

IV.3

Com base na definição acordada pelos países ibero-americanos sobre a Cooperação Sul-Sul Regional, esta modalidade executa-se de acordo com uma série de requisitos. Assim, e tal como consta do documento PIFCSS e SEGIB (2013), trata-se de uma cooperação:

- Com a participação de, pelo menos, três países em desenvolvimento que partilham, acordam e defendem um objetivo que contribui para o desenvolvimento e/ou a integração regional;
- Que conta com um mecanismo institucional que, reconhecido formalmente por todas as partes, regula as relações entre os participantes;
- Que se instrumentaliza através de programas e projetos.

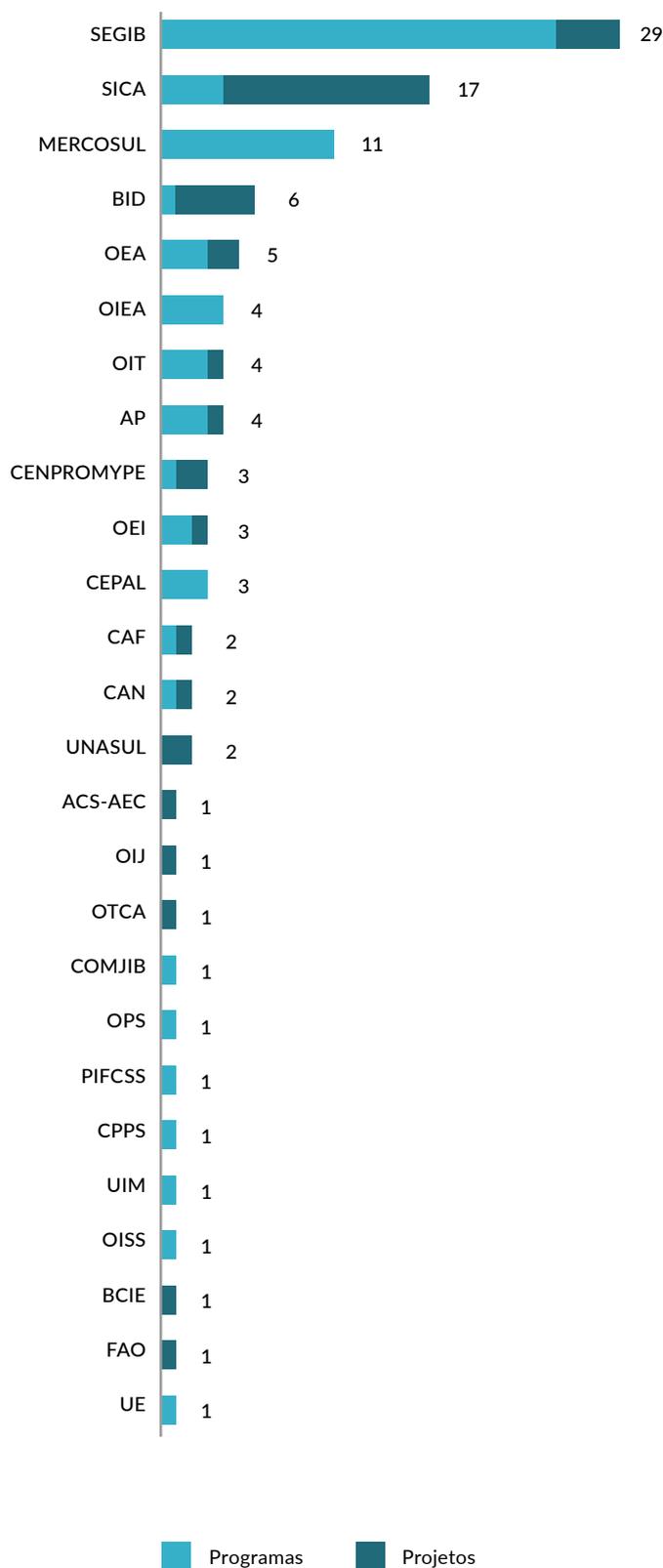
Neste sentido, o quadro institucional que normaliza as regras através das quais se executam os programas e projetos pode ser concebido expressamente para a execução da CSS Regional, mas, na maior parte das vezes (conforme sugere o que já vimos em anos anteriores) é ditado pela participação de um organismo com carácter multilateral. Assim, a transferência deste quadro institucional por parte destes agentes é o que torna tão necessária a identificação da sua participação no conjunto das iniciativas de CSS Regional executadas em 2016.

De facto, a Tabela A.IV.1, em anexo, organiza os 46 programas e 53 projetos de CSS Regional mantidos em execução pelos países ibero-americanos ao longo de 2016, associando-os ao quadro institucional no qual se realizaram. Tal como pode observar, em 95% dos casos registados (um total de 94 programas e projetos), esse quadro esteve efetivamente marcado pela presença de um organismo multilateral. O Gráfico IV.5 identifica os organismos que participaram na CSS Regional em 2016 e associa-os, ordenando-os de forma decrescente, pelo número total de programas e projetos que exerceram esse papel regulador.¹

→ GRÁFICO IV.5

PARTICIPAÇÃO DOS ORGANISMOS NOS PROGRAMAS E PROJETOS DE CSS REGIONAL. 2016

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

¹ No Gráfico IV.5, os organismos são tratados individualmente. Contudo, na execução da cooperação, muitas vezes esses organismos são parceiros (por exemplo, a CEPAL e a OIT em dois programas de trabalho sobre classificações internacionais e indicadores do mercado laboral). Isso significa que, no cálculo global do Gráfico IV.5, há programas e projetos de CSS Regional que aparecem em duplicado, o que explica que o valor agregado não some 94 iniciativas (todas as de 2016 menos as 5 que não registaram participação de um organismo multilateral).

A observação do Gráfico IV.5 sugere o seguinte:

- a) Em praticamente um terço das ocasiões, os 46 programas e 53 projetos da CSS Regional mantidos em execução em 2016, tiveram a participação de algum agente multilateral pertencente ao espaço ibero-americano. De facto, em três de cada 4 dessas iniciativas, o papel regulador recaiu sobre a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB). Nos 25% restantes, a SEGIB foi acompanhada por outros organismos (COMJIB, OEI, OIJ, OISS e o próprio PIFCSS), embora algumas destas instituições, caso da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e da União Ibero-Americana de Municipalistas (UIM), também tenham participado com carácter individual. De qualquer modo, todos estes programas e projetos responderam ao formato próprio de um Programa de Cooperação aprovado por Presidentes e Chefes e Chefas de Estado no quadro das Cúpulas realizadas anualmente pela Conferência Ibero-Americana.
- b) Cerca de vinte programas e projetos de CSS Regional contaram com a participação do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) ou de algumas das suas entidades especializadas, tal como o Centro Regional de Promoção das Micro, Pequenas e Médias Empresas (CENPROMYPE). Convém destacar que, em mais de metade dessas iniciativas, a participação do SICA (e inclusive do CENPROMYPE) se deu através dos Programas Mesoamericanos (nos seus Eixos liderados pelo México ou Colômbia), cujo carácter institucional é conferido pelo Mecanismo de Tuxtla. Noutras ocasiões, o SICA regulou a cooperação em conjunto com outros organismos (Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), Organização Marítima Internacional (OMI) e União Europeia) e países (Espanha, Japão e os pertencentes ao Caribe). De qualquer modo, é oportuno recordar que, tal como se viu em profundidade na edição anterior deste Relatório, os quadros regulamentares que, através do SICA, acompanham as iniciativas da CSS Regional, podem responder a padrões muito diferentes e apresentar uma complexidade muito variada.²
- c) Entretanto, o MERCOSUL acompanhou e dotou de um quadro institucional 10 dos 46 projetos de CSS Regional nos quais os países ibero-americanos declararam participar em 2016. A estes devemos acrescentar um projeto executado através de um acordo de colaboração entre este mesmo esquema de integração comercial, Espanha e Portugal, e cujo funcionamento respondeu a padrões diferentes das restantes das atrás mencionadas.
- d) Por sua vez, em 2016, o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID) participou em 6 programas e projetos de CSS Regional. Nalgumas ocasiões, esta participação teve lugar em conjunto com outros organismos (caso do mencionado CENPROMYPE), ou em parceria conjunta com vários dos seguintes (BCIE, CAF, OEA e PNUMA), neste último caso para acompanhar iniciativas executadas no âmbito do Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica (PM). De facto, neste mesmo quadro institucional mesoamericano realizaram-se outros dois projetos, os quais contaram, além disso, com o apoio de países extra-regionais como a Alemanha, Coreia do Sul e Japão.
- e) Para além de acompanhar pontualmente algumas iniciativas no âmbito do Projeto Mesoamérica, ao longo de 2016, a Organização dos Estados Americanos (OEA) participou noutros 4 programas e projetos de CSS Regional. Um peso muito parecido teve a Organização Internacional para a Energia Atómica (OIEA), cuja participação noutros 4 iniciativas se verificou sobretudo no apoio à cooperação que é executada no âmbito do Programa ARCAL para a Promoção da Ciência e Tecnologia Nucleares na América Latina e no Caribe, amplamente abordado em edições anteriores deste mesmo Relatório.³

² Para mais pormenores, ver o Quadro IV.1, páginas 176 e 177 do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2017, na sua edição em espanhol.

³ Este Programa foi analisado em pormenor no Quadro IV.1 do Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2016, páginas 198 a 202 da sua edição em espanhol.

NO ANO 2016, O MÉXICO FOI O PAÍS QUE PARTICIPOU NUM MAIOR NÚMERO DE INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL REGIONAL: UM TOTAL DE 66. SEGUIRAM-NO, POR ORDEM DE IMPORTÂNCIA RELATIVA, A COLÔMBIA E COSTA RICA, AMBOS COM REGISTOS SUPERIORES A 60 PROGRAMAS E PROJETOS

- f) De entre os restantes organismos multilaterais que participaram na CSS Regional em 2016, devemos destacar a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o esquema de concertação da Aliança Pacífico, ambos ativos, respetivamente, em 4 dos programas e projetos de CSS Regional mantidos em execução durante esse ano. Devemos acrescentar que, em duas ocasiões, a OIT participou nesta cooperação amparada num acordo-quadro com a CEPAL, um organismo que conta com outra participação a título individual.
- g) Finalmente, devemos referir que houve uma série de organismos que, isoladamente, ou em associação com outros, também participaram na CSS Regional em 2016. Entre eles, convém destacar, pelo seu âmbito de atuação sub-regional, a Associação de Estados do Caribe (AEC), a Comunidade Andina de Nações (CAN) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL); pelo seu caráter proeminentemente setorial, a FAO e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS); e por uma conjugação de ambos os elementos, a Comissão Permanente do Pacífico Sul (CPPS) e a Organização do Tratado de Cooperação Amazónica (OTCA).

Tal como já se referiu, os organismos multilaterais contribuem para dotar os países que participam na CSS Regional de um quadro institucional e de um esquema de regulamentação das relações. A forma como isso se verificou foi amplamente abordada em edições anteriores deste Relatório, especialmente a partir dos casos enquadrados no espaço ibero-americano, o Mecanismo de Tuxtla, MERCOSUL, OEA, Aliança Pacífico, OIEA e SICA, apenas para citar alguns. Por último, para ilustrar a forma como um organismo determina as bases de funcionamento (institucional e operacional) de uma iniciativa de Cooperação Sul-Sul Regional, elaborou-se o Quadro IV.1, que nesta edição se refere a uma das experiências mais consolidadas da região: a que, enquadrada na Comissão Permanente do Pacífico Sul (CPPS), analisa a experiência concreta do Protocolo sobre o Programa para o Estudo Regional do Fenómeno de El Niño no Pacífico Sudeste.

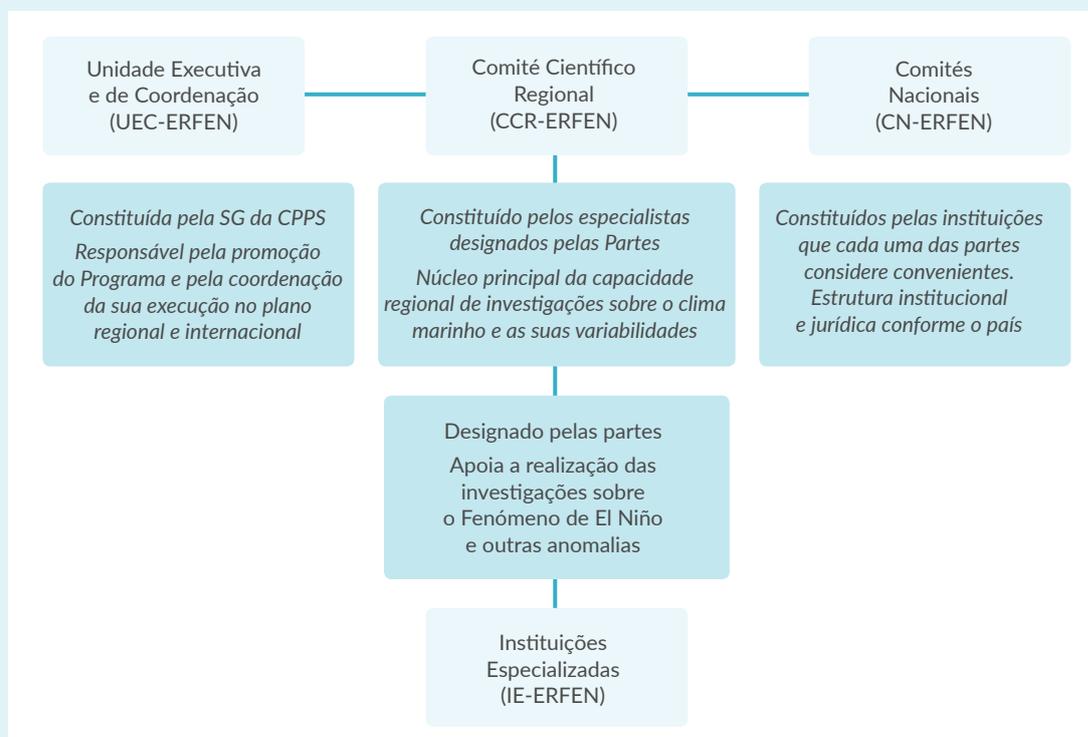
PROTOCOLO SOBRE O PROGRAMA PARA O ESTUDO REGIONAL DO FENÓMENO DE EL NIÑO NO PACÍFICO SUDESTE (ERFEN)

A origem da Comissão Permanente do Pacífico Sul (CPPS) remonta ao ano de 1952. Promovida pelo Chile, Equador e Peru e com a adesão posterior da Colômbia, a CPPS acumula mais de seis décadas de experiência na gestão e proteção dos recursos marítimos. Embora trate de questões de diferente natureza, a sua atividade principal estrutura-se em torno do Programa para o Estudo Regional do Fenómeno de El Niño no Pacífico Sudeste (ERFEN). Com efeito, este fenómeno, cujo primeiro registo data de finais do século XIX (1892), tem a sua origem na corrente ocasional e cíclica (estima-se que a cada 8 anos) de águas superficiais quentes localizadas no Oceano Pacífico que provoca fenómenos meteorológicos extremos. Quando o acontecimento provoca o arrefecimento dessas mesmas águas, passa a designar-se La Niña.

O Programa baseia a sua atividade (iniciada em 1976) na realização de investigações científicas que ajudem a prevenir e antecipar os efeitos que possam resultar dos fenómenos de El Niño e La Niña, e que favoreçam a conceção e aplicação de políticas de emergência e de adaptação tanto das atividades económicas que possam ser afetadas (pesca, agricultura e indústria, principalmente) quanto da população, para além de tudo o que respeita à melhor gestão dos ecossistemas e dos seus recursos. O Protocolo institucionaliza e consolida o Programa através da "promoção de cooperação científica e técnica" entre as 22 instituições designadas pelos países e do "alargamento das capacidades nacionais para a gestão e interpretação da informação, por forma a melhorar a capacidade de prognóstico do fenómeno El Niño e contribuir para a atenuação dos efeitos nocivos e aproveitamento dos efeitos benéficos".¹

Para que o Protocolo possa conciliar a visão global com o trabalho interdisciplinar e multinacional, deve dotar-se de um carácter institucional que esteja de acordo com os seus objetivos. O esquema que se segue explica quais são esses mecanismos institucionais (Unidade Executiva e de Coordenação; Comité Científico Regional; Comités Nacionais; e Instituições Especializadas); quem os integra (Secretaria-Geral da CPPS; instituições, especialistas e autoridades dos países), e qual a sua principal função (coordenação regional e internacional; coordenação interna dos países Membros; e produção de investigações que, fruto de colaborações científicas, devem orientar as políticas de prevenção e adaptação face ao fenómeno de El Niño).

MECANISMOS INSTITUCIONAIS



Fonte: SEGIB a partir de http://cpps-int.org/cpps-docs/erfen/PROTOCOLO_ERFEN.pdf

¹ http://cpps-int.org/cpps-docs/erfen/PROTOCOLO_ERFEN.pdf

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação e do Protocolo ERFEN (1992).

ANÁLISE SETORIAL DA COOPERAÇÃO SUL-SUL REGIONAL EM 2016

IV.4

Para completar a análise da CSS Regional na qual participaram os países ibero-americanos ao longo de 2016, passa-se a aplicar uma perspetiva setorial. Neste sentido, a identificação a respeito do tipo de capacidades fortalecidas no âmbito desta modalidade dá ideia, por um lado, de quais foram os problemas comuns que

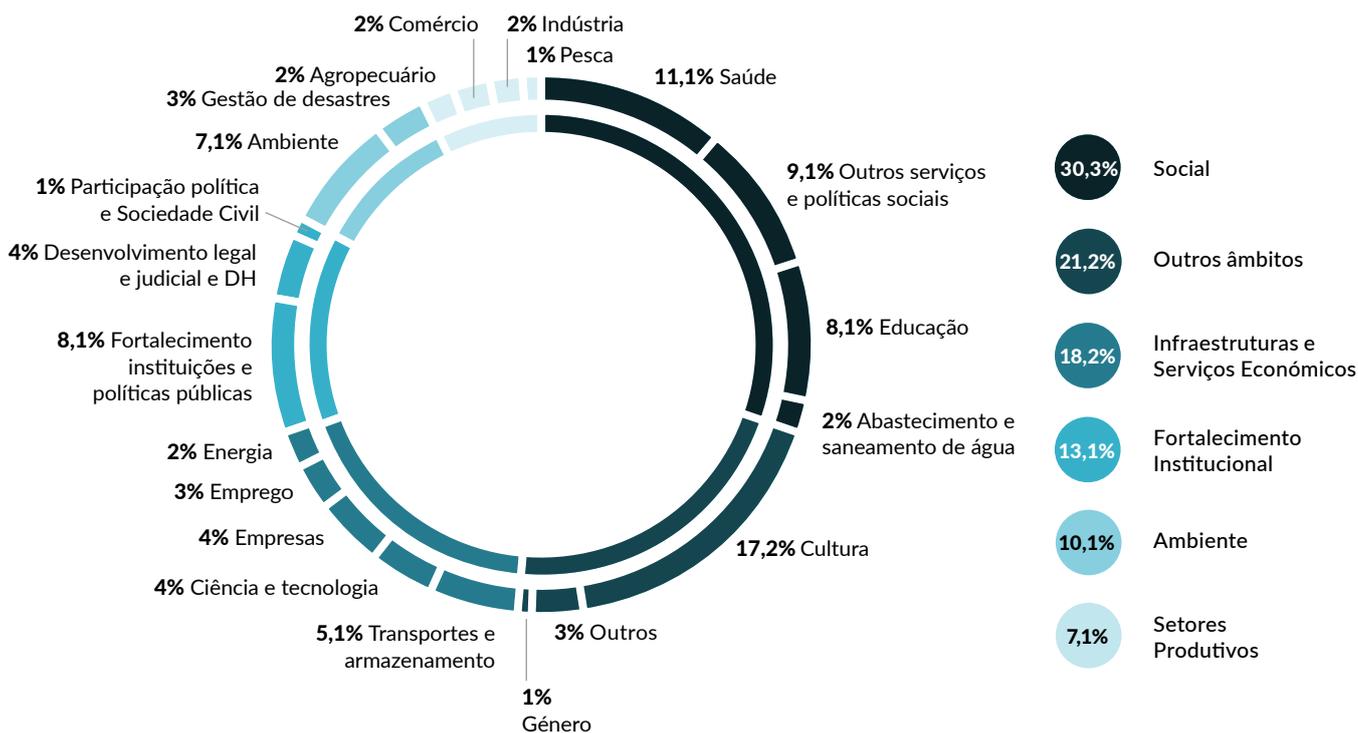
os países da região tentaram enfrentar e, por outro, do tipo de soluções que foram partilhadas e instrumentalizadas através da CSS.

Curiosamente, os resultados apontados por esta análise voltam a estar relacionados com a maior ou menor presença relativa dos organismos multilaterais. Com efeito, a participação destes agentes não só atribui um carácter institucional à cooperação, mas também, em muitas ocasiões, surge precisamente justificada pela sua natureza setorial e pela sua reconhecida experiência nas áreas da saúde, alimentação e gestão de catástrofes, apenas para citar algumas.

→ GRÁFICO IV.6

CAPACIDADES FORTALECIDAS NA CSS REGIONAL, CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E O ÂMBITO DE ATUAÇÃO. 2016

Em percentagem



Assim, o Gráfico IV.6 foi uma vez mais elaborado a modo de projeção solar, para distribuir os programas e projetos de CSS Regional de 2016 de acordo com o setor de atividade (círculo concêntrico exterior) e o âmbito de atuação (interior) aos quais atenderam.

Da sua observação depreende-se o seguinte:

- a) A maior parte (praticamente um terço) dos 46 programas e 53 projetos de CSS Regional nos quais os países ibero-americanos participaram ao longo de 2016, tentou responder coletivamente a um problema de carácter Social. Uma quarta parte (25,3%) fez o mesmo a partir de uma perspetiva Económica, focada principalmente no apoio à criação de Infraestruturas e serviços (18,2%), sendo a proporção dedicada aos Setores produtivos relativamente menor (7,1% do total das iniciativas registadas). Por sua vez, os programas e projetos classificados nos Outros âmbitos de atuação tiveram um peso muito considerável e equivalente a uma de cada cinco iniciativas. Isto explica-se pelo elevado peso da Cultura (17% do total dos programas e projetos), um valor que o situou como o setor com maior presença relativa em 2016. Completou o perfil, a cooperação dedicada ao Fortalecimento institucional (13,1%) e a dar resposta a um conjunto de problemáticas com uma forte componente Ambiental (10,1%).
- b) No âmbito Social, o setor com maior peso relativo (segundo no conjunto da CSS Regional de 2016), foi o da Saúde, atendido através de até 11 programas e projetos. Entre os seus conteúdos específicos, destacam-se os que foram abordados pelo Programa ARCAL com o objetivo de desenvolver medicamentos radiofarmacêuticos de aplicação em terapias contra o cancro, bem como de promover soluções científico-tecnológicas para melhorar o diagnóstico e tratamento de tumores pediátricos. Para além do cancro, a partir da CSS Regional, foi também abordada a forma de enfrentar a malária, bem como garantir a segurança nutricional e alimentar, especialmente no que respeita a grupos mais vulneráveis, tal como o da infância. Além disso, desenvolveram-se iniciativas para melhorar os sistemas de informação do setor, incluindo o que se refere à generalização de um modelo de gestão de histórias clínicas em versão eletrónica.
- c) No âmbito Social, foram ainda promovidas colaborações relacionadas com Outros serviços e políticas (9), Educação (8) e, mais pontualmente, Água (2 iniciativas). São de referir os programas e projetos que, com diferentes quadros institucionais, procuraram promover uma maior inclusão social na região, utilizando por vezes ferramentas como o desporto e a cultura e focando-se em grupos em situações de maior vulnerabilidade, tais como as crianças, jovens e idosos. De facto, os projetos associados à educação, para além de promoverem a alfabetização e a mobilidade académica, procuraram reforçar um sistema educativo que também deve estar ao serviço de uma maior inclusão. Finalmente, a cooperação dedicada à água combinou a melhor gestão dos recursos hídricos com o saneamento, especialmente em zonas urbanas.

PRATICAMENTE UM TERÇO DOS 46 PROGRAMAS E 53 PROJETOS
DE CSS REGIONAL NOS QUAIS OS PAÍSES IBARO-AMERICANOS
PARTICIPARAM AO LONGO DE 2016, TENTARAM RESPONDER DE FORMA
COLETIVA A UM PROBLEMA DE NATUREZA SOCIAL

d) Entretanto, 25% dos programas e projetos orientados para o fortalecimento da área Económica, foram diversificados em torno de 9 setores de atividade. Destacaram-se as 5 iniciativas dedicadas ao desenvolvimento de infraestruturas de Transporte (fundamentalmente reabilitação de estradas e vias férreas no âmbito do MERCOSUL); as 4 que atenderam à promoção de micro, pequenas e médias Empresas, especialmente nas sub-regiões da América Central e da Mesoamérica; as 4 que, a partir de diferentes

âmbitos institucionais (Ibero-América, OEA e OIEA), procuraram fortalecer o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia orientada para a aplicação económica; e as 3 dedicadas à melhoria das condições de criação de Emprego, destacando-se os trabalhos estatísticos que promovem a tomada de decisões e que contaram com a colaboração da CEPAL e da OIT. Com caráter pontual, registaram-se os programas e projetos que atenderam à Agricultura, Comércio, Indústria, Pescas e Energia.

QUADRO IV.2

O IBERMUSEUS E O FOMENTO DA ATIVIDADE MUSEOLÓGICA NA IBERO-AMÉRICA

O IBERMUSEUS é um programa de cooperação e integração dos países ibero-americanos coordenado pela Segib através do Espaço Cultural Ibero-Americano, cuja origem académica se verificou no I Encontro Ibero-Americano de Museus, realizado no Brasil em 2007. Nesse Encontro, representantes dos vinte e dois países da comunidade ibero-americana assinaram a Declaração de Salvador, constituindo assim a base da sua criação e a definição dos quadros de implementação de políticas públicas na área dos museus. Foi aprovado pela Cúpula Ibero-Americana de seu início às suas atividades em 2009, depois de se considerar 2008 como o ano Ibero-Americano dos museus.

A partir da sua origem, no âmbito da Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a Segib e o Programa passaram a considerar os museus como instituições dinâmicas, vivas e de encontro intercultural. O programa considerou ainda que os museus são espaços onde há que trabalhar com o poder da memória, que servem para o desenvolvimento das funções educativa e formativa e que funcionam como ferramentas para estimular o respeito pela diversidade cultural e natural, bem como para a valorização dos laços de coesão social das comunidades, algo especialmente relevante para o espaço ibero-americano.

LINHAS DE AÇÃO DO PROGRAMA IBERMUSEUS

- Apoio ao Património Museológico em Situação de Risco
- Observatório Ibero-Americano de Museus
- Programa de Formação e Capacitação
- Sustentabilidade das Instituições e Processos Museológicos Ibero-Americanos

Fonte: SEGIB a partir de <http://www.iber museos.org/es/>

Articulado em torno das quatro linhas de ação resumidas na tabela anexa, o principal objetivo do IBERMUSEUS reside no *"reforço da relação entre as instituições públicas e privadas e entre os profissionais do setor museológico de toda a região ibero-americana, promovendo a proteção e a gestão do património e a troca das experiências e do conhecimento produzido"* (IBERMUSEUS, 2017). Em conformidade com este objetivo, o IBERMUSEUS centra as suas ações no desenvolvimento de uma Rede Ibero-Americana de Museus que se consolida como espaço de intercâmbio e fortalecimento de políticas públicas para os museus, bem como na integração, modernização e desenvolvimento das instituições museológicas, posicionando a Ibero-América em reuniões setoriais e fóruns estratégicos internacionais.

Fonte: SEGIB a partir do IBERMUSEUS (2017) e da página digital <http://www.iber museos.org/es/>

- e) Tal já se referiu, o facto de uma em cada cinco iniciativas de CSS Regional ter sido classificada nos Outros âmbitos de atuação explica-se, principalmente, pelo peso considerável registado no setor da Cultura, o que justifica 17,2% da totalidade dos programas e projetos de 2016. Embora estas experiências tenham sido apoiadas por diferentes quadros institucionais (MERCOSUL, OEA e UNASUL), a maior parte desta cooperação justifica-se pelos Programas Ibero-Americanos, a partir dos quais são reforçados aspetos muito variados da Cultura da região (artes visuais, artes cénicas, bibliotecas, artesanatos, museus e memória sonora, apenas para citar alguns). De facto, o Quadro IV.2 apresenta de forma abreviada a experiência em torno do programa IBERMUSEUS. Por outro lado, nestes Outros âmbitos, devemos mencionar o projeto que, apoiado pela CEPAL, procura fortalecer as estatísticas relativas ao Género como ferramenta de promoção, conceção, monitorização e avaliação das políticas públicas promovidas nos países da região para tentar alcançar uma maior igualdade entre homens e mulheres.
- f) Por sua vez, 13,1% dos programas e projetos promovidos em 2016 na modalidade de CSS Regional, procuraram o Fortalecimento das instituições e políticas públicas. Mais uma vez, uma parte importante desta cooperação justificou-se pelo peso dos Programas Ibero-Americanos, entre os quais devemos destacar os que se ocupam da gestão e conservação de diferentes tipos de arquivos (RADI e ADAI); os que abordam o ordenamento do território, especialmente urbano e municipal (Protérios, CIDEU e UIM); e inclusivamente o próprio Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), cuja ação principal se centra, precisamente, no apoio às instituições máximas de direção da cooperação dos seus países membros. Devemos acrescentar, neste mesmo âmbito, as iniciativas promovidas para apoiar um maior e melhor acesso à Justiça, bem como as iniciativas que, acompanhadas pela OIT, procuraram promover, na perspetiva dos Direitos Humanos, a eliminação das piores formas de trabalho (especialmente infantil) e a promoção do emprego em condições mais dignas e com maior proteção social.
- g) Finalmente, uma em cada 10 iniciativas de CSS Regional de 2016, foi dedicada à procura de soluções partilhadas para problemas de carácter ambiental. Certamente a convicção de que estamos perante problemas globais, tais como as alterações climáticas, permite perceber que estamos face a um tipo de iniciativas em que a ação coletiva de um bloco de países fronteiriços ou que partilham um mesmo elemento geográfico, tende a ser uma constante. Neste sentido, identificam-se programas e projetos concebidos para promover ações na América Central e na Mesoamérica, ou em países que estão situados na própria Bacia do Pacífico ou que têm parte do seu território na Amazónia, para enfrentar a luta contra as alterações climáticas, a vulnerabilidade face às secas, e a prevenção e adaptação ao fenómeno cíclico de El Niño, apenas para citar alguns. Aqui também se incluem as iniciativas que, promovidas sob um ponto de vista de Gestão de catástrofes, estão muito relacionadas com o melhor tratamento dos fenómenos meteorológicos extremos que, cada vez com mais frequência, estão a afetar todo o planeta.

O SETOR DA CULTURA, REGISTOU
UM PESO CONSIDERÁVEL,
JUSTIFICANDO 17,2% DO TOTAL
DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE
CSS REGIONAL DE 2016

A COOPERAÇÃO SUL-SUL REGIONAL EM 2016: A SUA POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

IV.5

O Gráfico IV.7 foi elaborado para distribuir as praticamente 100 iniciativas de CSS Regional nas quais os países ibero-americanos declararam participar ao longo de 2016, conforme a sua possível contribuição para cada um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que integram a Agenda 2030. Assim, e recorrendo novamente a um gráfico polar, atribui-se a cada um dos ODS, ordenados por ordem crescente conforme o sentido dos ponteiros do relógio, o número total de programas e projetos que atenderam, fundamentalmente, esse objetivo, aqui designado como "principal".

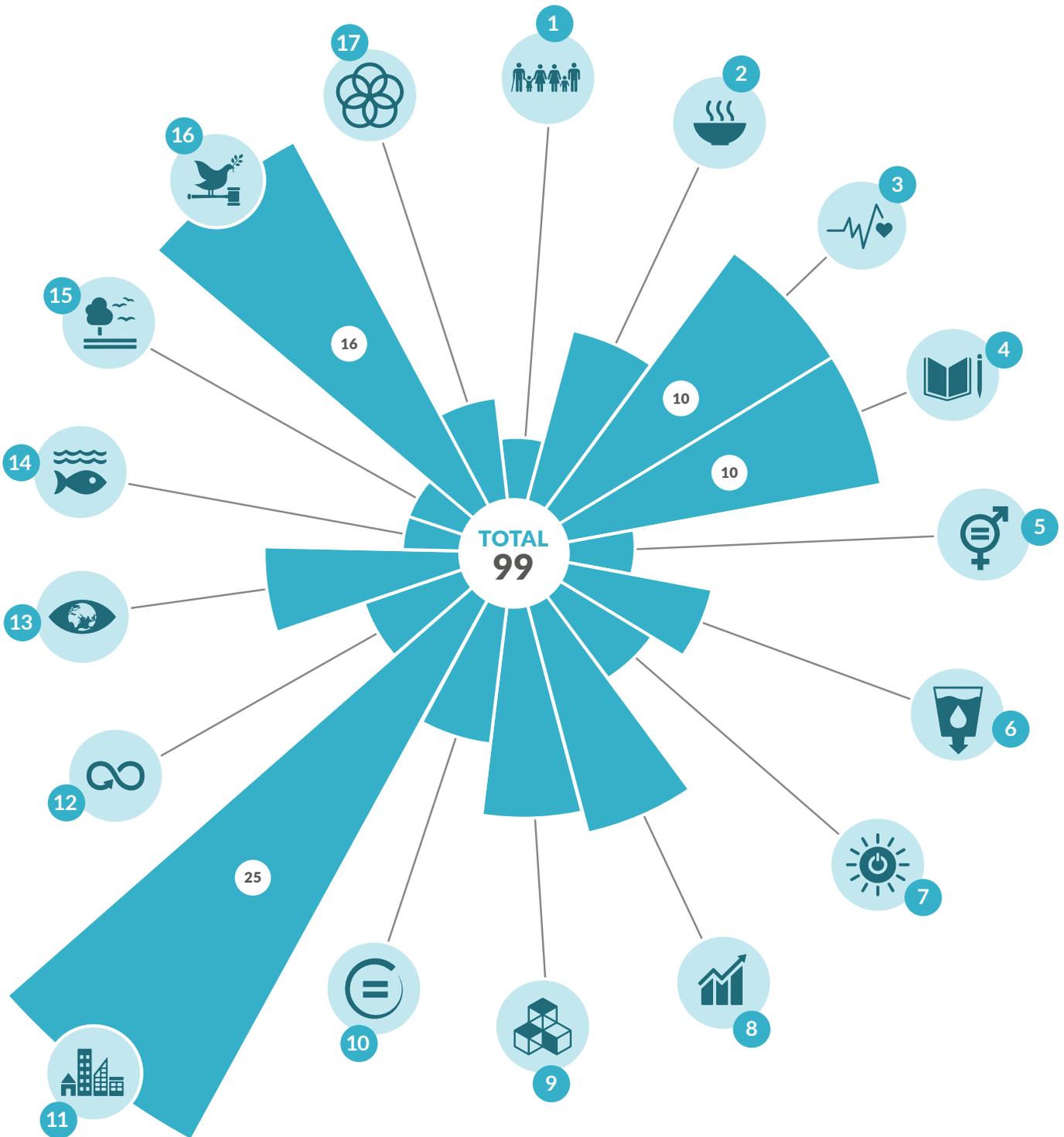
Da sua observação depreende-se o seguinte:

- a) Uma grande parte (mais de 60%) da CSS Regional de 2016 esteve preferencialmente alinhada em torno de quatro dos 17 dos Objetivos de Desenvolvimento: tratou-se dos ODS 11, 16, 3 e 4, relativos às Cidades sustentáveis, Instituições sólidas, Saúde e Ensino de qualidade. Os restantes 40% dos programas e projetos regionais de 2016 foram distribuídos em torno dos restantes ODS, a maior parte deles através de intervenções de carácter pontual, à exceção dos ODS 8 e 9, (Trabalho decente, crescimento e Indústria), ODS 13 (Ação pelo clima) e ODS 2 (Fome zero), para os quais o número de iniciativas oscilou entre 4 e um máximo de 7.
- b) O facto de que um em cada quatro programas e projetos de 2016 estivessem preferencialmente alinhados com o ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis), justifica-se por uma combinação de iniciativas que atenderam, por um lado, ao ordenamento dos territórios (especialmente na sua vertente urbana e municipal); e por outro, à mobilidade através do melhoramento de estradas e caminhos-de-ferro; bem como à cultura, um setor subvalorizado na Agenda 2030, mas cuja promoção contribui, com toda a certeza, para construir cidades e aglomerações humanas mais inclusivas, seguras e sustentáveis.
- c) Por sua vez, 16 dos 99 programas e projetos de CSS Regional declarados pelos países ibero-americanos em 2016, contribuíram para a consecução do ODS 16 (Paz, justiça e instituições sólidas). Incluem-se aqui as iniciativas que trabalharam numa perspetiva regional para melhorar o acesso da população à justiça; as que apoiaram a formação e a melhor capacitação dos diplomatas e funcionários públicos em geral; bem como todas as que, fortalecendo a produção de indicadores e estatísticas, contribuíram por sua vez para melhorar a capacidade dos decisores para promover a conceção e implementação de instituições e políticas públicas mais eficazes.
- d) Entretanto, registaram-se 20 iniciativas que, em proporções semelhantes, tenderam a ficar alinhadas com os ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 4 (Ensino de qualidade). Entre estas destacaram-se, por um lado, as que promoveram a investigação e o desenvolvimento de técnicas e medicamentos que permitam avançar na deteção precoce e no tratamento de doenças como o cancro, a malária ou a sarcopenia. A estas devemos acrescentar as que fortaleceram as instituições e políticas próprias do setor, através, por exemplo, de agências de regulamentação de medicamentos ou do alargamento dos sistemas de informação e gestão eletrónica com os dados clínicos dos pacientes. Por outro lado, no que respeita ao ODS 4, encontram-se os programas e projetos dedicados à alfabetização, formação de docentes e mobilidade académica e estudantil, assim como os que promoveram sistemas educativos mais inclusivos.
- e) Houve ainda 13 iniciativas que, de forma agregada, estiveram alinhadas com os ODS 8 e 9, relacionados com os temas de emprego, indústria, inovação, infraestruturas e crescimento económico. Neste caso, devemos destacar a CSS Regional que foi impulsionada para promover o trabalho decente e erradicar o trabalho infantil; a que fomenta o empreendedorismo e as micro e PME; bem como todas as que apoiam o desenvolvimento de progressos científicos e tecnológicos com clara aplicação económica. Além disso, não mais de 10 iniciativas relativas, por um lado, à luta contra as alterações climáticas e, por outro lado, à segurança alimentar promovida, em geral, através da atividade agrícola e das pescas, justificam o alinhamento da cooperação de 2016 com os ODS 13 (Ação pelo clima) e 2 (fome zero).
- f) A restante CSS Regional de 2016 teve um carácter mais pontual, com um total de 15 iniciativas que chegaram a estar alinhadas com 8 ODS diferentes. Vale a pena referir os 3 programas que incidiram na redução da desigualdade, através de ações focadas preferencialmente nos jovens e nos idosos e que, em consequência, estiveram alinhados com o ODS 10. Neste sentido, o facto de que, relativamente a alguns ODS, tais como o 5 (Igualdade de género) ou o 2 (Fim da pobreza), haja apenas algumas ações com carácter pontual, também dá a ideia da necessidade de promover novos programas e projetos de cooperação que, sobre novas temáticas, contribuam para que a região continue a avançar para a consecução da Agenda 2030.

→ GRÁFICO IV.7

DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE CSS REGIONAL, CONFORME A SUA POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO PARA UM ODS PRINCIPAL. 2016

Em unidades

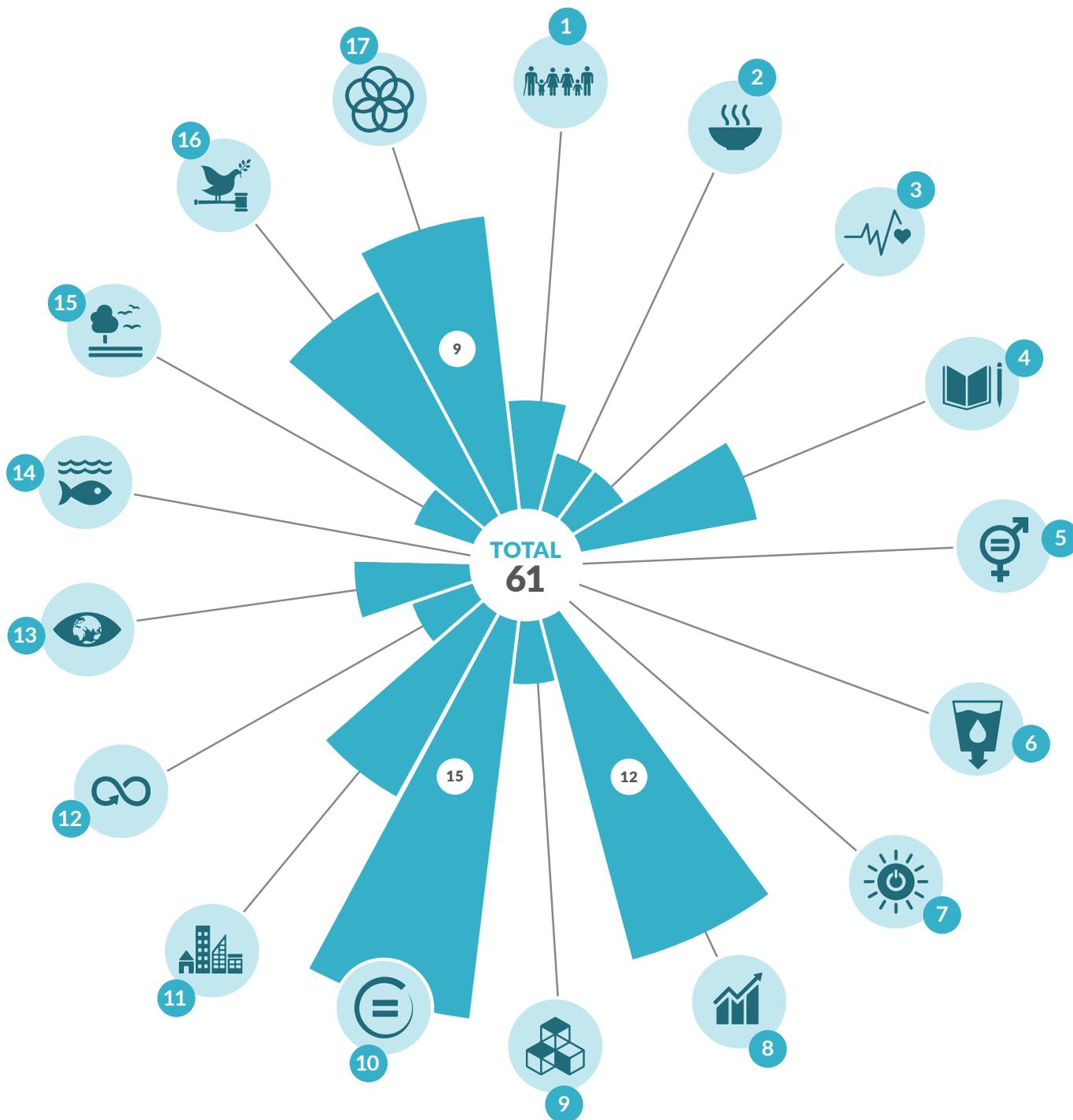


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

→ GRÁFICO IV.8

DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE CSS REGIONAL,
CONFORME A SUA POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO PARA UM ODS SECUNDÁRIO. 2016

Em unidades

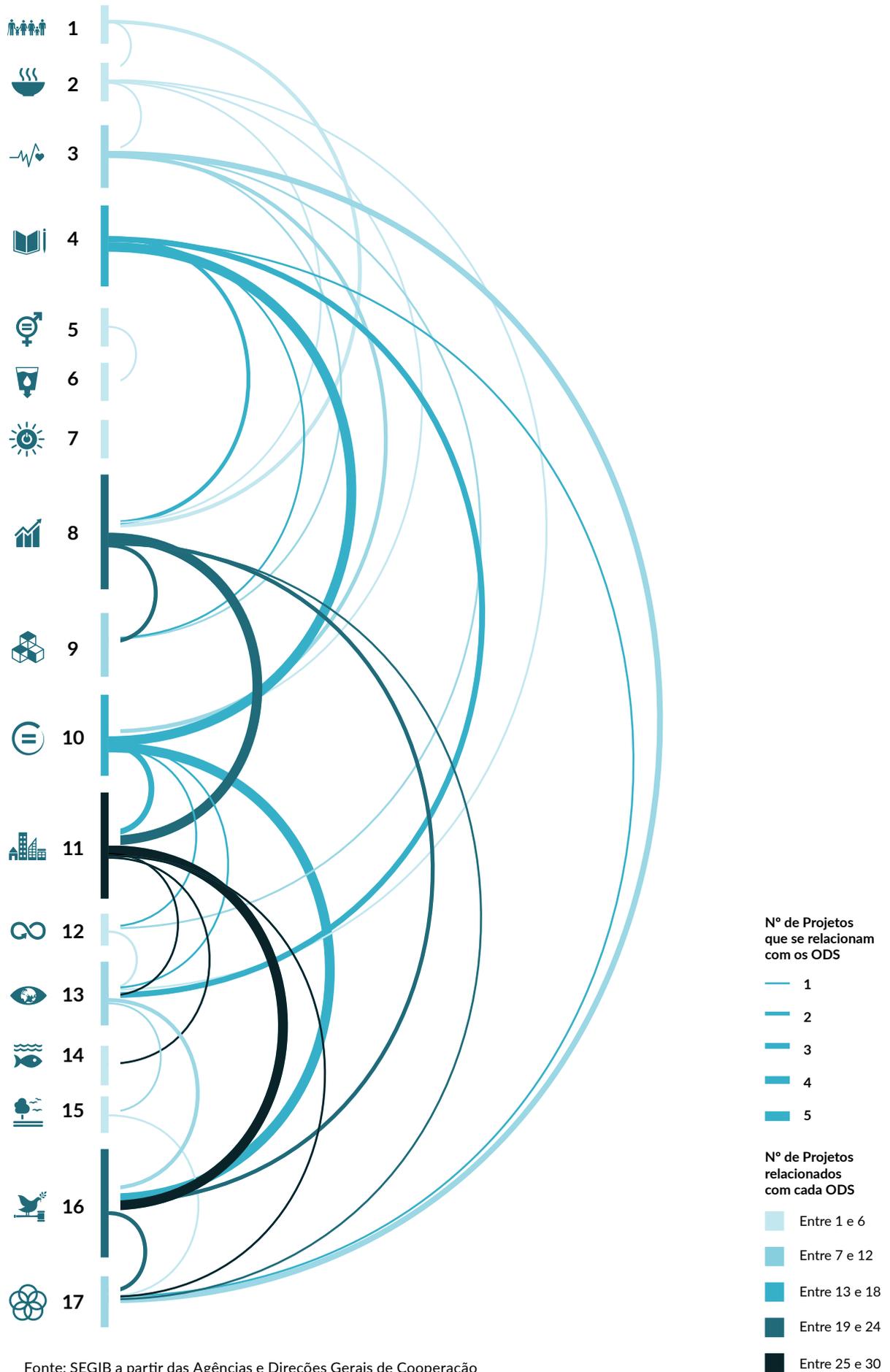


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

→ DIAGRAMA IV.1

DISTRIBUIÇÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DE CSS REGIONAL, CONFORME A SUA POSSÍVEL CONTRIBUIÇÃO PARA DOIS ODS E A RELAÇÃO QUE SE ESTABELECE ENTRE ELES. 2016

Em unidades



De qualquer modo, e tal como nos capítulos anteriores, a análise da forma como a CSS se pode alinhar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, deve ser completada com informações relativas à possibilidade de se estar, por sua vez, a contribuir para um ODS "secundário". Para este efeito, foram elaborados os Gráficos IV.7 e o Diagrama IV.1, que mostram, por um lado, quais foram os ODS secundários, e por outro lado, como estes estiveram relacionados com os objetivos que foram previamente considerados "principais".

Da observação conjunta de ambas as figuras, depreendem-se as seguintes questões:

- a) Aproximadamente dois terços da CSS Regional promovida em 2016 atenderam à consecução de, pelo menos, dois Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Entre os ODS que emergiram com força quando foram tratados como ODS "secundários", devemos destacar todos os que, no fundo, tiveram um certo caráter de transversalidade ou de impacto "indireto". Neste sentido, embora em primeiro lugar se estivesse a incidir noutros aspetos, a tendência foi para que grande parte destas iniciativas (cerca de metade, de forma agregada) contribuíssem para os ODS 10 (Redução das desigualdades) e 8 (Crescimento económico), enquanto que 25% tiveram impacto no fortalecimento das instituições (ODS 16) e nos meios de implementação da Agenda 2030 (ODS 17).
- b) De forma mais pormenorizada, a título ilustrativo e tal como se observa no Diagrama IV.1, as contribuições para o ODS 10 chegaram de programas e projetos que incidiram, primeiro nos ODS 4 (através do apoio a um sistema educativo mais inclusivo) e no ODS 3 (na sequência de uma cooperação que, fortalecendo a saúde, esteve por sua vez focada em grupos mais vulneráveis, como os idosos ou as pessoas com deficiência). Do mesmo modo, contribuíram secundariamente para o crescimento económico e para o ODS 8, as iniciativas cujo objetivo principal foi a indústria em geral (ODS 9) ou alguma em particular, caso da iniciativa cultural associada em primeiro lugar ao ODS 11.
- c) Além disso, o alinhamento "secundário" da CSS com o ODS 16 surgiu em todos os programas e projetos que, partindo de problemas iniciais díspares (ODS 10, 11 e 13), conseguiram fortalecer e melhorar a eficácia das instituições públicas. Devemos ainda mencionar o ODS 17, a que se chegou, por um lado, através de todas as iniciativas que têm impacto numa melhor prestação de contas através da produção de indicadores e estatísticas relativas ao género, saúde e trabalho; e por outro lado, através, por exemplo, do programa ibero-americano que fortalece a própria CSS e que previamente teve impacto no ODS 16.

MAIS DE 60% DA CSS REGIONAL DE 2016 ESTEVE PREFERENCIALMENTE ALINHADA EM TORNO DE QUATRO DOS 17 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: TRATOU-SE DOS ODS 11, 16, 3 E 4, RELATIVOS A CIDADES SUSTENTÁVEIS, INSTITUIÇÕES SÓLIDAS, SAÚDE E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE QUALIDADE

→ TABELA IV.1

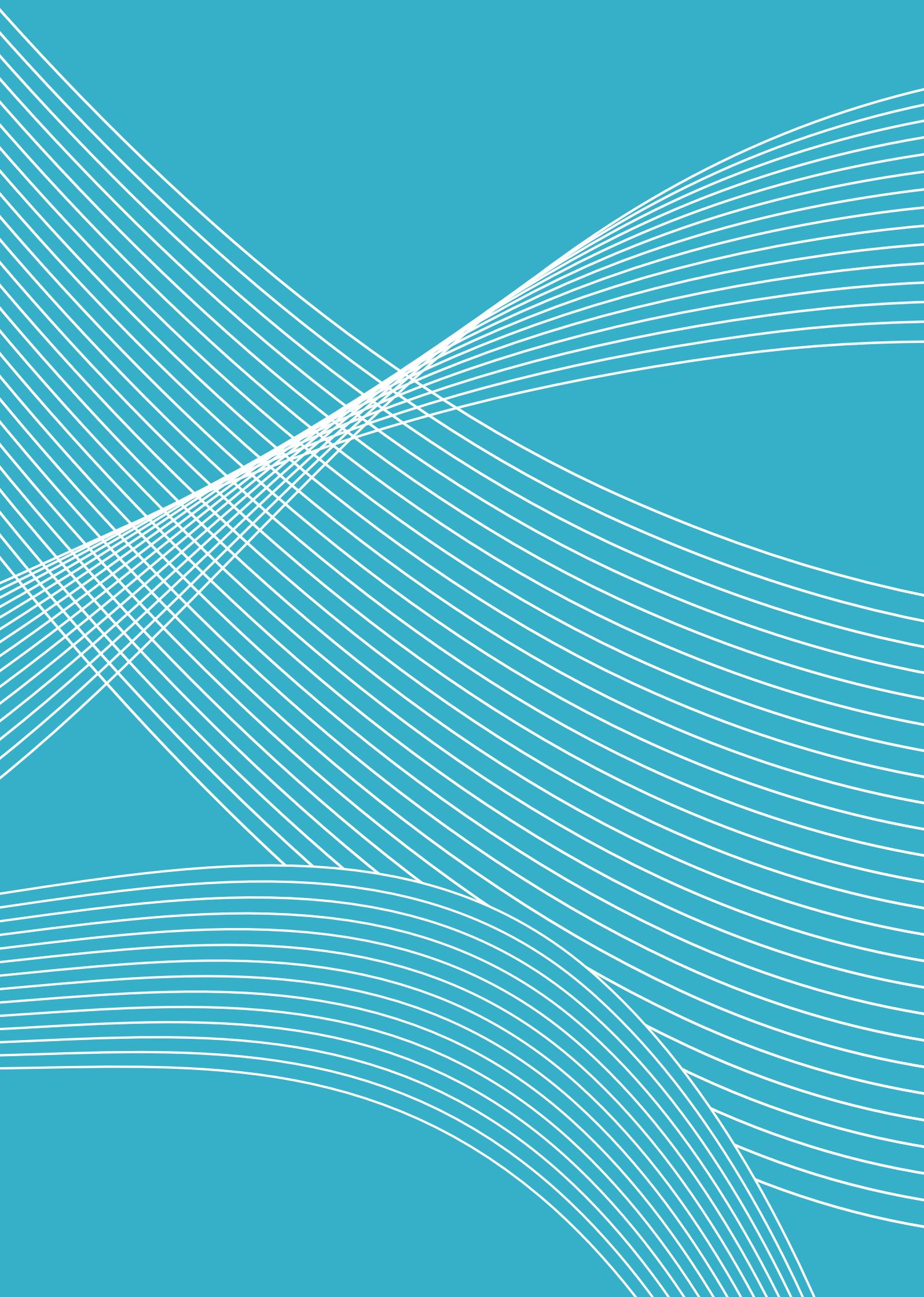
PROGRAMAS E PROJETOS DE CSS REGIONAL CONFORME O QUADRO INSTITUCIONAL EM QUE SÃO EXECUTADOS. 2016

Quadro institucional	Título	Tipo
ACS-AEC	Fortalecimento de Capacidades Hidrográficas da Mesoamérica e do Mar do Caribe (FOCAHIMECA)	Projeto
	Cooperação Científica em Matéria de Alterações Climáticas na Aliança do Pacífico: Rede de investigação científica em matéria de alterações climáticas	Programa
Aliança do Pacífico (AP)	Diplomacia desportiva ao serviço da inclusão social, da convivência pacífica e do diálogo intercultural entre meninos, meninas e jovens dos países da Aliança do Pacífico	Projeto
	Plataforma de Mobilidade Estudantil e Académica da Aliança do Pacífico	Programa
	Voluntariado Internacional Aliança do Pacífico	Programa
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	Melhoria dos sistemas de produção animal com ênfase na criação de gado para produção de leite na Região Andina no contexto das alterações climáticas	Projeto
	Promover a resiliência dos sistemas produtivos para diminuir a vulnerabilidade de famílias de pequenos produtores através da valorização de culturas andinas esquecidas	Projeto
	REDE PARA O DESENVOLVIMENTO DOS REGISTOS DE SAÚDE ELETRÓNICOS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE	Projeto
CEPAL	Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de Género da Conferência de Estatística das Américas	Programa
CEPAL/OIT	Grupo de Trabalho sobre Classificações Internacionais (CTGI)	Programa
	Grupo de Trabalho sobre Indicadores do Mercado Laboral da Conferência de Estatística das Américas	Programa
Comunidade Andina (CAN)	Programa Regional Andino para o Fortalecimento dos serviços Meteorológicos, Hidrológicos, Climáticos e o Desenvolvimento (PRASDES)	Programa
	Trânsito Internacional de Mercadorias (TIM) no Grande Caribe.	Projeto
	CIDEU - Programa Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano	Programa
	CYTED - Programa de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento	Programa
	IBEPI - Programa Ibero-Americano de Propriedade Industrial e Promoção do Desenvolvimento	Programa
	IBERARQUIVOS/ADAI - Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Arquivos Ibero-Americanos	Programa
	IBERCULTURA Viva e Comunitária	Programa
	IBERCENA - Programa de Desenvolvimento e Apoio à Construção do Espaço Cénico Ibero-Americano	Projeto
	IBERJOVENS	Programa
	IBEREMÉDIA - Programa de Desenvolvimento Audiovisual de Apoio à Construção do Espaço Ibero-Americano	Programa
	IBERMEMÓRIA Sonora e Audiovisual	Programa
	IBERESCENA - Programa de Desarrollo en Apoyo a la Construcción del Espacio Escénico Iberoamericano	Programa
	IBERJÓVENES	Projeto
	IBERMEDIA - Programa de Desarrollo Audiovisual en Apoyo a la Construcción del Espacio Iberoamericano	Programa
	IBERMEMORIA Sonora y Audiovisual	Programa
	IBERMUSEUS	Programa
	IBERMÚSICAS - Programa de Fomento das Músicas Ibero-Americanas	Programa
	IBERORQUESTRAS JUVENIS - Programa de Apoio à Construção do Espaço Musical Ibero-Americano	Programa
	IBERQUALITAS - Projeto Adstrito de Qualidade	Projeto
	IBER-ROTAS	Programa
Conferência Ibero-Americana	Pablo Neruda: Programa Ibero-Americano de Mobilidade Académica de Pós-Graduações	Programa
	Paulo Freire de Mobilidade Académica para Estudantes de Programas Universitários de Formação de Professores	Projeto
	PIAJ - Programa Ibero-Americano de Acesso à Justiça	Programa
	PIALV: Plano Ibero-Americano de Alfabetização e Aprendizagem ao longo da vida 2015-2021	Programa
	PIFCSS - Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul	Programa

Marco institucional	Título	Tipo
	Programa Ibero-Americano Rede de Bancos de Leite Humano	Programa
	Programa Ibero-Americano sobre a Situação dos Idosos na Região	Programa
	PROTERRITÓRIOS - Programa Ibero-Americano de Cooperação em Gestão do Território	Programa
	TEIB - Programa Televisão Ibero-Americana	Programa
	Rede de Arquivos Diplomáticos Ibero-Americanos (RADI)	Programa
	TETO - Jovens por uma Ibero-América sem pobreza	Projeto
	União Ibero-Americana de Municipalistas (UIM)	Programa
CPPS	Protocolo sobre o Programa para o Estudo Regional do Fenómeno de El Niño no Pacífico Sudeste (ERFEN)	Programa
FAO	Projeto de Ativação dos Serviços de Consolidação da Rede de Aquicultura das Américas (RAA)	Projeto
	Acompanhamento da Cooperação Técnica Regional e de Cursos Plurirregionais	Projeto
	Desenvolvimento de capacidades e infraestruturas para classificadores informais de resíduos em localidades do interior do Uruguai (PUC)	Projeto
	Economia social de fronteira	Projeto
	Internacionalização da especialização produtiva - desenvolvimento e capacitação tecnológica dos setores de software, biotecnologia e eletrônica e das respetivas cadeias de valor. 2ª etapa	Projeto
MERCOSUL	Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos no MERCOSUL: fortalecimento institucional para a sua definição e desenvolvimento.	Projeto
	Investigação, Educação e Biotecnologias Aplicadas à Saúde	Projeto
	Reabilitação de Vias-Férreas linha Rivera: troço Pintado (Km 144) - Fronteira (Km 566)	Projeto
	Reabilitação de Vias-Férreas II (troços Piedra Sola - Tres Árboles - Algorta - Paysandú, Queguay - Salto - Salto Grande)	Projeto
	Reabilitação da Rota 8 Trinta e Três - Melo / Troço I: Km 310 ao Km 338	Projeto
	Reabilitação da Rota 8 Trinta e Três - Melo / Troço II: Km 310 ao Km 393,1	Projeto
	Saneamento urbano integrado Aceguá-Brasil e Aceguá-Uruguai	Projeto
	Elaboração e implementação da Conta Satélite da Cultura (CSC) nos países da área andina	Projeto
Organização dos Estados Americanos (OEA)	Fortalecimento dos Institutos Nacionais de Metrologia no Hemisfério, um elemento essencial para o desenvolvimento da infraestrutura nacional de Qualidade	Projeto
	Rede Inter-Americana de Educação Docente (RIED)	Programa
	Virtual Educa	Programa
Organização Internacional para a Energia Atômica (OIEA)	Apoio ao desenvolvimento de medicamentos radiofarmacêuticos terapêuticos produzidos regionalmente para a terapia do cancro através do intercâmbio de capacidades, conhecimentos, melhoria de instalações, treino e trabalho em redes regionais (ARCAL CXXXVII)	Projeto
	Apoio ao diagnóstico e tratamento de tumores em doentes pediátricos (ARCAL CXXXVIII)	Projeto
	Fortalecimento do quadro regulamentar nacional e capacidades técnicas para a gestão de resíduos radioativos	Projeto
	Melhoramento da qualidade de vida dos idosos através do diagnóstico precoce da Sarcopenia	Projeto
Organização Internacional do Trabalho (OIT)	Cooperação Sul-Sul para a promoção do desenvolvimento sustentável por meio do trabalho decente e da proteção social	Projeto
	Iniciativa Regional América Latina e Caribe Sem Trabalho Infantil	Programa
Organização Pan-Americana da Saúde (OPS)	Rede Latino-Americana e Caribenha para o Fortalecimento dos Sistemas de Informação da Saúde (RELACSYS)	Programa
OTCA	Projeto Amazonas: Ação Regional na Área de Recursos Hídricos	Projeto
Programa Mesoamericano (Eixo Colômbia)	Estratégia regional de desenvolvimento e fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas	Projeto

Marco institucional	Título	Tipo
Programa Mesoamericano (Eixo México)	Centro de Serviços Climáticos para a Mesoamérica e o Caribe (Fase II)	Projeto
	Cooperação Técnica para o Desenvolvimento de Sistemas Educativos Inclusivos na Região Mesoamericana (Programa 2016-2017)	Projeto
	Corredor Biológico Mesoamericano (CBM)	Programa
	Fortalecimento de capacidades para reduzir a vulnerabilidade perante os efeitos da seca na região Mesoamericana	Projeto
	Fortalecimento de Capacidades de Regulamentação de Medicamentos das Agências de Saúde da Mesoamérica	Projeto
	Tratamento de Informação territorial e setorial para a Gestão Integral de Risco de Catástrofes na Mesoamérica, como contributo imprescindível para o desenvolvimento seguro e competitivo na América Central	Projeto
	Prevenção da Deficiência, resultado de doenças não transmissíveis	Projeto
	Projeto Integral de Educação Inclusiva na Região Mesoamericana (renovação de carteira de projetos 2013/2014)	Projeto
Projeto de Integração e Desenvolvimento da Mesoamérica (PM)	Janela Educativa	Projeto
	Agenda Mesoamericana de Integração dos Serviços de Telecomunicações (AMIST)	Projeto
	Estratégia Mesoamericana de Sustentabilidade Ambiental (EMSA)	Projeto
	Sistema de Interligação Elétrica para os Países da América Central, SIEPAC	Projeto
Sistema Centro-Americano de Integração Económica (SICA)	Programa Mesoamericano para a Utilização Racional e Eficiente da Energia, PMUREE	Programa
	Estratégia Regional SICA Empreende	Programa
	Fortalecimento de políticas públicas para a consolidação dos ecossistemas nacionais de empreendedorismo na Mesoamérica	Projeto
	Plano Trifino	Programa
	Programa Regional de Formação Policial do Plano Diretor de Formação Regional de Justiça e Segurança	Programa
	Programa Regional de Segurança Alimentar e Nutricional para a América Central (PRESANCA II)	Programa
	Projeto de Desenvolvimento de Capacidades para a Gestão de Riscos de Catástrofes na América Central (BOSAI Fase II)	Projeto
	Segurança marítima e gestão de emergência (administração da orla costeira)	Projeto
UIM	Sistema regional de informação das Micro e PME da América Central e República Dominicana	Projeto
	Transporte Marítimo de Curta Distância no Grande Caribe (TMCD)	Projeto
UNASUL	Programa de formação de altos dirigentes e funcionários ibero-americanos em governo e gestão local. UIM	Programa
	Bienalsul - Bienal Internacional de Arte Unasul (BIAU)	Projeto
Outros	Assédio político feminino: introdução de medidas e protocolos em organizações políticas das Nações Sul-Americanas do Peru, Bolívia e Equador.	Projeto
	Fundo para a Investigação Académica do México, das Américas e do Mundo 2016-2017. Estudo de Opinião Pública e de Líderes sobre Políticas Externas e Relações Internacionais.	Projeto
	Iniciativa Amazónica contra a Malária (IAM)	Programa
	Programa Internacional de Capacitação Eleitoral	Programa
	Rede de Convergência Científico-Tecnológica da FOCALAE	Projeto
Retina Latina: Plataforma de Cinema Latino-Americano	Projeto	

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação





V

Capítulo

A Ibero-América e a Cooperação Sul-Sul com outras regiões em desenvolvimento

No âmbito do Conselho Intergovernamental do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), realizado em Cartagena das Índias (Colômbia) em finais de 2015, os países ibero-americanos mandataram a SEGIB para incorporar um novo capítulo no *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*.

Tratava-se de gerar um espaço a partir do qual abordar a Cooperação Sul-Sul que a Ibero-América estivesse a intercambiar não só, internamente, mas também em conjunto com outras regiões em desenvolvimento. De facto, e até essa altura, esse olhar tinha-se limitado ao caso do Caribe não Ibero-Americano o qual, pela sua especial proximidade, tinha sido analisado desde a primeira edição.

Dando seguimento a esse mandato, o presente capítulo realiza uma aproximação à Cooperação Sul-Sul na qual a Ibero-América participou em 2016 em conjunto com outras regiões em

desenvolvimento. Para isso, são levadas em conta as três modalidades (bilateral, triangular e regional) reconhecidas no espaço ibero-americano e são agregados os resultados correspondentes para os associar a cada uma das regiões consideradas: em concreto, o já mencionado Caribe não Ibero-Americano, África, Ásia, Oceânia e Médio Oriente. Neste sentido, cada secção do capítulo identifica, para cada região, as iniciativas intercambiadas com a Ibero-América em 2016, as modalidades nas quais foram executadas, quem foram os seus protagonistas e no exercício de que papéis, bem como o tipo de capacidades que foram fortalecidas.

→ MATRIZ V.1

INICIATIVAS DA CSS BILATERAL, TRIANGULAR E REGIONAL DA IBERO-AMÉRICA EM CONJUNTO COM OUTRAS REGIÕES EM DESENVOLVIMENTO. 2016

Em unidades

Regiões em desenvolvimento	CSS Bilateral	Cooperação Triangular	CSS Regional	Total
África	88	1	2	91
Ásia	59	0	1	61
Caribe não ibero-americano	90	12	28	130
Oceânia	10	0	0	10
Médio Oriente	17	0	0	17
Várias regiões	1	3	2	6
Total	265	16	33	314

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

No entanto, e antes de proceder ao tratamento diferenciado do que aconteceu com cada uma dessas regiões, convém ter uma visão global do que aconteceu ao longo de 2016. Para este efeito, foi elaborada a Matriz V.1, a qual permite conhecer o número de iniciativas (ações, projetos e programas) intercambiadas pela Ibero-América com cada uma dessas regiões, distinguindo, por sua vez, a modalidade através da qual foram realizados os diferentes intercâmbios.

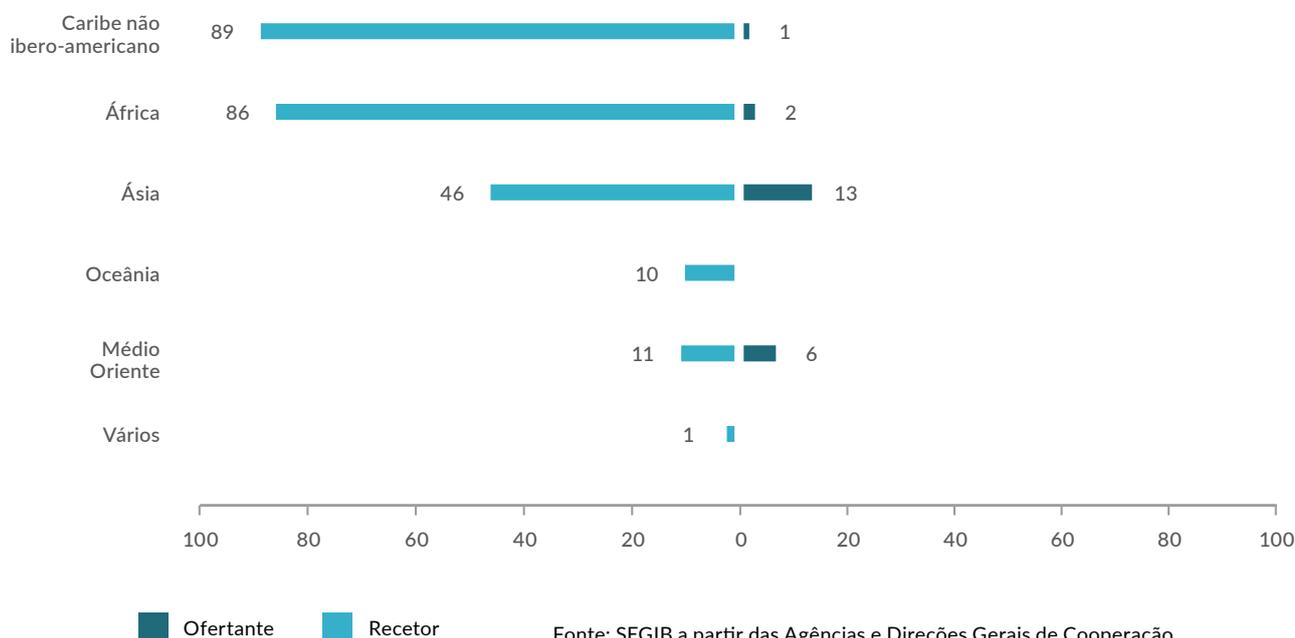
Da sua observação depreende-se o seguinte:

- a) Ao longo de 2016, os países ibero-americanos participaram, em conjunto com outras regiões em desenvolvimento, em praticamente 315 ações, projetos e programas de Cooperação Sul-Sul.
- b) A maior parte dessas iniciativas (130, equivalentes a mais de 40% do total), aconteceram com países pertencentes ao Caribe não Ibero-Americano. Os intercâmbios com a África e a Ásia foram também muito significativos chegando a explicar, respetivamente, cerca de 30% e 20% do total das iniciativas registadas. Consequentemente, três regiões focaram-se em cerca de 90% das 314 ações, projetos e programas em 2016. Os 10% restantes justificaram-se fundamentalmente pela soma da CSS realizada em conjunto com a Oceânia e o Médio Oriente, à qual é preciso acrescentar 6 iniciativas nas quais participaram mais de
- c) Além disso, a maioria (265 intercâmbios), equivalentes a praticamente 85% da totalidade dos que foram promovidos pela Ibero-América em conjunto com países de outras regiões em desenvolvimento, foram executados através da Cooperação Sul-Sul Bilateral; uma modalidade que também foi claramente maioritária para cada uma das regiões contempladas, oscilando a sua representação entre o mínimo de 70% do Caribe e o máximo de 100% da Oceânia e Médio Oriente. Entretanto, os 15% restantes decorreram sob as modalidades regional e triangular, numa proporção em que as primeiras (33) foram o dobro das segundas (16).
- d) O Gráfico V.1 complementa a informação anterior ao separar os intercâmbios mantidos com cada região na modalidade da CSS Bilateral, conforme o papel que foi exercido. Neste sentido, e tal como se observa, nos intercâmbios com outras regiões, a Ibero-América tendeu a exercer preferencialmente o papel de ofertante, sendo assim em 100% das iniciativas promovidas em conjunto com a Oceânia e em praticamente 99% das realizadas com o Caribe não Ibero-Americano. Entretanto, a Ásia exerceu o papel de ofertante em 2 de cada 10 das iniciativas bilaterais que intercambiou com a Ibero-América e, em uma de cada três, com o Médio Oriente.

→ GRÁFICO V.1

INICIATIVAS DA CSS BILATERAL ENTRE A IBERO-AMÉRICA E OUTRAS REGIÕES EM DESENVOLVIMENTO, CONFORME O PAPEL. 2016

Em unidades



AO LONGO DE 2016, OS PAÍSES IBERO-AMERICANOS PARTICIPARAM, A PAR DE OUTRAS REGIÕES EM DESENVOLVIMENTO, EM PRATICAMENTE 315 AÇÕES, PROJETOS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO SUL-SUL. MAIS DE 40% DO TOTAL DESSAS INICIATIVAS FORAM REALIZADAS COM PAÍSES PERTENCENTES AO CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO E OS INTERCÂMBIOS COM A ÁFRICA E ÁSIA JUSTIFICARAM, RESPECTIVAMENTE, CERCA DE 30% E 20% DO TOTAL DAS INICIATIVAS REGISTRADAS

CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO

V.1

Tal como se viu na Matriz V.1, mais de 40% do total das 314 iniciativas que a Ibero-América intercambiou em conjunto com outras regiões em desenvolvimento tiveram como parceiro preferencial o Caribe não Ibero-Americano. Mais em pormenor, tratou-se de 130 ações, projetos e programas que foram executados maioritariamente através da CSS Bilateral (7 em cada 10) e, em menor medida, nas modalidades de CSS Regional (uma quinta parte) e Triangular (10% do total). No entanto, é preciso acrescentar a estas últimas, três ações que contaram com a participação simultânea de países do Caribe não Ibero-Americano e de África (2) e Ásia (1) e que, na Matriz V.1, não foram calculadas unicamente para o Caribe, mas associadas a um genérico "vários".

Neste sentido, e no que se refere às 90 iniciativas que a Ibero-América e os países do Caribe promoveram na modalidade bilateral, 85% destas foram postas em prática através de projetos de CSS, enquanto os restantes 15% o fizeram através de ações. Além disso, e praticamente na sua totalidade, os países ibero-americanos exerceram o papel de ofertante, enquanto que os países caribenhos exerceram o papel de recetor. A única exceção foi a de uma ação intercambiada entre a Jamaica e a Colômbia, na qual os papéis se invertem.

Para ilustrar o atrás exposto, foi elaborado o Mapa V.1 que distribui, para 2016, o total de projetos da CSS Bilateral (76) através dos quais a Ibero-América transferiu capacidades para os países pertencentes ao Caribe não Ibero-Americano. Para isso, cada um dos países caribenhos aparece com uma cor que varia conforme o volume de projetos recebidos, tal como indicado na legenda. O Mapa é complementado com uma relação dos países da Ibero-América que ofereceram essa CSS, em conjunto com o número de projetos totais que cada um partilhou com os seus parceiros do Caribe.

Da observação do Mapa V.1, depreende-se que:

- a) Dos 19 países da América Latina que podem participar nesta modalidade, menos de metade (8) registaram intercâmbios com o Caribe não Ibero-Americano. O país que, num maior número de ocasiões (em mais de 40%), exerceu o papel de ofertante de projetos da CSS Bilateral para esta região foi Cuba. Outro parceiro importante no exercício deste papel foi o México, um país que justificou até 25% das 76 iniciativas registadas. Seguiu-os, por ordem de importância relativa, a Argentina, que foi responsável pela execução de praticamente um em cada cinco projetos. Os outros quatro países tiveram uma participação mais pontual. Tratou-se do Chile e da Colômbia, com 3 projetos oferecidos em cada caso, em conjunto com o Brasil, Equador e Venezuela, com um cada.
- b) Por sua vez, pelo menos numa ocasião, os 14 países que constituem o Caribe não Ibero-Americano atuaram como recetores de projetos da CSS Bilateral. Como tem vindo a ser habitual, o parceiro que recebeu mais cooperação foi o Haiti: 16 projetos equivalentes a mais de 20% dos 76 registados pela Ibero-América com este conjunto de países. Seguiram-no o Belize, Guiana e São Vicente e Granadinas, os três com 9 projetos que, de forma acumulada, justificaram outro terço da cooperação total de 2016. Quando a estes se acrescentam Granada e Jamaica (7 iniciativas em cada caso) e Santa Lúcia (outras 6), justifica-se já mais de 80% da CSS Bilateral final. Neste sentido, os restantes projetos (17,1% do total) foram distribuídos entre 6 países: Antígua e Barbuda e Suriname (3 cada um) e Bahamas, Barbados, São Cristóvão e Nevis e Trindade e Tobago (um em cada caso).

MAPA V.1

PROJETOS DA CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA (PAPEL DE OFERTANTE) COM O CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO (PAPEL DE RECETOR). 2016

Em unidades



Número de projetos nos quais os países participaram no papel de recetor:



Número de Projetos nos quais os países participaram no papel de ofertante:

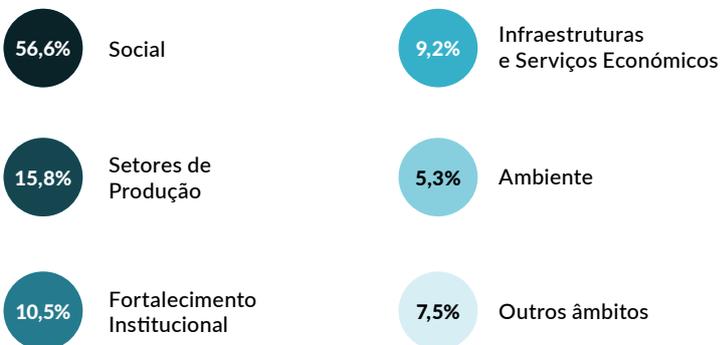
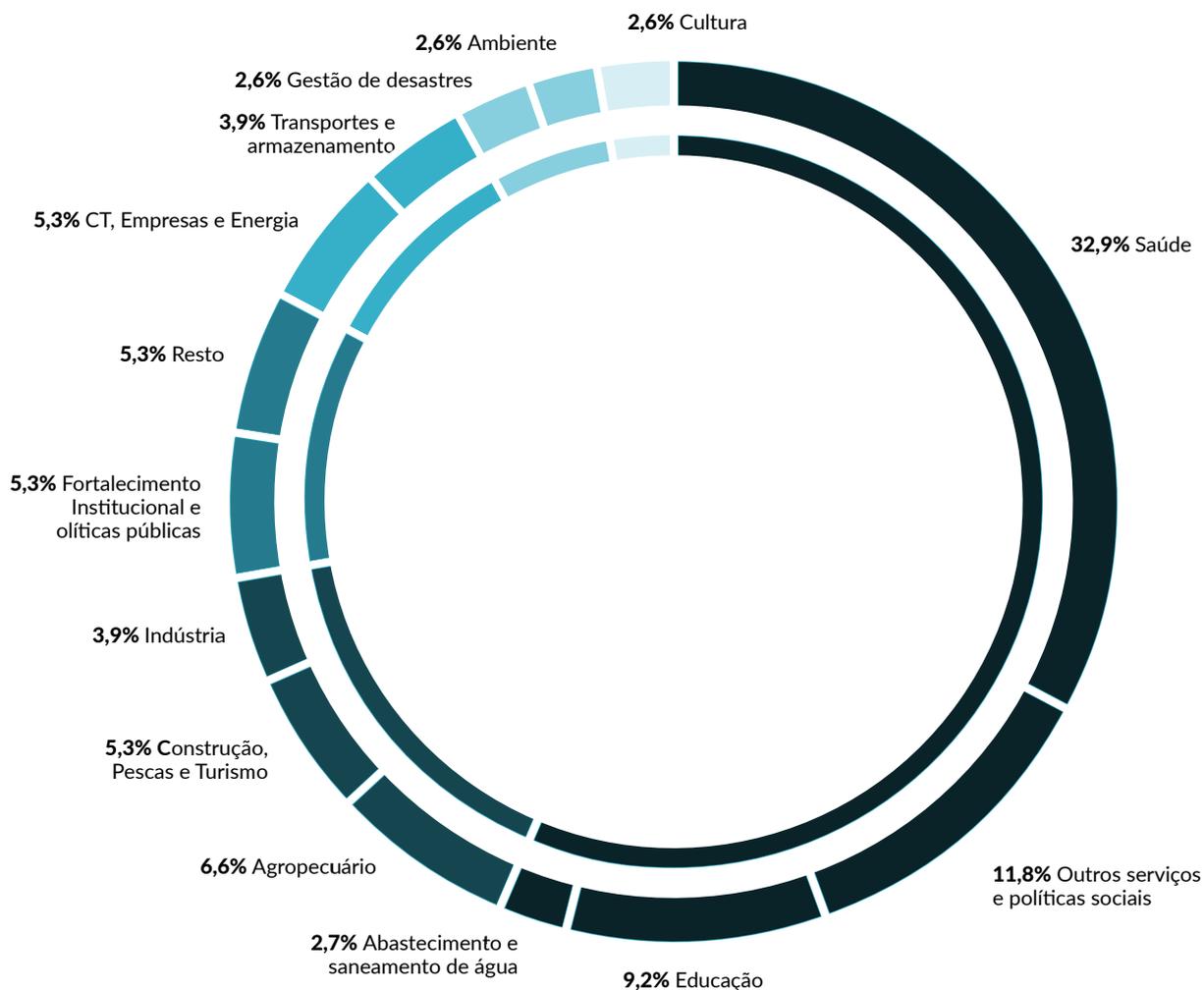


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

→ GRÁFICO V.2

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS INTERCAMBIADOS ENTRE A IBERO-AMÉRICA (PAPEL DE OFERTANTE) E O CARIBE NÃO IBERO-AMERICANO (PAPEL DE RECETOR), CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE ATUAÇÃO. 2016

Em percentagem



Através de todos estes intercâmbios de CSS Bilateral, os países do Caribe não Ibero-Americano promoveram o fortalecimento das suas capacidades. Para ilustrar a sua concretização, elaborou-se o Gráfico V.2, que distribui os 76 projetos registados entre ambas as regiões conforme o setor de atividade e o âmbito de atuação. A sua observação sugere o seguinte:

- a) Mais de metade dos projetos (56,6%) teve por objetivo fortalecer capacidades no domínio Social. Outros 25% atenderam a problemáticas no domínio Económico, sendo maioritários, entre estes, (praticamente dois em cada três) os que fortaleceram os Setores produtivos (15,8%) relativamente à criação de Infraestruturas e serviços económicos (9,2%). Além disso, o Fortalecimento Institucional contribuiu com outros 10% dos 76 projetos finalmente registados. Os restantes visaram, pontualmente, questões Ambientais (5,3%) e Outros âmbitos (2,6%, que tiveram origem na Cultura).
- b) Assim, o setor da Saúde foi sem dúvida o mais importante, justificando por si só praticamente um terço (32,9%) dos 76 projetos que a Ibero-América promoveu no Caribe para contribuir para o fortalecimento das suas capacidades. Seguiram-no, por importância relativa, 11,8% das iniciativas que atenderam a Outros serviços e políticas sociais. Pertenceu ao mesmo âmbito Social o terceiro setor que registou maior participação no total dos intercâmbios, o da Educação, o qual justificou praticamente um de cada 10 dos 76 projetos de 2016. Tratou-se, com frequência, de uma cooperação que apoiou a formação de profissionais da saúde e do desporto (entendido como ferramenta de inclusão social), bem como de educadores. Também se registaram intercâmbios no contexto, entre outros, da Operação Milagre, dedicada a facilitar operações oftalmológicas a pessoas de baixos recursos, dos programas de alfabetização e dos projetos relacionados com as infraestruturas e a reconstrução e reabilitação de hospitais, centros desportivos e escolas.
- c) Finalmente, uma parte da cooperação realizada pela Ibero-América no Caribe foi orientada para o domínio Económico, mais concretamente para as atividades Agropecuária e da Indústria (de forma agregada, um em cada 10 projetos de 2016) e para o Institucional, por forma a apoiar as Políticas públicas e alguns aspetos relativos à Paz e à segurança pública e nacional (em conjunto, cerca de outros 10%). Em concreto, devemos destacar os intercâmbios

que visaram questões fitossanitárias, de controlo de pragas e de manipulação genética; os que, numa perspetiva Industrial, aprofundaram as técnicas de processamento de culturas próprias da zona como o coco e a mandioca; bem como os que acompanharam o tratamento dos arquivos, a informação cadastral e a segurança nacional, a partir de um sistema de guarda costeira.

Por outro lado, e tal como já se referiu, ao longo de 2016 os intercâmbios entre a Ibero-América e o Caribe não Ibero-Americano também foram realizados através de 12 projetos e 3 ações de Cooperação Triangular, estas últimas com a participação, por sua vez, de países da África e da Ásia. A análise destes intercâmbios permite-nos ficar a saber um pouco mais quer sobre as associações estabelecidas entre países quer sobre o tipo de problemáticas atendidas através desta modalidade. Mais especificamente:

- a) Transferindo capacidades, destacam-se quatro países ibero-americanos. Trata-se do Chile (que participou, no papel de primeiro ofertante, em 5 projetos), Argentina (que fez em 5 iniciativas), México (outros 4 projetos) e El Salvador (1). As alianças estabelecidas por estes países com os que exerceram o papel de segundo ofertante foram muito variadas. No entanto, algumas orientações tenderam a repetir-se. Assim, a participação argentina justificou-se pela sua associação com o Japão nos cursos dirigidos a países terceiros e com a UNASUL. Organismos internacionais como o BID e a OPS (em conjunto com o Chile), foram também o tipo de parceiro preferencial do México, para além da Alemanha e Reino Unido. Entretanto, o Chile optou por outros países ibero-americanos (Brasil e El Salvador), em conjunto com dois extra-regionais (Alemanha e Estados Unidos). El Salvador fez triangulações em parceria com Espanha como segundo ofertante.
- b) Por sua vez, e no que se refere àqueles que exerceram o papel de recetor, o Haiti foi novamente o país do Caribe não Ibero-Americano com maior participação relativa, ao fazer parte de 6 projetos e 1 ação. Participação semelhante em termos de iniciativas, mas com diferente instrumentalização (3 ações e 4 projetos), teve o Belize. Mais pontuais foram as ocasiões em que o Suriname, Bahamas e Jamaica participaram nestes intercâmbios de cooperação Triangular. Além disso, quando o fizeram, tenderam a estar muitas vezes em combinação com alguns dos outros 14 países pertencentes ao Caribe não Ibero-Americano, tal como o caso de Granada, e inclusive de outras regiões, como Angola, Moçambique e Quênia.

- c) Por outro lado, devemos destacar que a Cooperação Triangular promovida pela Ibero-América em 2016 em conjunto com os países do Caribe não Ibero-Americano, visou problemáticas muito diferentes, relacionadas com os setores da Educação, Saúde, Outros serviços e políticas sociais e Gestão das finanças públicas. Nesse sentido, a atividade Agropecuária foi a única que se destacou relativamente às restantes, por

responder ao objetivo de até 6 iniciativas. Através destas, foram abordadas questões relativas à produção de alimentos frescos, especialmente através de pequenos produtores, bem como de saúde animal e vegetal e de segurança dos alimentos. Um caso a destacar é o executado entre o Chile, El Salvador e Belize para fortalecer o sistema fitossanitário do país caribenho, tal como se pode observar no Quadro V.1.

QUADRO V.1

CHILE, EL SALVADOR E BELIZE: COOPERAÇÃO PARA FORTALECER O SISTEMA FITOSSANITÁRIO

Ao longo de 2016, os países ibero-americanos mantiveram um intenso intercâmbio com o Belize. De facto, este país caribenho participou em 11 ações e projetos de CSS Bilateral, em 10 iniciativas de Cooperação Triangular e num máximo de 18 de CSS Regional. Embora através desta cooperação o Belize tenha fortalecido capacidades de diferente natureza, houve um setor de atividade que se destacou: o Agropecuário. Neste sentido, os objetivos visados foram muito diversos, embora tenham prevalecido os que estão relacionados com a segurança alimentar e nutricional, a promoção da agricultura familiar e a gestão fitossanitária.

Merece especial menção o projeto triangular no qual o Belize (no papel de recetor) colaborou com o Chile e El Salvador, que exerceram, respetivamente, o papel de segundo e primeiro ofertante de cooperação. Trata-se de uma colaboração que data do ano 2013 e coincide com a assinatura de um acordo entre os dois países ibero-americanos para desenvolver um projeto de cooperação em benefício do setor agrícola do Belize. Assim, em novembro de 2013 realizou-se uma missão de diagnóstico em Belmopan e concebeu-se o projeto relacionado com o fortalecimento das capacidades técnicas do Ministério dos Recursos Naturais e Agricultura e da Autoridade de Saúde Agrícola do Belize (BAHA).¹ Em consequência do projeto, ainda em curso, o pessoal destas instituições recebe capacitação e apoio técnico de especialistas chilenos e salvadorenos. Concretamente, o projeto está orientado para uma série de questões relacionadas com o fortalecimento do Sistema de controlo fitossanitário e zoossanitário do Belize, tais como o desenvolvimento de um sistema inteligente do mercado agrícola; a elaboração e adaptação de Manuais de boas práticas agrícolas e de manufatura; e a capacitação em diferentes técnicas de laboratório, relativas, por um lado, à gestão do Sistema de Informação Geográfica (SIG) e, por outro lado, à vigilância epidemiológica e ao controlo e gestão de pragas. O projeto trata ainda da certificação eletrónica e de procedimentos de auditorias a laticínios, bem como do desenvolvimento de manuais de acreditação de veterinários particulares e da difusão de boas práticas relacionadas com o setor da silvicultura e agropecuário.

Em conjunto com esta ambiciosa iniciativa, devemos também mencionar a colaboração bilateral com o México para o diagnóstico e desenvolvimento do gado ovino ligado às exportações, bem como a participação do Belize em atividades conjuntas com outros países da região ibero-americana em matéria de autoprodução de alimentos e segurança alimentar e nutricional.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação e da AGCI www.agci.cl

¹<https://www.agci.cl/index.php/que-es-la-cooperacion/triangular>

Finalmente, os países do Caribe não Ibero-Americano também participaram em 12 programas e 16 projetos de Cooperação Sul-Sul Regional. Na realidade, trata-se de iniciativas nas quais estes países foram parceiros dos ibero-americanos e que foram já analisadas no capítulo quatro deste Relatório. De facto, tratou-se de uma cooperação que, pelo seu quadro institucional e/ou âmbito de intervenção geográfica, juntou os países da América Latina aos do Caribe. A título de ilustração, convém destacar os Grupos de Trabalho sobre Estatísticas de Género e de Trabalho e a Iniciativa Regional América Latina

e Caribe Sem Trabalho Infantil, apoiados pela CEPAL e a OIT; as experiências que, como as dedicadas à Gestão Integral de Risco de Catástrofes, estabelecimento de um Centro de Serviços Climáticos e Fortalecimento das Capacidades Regulamentadoras das Agências de Saúde, foram realizadas através do Programa Mesoamericano liderado pelo México; ou as que, regulamentadas pelo BID e pela OEA, visaram, respetivamente, a implementação do Sistema regional de informação de micro e PME e a criação dos Institutos Nacionais de Metrologia do Hemisfério, apenas para citar alguns.

ÁFRICA

V.2

Ao longo de 2016, uma parte significativa (cerca de 30%) da CSS na qual a Ibero-América participou em conjunto com outras regiões em desenvolvimento, teve a África como protagonista. Executaram-se 91 intercâmbios, praticamente na sua totalidade (88) na modalidade da CSS Bilateral e, com carácter mais pontual, através da Triangular (1) e da CSS Regional (2). Devemos aqui acrescentar outras três ações de Cooperação Triangular calculadas à margem, por se tratar de experiências com a participação de países da África subsariana em conjunto com a Ibero-América e o Caribe.

No que se refere à CSS Bilateral, a maior parte das cerca de 90 iniciativas registadas foram implementadas através de projetos de cooperação (77), sendo as restantes (11), ações de menor dimensão. Além disso, e praticamente na totalidade destes intercâmbios, a África participou exercendo o papel de recetor. As únicas exceções referem-se a dois projetos e uma ação de carácter bidirecional nas quais o Gana e a África do Sul, em conjunto com a Colômbia, trocaram as suas experiências exercendo simultaneamente os dois possíveis papéis, de ofertante e de recetor.

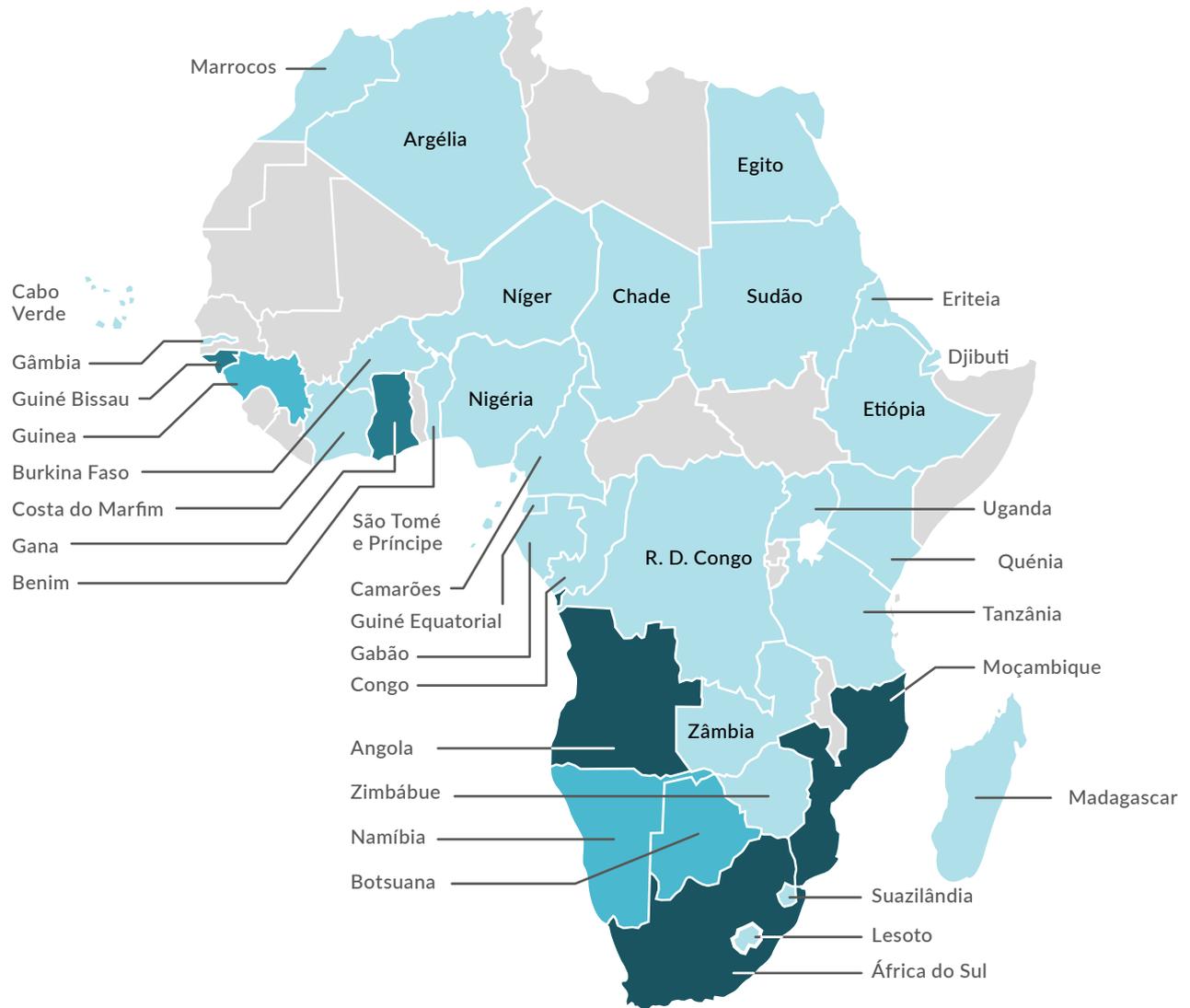
Neste sentido, e de forma semelhante ao Caribe não Ibero-Americano, o Mapa V.2 distribui os 77 projetos de CSS Bilateral que a Ibero-América realizou em África, conforme o volume de iniciativas que cada país recebeu. Tal como mostra a legenda, o valor que corresponde a cada país é indicado associando a cada um deles uma cor de intensidade variável. Essa informação é complementada com o número de projetos que, em conjunto, cada um dos países ibero-americanos executou. Da sua observação depreende-se o seguinte:

- a) Em 2016, seis países da Ibero-América ofereceram parte da sua experiência a parceiros africanos. Destacaram-se, de forma muito considerável, Cuba e Argentina, dois países que foram responsáveis, respetivamente, por 68% e 23% da CSS Bilateral intercambiada com esta região. Tratou-se, além disso, de uma cooperação muito diversificada e que, no caso de Cuba, envolveu 31 países africanos e, no caso da Argentina, uma dezena. Por sua vez, o Brasil, Colômbia, México e Venezuela registaram intercâmbios mais pontuais (1 ou 2 projetos em cada caso, equivalentes de forma conjunta a quase 10% do total).
- b) Entretanto, a receção desses 77 projetos de CSS Bilateral teve a participação de até 37 países africanos. Tal como se observa no Mapa V.1, houve cinco países que em 2016 se destacaram relativamente aos restantes, ao serem recetores de 5 a 7 projetos e justificarem, de forma agregada, quatro em cada 10 dos 77 projetos finalmente registados: tratou-se de Angola e Moçambique, seguidos da África do Sul, Gana e Guiné-Bissau. O restante 60% da cooperação foi distribuída por 26 países, entre os quais podemos destacar: os que participaram até 3 projetos (Botswana, Guiné e Namíbia); os que receberam 2 cada um (Burkina Faso, Benim, Congo, Guiné Equatorial, Quênia, Lesoto, Níger e Tanzânia); e os que, pontualmente, participaram em um projeto da CSS Bilateral (Argélia, Cabo Verde, Camarões, Chade, Costa do Marfim, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Madagáscar, Marrocos, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Sudão, Suazilândia, Uganda, Zâmbia e Zimbabué).

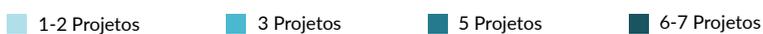
MAPA V.2

PROJETOS DE CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA (PAPEL DE OFERTANTE) COM ÁFRICA (PAPEL DE RECETOR). 2016

Em unidades



Número de projetos nos quais os países participaram no papel de recetor:



Número de Projetos nos quais os países participaram no papel de ofertante:



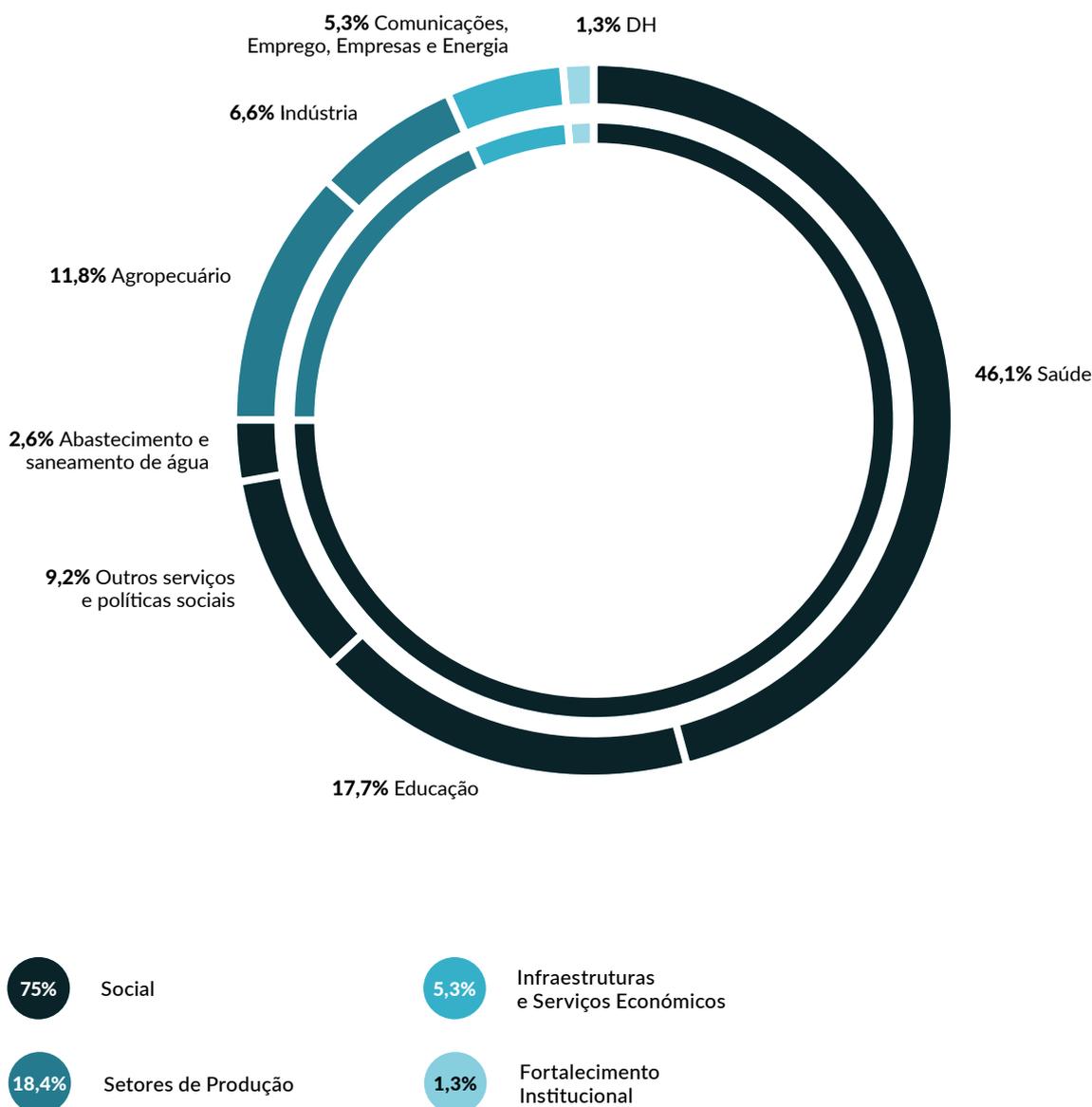
O facto de que Cuba e a Argentina tivessem um papel tão destacado como ofertantes, permite perceber por que motivo os seus reconhecidos pontos fortes se refletiram com tanta força no perfil das capacidades que a África fortaleceu através dos 77 projetos intercambiados com a Ibero-América. Assim o sugere o Gráfico V.3, que distribui esses projetos conforme o setor de atividade e o âmbito de atuação a que se dedicaram. Tal como se pode observar, 75% da cooperação que a África recebeu foi enquadrada na área Social (na qual Cuba concentra a sua

especialização) e praticamente os 25% restantes na área Económica (com a qual se associa a experiência argentina). A única exceção foi um projeto no âmbito do Desenvolvimento legal e judicial e dos Direitos Humanos dedicado às ciências forenses e que, de qualquer modo, também faz parte do perfil de especialização da Argentina, neste caso partilhado com a Zâmbia. Mais detalhadamente:

→ **GRÁFICO V.3**

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS INTERCAMBIADOS ENTRE A IBERO-AMÉRICA (PAPEL DE OFERTANTE) E A ÁFRICA (PAPEL DE RECETOR), CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE ATUAÇÃO. 2016

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

- a) O setor da Saúde justificou praticamente metade (46,1%) da CSS Bilateral recebida pela África. Entretanto, os projetos nas áreas da Educação e dos Outros serviços e políticas sociais representaram, respetivamente, mais 17,1% e 9,2% do total dos 77 projetos registados. Além disso, e ainda no âmbito Social, houve 2 intercâmbios relativos ao Saneamento e Abastecimento de Água. Por sua vez, o âmbito Económico justificou-se pela Agropecuária (9 intercâmbios equivalentes a praticamente 12% do total) e Indústria (6,6%). Completaram o perfil os projetos orientados pontualmente para fortalecer os setores das Comunicações, Emprego, Empresas e Energia.
- b) No que se refere aos conteúdos específicos dos projetos, foram frequentes os que, tal como no caso do Caribe não Ibero-Americano, apoiaram a formação de pessoal médico, educadores e especialistas no recurso ao desporto como ferramenta para a inclusão social. Além disso, destacaram-se os que se dedicaram a partilhar experiências estreitamente relacionadas com a saúde materno-infantil como, por exemplo, o Método mãe canguru para a atenção aos bebés prematuros, recomendado pela própria OMS. Foram ainda identificadas experiências relativas à alfabetização e ao apoio a escola em África, através, por exemplo, do programa de cooperação que a Venezuela está há 10 anos a implementar nos países da região e cuja informação pormenorizada se apresenta no Quadro V.2.

QUADRO V.2

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA COOPERAÇÃO DA VENEZUELA EM ÁFRICA

A vasta e heterogénea região da África subsariana enfrenta importantes desafios de desenvolvimento, especialmente no que respeita ao acesso e qualidade do ensino. Assim o sugerem, pelo menos, os últimos dados publicados pela UNICEF e pela UNESCO, segundo os quais, em 2016, na África subsariana, mais de metade (30 milhões) das crianças em idade escolar, não frequentaram a escola primária. Isto ocorreu com frequência porque as suas famílias não puderam fazer face às propinas escolares ou ao custo dos materiais básicos.

As oportunidades de ir à escola ficaram ainda mais reduzidas quando se tratou de meninas, de viver numa família pobre ou ser de uma zona rural.¹

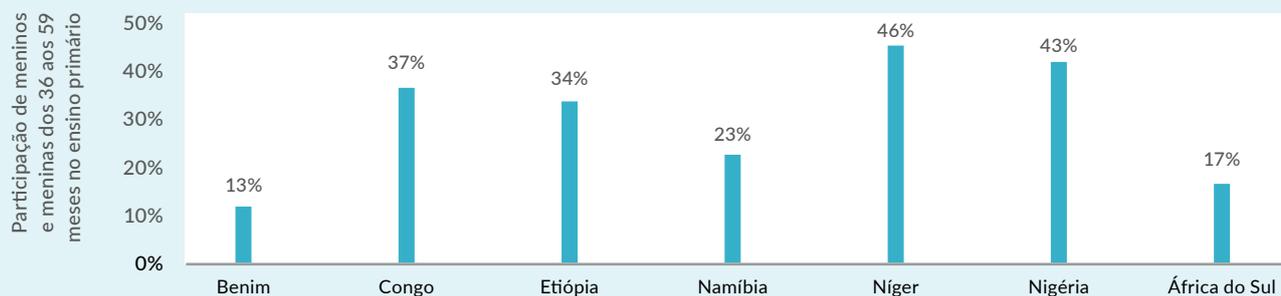
Sensível a esta realidade, a partir de 2006 o Ministério das Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela decidiu promover o projeto "Apadrinha uma escola em África". Conscientes da importância crítica que a educação tem em todo o processo de desenvolvimento, a Venezuela apostou neste projeto, através do qual

acompanha alunos do ensino primário dos países da África subsariana,² promovendo a sua formação como indivíduos e fomentando o desenvolvimento humano.

Através deste projeto, a Venezuela fornece à comunidade educativa dos países africanos material escolar e docente; está envolvida na reconstrução de infraestruturas escolares, eletricidade e equipamentos; e fomenta o recurso ao desporto escolar como ferramenta de inclusão social.

FREQUÊNCIA DO ENSINO PRIMÁRIO NUMA SELEÇÃO DE PAÍSES DE ÁFRICA. 2016

Em percentagem



Fonte: Elaboração própria da SEGIB com base em dados da UNICEF (2017)

Após mais de dez anos de funcionamento do programa, são muitos os países que beneficiaram desta iniciativa. De facto, o projeto tendeu a focar-se em países nos quais, tal como sugere o gráfico elaborado para o efeito, a frequência dos meninos e meninas no ensino primário em 2016 se manteve em níveis muito baixos e em nenhum caso chegou a abranger metade da população infantil do país. Neste sentido, e ao longo dos seus primeiros anos de vigência, o programa "Apadrinha uma Escola" acompanhou a escolarização na África do Sul, Nigéria, Benim, República do Congo, Etiópia, Namíbia e Níger, enquanto que já em 2016, a promoveu no Benim e na Nigéria.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, e UNICEF (2017)

¹ <https://www.unicef.es/noticia/dia-del-nino-africano-el-reto-de-ir-la-escuela>

² <http://sursur.sela.org/listado-de-noticias/2013/12/venezuela-promueve-cooperacion-con-africa-en-educacion/>

Por último, os países da Ibero-América e da África partilharam também algumas experiências nas modalidades triangular e regional. Neste sentido, devemos destacar o projeto que, em torno do fomento do turismo sustentável, está a ser executado há dez anos na Tunísia com o apoio da Costa Rica e da Alemanha, respetivamente nos papéis de primeiro e segundo ofertante.¹ Além disso, as três ações triangulares nas quais os países da África participaram em conjunto com a Ibero-América e o Caribe, correspondem aos cursos internacionais destinados a países terceiros que foram promovidos pela Argentina e Japão para capacitação em áreas como a autoprodução

de alimentos, gestão de projetos de cooperação internacional e impulso às pequenas e médias empresas. Por sua vez, os registos no âmbito da CSS Regional justificaram-se pela participação de Cabo Verde no Programa de Mobilidade Académica Paulo Freire da OEI, bem como do Egito, Líbia e Tunísia num Programa Internacional de Capacitação Eleitoral liderado pelo México.

ÁSIA

V.3

Ao longo de 2016, uma quinta parte das 314 iniciativas intercambiadas pela Ibero-América em conjunto com outras regiões em desenvolvimento, justificou-se pelas colaborações mantidas com países da Ásia. Tratou-se, praticamente na totalidade e tal como mostra a Matriz V.1, de ações e projetos (9 e 50, respetivamente) promovidos na modalidade da CSS Bilateral. A única exceção foi um projeto em que a Ásia participou através da CSS Regional. Além disso, e nesta mesma modalidade, devemos acrescentar outros dois projetos (na coluna "vários" da Matriz V.1) nos quais os países asiáticos partilharam intercâmbios com os de outras regiões, tal como a Oceânia.

Por sua vez, 8 em cada 10 das iniciativas intercambiadas num contexto bilateral, o papel do ofertante recaiu nos países ibero-americanos. Consequentemente, os países asiáticos exerceram o papel de ofertantes em 20% dos intercâmbios. É de referir que uma parte desta distribuição de papéis se justifica pela importância que, sobretudo na execução de ações, tiveram os intercâmbios "bidirecionais", nos quais, por definição, os dois parceiros participantes exerceram simultaneamente o papel de ofertante e de recetor de CSS Bilateral.

O Mapa V.3 ajuda a explicar como foi a participação dos diferentes parceiros na CSS Bilateral de 2016. Com efeito, e no que se refere aos projetos e à sua distribuição quando a transferência de capacidades recaí nos países ibero-americanos, podemos afirmar que:

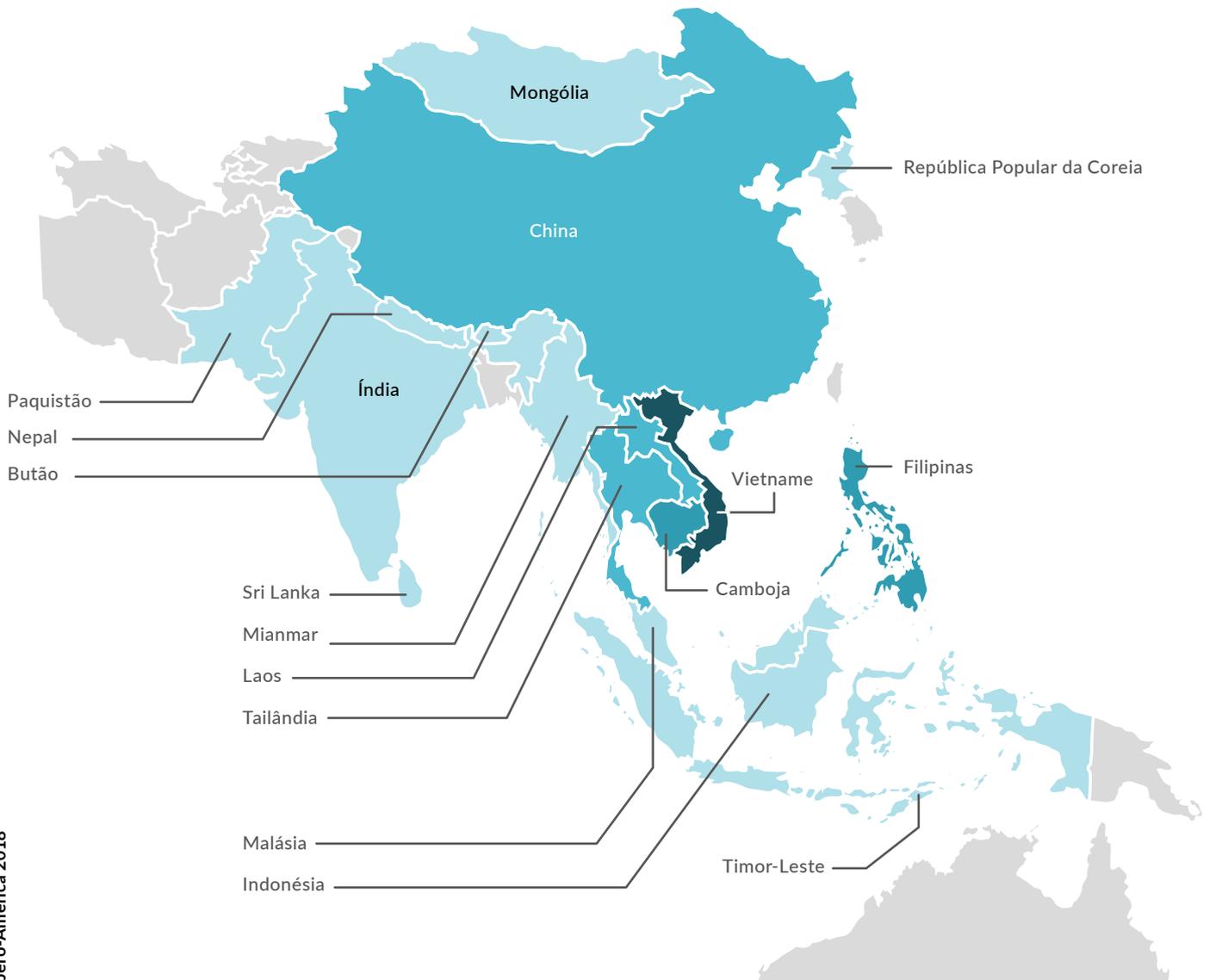
- a) Três países foram responsáveis pelos 43 projetos de CSS Bilateral que a Ibero-América executou como ofertante em países da Ásia: tratou-se da Argentina e Cuba, que com 20 e 18 projetos em cada caso, justificaram em conjunto cerca de 90% dos intercâmbios; seguidos da Colômbia, que registou uma participação mais pontual, de 4 iniciativas. No caso deste último país, devemos destacar que a sua atividade incipiente com os países da Ásia se enquadra na promoção da estratégia Saber Fazer Colômbia, extensiva a outras regiões, e cuja informação pormenorizada de 2016, se apresenta no Quadro V.3.
- b) Entretanto, a receção de projetos chegou a envolver até 17 países asiáticos, entre os quais devemos destacar o Vietname, Camboja e Filipinas, com 9, 6 e 5 projetos, respetivamente, equivalentes em conjunto a 40% do total analisado. Por sua vez, a China, Laos e Tailândia explicaram, de forma agregada, aproximadamente outra quinta parte desses 43 projetos de CSS Bilateral. Os restantes justificam-se pelas participações pontuais (entre 1 e 2 projetos) do Butão, Indonésia, Malásia, Mongólia, Myanmar, Nepal, Paquistão, República Popular da Coreia e Sri Lanka, no primeiro dos casos, e da Índia e Timor-Leste, no segundo.

¹Este caso é analisado em pormenor no Quadro V.3 (páginas 214 e 215) do Relatório da CSS na Ibero-América 2017.

→ MAPA V.3

PROJETOS DA CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA (PAPEL DE OFERTANTE) COM A ÁSIA (PAPEL DE RECETOR). 2016

Em unidades



Número de projetos nos quais os países participaram no papel de recetor:



Número de Projetos nos quais os países participaram no papel de ofertante:



De forma complementar, é de referir que, nos intercâmbios bilaterais mantidos em 2016 entre a Ibero-América e a Ásia, houve 5 países asiáticos que exerceram o papel de ofertantes num total de 8 projetos de CSS Bilateral: tratou-se da China (3) e Vietname (2), em conjunto com as Filipinas, Índia e Rússia (1 cada um). Do lado

ibero-americano, os recetores destes intercâmbios foram a Argentina (1), Colômbia (3), Cuba (3) e Venezuela (1). Quando a análise é transposta para as ações, e dada a bidirecionalidade já comentada, os protagonistas repetem-se: Índia, apenas como ofertante; Cuba como recetor; e China, Filipinas e Colômbia, no exercício de ambos os papéis.

QUADRO V.3

A ÁSIA E A ESTRATÉGIA SABER FAZER COLÔMBIA: PARTILHANDO BOAS PRÁTICAS

Saber Fazer Colômbia é um programa criado pela Agência Presidencial de Cooperação Internacional da Colômbia (APC) e construído em torno da recompilação de boas práticas do país em matéria de políticas públicas, tanto no âmbito nacional quanto territorial. O objetivo é que estas possam ser difundidas e colocadas à disposição de outros países através de projetos de cooperação, sempre depois de as experiências a partilhar se terem adaptado aos ensinamentos adquiridos nos novos contextos.

A estratégia envolveu organizações públicas, privadas e organizações internacionais para construir uma metodologia de documentação, classificação e validação de experiências que oferecem aprendizagens concretas para enfrentar os novos desafios da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.¹ Para a seleção destas experiências, deu-se uma especial atenção à identificação de fatores inovadores e à eficiência e sustentabilidade dos casos documentados, o que permitiu fazer exercícios comparativos que autoalimentam os processos nacionais e territoriais de características similares.²

Neste contexto, a Colômbia promoveu iniciativas de CSS com outras regiões. No que se refere à experiência com a Ásia, realizou-se, em 2016, um encontro promovido pela Colômbia com representantes do Myanmar, Butão, Laos, Vietname, Bangladeche e Índia, no qual estes países tiveram a oportunidade de conhecer em primeira mão as boas práticas que foram promovidas pela Colômbia para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e de construção da paz. Fruto deste encontro, foi definido um plano de trabalho conjunto entre a Colômbia e estes países da Ásia em três áreas principais: construção da paz; desenvolvimento social focado em temas de pobreza, proteção da infância e segurança alimentar; e, por último, formação técnica e empreendedorismo.³ A definição do mencionado plano representou uma oportunidade para que a Colômbia pudesse consolidar a cooperação que já desenvolvia com alguns destes países (caso da Índia, Vietname, Myanmar e Laos) e explorar futuras oportunidades de colaboração com o Butão e o Bangladeche.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação, das páginas digitais da APC e do PIFCSS

¹ <https://www.apcColombia.gov.co/seccion/saber-hacer-Colombia>

² <http://afeColombia.org/es-es/DetalleNoticia/ArtMID/533/ArticleID/5414/Saber-Hacer-Colombia>

³ <http://www.cooperacionsur.org/pt/noticias-de-cooperacion-sur-sur/1546-estrechando-lazos-de-cooperacion.html>

No que se refere às capacidades fortalecidas, o Gráfico V.4 distribui os 43 projetos de CSS Bilateral nos quais a Ibero-América exerceu o papel de ofertante e a Ásia o de recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de atuação que visaram. A sua observação sugere que:

- a) Praticamente metade das iniciativas tiveram por objetivo fortalecer capacidades no âmbito Económico. Embora tenha havido intercâmbios pontuais de apoio ao Turismo, às Comunicações e às Empresas, a maior parte justificou-se pela significativa importância do setor Agropecuário: 20 projetos equivalentes a 41,7% do total dos analisados. Entre estes, destacaram-se, em parte pelo impacto do papel desempenhado pela Argentina nestes intercâmbios, os que se centraram especificamente no apoio a técnicas (manipulação genética, rendimento,

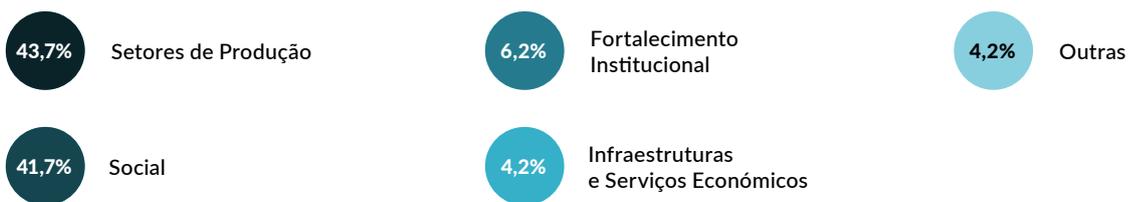
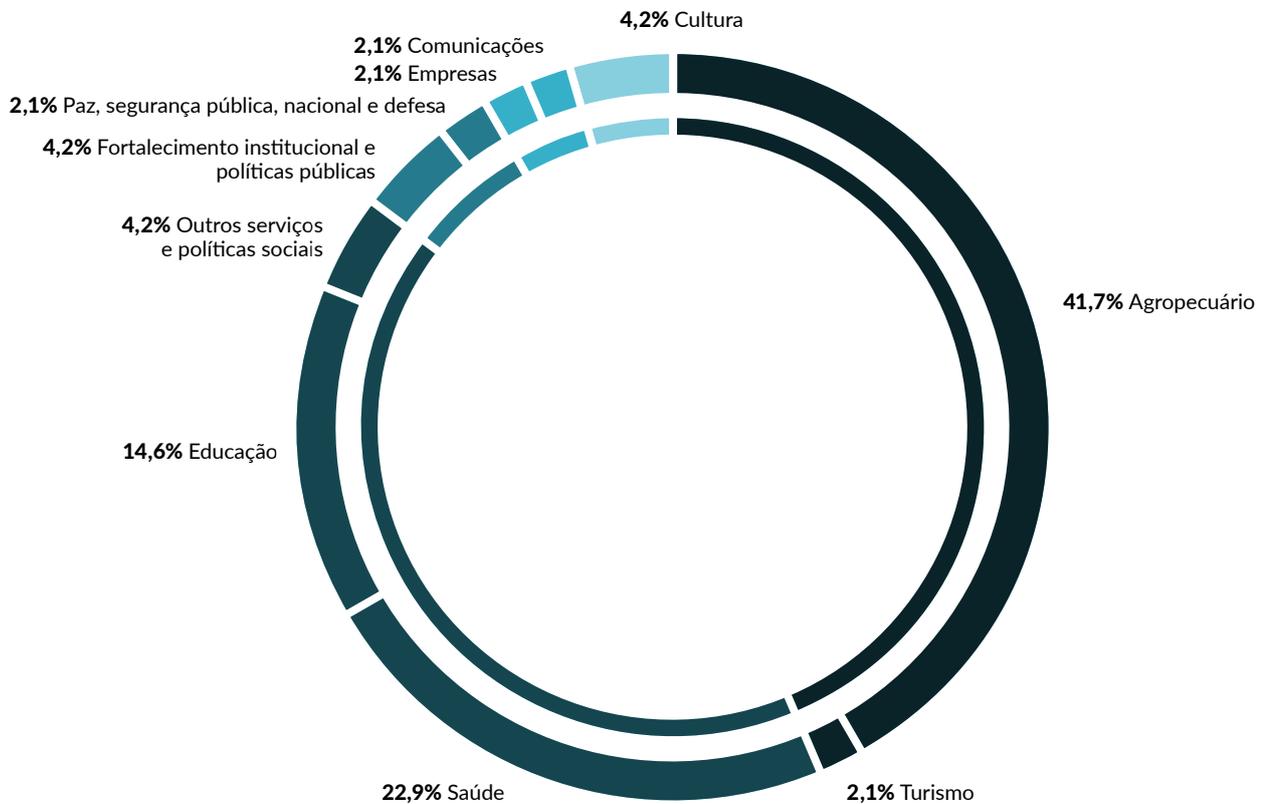
fitossanitárias e controlo de pragas) aplicáveis à atividade pecuária e aos seus processamentos ao intervir, por exemplo, na produção de laticínios.

- b) Entretanto, pouco mais de 40% dos projetos visaram um objetivo Social. Neste caso, foi determinante a cooperação cubana e a transferência da sua experiência, demonstrada nas colaborações que incidiram na formação de profissionais da medicina, do ensino e do desporto, as quais justificaram praticamente a totalidade dos 11, 7 e 2 projetos que foram classificados nos setores da Saúde, Educação e Outros serviços e políticas sociais. Outras iniciativas destacadas foram, por exemplo, as promovidas pela Colômbia sobre cuidados precoces à infância e pela Argentina em matéria de segurança alimentar.

→ GRÁFICO V.4

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS INTERCAMBIADOS ENTRE A IBERO-AMÉRICA (PAPEL DE OFERTANTE) E A ÁSIA (PAPEL DE RECETOR), CONFORME O SETOR DE ATIVIDADE E ÂMBITO DE ATUAÇÃO. 2016

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Por último, e no que se refere aos 3 projetos de CSS Regional nos quais a Ásia participou em 2016, em conjunto com outras regiões em desenvolvimento, devemos destacar a iniciativa que, pela sua globalidade na hora de enfrentar um problema partilhado, envolveu por sua vez

a Ibero-América e a Oceânia. Tratou-se de um projeto no contexto do Corredor Marinho do Pacífico Leste Tropical (CMAR), explicitamente dedicado a apoiar a gestão sustentável de áreas marinhas fronteiriças e insulares.

OCEÂNIA E MÉDIO ORIENTE

V.4

Ao longo de 2016, os restantes 8,6% das 314 iniciativas de CSS que a Ibero-América intercambiou com outras regiões em desenvolvimento justificaram-se pela participação agregada da Oceânia e do Médio Oriente: um total de 10 e 17, respetivamente. Na

realidade, tratou-se de uma cooperação executada praticamente na sua totalidade sob a modalidade bilateral. As únicas exceções foram o projeto regional já mencionado e que, dedicado à gestão das áreas marinhas, permitiu à Oceânia procurar soluções partilhadas em conjunto com outros parceiros da Ibero-América e da Ásia; bem como uma segunda iniciativa regional relativa à eco aquacultura, na qual, novamente, a Oceânia se associou, desta vez com a Ibero-América e com a Turquia, classificada como fazendo parte do Médio Oriente.

MAPA V.4

PROJETOS DA CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA (PAPEL DE OFERTANTE) COM A OCEÂNIA (PAPEL DE RECETOR). 2016

Em unidades



Número de projetos nos quais os países participaram no papel de recetor:

■ 1 Proyecto ■ 2 Projetos

Número de projetos nos quais os países participaram no papel de ofertante:



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

No que se refere à Oceânia, as 10 iniciativas foram implementadas através de 8 projetos e 2 ações, nas quais o papel de ofertante recaiu sempre nos países ibero-americanos. Tal como consta do mapa V.4, Cuba foi o responsável por 7 desses projetos, face a um da Colômbia. Entretanto, a recepção foi distribuída por um máximo de 6 países, entre os quais devemos distinguir Quiribati e Tuvalu (2 projetos cada um) das Ilhas Salomão, Nauru, Tonga e Vanuatu (1 em cada caso). Por sua vez, as ações foram executadas nas Fiji, através das respectivas intervenções de Cuba e Colômbia. Em conjunto, tratou-se de uma cooperação que contribuiu para formar pessoal médico na Oceânia, bem como apoiar as ilhas Fiji na gestão da catástrofe sofrida em fevereiro de 2016 em consequência da passagem do ciclone "Winston".

Por sua vez, a CSS Bilateral mantida em 2016 entre a Ibero-América e o Médio Oriente, foi executada através de 16 projetos e 1 ação. Em 10 dos projetos, a Ibero-América exerceu o papel de ofertante, bem como na ação registada, a qual corresponde a um intercâmbio entre a Argentina e o Líbano. O Mapa V.5 mostra que países participaram, e o papel que exerceram, nesses 10 projetos: assim, e como ofertantes, destacaram-se Cuba (7), Venezuela (2) e Argentina (1); enquanto que como recetores, podemos observar Líbano e Síria (2 cada um), Arménia, Irão, Omã, Palestina, Qatar e Iémen (um em cada caso). Os 7 projetos restantes justificaram-se pelo papel de ofertante de um máximo de 5 países do Próximo Oriente (Arábia Saudita, Kuwait, Líbano, Qatar e Turquia) e pela recepção, de mais a menos iniciativas, de Cuba, Venezuela e Colômbia. Através de todos estes intercâmbios, contribuiu-se uma vez mais e entre outras, para a formação de pessoal da saúde e da educação, bem como para fortalecer as capacidades dos países nas áreas do saneamento e do abastecimento de água, e no estímulo a políticas de empreendedorismo.

TRÊS PAÍSES FORAM RESPONSÁVEIS PELOS 43 PROJETOS DE
CSS BILATERAL QUE A IBERO-AMÉRICA EXECUTOU COMO
OFERTANTE EM PAÍSES DA ÁSIA: TRATOU-SE DA ARGENTINA
E CUBA, OS QUAIS, COM 20 E 18 PROJETOS EM CADA CASO
JUSTIFICARAM CONJUNTAMENTE CERCA DE 90% DOS
INTERCÂMBIOS; SEGUIDOS DA COLÔMBIA, QUE REGISTOU
UMA PARTICIPAÇÃO MAIS PONTUAL, DE 4 INICIATIVAS

→ MAPA V.5

PROJETOS DA CSS BILATERAL DA IBERO-AMÉRICA (PAPEL DE OFERTANTE) COM O MÉDIO ORIENTE (PAPEL DE RECETOR). 2016

Em unidades



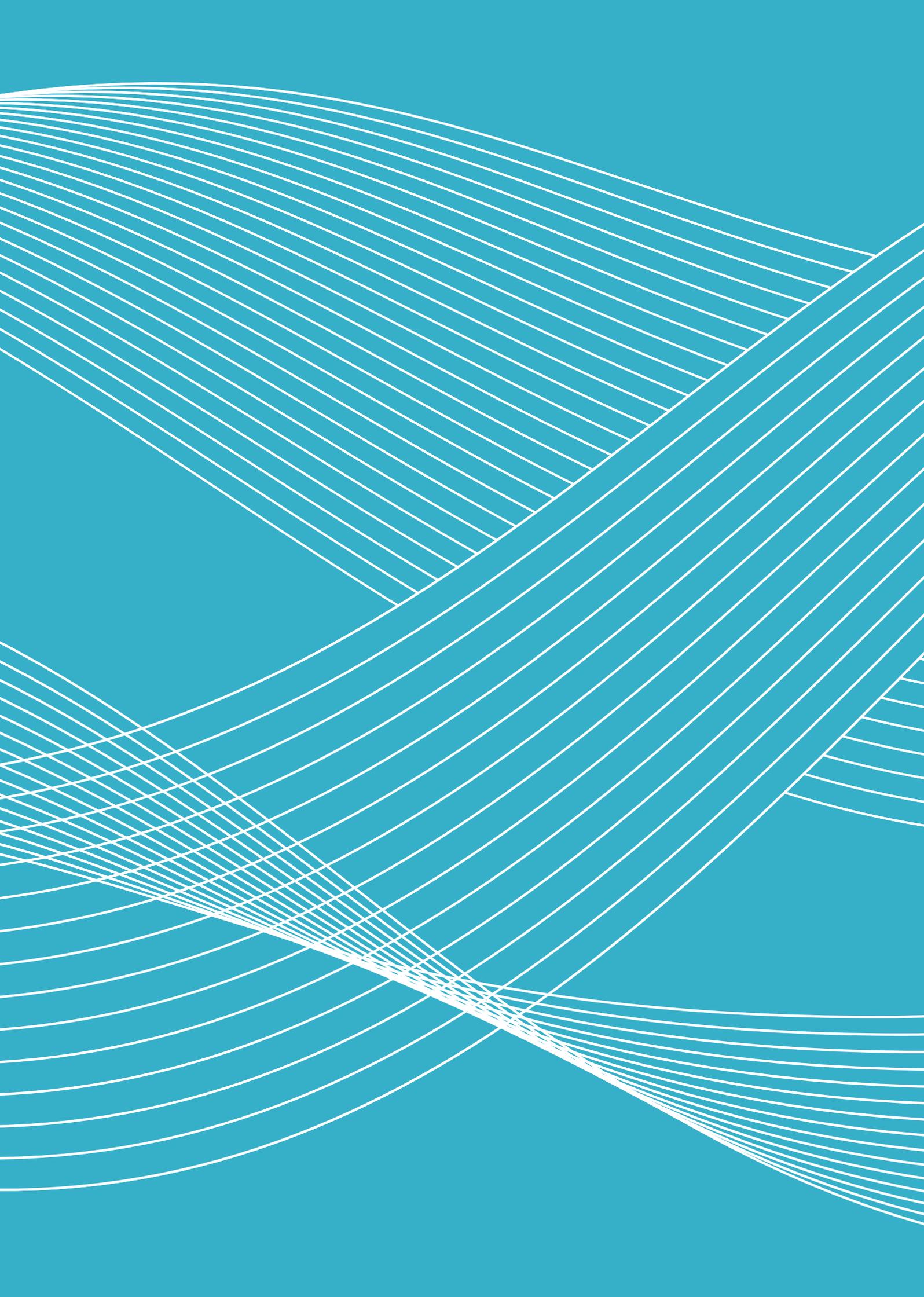
Número de projetos nos quais os países participaram no papel de recetor:

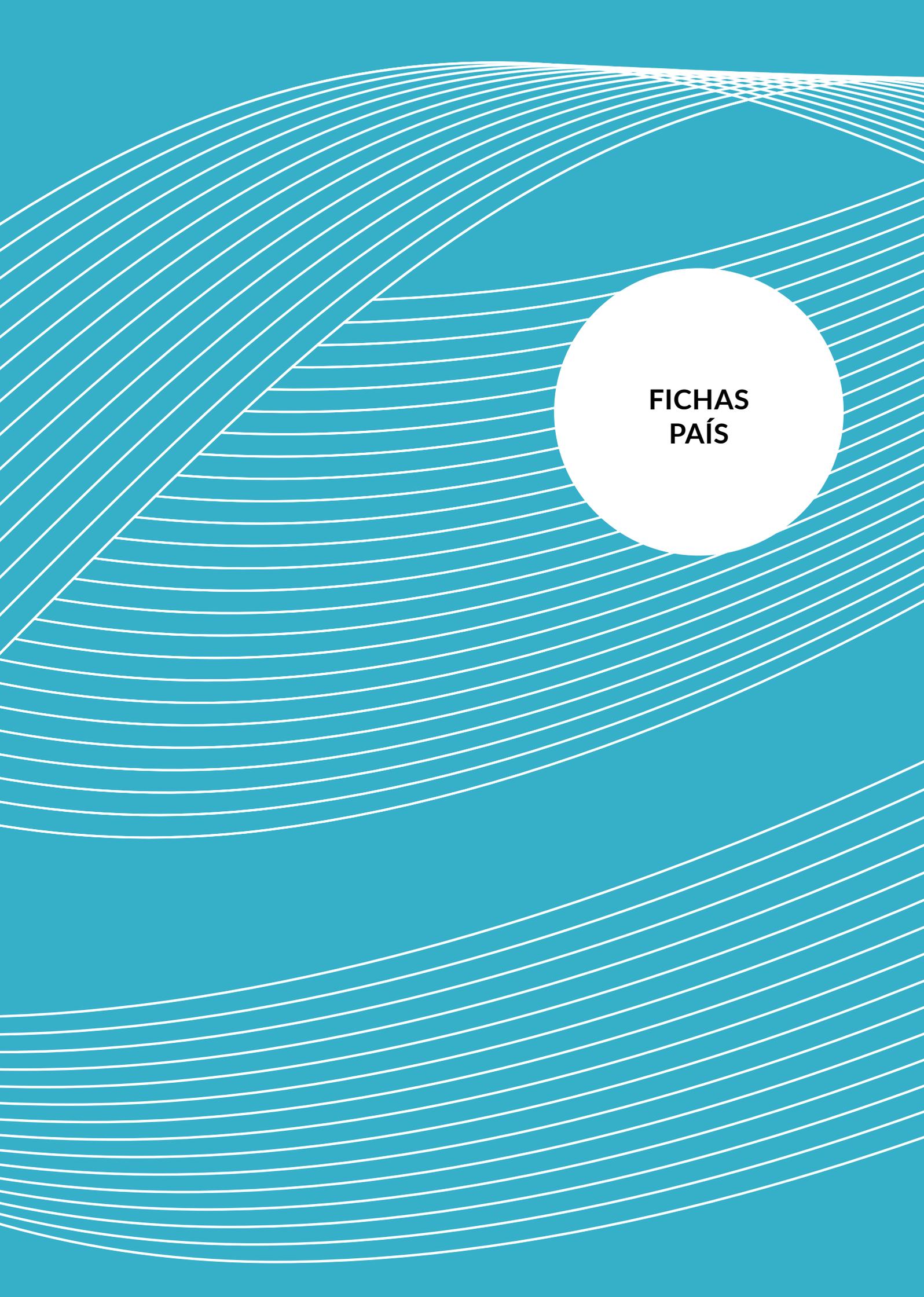
■ 1 Projeto ■ 2 Projetos

Número de Projetos nos quais os países participaram no papel de ofertante:



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação





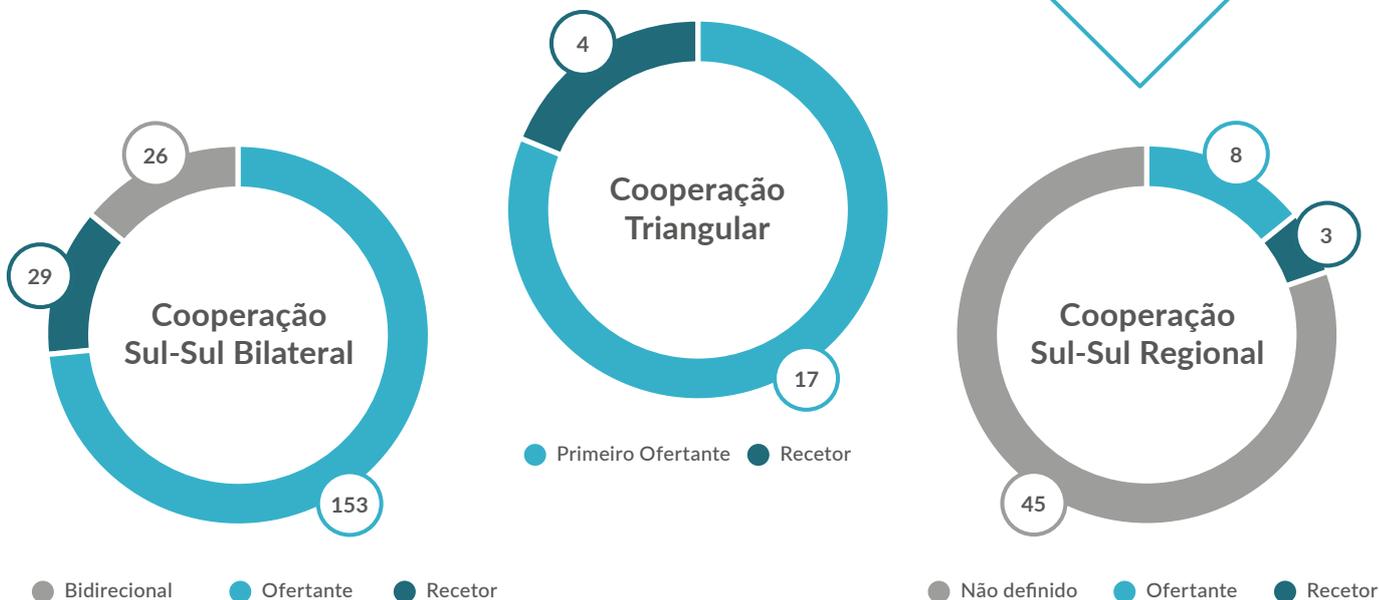
**FICHAS
PAÍS**

ARGENTINA

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

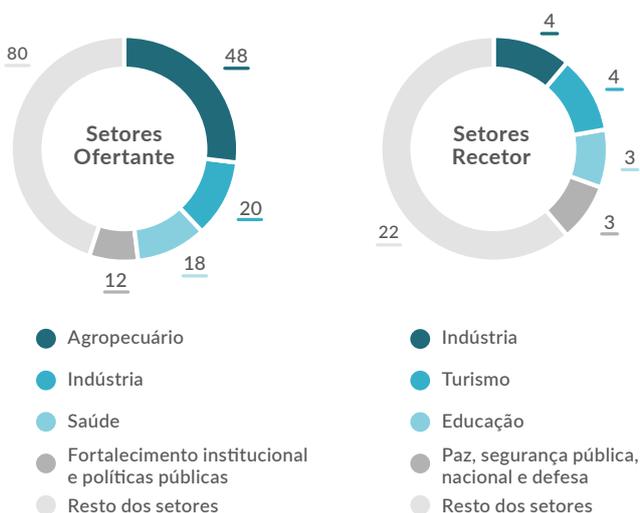
Em unidades

285



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 2, 3 y 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



Ao longo de 2016, a Argentina manteve em execução 285 ações, projetos e programas de Cooperação Sul-Sul. Embora tenha sido ativa nas três modalidades reconhecidas no espaço ibero-americano, a maior parte dessas iniciativas (208, equivalentes a 72,9% do total) tiveram caráter bilateral. Em praticamente duas de cada três dessas 285 iniciativas, a Argentina participou no exercício do papel de ofertante.

Através da sua Cooperação Sul-Sul, a Argentina intercambiou experiências com outros parceiros regionais e extra-regionais, entre os quais se destacaram Cuba, Bolívia e Chile. Mais de metade dos seus intercâmbios no papel de ofertante, permitiram à Argentina partilhar os seus reconhecidos pontos fortes nos setores Agropecuário, do Fortalecimento institucional, Indústria e Saúde. Com a sua ação avançou para a concretização dos ODS 2 (Fome zero), 3 (Saúde e bem-estar) e 16 (Paz, justiça e instituições sólidas).

BOLÍVIA

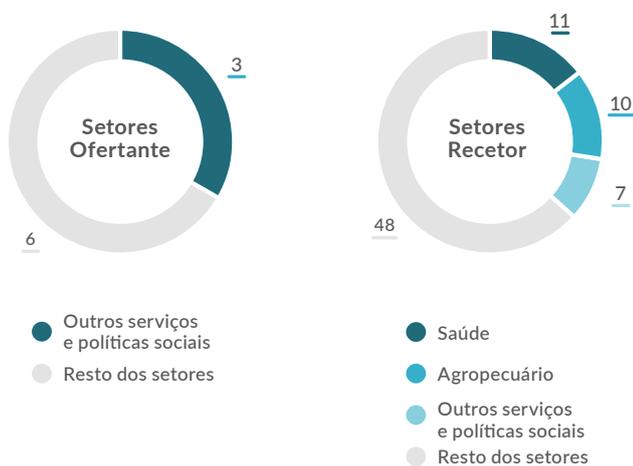
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 2, 3 y 8



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2016 a Bolívia participou num total de 121 ações, projetos e programas de Cooperação Sul-Sul. Em mais de metade das ocasiões (55,4%), essas iniciativas foram executadas na modalidade bilateral, em 27,3% na regional e em 17,4%, através da triangular. Embora na sua participação tenha prevalecido o papel de recetor (6 em cada 10 registos), em 2016 a Bolívia começou a exercer um papel dual, registrando como ofertante 8 projetos de CSS Bilateral e como Primeiro oferente, 1 projeto triangular.

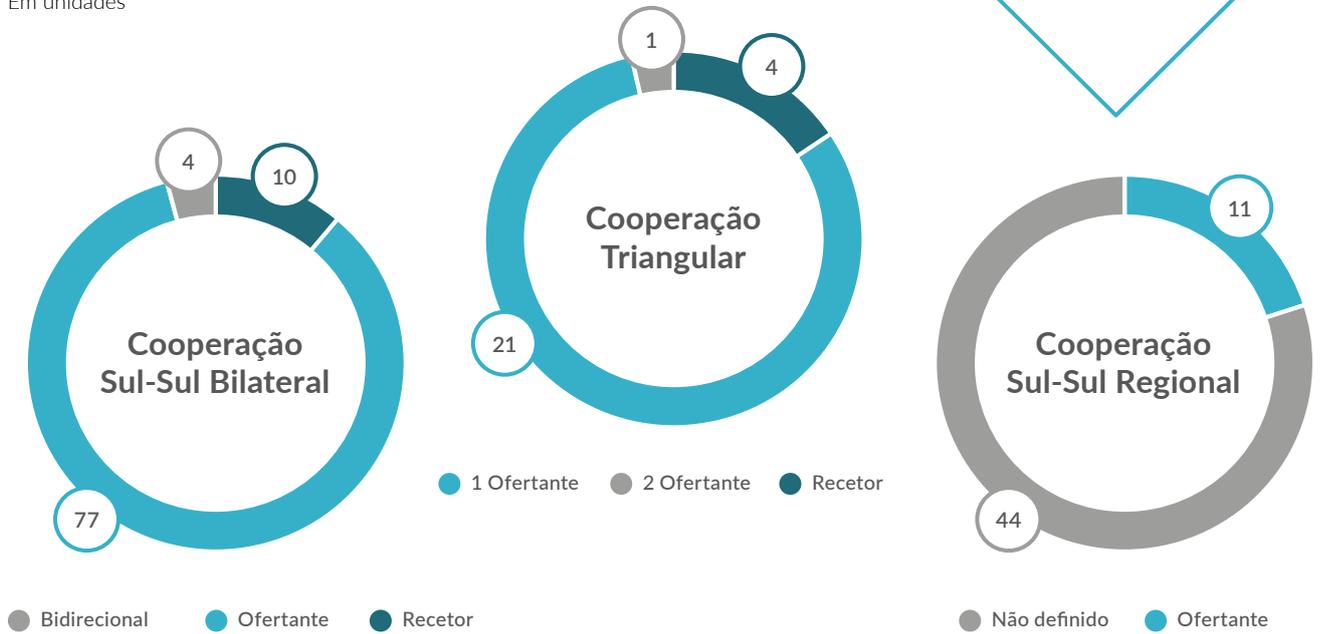
Através da participação na CSS de 2016, a Bolívia partilhou com outros parceiros experiências relacionadas com os serviços e políticas sociais e reforçou as suas capacidades nos âmbitos Agropecuário, da Saúde e das próprias políticas sociais. No conjunto, a sua participação na CSS de 2016, principalmente intercambiada com dois parceiros fronteiriços (Argentina e Peru), contribuiu para alinhar a cooperação da região com os ODS 2, 3 e 8, relativos à Fome zero, Saúde e Trabalho decente e crescimento.

BRASIL

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

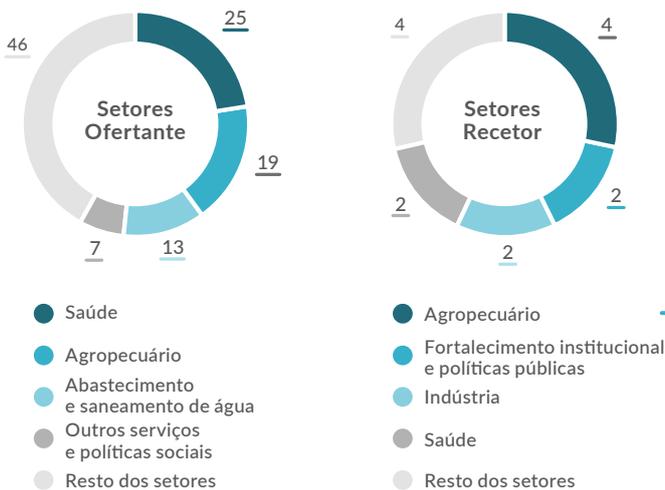
Em unidades

172



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 2, 3 y 6



PRINCIPAIS PARCEIROS



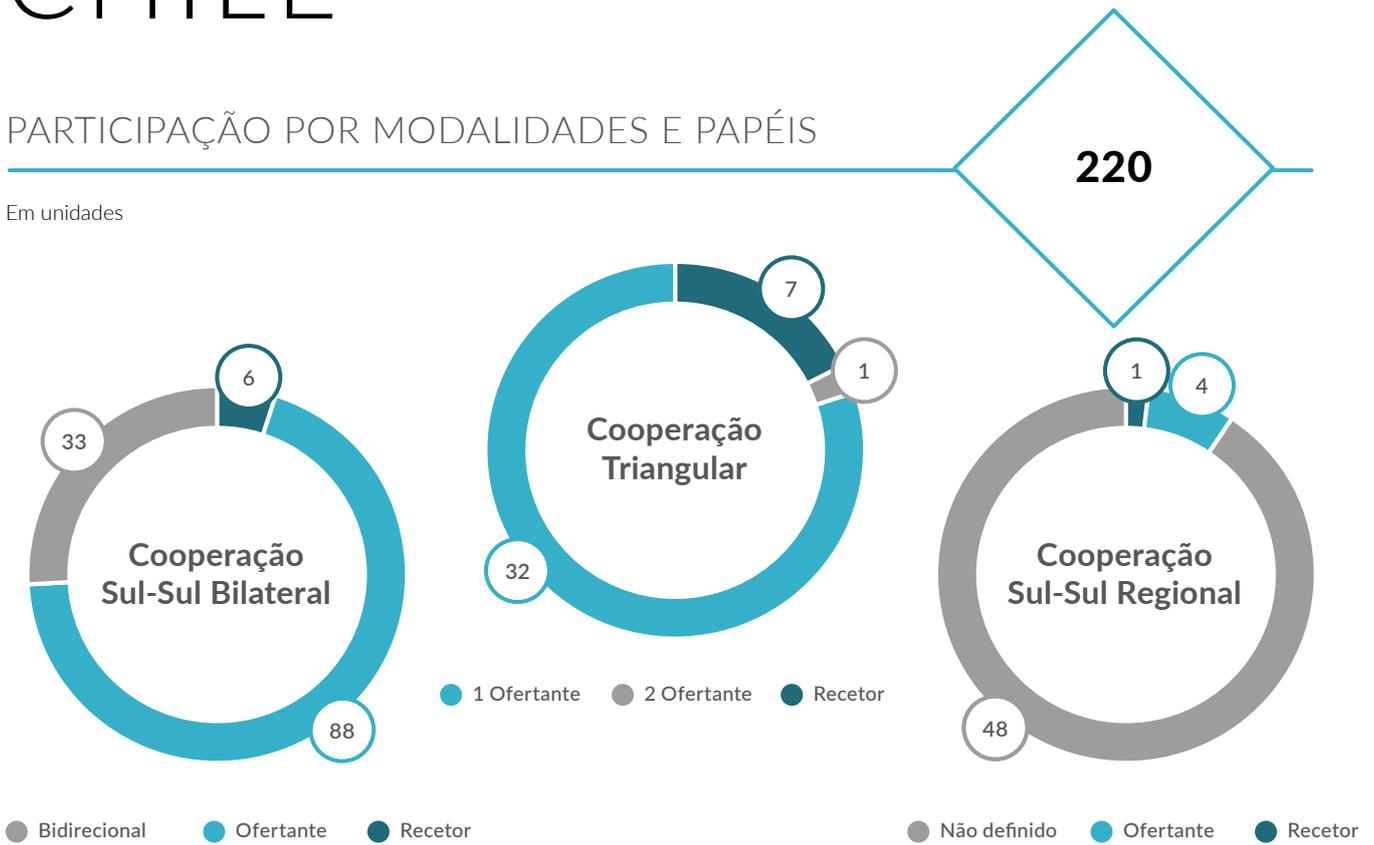
Mais de metade (52,9%) das 172 iniciativas que o Brasil manteve em execução em 2016, foram impulsionadas na modalidade bilateral. De entre as 81 iniciativas restantes, duas em cada três foram executadas na modalidade de CSS Regional e uma em cada três, através de triangulações. Independentemente da modalidade, na maior parte delas (64% das vezes), o Brasil participou nesse exercício a partir do papel de ofertante.

Através da sua participação na CSS de 2016, o Brasil partilhou com outros parceiros da região (entre os quais se destacaram o Peru, com o qual faz fronteira, e as Honduras), a sua experiência nas áreas da Saúde, Agropecuária, Água e Outros serviços e políticas sociais (um total de 2 em cada 3 intercâmbios). Nas ocasiões em que exerceu o papel de recetor, prevaleceu o fortalecimento das suas capacidades relacionadas com o âmbito agro. O conjunto da sua participação na CSS de 2016 contribuiu para alinhar as iniciativas da região com os ODS 2 (Fome zero), 3 (Saúde em bem-estar) e 6 (Água potável e saneamento).

CHILE

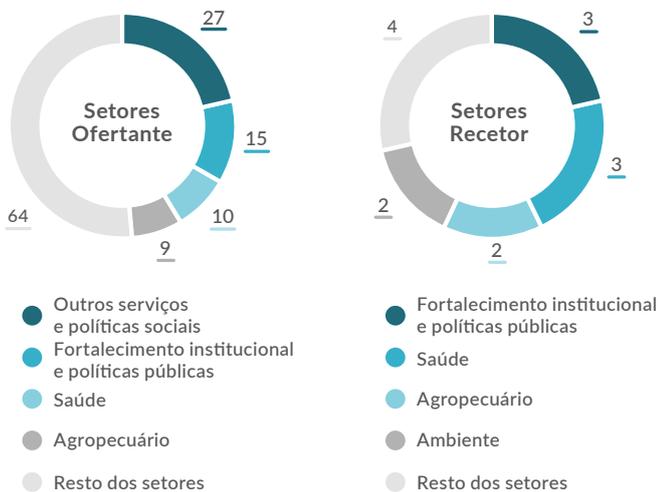
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 2, 8 y 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



No ano 2016, o Chile participou em 220 ações, projetos e programas de Cooperação Sul-Sul. Cerca de 6 em cada 10 executaram-se na modalidade bilateral; um em cada quatro, através da regional; e praticamente um em cada cinco, na triangular. À margem dos pesos relativos, o Chile foi o país que registou um maior número de iniciativas de Cooperação Triangular como Primeiro ofertante (32). Quando se acrescentam as que executou como ofertante a partir da CSS Bilateral, justificam-se praticamente 60% das 220 iniciativas nas quais o país participou em 2016.

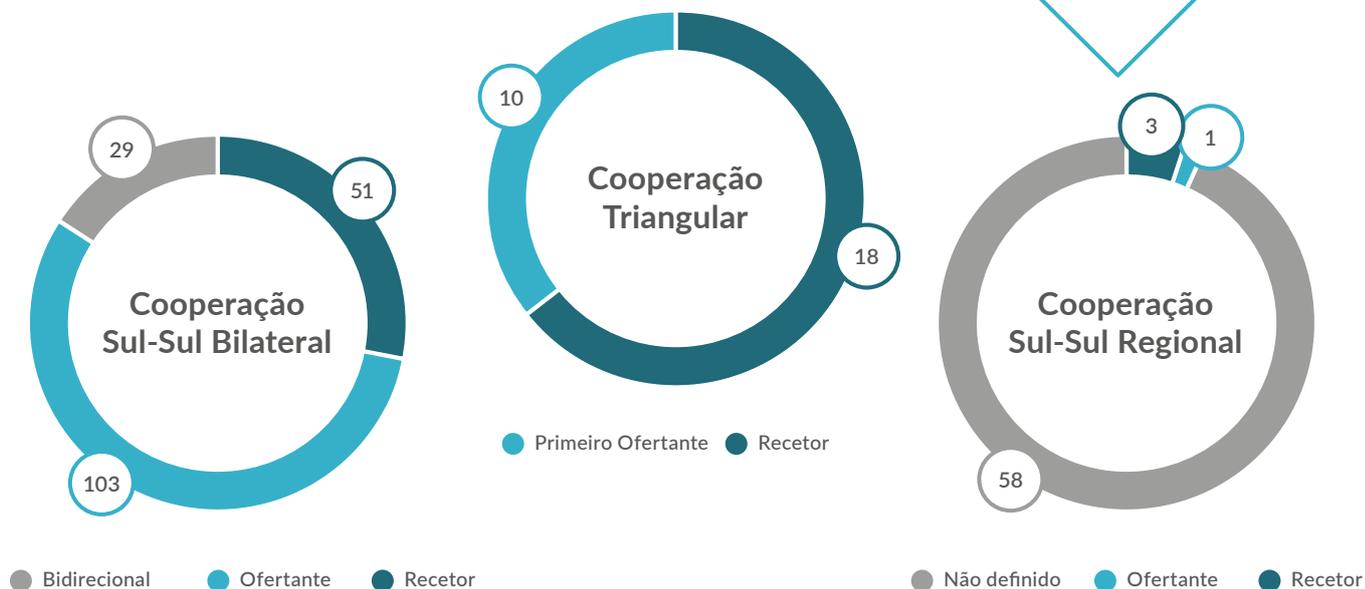
Através desta CSS, o Chile intercambiou com outros países (entre os quais se destacaram a Argentina e o México) as suas reconhecidas capacidades em Outros serviços e políticas sociais (27 projetos equivalentes à quarta parte da cooperação que o país ofereceu) na Saúde, bem como no Fortalecimento de políticas e instituições públicas e no âmbito Agro. No entanto, a cooperação chilena tendeu a alinhar-se com os ODS 8 (Trabalho decente e crescimento económico), 2 (Fome zero) e 16 (Paz, justiça e instituições sólidas).

COLÔMBIA

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades

273



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 3, 11 e 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



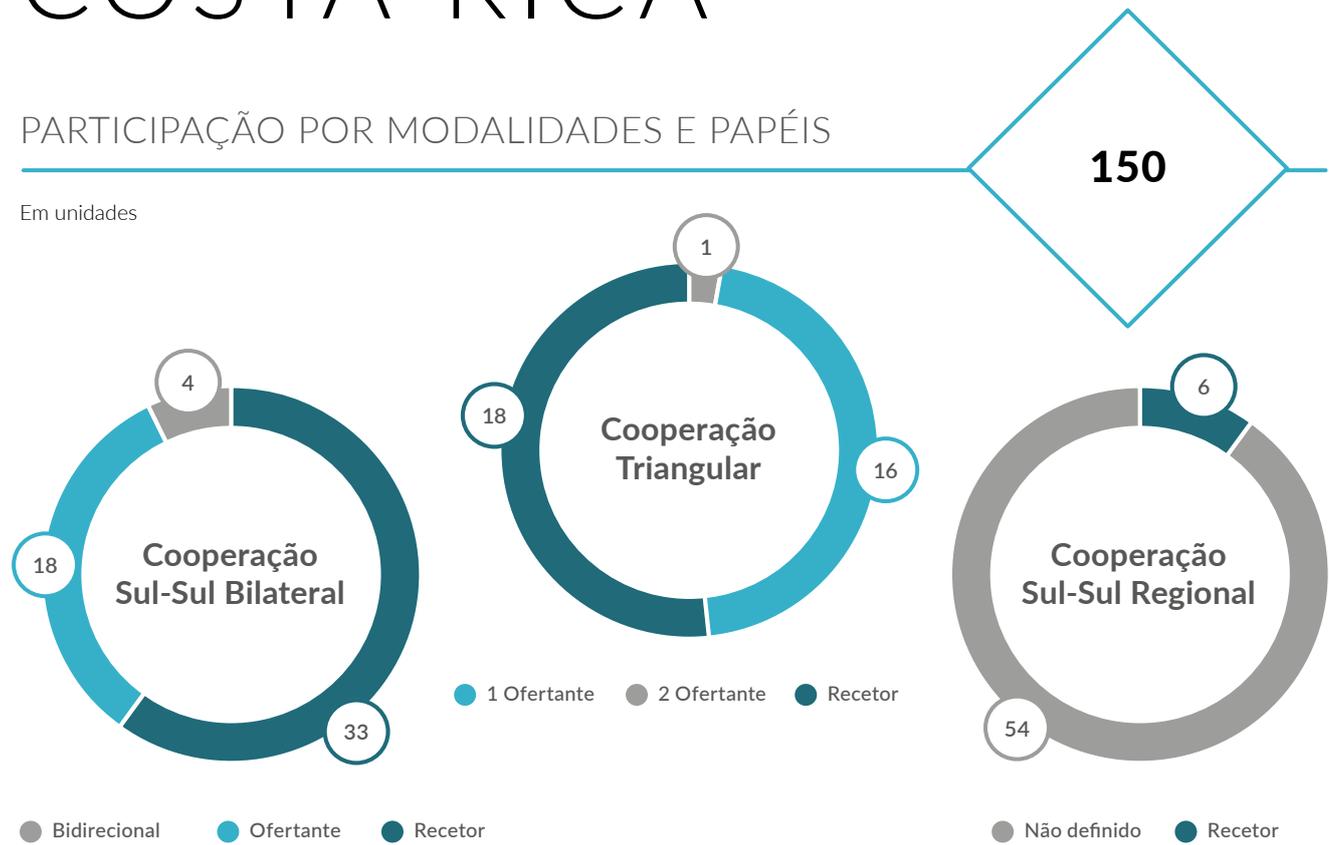
Praticamente dois terços das 273 ações, projetos e programas de CSS nos quais a Colômbia participou ao longo de 2016, foram executados na modalidade bilateral. As 90 iniciativas restantes distribuíram-se, numa proporção de 2 para 1, entre a CSS regional e a triangular. Embora a Colômbia tenha combinado o exercício de papéis, o de ofertante tendeu a prevalecer na bilateral e o de receptor na triangular.

Nos seus intercâmbios, a Colômbia associou-se a múltiplos países, entre os quais se destacaram a Argentina, El Salvador e Peru. Através dos referidos intercâmbios, a Colômbia partilhou capacidades na área das Políticas sociais, Saúde e Fortalecimento institucional. As diferenças surgiram no papel de ofertante, dada a sua capacidade para transferir pontos fortes nos setores da Cultura e do Ambiente; e a partir da receção, pela possibilidade de fortalecer capacidades relativas ao âmbito Agropecuário. Fruto desta combinação de iniciativas, a CSS da Colômbia pôde contribuir para a consecução dos ODS 16 (Paz, justiça e instituições sólidas), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e 3 (Saúde e bem-estar).

COSTA RICA

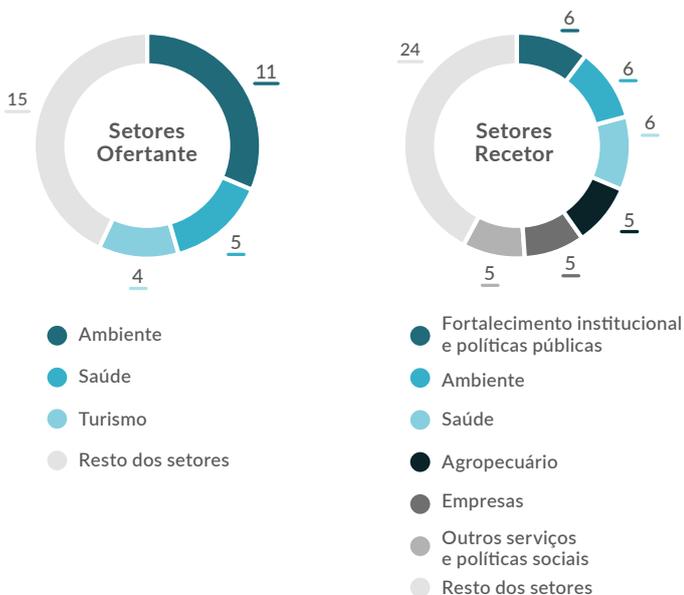
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 3, 13 y 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



Ao longo de 2016, a Costa Rica participou num total de 150 ações, projetos e programas de CSS. Desse total, foram maioritárias (40%) as iniciativas executadas na modalidade regional, seguidas muito de perto das bilaterais (36,7%) e, em menor medida, das triangulares (23,3% que, mesmo assim, equivalem a 35 ações e projetos). Na promoção desta cooperação, a Costa Rica combinou o exercício dos dois papéis, representando o de recetor cerca de 40% das iniciativas e o de ofertante, praticamente uma em cada quatro.

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

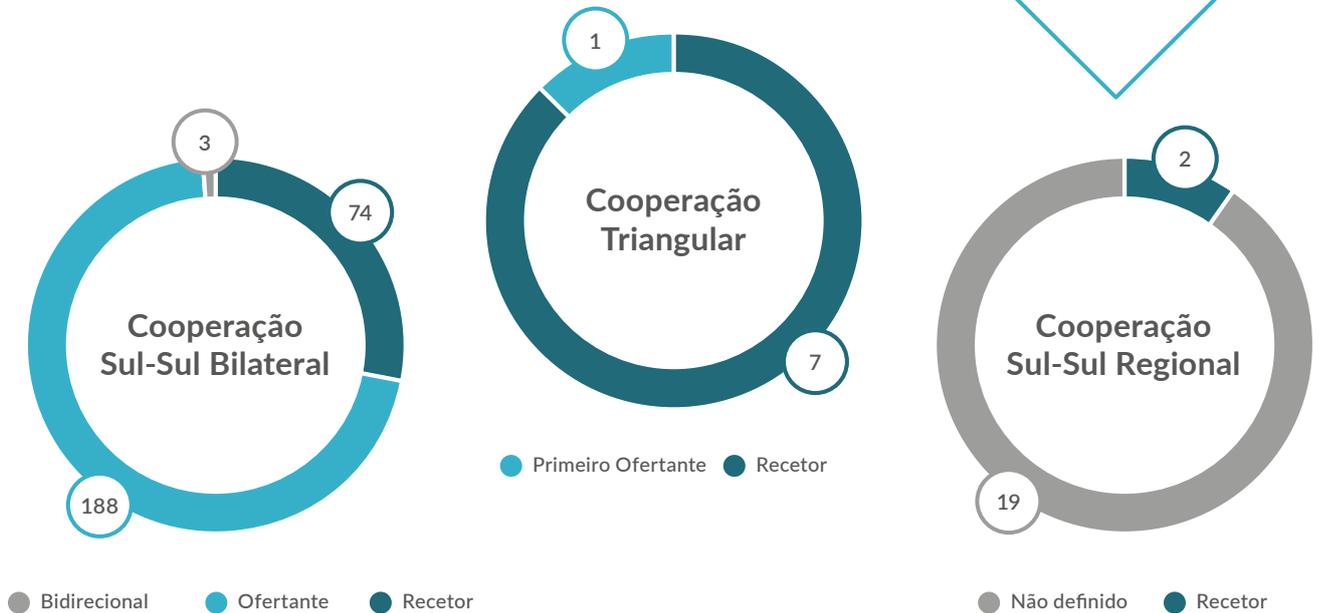
No conjunto dos intercâmbios, houve três parceiros que se destacaram: México, Colômbia e El Salvador. Ao exercer o papel de ofertante, a Costa Rica partilhou as suas reconhecidas capacidades nos setores do Ambiente, Saúde e Turismo. Entretanto, nas ocasiões em que a Costa Rica exerceu o papel de recetor, mais de metade dos projetos distribuíram-se por um máximo de 6 setores, o que sugere que o país fortaleceu capacidades muito diversas e de natureza muito diferente. Finalmente, a combinação destas atividades permite afirmar que, em 2016, a CSS da Costa Rica se tendeu a alinhar com os ODS 3 (Saúde e bem-estar), 13 (Ação pelo clima) e 16 (Paz, justiça e instituições sólidas).

CUBA

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

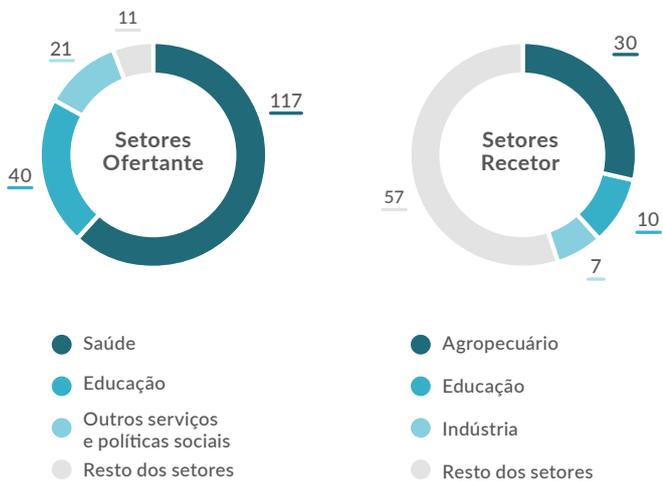
Em unidades

294



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 2, 3 y 4



PRINCIPAIS PARCEIROS



Ao longo de 2016, Cuba manteve em execução cerca de 300 iniciativas (294), 90% das quais foram promovidas na modalidade bilateral, um valor que contrasta com 7,1% da participação registada na modalidade regional e 2,7% na triangular. Em praticamente 65% das ocasiões, Cuba exerceu maioritariamente o papel de ofertante. Entretanto, participou como recetor em 28,2% dessas 294 iniciativas.

Por sua vez, e embora tivesse realizado intercâmbios com muitos países da região e de fora dela, Cuba contou, entre os seus principais parceiros, com a Argentina e o México. Tal como era de esperar, a transferência de capacidades centrou-se na sua reconhecida experiência na área social, particularmente na Educação, Saúde e Políticas Sociais. De forma complementar, dentro da cooperação recebida destacaram-se os intercâmbios relacionados com setores económicos, como o Agro e a Indústria. Em conjunto, todos estes intercâmbios permitiram que Cuba alinhasse a sua CSS com os ODS 2 (Fome zero), 3 (Saúde) e 4 (Educação de qualidade).

EQUADOR

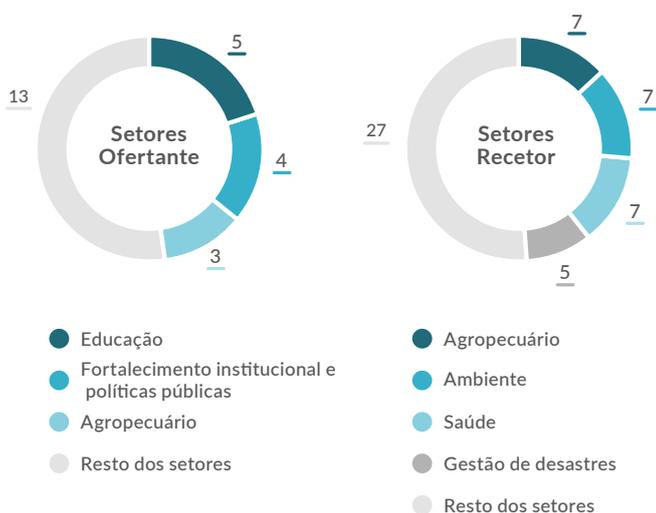
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 2 y 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



Mais de metade (56,9%) das 123 iniciativas de CSS que o Equador manteve em execução durante 2016, foram promovidas na modalidade bilateral, 31,7% na modalidade regional e os restantes 11,4% através da triangular. No total desta cooperação, o número de ocasiões nas quais o Equador exerceu o papel de ofertante (43,1%) duplicou aquelas nas quais participou como recetor (20,3%).

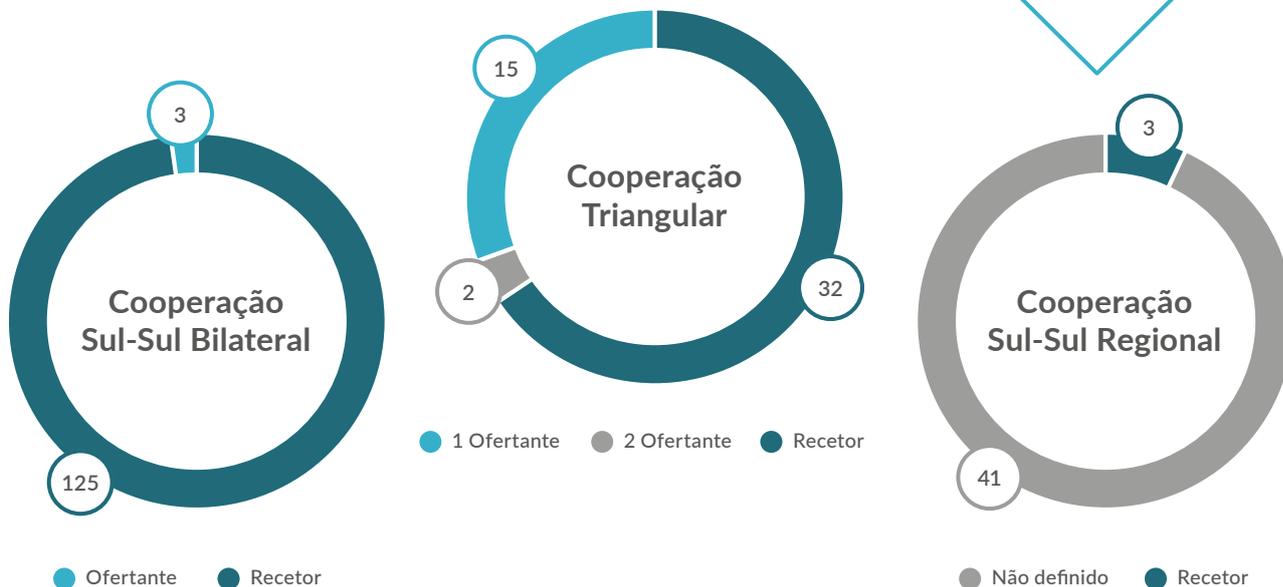
Por sua vez, o perfil de capacidades fortalecidas diferiu dependendo do papel e mostrou-se muito complementar: assim, a partir da transferência, destacaram-se a Educação e o Fortalecimento institucional; enquanto que a partir da receção se salientaram a Saúde, Ambiente e Gestão de desastres. A única exceção foi o âmbito Agropecuário, uma atividade com que se vincularam intercâmbios em ambos os papéis. Através desta cooperação, intercambiada com um conjunto de parceiros, entre os quais se destacaram o Peru e El Salvador, o país andino contribuiu para que a região se alinhasse com os ODS 2 e 16, relativos, respetivamente, à Fome zero e Paz, justiça e instituições sólidas.

EL SALVADOR

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades

221



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 3, 11 y 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



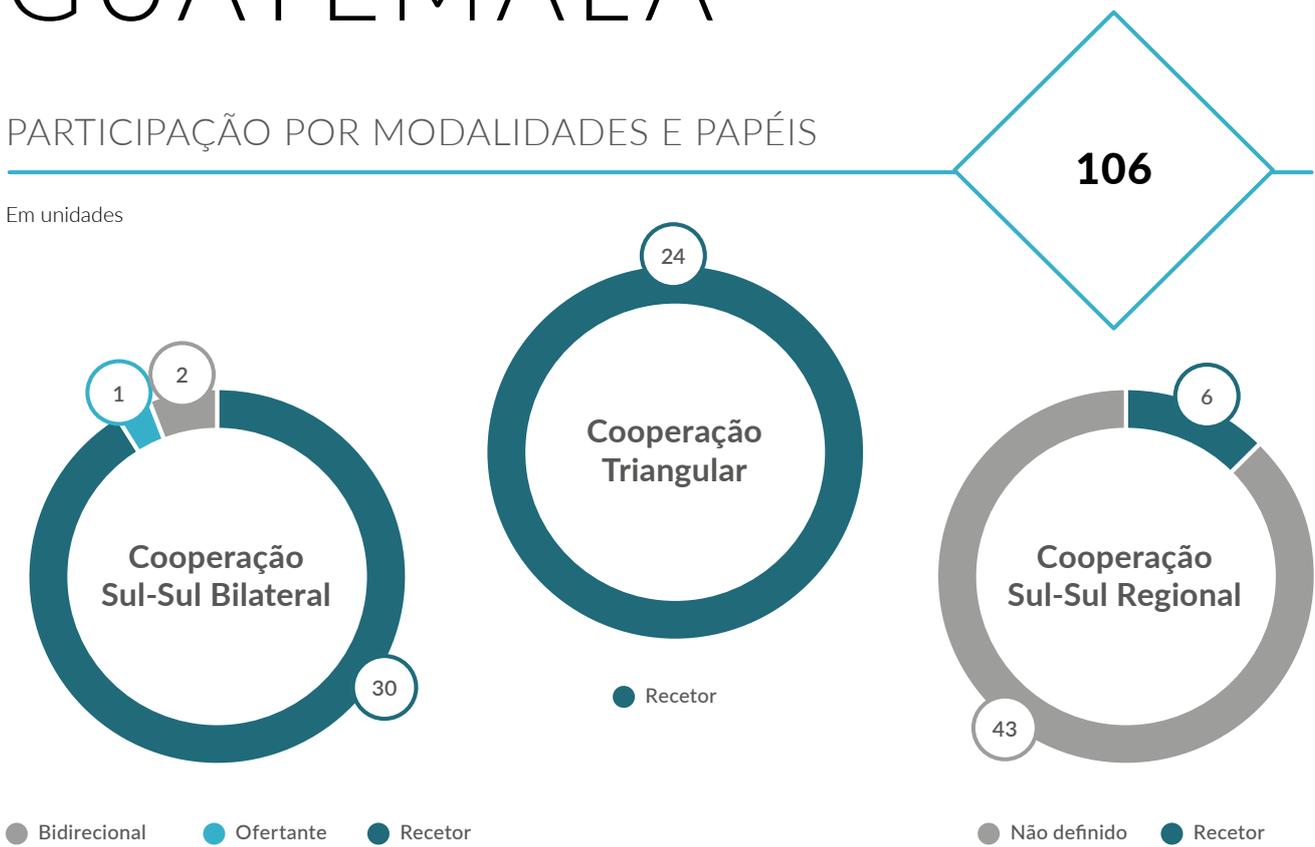
Ao longo de 2016, El Salvador participou em 221 ações, projetos e programas de CSS. A sua maior parte, 57,7%, foram promovidos na modalidade bilateral; 22,2%, na triangular; e os restantes 20% através da regional. Em cerca de 3 em cada 4 dessas iniciativas, El Salvador participou no exercício do papel de recetor. Entretanto, no de ofertante associou-se a 1 de cada 10 dessas 221 iniciativas.

Tratou-se de uma CSS muito diversificada setorialmente: assim, e no papel de recetor, El Salvador fortaleceu as suas capacidades de Saúde, Educação e Fortalecimento das instituições e das políticas públicas em geral e das Sociais, em particular; por outro lado, como ofertante, apoiou a Gestão das finanças públicas e da Segurança pública e nacional. Nos múltiplos intercâmbios com outros parceiros, entre os quais se destacaram o México e a Colômbia, a CSS deste país centro-americano apoiou o alinhamento da região com os ODS 3 (Saúde e bem-estar), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e 16 (Paz, justiça e instituições sólidas).

GUATEMALA

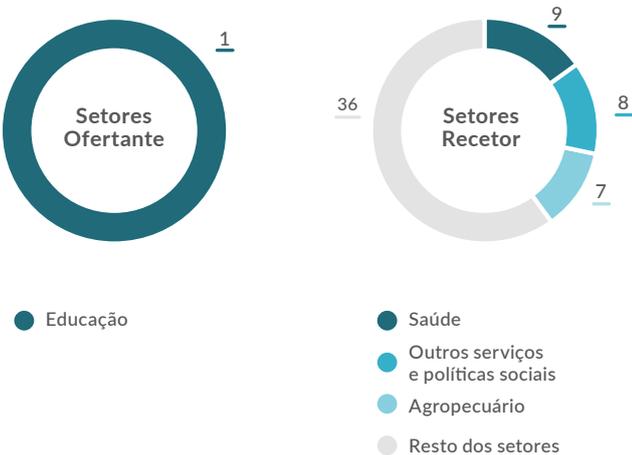
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 2, 3 y 4



PRINCIPAIS PARCEIROS



Em 2016, a Guatemala manteve em execução 106 ações, projetos e programas de Cooperação Sul-Sul. A maior parte desta CSS, 46,6% do total das iniciativas, foi executada na modalidade regional; um terço na modalidade bilateral; e uma em cada cinco, num quadro triangular. Por outro lado, em praticamente 60% desta CSS, a Guatemala exerceu o papel de recetor. De facto, em 2016 o país centro-americano só exerceu o papel de ofertante em uma ocasião.

A Cooperação Sul-Sul recebida pela Guatemala serviu ao país para fortalecer as suas capacidades, especialmente nas áreas Social (Saúde e Outros serviços e políticas sociais) e Económica (Agropecuária). Por seu lado, quando exerceu o papel de ofertante, intercambiou uma experiência relacionada com a Educação. Embora se tenha relacionado com muitos outros parceiros, destacaram-se, pelo seu maior peso relativo, a Colômbia e o México. O conjunto da Cooperação Sul-Sul na qual a Guatemala participou em 2016 contribuiu para a consecução dos ODS 2 (Fome zero), 3 (Saúde e bem-estar) e 4 (Educação de qualidade).

HONDURAS

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 2 y 3



PRINCIPAIS PARCEIROS



43,3% das 114 iniciativas de Cooperação Sul-Sul que as Honduras mantiveram em execução ao longo de 2016 foram intercambiadas na modalidade bilateral, 36% executaram-se através da regional e uma em cada cinco, num quadro triangular. Na maior parte dessa cooperação (praticamente duas em cada três ocasiões), as Honduras participaram na CSS exercendo o papel de recetor. A sua participação como ofertante teve um caráter mais pontual e produziu-se através do intercâmbio de 2 projetos e 1 ação de CSS Bilateral.

A cooperação que as Honduras receberam foi muito orientada para fortalecer as suas capacidades na área Social (Saúde e Outros serviços e políticas sociais) e Económica (Agropecuária), enquanto que a oferecida foi diversificada entre o apoio às instituições públicas e às Indústrias Extrativas. Entre os seus principais parceiros em 2016, destacaram-se o México e a Colômbia. Finalmente, o conjunto da CSS de 2016 esteve principalmente alinhada com o ODS 2 (Fome zero) e ODS 3 (Saúde e bem-estar).

MÉXICO

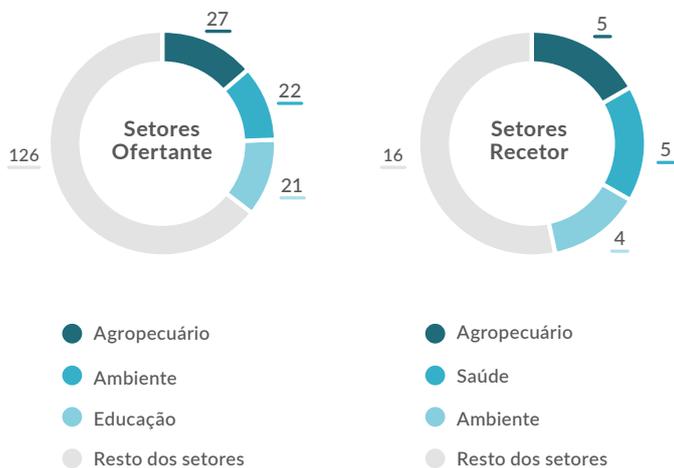
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 2 y 3



PRINCIPAIS PARCEIROS



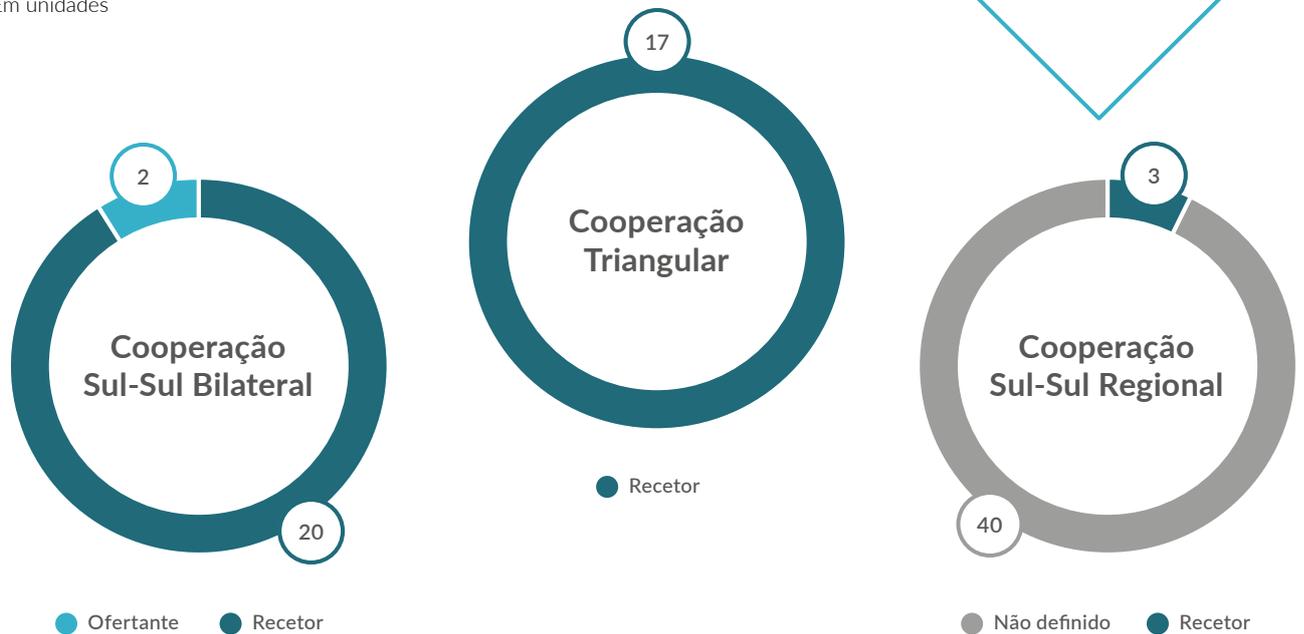
O México foi o país que, em 2016, registou participação num maior número de iniciativas de CSS: 318. Dois terços destas executaram-se na modalidade bilateral; 36% num enquadramento regional; e os restantes 21% através da triangular. Em 6 de cada 10 destas iniciativas, o México exerceu o papel de ofertante, enquanto que o de recetor se verificou em uma de cada 10. Além disso, registaram-se 42 projetos de CSS Bilateral com carácter "bidirecional" nos quais o México participou exercendo simultaneamente ambos os papéis.

Embora os pontos fortes transferidos tivessem sido muito diversos, prevaleceram os relacionados com os setores Agropecuário, do Ambiente e da Educação. No papel de recetor, o apoio às capacidades nos mesmos âmbitos Agro e Ambiental, complementaram-se com outros intercâmbios na área da Saúde. Embora os seus parceiros tivessem sido diversos, são de destacar, entre eles, El Salvador e Costa Rica, bem como o Chile. Fruto destes intercâmbios e da combinação de capacidades, a CSS que o México impulsionou em 2016 contribuiu para que a região fizesse progredir a consecução dos ODS 2 (Fome zero) e 3 (Saúde e bem-estar).

NICARÁGUA

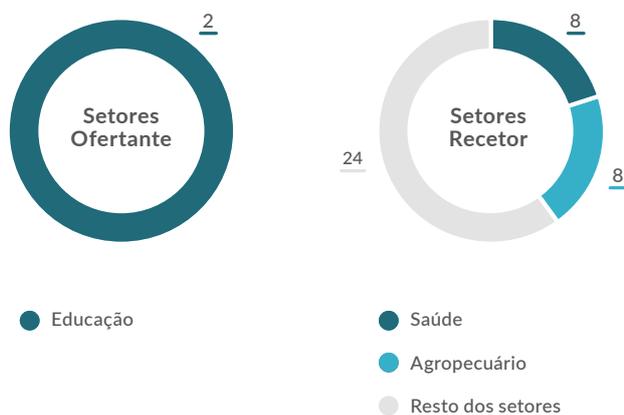
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 2, 3 y 6



PRINCIPAIS PARCEIROS



No ano 2016, a Nicarágua participou em 82 ações, projetos e programas de Cooperação Sul-Sul. Mais de metade destas iniciativas (52,4%) ocorreram num contexto regional; 26,8% corresponderam a uma modalidade bilateral; e os restantes 20,7 à triangular. Em praticamente metade destas 82 iniciativas (48,8%), a Nicarágua exerceu o papel de recetor. Entretanto, participou como ofertante em 2 ações de CSS Bilateral.

Através desta CSS, a Nicarágua fortaleceu as suas capacidades, principalmente nos setores da Saúde e Agropecuário. E nas ocasiões em que o país centro-americano exerceu o papel de ofertante, as experiências intercambiadas visaram a Educação. Os intercâmbios envolveram diferentes parceiros, entre os quais se destacaram o México e Cuba. Com tudo isto, a CSS da Nicarágua alinhou-se com a consecução dos ODS 2 (Fome zero), ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 6 (Água potável e saneamento).

PANAMÁ

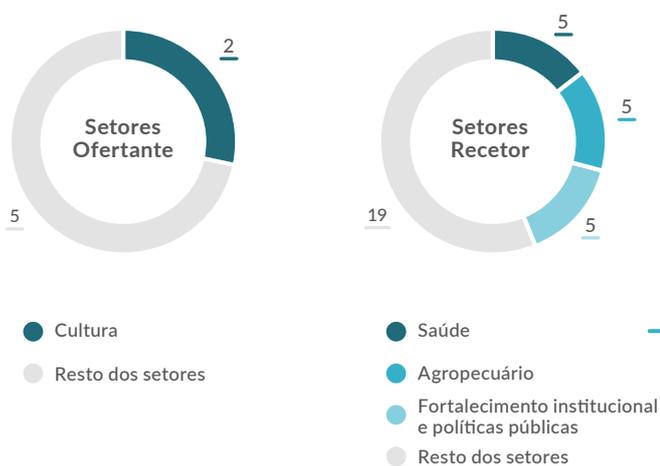
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 2, 3 y 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



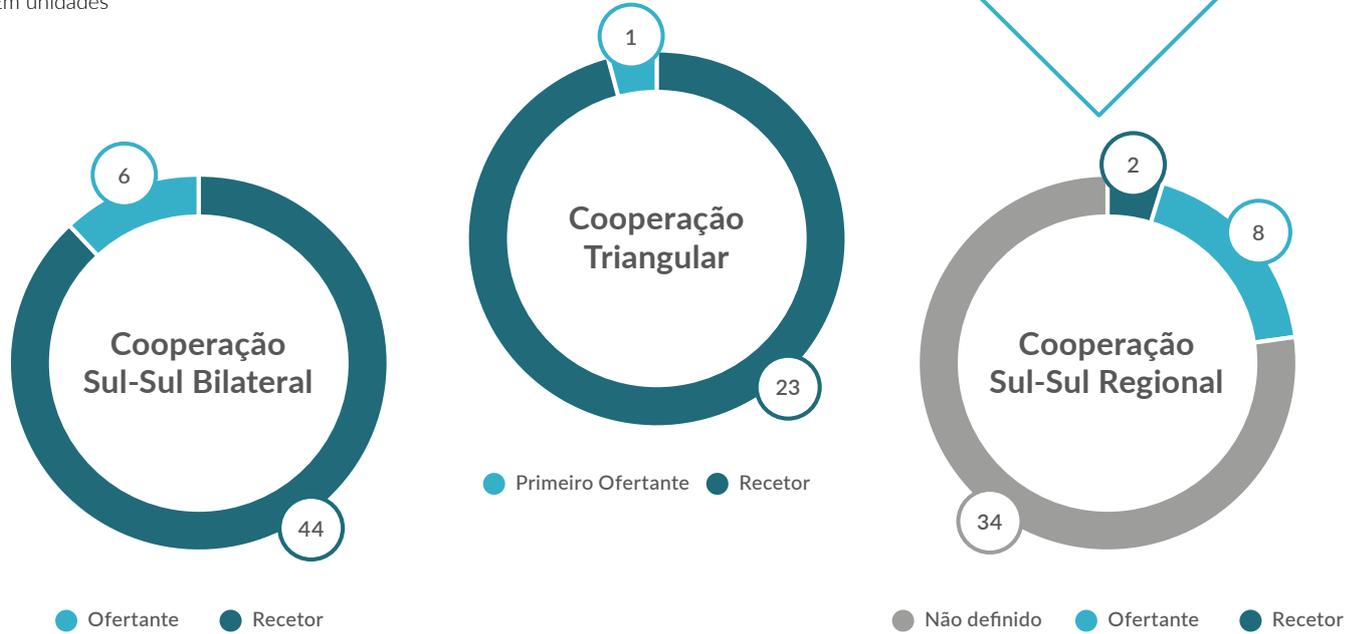
Praticamente 60% das 88 ações, projetos e programas de Cooperação Sul-Sul que o Panamá manteve em execução em 2016, tiveram lugar num quadro regional. Os restantes 28,7%, foram executados na modalidade bilateral e 12,6% através de triangulações. O papel proeminente foi o de recetor, presente em 4 de cada 10 das iniciativas finalmente registadas por esse país. Entretanto, o Panamá exerceu o papel de ofertante de forma mais pontual, num total de 6 ocasiões, maioritariamente com caráter bilateral.

Quando Panamá funcionou como ofertante, destacaram-se as capacidades transferidas na área da Cultura. Este país também usou a cooperação recebida para reforçar os setores Agropecuário, da Saúde e do Fortalecimento das instituições e políticas públicas. Entre os seus principais parceiros, devemos destacar o México e o Chile. Como resultado destes intercâmbios, a CSS do Panamá tendeu a alinhar-se com os ODS 2 (Fome zero), ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 16 (Paz, justiça instituições sólidas).

PARAGUAI

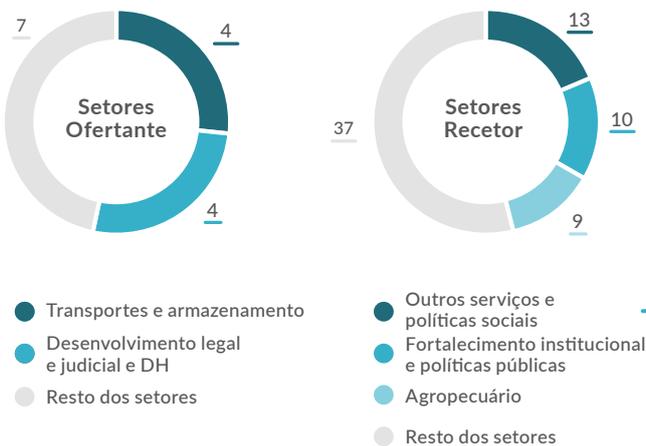
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 2 y 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



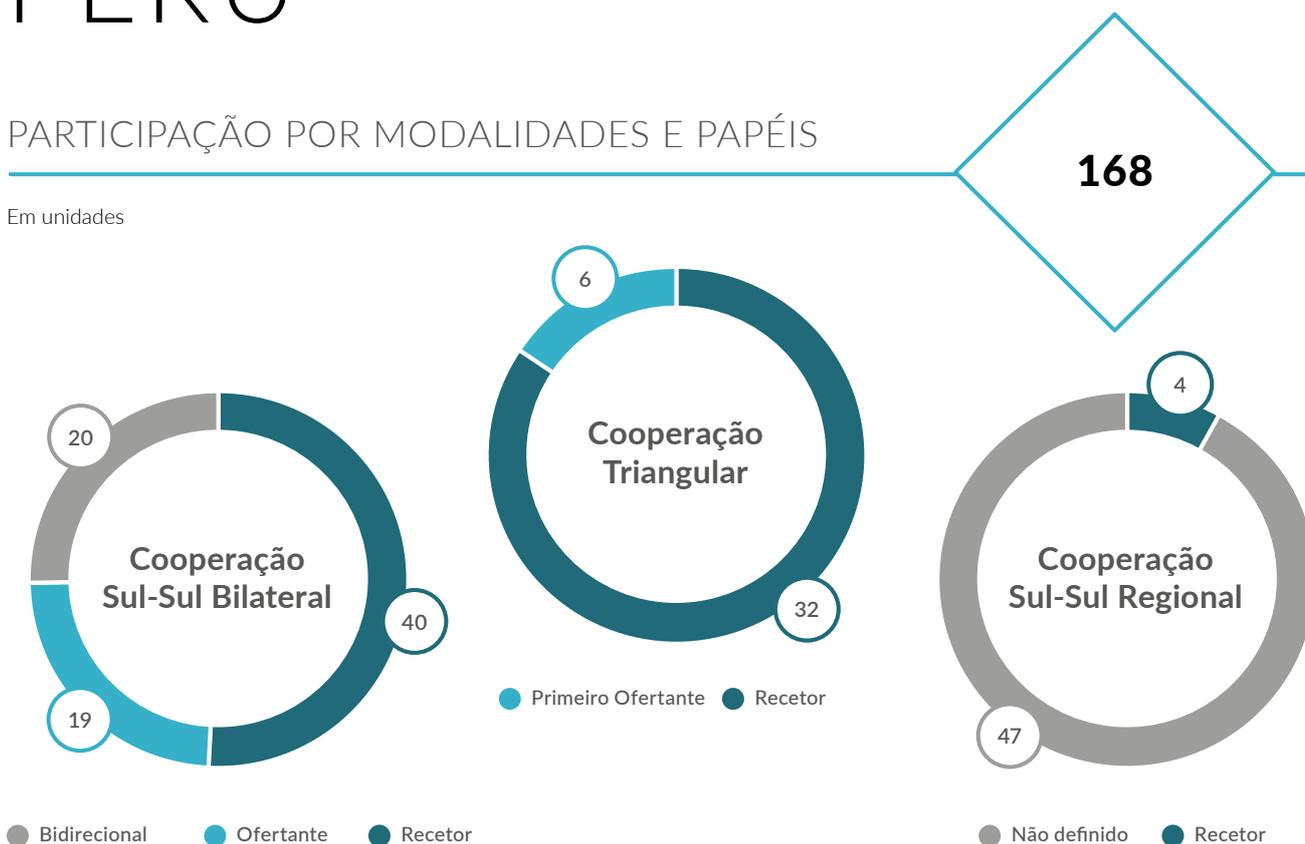
Ao longo de 2016, o Paraguai participou num total de 118 ações, projetos e programas de CSS. Praticamente 8 em cada 10 destas iniciativas, distribuíram-se em proporções próximas, entre as modalidades bilateral (42,4%) e regional (37,3%), enquanto que os restantes 20% se realizaram através da triangular. Embora o papel maioritariamente exercido por esse país fosse o de recetor (em 58,5% das ocasiões), o Paraguai exerceu o papel de ofertante em 12,7% dessas 118 iniciativas.

Neste sentido, quando o Paraguai participou na CSS como ofertante, transferiu capacidades relativas aos Direitos Humanos (através da Bilateral) e ao setor dos Transportes e armazenamento (via CSS Regional). Entretanto, a cooperação recebida serviu-lhe para reforçar as áreas dos Outros serviços e políticas sociais, da Agropecuária e do Fortalecimento das instituições e políticas públicas. O conjunto dos intercâmbios, entre cujos parceiros se destacam a Argentina, Colômbia e Chile, contribuíram para alinhar o Paraguai com os ODS 2 (Fome zero) e 16 (Paz, justiça e instituições sólidas).

PERU

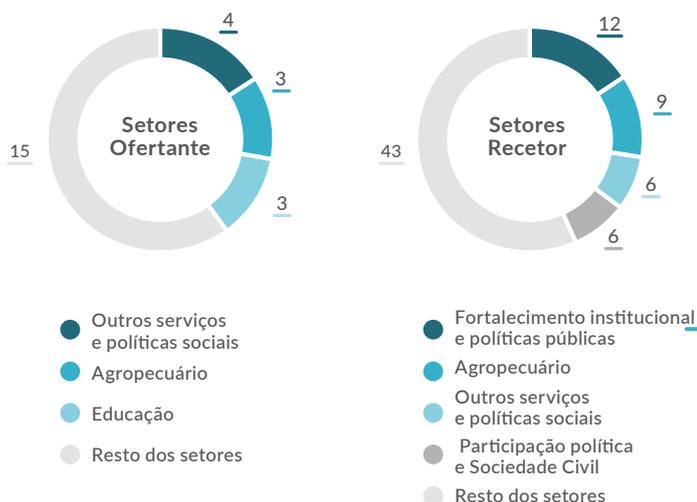
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 8, 12 y 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



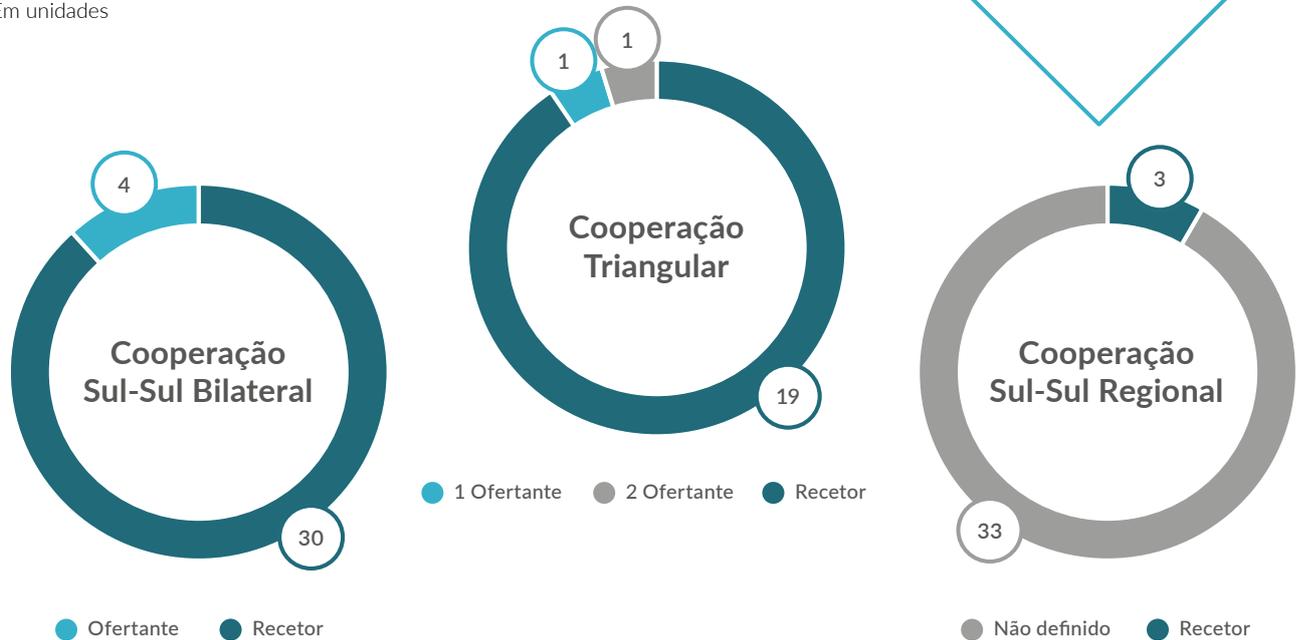
A maior parte (47,0%) das 168 ações, projetos e programas de CSS que o Peru manteve em execução ao longo de 2016, foram implementados na modalidade bilateral. Os restantes, distribuíram-se numa proporção de 30 a 20, entre os que foram intercambiados no âmbito regional e através da cooperação triangular. Em 4 de cada 10 destas 168 iniciativas, o Peru exerceu o papel de recetor. Entretanto, exerceu o papel de ofertante em 25 ações e projetos de CSS, equivalentes a 14,9% do total das iniciativas.

A receção de CSS foi muito diversificada setorialmente, pelo que o Peru fortaleceu capacidades nas áreas Social (Outros serviços e políticas); Económica (Agropecuário); e Institucional (apoio a instituições e políticas públicas, Participação política e Sociedade Civil). No papel de ofertante, o perfil de capacidades também se diversificou, neste caso em torno da Educação e dos âmbitos Agropecuário e das Políticas sociais. O conjunto destes intercâmbios, que tiveram como principais parceiros a Colômbia e a Bolívia, justificam o alinhamento do Peru com os ODS 8 (Trabalho decente e crescimento económico), 12 (Produção e consumo responsáveis) e 16 (Paz, justiça instituições sólidas).

REP. DOMINICANA

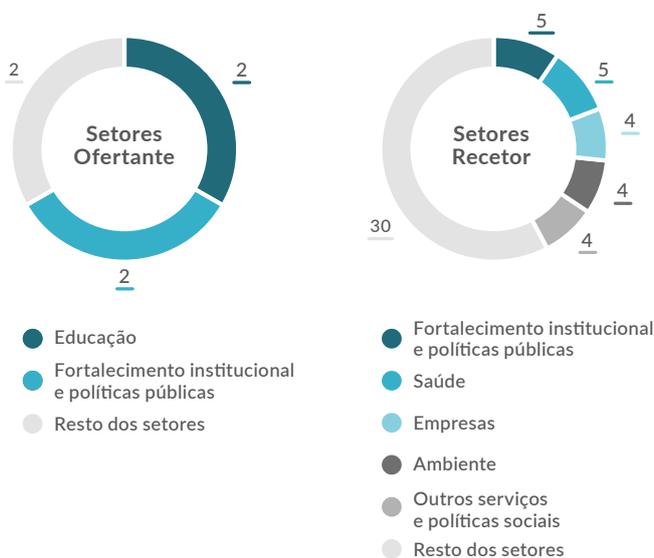
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 8, 11 y 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



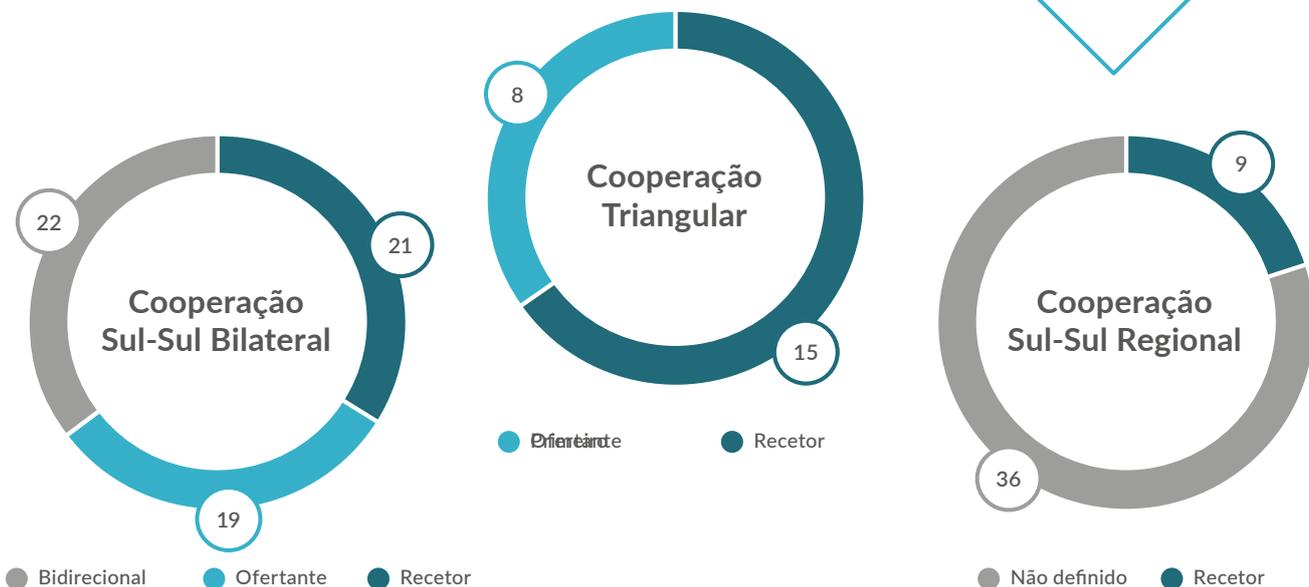
As 91 iniciativas de CSS nas quais a República Dominicana participou em 2016 foram executadas nas modalidades regional (39,6% das totais), bilateral (37,4%) e triangular (23,1%). Na maior parte delas (em 57,1% das ocasiões), a República Dominicana participou a partir do papel de recetor. No entanto, este país caribenho registou uma crescente atividade como ofertante, um papel no qual promoveu 4 ações e projetos de CSS Bilateral e 2 de Cooperação Triangular, equivalentes a 6,6% das 91 iniciativas finais.

Em termos setoriais, a CSS da República Dominicana foi muito diversificada. Assim, como recetor o país reforçou as suas capacidades nos âmbitos Social (Saúde, Outros serviços e políticas); Económico (Empresas); Institucional (apoio a instituições e políticas públicas); e Ambiental. Entretanto, no papel de ofertante transferiu capacidades relacionadas com a Educação e o Fortalecimento institucional. Neste sentido, o conjunto das 91 iniciativas intercambiadas com outros parceiros, entre os quais se destacaram a Colômbia, Chile e México, puderam contribuir para o alinhamento da CSS da região com os ODS 8 (Trabalho decente e crescimento económico), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e 16 (Paz, justiça e instituições sólidas).

URUGUAI

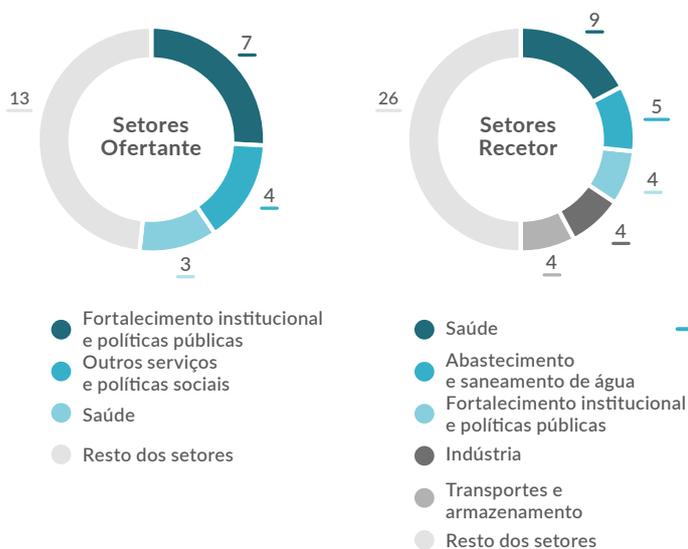
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 2, 13 y 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



Ao longo de 2016, o Uruguai manteve em execução 130 ações, projetos e programas de CSS. Praticamente metade destes (47,7%) foram intercambiados na modalidade bilateral; 34,6%, num quadro regional; e os restantes 17,7% através da triangular. Em 1 de cada 3 iniciativas, o Uruguai participou nesta CSS como recetor; em 20,8% das ocasiões, como ofertante; e em 16,9%, essa participação teve um caráter bidirecional, o que significa que nesses casos o Uruguai exerceu simultaneamente o papel de recetor e de ofertante.

Neste sentido, as capacidades relacionadas com a Saúde e o Fortalecimento das instituições e políticas públicas, foram fortalecidas tanto quando exerceu o papel de ofertante quanto o de recetor. Entretanto, a receção de CSS permitiu que o Uruguai reforçasse áreas, tais como as da Água, Indústria e Transportes, e, a partir da oferta, transferisse capacidades sobre Outros serviços e políticas sociais. Por sua vez, e embora tenha realizado intercâmbios com numerosos parceiros, destacaram-se as colaborações com o México e o Paraguai. Fruto desta combinação de elementos, em 2016 a CSS do Uruguai contribuiu para a concretização dos ODS 2 (Fome zero), 13 (Ação pelo clima) e 16 (Paz, justiça e instituições sólidas).

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

VENEZUELA

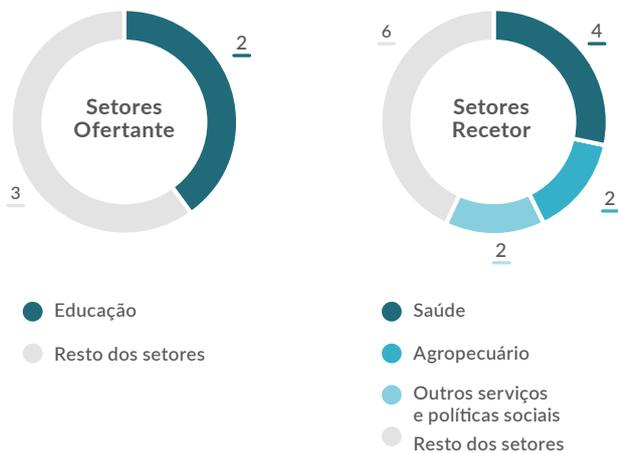
PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 3 y 4



PRINCIPAIS PARCEIROS



Ao longo de 2016, a Venezuela participou num total de 41 ações, projetos e programas de CSS. A maior parte destas iniciativas (56,1%) foram executadas num quadro regional; 39,0%, na modalidade bilateral; e os restantes 4,9% através da triangular. Em uma de cada três destas iniciativas, a Venezuela participou no exercício do papel de recetor, e em 12,2% delas, como ofertante de CSS.

Através da receção desta cooperação, a Venezuela fortaleceu as suas capacidades, principalmente nas áreas da Saúde, Outros serviços e políticas sociais e Agropecuária. Entretanto, ao exercer o papel de ofertante, transferiu pontualmente experiências relacionadas com a Educação. A combinação de capacidades que se verificou através destes intercâmbios de CSS com outros parceiros, entre os quais se destacaram Cuba e México, permitiram que a Venezuela contribuisse para a consecução dos ODS 3 (Saúde e bem-estar) e 4 (Educação de qualidade).

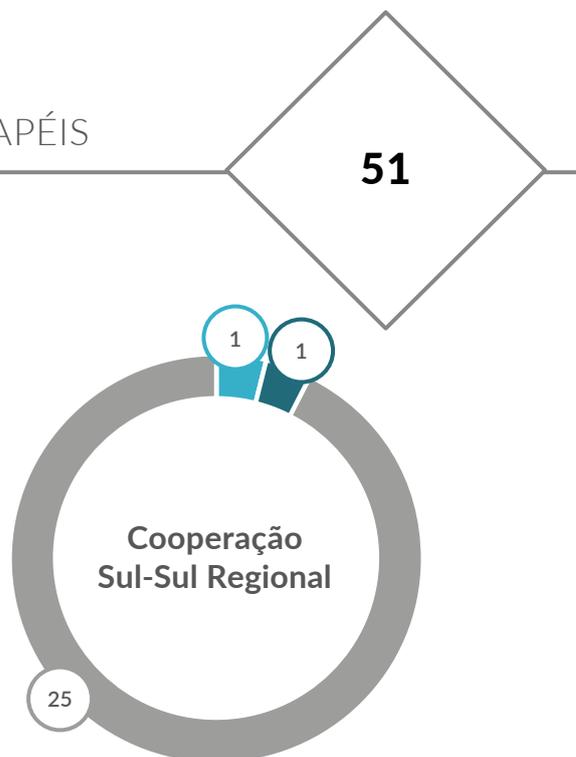
ESPANHA

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades



● Segundo Ofertante



● Não definido ● Ofertante ● Recetor

51

CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



● Ambiente
● Fortalecimento institucional e políticas públicas
● Resto dos setores



● Cultura
● Fortalecimento institucional e políticas públicas
● Educação
● Resto dos setores

CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 8, 11 y 16



PRINCIPAIS PARCEIROS



As 51 ações, projetos e programas de Cooperação Sul-Sul em que Espanha participou ao longo de 2016, ocorreram, em proporções muito próximas, na modalidade regional (52,9% das iniciativas finais) e triangular (47,1%). Em metade destas 51 iniciativas, Espanha exerceu principalmente o papel de segundo oferente, destacando-se aqui as 24 ocasiões em que apoiou a execução de ações e projetos de Cooperação Triangular. No papel de recetor, só consta num registo associado à CSS Regional.

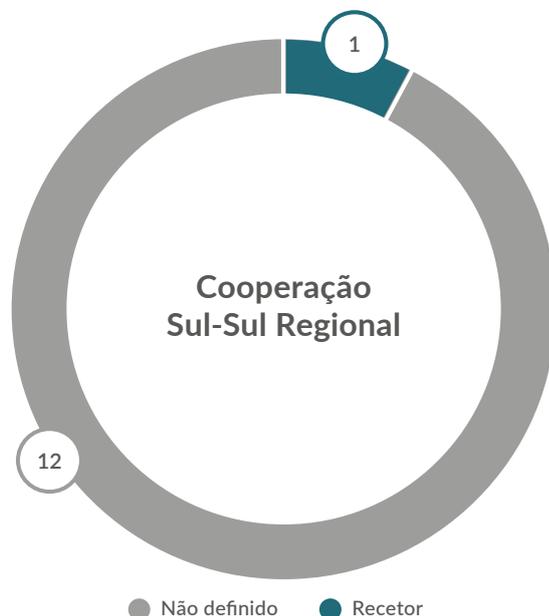
Através destas 51 iniciativas, Espanha intercambiou em conjunto com outros parceiros da região, entre os quais se destacaram a Costa Rica, República Dominicana e Bolívia, experiências diferentes: mais centradas no Fortalecimento das instituições e políticas públicas e no Ambiente, através da triangular; relacionadas com a Cultura, Educação e Fortalecimento institucional, quando participou na regional. Em qualquer caso, estas 51 iniciativas levaram Espanha a um maior alinhamento com os ODS 8 (Trabalho decente e crescimento económico), 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e 16 (Paz, justiça e instituições sólidas).

PORTUGAL

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

13

Em unidades



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 16



Em 2016, Portugal participou num total de 13 projetos e programas de CSS. Todas estas experiências tiveram lugar através de uma CSS de carácter regional. Em uma delas, a referida participação produziu-se como recetor. Nas restantes iniciativas, o papel da participação não consta definido.

Na verdade, e à exceção de um projeto regional liderado pelo Brasil, a restante CSS em que Portugal participou foi constituída por 11 programas e 1 projeto, executados com o acompanhamento de organismos relacionados com o espaço ibero-americano, entre os quais é difícil destacar um país-parceiro preferencial. Neste contexto, as capacidades reforçadas estiveram principalmente relacionadas com as áreas do Fortalecimento das instituições e políticas públicas, Cultura e, de modo pontual, Indústria, Empresas e Ciência e Tecnologia. Esta CSS esteve principalmente alinhada com o ODS 16, relativo à Paz, justiça e instituições sólidas.

ANDORRA

PARTICIPAÇÃO POR MODALIDADES E PAPÉIS

Em unidades

2



CAPACIDADES FORTALECIDAS

Em unidades



CONTRIBUIÇÃO PARA OS ODS

Ações que contribuem principalmente para os ODS 4 y 8



Andorra participou na Cooperação Sul-Sul de 2016 através de 2 programas executados na modalidade de CSS Regional, ambos relacionados com os organismos do espaço ibero-americano e sem qualquer parceiro-país especialmente destacado relativamente aos restantes. Em concreto, Andorra manteve-se ativa tanto

no Programa de Mobilidade Académica Paulo Freire quanto no projeto adstrito Iberqualitas. Desta participação surgiu um perfil setorial vinculado ao fortalecimento da Educação e das Empresas, bem como um possível alinhamento com o ODS 4 (Educação de qualidade) e ODS 8 (Trabalho decente e crescimento económico).

NOTAS METODOLÓGICAS

Os dados incluídos nesta secção apresentam vários aspetos do que ocorreu na Cooperação Sul-Sul em que cada país ibero-americano participou ao longo de 2016. A seguir, enuncia-se a forma como as informações nele contidas foram calculadas, estabelecendo-se algumas diferenças entre o tratamento relativo aos 19 países da América Latina e aos 3 da península ibérica que, pela sua natureza, têm uma participação diferente na CSS.

PARTICIPAÇÃO DOS 19 PAÍSES DA AMÉRICA LATINA NA CSS DE 2016

- **Número total de iniciativas (em unidades).** Refere-se à soma que se obtém ao agregar as ações, projetos e programas nos quais o país participou nas três modalidades (CSS Bilateral, Cooperação Triangular e CSS Regional) reconhecidas no espaço ibero-americano.
- **Participação por modalidades e papéis (em unidades).** Tratando de modo diferenciado cada uma das três modalidades de CSS, calcula-se, para cada uma delas, o número total de iniciativas através das quais cada país participou na CSS de 2016. Para o total das iniciativas associadas a cada modalidade, distinguem-se, por sua vez, os possíveis papéis exercidos pelos países, sendo estes:
 - CSS Bilateral. Ofertante, Recetor, Bidirecional.¹
 - Cooperação Triangular. Primeiro oferente, Segundo Ofertante, Recetor.
 - CSS Regional. Ofertante, Recetor, Não definido.²
- **Capacidades fortalecidas (em unidades).** Tratando de modo diferenciado o total das iniciativas nas quais um país exerceu o papel de recetor, daquelas nas quais a participação se efetuou através de qualquer dos papéis de ofertante, e independentemente da modalidade, calcula-se, para cada um desses totais, quantas iniciativas estiveram em cada caso associadas a cada um dos 30 setores de atividade reconhecidos no espaço ibero-americano. No gráfico de pizza, apresentam-se, em unidades, as iniciativas associadas aos setores de atividade (3-4 principais) que mais se destacaram na CSS do país em 2016 e agregam-se os outros a um genérico "resto dos setores".
- **Contribuição para os ODS.** Refere-se aos dois ou três ODS com os quais aparecem principalmente relacionados os totais das ações, projetos e programas em que cada país participou, independentemente da modalidade em que essas iniciativas foram executadas.
- **Principais parceiros.** Refere-se aos dois/três países-parceiros com os quais em 2016 o país partilhou um maior número de intercâmbios, sem distinguir nem a modalidade de CSS (bilateral, triangular ou regional) nem o instrumento de execução (ações, projetos ou programas).

PARTICIPAÇÃO DE ESPANHA, PORTUGAL E ANDORRA NA CSS DE 2016

- **Número total de iniciativas (em unidades).** Refere-se à soma que se obtém ao agregar as ações, projetos e programas nos quais o país participou, neste caso, nas modalidades de Cooperação Triangular e de CSS Regional.
- **Participação por modalidades e papéis (em unidades).** Tratando de modo diferenciado as modalidades de CSS bilateral e triangular, calcula-se, para cada uma delas, o número total de iniciativas através das quais cada país participou na CSS de 2016. Para o total das iniciativas associadas a cada modalidade, distinguem-se, por sua vez, os possíveis papéis exercidos pelos países, sendo estes os de Primeiro oferente, Segundo Ofertante e Recetor (na Cooperação Triangular) e de Ofertante, Recetor e Não definido, na CSS Regional.
- **Capacidades fortalecidas (em unidades).** Tratando de modo diferenciado as duas modalidades de CSS nas quais estes países puderam participar (triangular e regional), calcula-se, para cada uma delas, o total das iniciativas nas quais o país participou. Sobre cada um desses respetivos totais, calcula-se, por sua vez, o número de iniciativas associadas a cada um dos 30 setores de atividade reconhecidos no espaço ibero-americano. No gráfico de pizza resultante, apresentam-se, em unidades, as iniciativas associadas aos setores de atividade (3-4 principais) que mais se destacaram na CSS do país em 2016 e agregam-se os outros num genérico "resto dos setores".
- **Contribuição para os ODS.** Refere-se aos dois ou três ODS com os quais aparecem principalmente relacionados os totais das ações, projetos e programas em que cada país participou, independentemente da modalidade em que essas iniciativas foram executadas.
- **Principais parceiros.** Refere-se aos dois/três países-parceiros com os quais em 2016 o país partilhou um maior número de intercâmbios, sem distinguir nem a modalidade de CSS (triangular ou regional) nem o instrumento de execução (ações, projetos ou programas).

¹ Aplica-se quando na iniciativa em questão, o país exerce simultaneamente os papéis de ofertante e recetor.

² Refere-se a todos os projetos e programas onde não fica claramente registado que papel se está a exercer.

Projeto Triangular entre o Peru,
Alemanha e Guatemala: Apoio
à Transformação da Educação
na Área Rural da Guatemala



BIBLIOGRAFIA

Banco Internacional de Reconstrução e Fomento / Banco Mundial, Programa de Água e Saneamento (WSP) (2015); *Uso de águas residuais para rega na Bolívia. Produção, comercialização e consumo de culturas irrigadas com águas residuais na região do planalto*; Grupo Banco Mundial.

Baumann, J. (2016). Tratamento de águas residuais com uma abordagem de reutilização agrícola. Atividades realizadas 2012-2016, [diapositivos de PowerPoint].

Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL) (2018), A ineficiência da desigualdade, 2018 (LC/SES.37/3-P), Santiago, 2018, 270 páginas.

----- (CEPAL) (2013). Panorama Social da América Latina 2012. Santiago do Chile (Chile), 252 páginas.

Embaixada da Costa Rica (2018); *Meio Ambiente | Embaixada da Costa Rica em DC*. [online] Disponível em: <http://www.costarica-embassy.org/index.php?q=node/13> [Acesso 14/08/2018].

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (2017). Estado Mundial da Infância 2017: Crianças num mundo digital. Nova Iorque (Estados Unidos), 215 páginas.

Honduras Tips - Guia Oficial de Turismo das Honduras. (2018); *A Praia de Utila recebe um importante galardão por parte da Bandeira Azul Ecológica*; [online] Disponível em: <https://www.hondurastips.hn/2018/07/13/playa-de-util-a-recibe-importante-galardon-por-parte-de-la-bandera-azul-ecologica/> [Acesso 15/08/2018].

Instituto Costa-Riquense da Aquedutos e Saneamento (2016); *Implementação do Programa Bandeira Azul Ecológica da Costa Rica nas Honduras; Instituto Costa-Riquense de Aquedutos e Saneamento*.

Instituto Florestal das Honduras (ICF) (2010). Plano Estratégico Institucional 2010-2015. Tegucigalpa (Honduras), 68 páginas.

----- (ICF) (2018) Relatório do episódio de ataque do besouro-do-pinheiro *Dendroctonus frontalis* nas Honduras 2014-2017. Tegucigalpa (Honduras), 71 páginas.

Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento da Mulher (ISDEMU, 2017); *Institucionalizar um Sistema de Informação que Contribua para a Análise Qualitativa e Quantitativa do Fenómeno da Violência de Femicídio em El Salvador. Documento do Plano de Ação*; ISDEMU.

Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) (2012).

Indicadores de Direitos Humanos. Guia para a medição e aplicação, Nova Iorque e Genebra, 200 páginas.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (2017); *Perspetivas Económicas da América Latina 2017: Juventude, competências e empreendedorismo*, OCDE, Paris.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (2016). Avaliação dos recursos florestais mundiais 2015. Como estão a mudar as florestas do mundo? Roma (Itália), 54 páginas.

Organização Mundial da Saúde (OMS) (2016). Relatório Mundial sobre a Diabetes, 2016. Genebra (Suíça), 88 páginas.

----- (OMS) (2014) Deficiência: Projeto de ação mundial da OMS sobre deficiência 2014-2021: Melhor saúde para todas as pessoas com deficiência: Relatório da Secretaria. 67ª Assembleia Mundial da Saúde.

----- (OMS)/ Banco Mundial (BM) (2011). Relatório Mundial sobre Deficiência, 2011. Malta. 350 páginas.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPS)/(OMS) (2017), Doenças Transmissíveis e Análise da Saúde/ Informação e Análise da Saúde: Situação da Saúde nas Américas: Indicadores Básicos 2017. Washington, D.C, Estados Unidos da América, 20 páginas.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2013); *Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2013. A escalada do Sul: Progresso humano num mundo diverso*; PNUD, Nova Iorque.

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS), Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB). (2016). CTT-CSS Cadernos técnicos de trabalho de cooperação sul-sul. vol. 1. São Salvador, El Salvador, 254 páginas.

----- (PIFCSS) (2015). *Guia orientador da gestão da cooperação triangular na Ibero-América* Documento de trabalho N° 8. PIFCSS, São Salvador (El Salvador), 72 páginas.

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) (2018); *Uma década de Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*; SEGIB e Turner, Madrid.

----- (SEGIB) (2017); *Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América*, SEGIB, Madrid.

DECLARAÇÕES, RESOLUÇÕES E DOCUMENTOS OFICIAIS

Comissão Permanente do Pacífico Sul (CPPS) - Protocolo sobre o Programa para o Estudo Regional do Fenómeno de El Niño no Pacífico Sudeste (ERFEN), Callao, Peru, 6 de novembro de 1992, 10 páginas.

Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento. Agenda de Ação de Adis Abeba. Adis Abeba, 16 de julho de 2015, 44 páginas.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e protocolo facultativo. Nações Unidas, Nova Iorque, 13 de dezembro de 2006, 42 páginas.

Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento da Mulher (ISDEMU, 2017); *Institucionalizar um Sistema de Informação que Contribua para a Análise Qualitativa e Quantitativa do Fenómeno da Violência de Feminicídio em El Salvador. Documento do Plano de Ação*; ISDEMU

PÁGINAS DIGITAIS DE REFERÊNCIA

Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID) – www.agci.cl

Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID) – www.amexcid.gob.mx/

Agência Peruana de Cooperação Internacional (APCI) – www.apci.gob.pe

Agência Presidencial de Cooperación Internacional da Colômbia (APC) – www.apccolombia.gov.co

Bandeira Azul Ecológica Costa Rica – <https://banderaazulecologica.org/>

Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) <https://www.caf.com/es/>

Comissão Económica para América Latina e o Caribe (CEPAL) – www.cepal.org/es

CEPAL (Estatísticas) – <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/>

Ibermuseus – <http://www.iber museos.org/es/>

Instituto de Conservação Florestal das Honduras (ICF) – <http://icf.gob.hn/>

Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América – www.informesursur.org

Organização dos Estados Americanos (OEA)– <http://www.oas.org/es/>

OECD Development Matters <https://oecd-development-matters.org>

Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) – www.fao.org

Organização Mundial da Saúde (OMS)– <http://www.who.int/es>

Organização das Nações Unidas (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ODS-
<https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/objetivos-de-desarrollo-sostenible/>

Organização Pan-Americana da Saúde (OPS)– <https://www.paho.org/hq/?lang=es>

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) – www.cooperacionsursur.org

Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) – www.segib.org

SIMORE Plus, Governo Nacional do Paraguai – <http://www.mre.gov.py/simoreplus>

Sistema Económico Latino-Americano e do Caribe (SELA) – <http://sursur.sela.org>

O **Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2018** inaugura uma nova década de uma publicação que, completados os seus primeiros dez anos, se consolida como um documento de referência internacional para conhecer e compreender o papel da nossa região no futuro da Cooperação Sul-Sul. Um relatório que em 2018 integra novidades, que espera acabem por se tornar num sinal de identidade para os próximos anos. Assim, este **Relatório da Cooperação Sul-Sul na Ibero-América 2018** renova o seu design, dá um maior protagonismo aos nossos países - incorporando, para cada um deles, um resumo dos dados mais relevantes relacionados com a Cooperação Sul-Sul - e reafirma o seu compromisso para com a Agenda 2030, fazendo sobressair com força tudo o que respeita à contribuição da Cooperação Sul-Sul para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de “não deixar ninguém para trás”.

Andorra · Argentina · Bolívia · Brasil · Chile · Colômbia · Costa Rica · Cuba · Equador · El Salvador · Espanha · Guatemala · Honduras · México · Nicarágua · Panamá · Paraguai · Peru · Portugal · República Dominicana · Uruguai · Venezuela

www.informesursur.org

